

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ANDREWS RAFAEL BRUNO DE ARAÚJO CUNHA

**“PARA NÃO DEIXAR MORRER A AGRICULTURA [FAMILIAR]”: PROJETOS,
ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DE UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA NO
SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO**

**RECIFE
2017**

ANDREWS RAFAEL BRUNO DE ARAÚJO CUNHA

“PARA NÃO DEIXAR MORRER A AGRICULTURA [FAMILIAR]”: projetos, estratégias e práticas de uma história de resistência no semiárido pernambucano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Processos Sociais Rurais e Novas Tendências na Agricultura.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

RECIFE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C972p Cunha, Andrews Rafael Bruno de Araújo.
“Para não deixar morrer a agricultura [familiar]” : projetos, estratégias e práticas de uma história de resistência no semiárido pernambucano / Andrews Rafael Bruno de Araújo Cunha. – 2017.
243 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Maria de Nazareth Baudel Wanderley.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.
Inclui referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Agricultura de regiões áridas. 3. Projetos de desenvolvimento agrícola. 4. Trabalhadores rurais. 5. Resistência. 6. Semiárido. 7. Agricultura familiar – Projetos, estratégias e práticas. I. Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-138)

ANDREWS RAFAEL BRUNO DE ARAÚJO CUNHA

“PARA NÃO DEIXAR MORRER A AGRICULTURA [FAMILIAR]”: projetos, estratégias e práticas de uma história de resistência no semiárido pernambucano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: 26/04/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (1º Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Lins e Silva Pires (2º Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Ghislaine Duque (1º Examinadora Externa)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^ª. Dr^ª. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira (2º Examinadora Externa)
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Dedico esta Tese aos resistentes agricultores e agricultoras familiares do Semiárido brasileiro, em especial aos do Assentamento Lyndolpho Silva, em Petrolina/PE.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não seria possível sem a contribuição de um importante conjunto de pessoas e instituições, de diferentes contextos de relação/interação.

À professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, por todas as contribuições e compreensões durante o processo de orientação. Seu cuidado, afetuoso e intelectual, foi essencial para a construção da argumentação, moderação de meus excessos e enfrentamento às dificuldades.

À professora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, pela participação na banca de defesa do projeto, pela possibilidade do Estágio Docência e pela leitura criteriosa de partes do texto. Sua dedicação e competência no ofício sociológico são inspiradores.

Às professoras Ghislaine Duque e Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira, por despertarem em mim o interesse pela Sociologia.

A todos os professores, técnicos e terceirizados que fazem o PPGS/UFPE; à turma do doutorado de 2014, pelos momentos compartilhados; e à Ana Maria, pela infinita disposição em auxiliar carinhosamente a todos no que for necessário.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo auxílio financeiro.

A todos os agricultores e agricultoras familiares do Assentamento Lyndolpho Silva pela participação e contribuição, em especial à Dona Conceição, Dona Neném, Nilda, Nilza, Socorro, Dona Raimunda, Seu Antônio, Sílvia, Dona Marinalva e seu pai, Dona Maria, Dona Maria da Paz, Dáda e Zé Raimundo.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, em especial à Penal pela recepção e mediação para a entrada no assentamento.

Aos funcionários da Diamantina Projetos pelas informações.

À minha querida mãe Ângela Maria Ferreira de Araújo, pelo apoio incondicional às minhas escolhas. Seu amor e compreensão foram e são fundamentais.

À minha amada Luiza dos Santos Sá, por sempre estar ao meu lado, nos momentos mais leves e também nos mais difíceis; e também ao nosso Dodô, por me levar para passear diariamente, momentos em que equilibrava meus pensamentos.

Ao meu pai Lourival Borges da Cunha, por todo o apoio educacional; e aos meus irmãos Alexandre Cunha, André Felipe, José Durval e Marcelo Caetano, por todo o suporte, palavras de incentivo e compreensão das ausências.

A todos os meus amigos, familiares escolhidos por mim para enfrentamento da vida. À família Santo Sá: Bruno, Jacira e Jairo, pelo acolhimento; à caverna: André, Adriana, Ângelo, Anne, Dióghenes, Gabriela, Isabel, Ítalo, Klenio (pelo apoio e leitura do texto da qualificação), Larissa, Layane, Maiara, Nayara, Raquel, Rodrigo, Tainã, Marianna e Tiago (esses quatro últimos pelo apoio em Recife); ao CRDVB: Carlos, Ricardo, Diego e Victor.

A todos os que contribuíram, seja qual tenha sido a forma, o meu eterno muito obrigado!

[...] muitos comportamentos condenados como “anti-econômicos” ou “irracionais” por economistas e cientistas sociais não se apoiam em observações empíricas sistemáticas, nem em retrospectivas sérias da literatura disponível. A subsistência desses julgamentos só pode ser atribuída à má-fé, a menos que se promova a ignorância à virtude científica. (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p. 238).

RESUMO

No Brasil, a agricultura familiar teve de enfrentar um conjunto de obstáculos para o seu desenvolvimento. Historicamente coadjuvante nas políticas do Estado, a sua continuidade implica um processo de adaptação contínuo de seus agentes, que resistem para conquistarem e manterem sua autonomia relativa. Estes processos de adaptação e resistência revelam um agricultor que se planeja, está orientado para um fim e fundamentado em uma prática tradicional, agindo intencionalmente dentro de uma estrutura social. O objetivo central deste estudo foi, então, identificar e analisar os projetos, as estratégias e as práticas de resistência desenvolvidas/adotadas pelos agricultores familiares do Semiárido pernambucano, tomando como referência o Assentamento Rural da Reforma Agrária Lyndolpho Silva, localizado numa área de sequeiro do município de Petrolina/PE, considerando seus percursos nesse contexto. Os objetos mais específicos da análise foram: o contexto do Semiárido brasileiro; o agente social agricultor familiar; os conceitos e aspectos de seus projetos, estratégias e práticas; e as formas de acesso e apropriação das políticas públicas, sociais e produtivas. Como metodologia, utilizamos a observação, a análise documental e a entrevista semiestruturada. Os resultados apontaram que seus principais projetos são de estruturação de suas áreas para a produção de culturas e criação de animais que possibilite a vida da terra. Suas estratégias são de busca pelo acesso a uma terra e à água, escolha por culturas e animais adaptados às condições do Semiárido e organização coletiva e associada para a produção e venda de produtos. Suas práticas revelam seu caráter tradicional-familiar, organizando o trabalho através da família e objetivando a constituição de um patrimônio que permita a sua reprodução. São também práticas a migração, a pluriatividade, a ajuda mútua e a reciprocidade, a poliprodução, a participação do mercado de trocas e o acesso às políticas públicas.

Palavras-Chave: Semiárido. Agricultura Familiar. Resistência. Projetos, Estratégias e Práticas.

ABSTRACT

In Brazil, family farming had to face a set of obstacles to its development. Historically marginalized from the policies of the State, its continuity implies a process of continuous adaptation of its agents, who resist in order to conquer and maintain their relative autonomy. These processes of adaptation and resistance reveal a farmer who makes plans, is oriented towards a goal and based on a traditional practice, acting intentionally within a social structure. The main aim of this study was to identify and analyse the resistance projects, strategies and practices developed/adopted by family farmers in the Semiarid region of Pernambuco, taking as reference the Rural Settlement of Lyndolpho Silva Agrarian Reform, located in a dryland area of the city of Petrolina/PE, considering their paths in this context. The most specific objects of the analysis were: the context of Brazilian Semiarid; the social agent family farmer; the concepts and aspects of their projects; strategies and practices; and the forms of access and appropriation of public, social and productive policies. As a methodology, we use observation, documentary analysis and semi-structured interview. The results indicated that their main projects are to structure their areas for the production of crops and animal husbandry that enables the life of the land. Their strategies are to search for access to land and water, to choose for crops and animals adapted to the conditions of the Semiarid region, and collective and associated organization for the production and sale of products. Their practices reveal their traditional-familial character, organizing the work through the family and aiming at the constitution of a patrimony that allows its reproduction. Are also practices, the migration, pluriactivity, mutual aid and reciprocity, polyproduction, participation of the exchange market and access to public policies.

Keywords: Semiarid. Family Farming. Resistance. Projects, Strategies and Practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região Nordeste	38
Figura 2 – Mapa das sub-regiões da região Nordeste	39
Figura 3 – Recorte territorial do Semiárido brasileiro	52
Figura 4 – Vale do São Francisco e suas subdivisões	57
Figura 5 – Diversidade da agricultura familiar a partir do grau de integração com o mercado	112
Figura 6 – Modelos de agricultores familiares a partir das variáveis <i>orientação para o mercado e organização familiar</i>	114
Figura 7 – Relação dinâmica entre projetos, estratégias e práticas	138
Figura 8 – Caminhos dos agricultores até a chegada no acampamento	153
Figura 9 – Data de fundação da casa cravada no cimento	158
Figura 10 – Barraco preservado de uma das famílias	163
Figura 11 – Prédio da associação, antiga casa de seu Antônio e dona Raimunda	165
Figura 12 – Organização do Assentamento Lyndolpho Silva após distribuição dos lotes na vila	167
Figura 13 – Quintal produtivo de um dos assentados	169
Figura 14 – Linha do tempo da história do assentamento	173
Figura 15 – Técnica para oferta de água aos animais	188
Figura 16 – Tecnologias sociais utilizadas no assentamento	189
Figura 17 – Poço artesiano e bebedouro de uso coletivo	191
Figura 18 – Chiqueiro de dois assentados associados ao final da tarde	195
Figura 19 – Fruta de um dos quintais produtivos pronta para a colheita e venda	198
Figura 20 – Cozinha improvisada para a produção de bolos	201
Figura 21 – Morador se preparando para levar água para os animais	220

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro metodológico do estudo	26
Quadro 2 – Organização das informações da pesquisa documental	28
Quadro 3 – Divisão do assentamento	171
Quadro 4 – Quadro de planejamento para o ano 2018	207
Quadro 5 – Valor total da renda mais comum entre as famílias	216

LISTA DE SIGLAS

ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro.
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil.
CCU	Contrato de Concessão de Uso.
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco.
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.
CODENO	Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste.
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco.
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF.
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco.
FNE	Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste.
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICSA	Indústrias Coelho S/A.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INRAT	Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica da Tunísia.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.
IF SERTÃO-PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Sertão Pernambucano.

IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas.
IPA	Instituto Agronômico de Pernambuco.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MIN	Ministérios da Integração Nacional.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
ODENO	Operação de Desenvolvimento Econômico do Nordeste.
ONG	Organização Não-Governamental.
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas.
P1MC	Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas.
PA	Projeto de Assentamento.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos.
PDA	Projeto de Desenvolvimento do Assentamento.
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S. A.
PLANVASF	Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
PTC	Programa Territórios da Cidadania.
RB	Relação de Beneficiários.
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar.
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
SUS	Sistema Único de Saúde.
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco.
UF	Unidade Federativa.
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.
UFPR	Universidade Federal do Paraná.
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco.
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	APROXIMAÇÃO COM O TEMA E OBJETO DE PESQUISA, APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA, DOS OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS E HIPÓTESE	18
1.2	QUADRO METODOLÓGICO E CAMINHO TEÓRICO	24
1.3	ORGANIZAÇÃO DA TESE	33
2	VISÕES EM CONFLITO: PARTICULARIDADES DE UMA REGIÃO POLISSÊMICA	35
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO	37
2.2	AS AÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO ATRAVÉS DO DNOCS, E A INDÚSTRIA DAS SECAS	40
2.3	AS AÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO ATRAVÉS DA SUDENE	44
2.4	“NÃO SE DEVE COMBATER, TEM QUE CONVIVER”: A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	51
2.5	A CONTRADIÇÃO (IN)JUSTIFICADA: GRANDES PROJETOS DE IRRIGAÇÃO X AGRICULTURA DE SEQUEIRO	56
3	CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: BLOQUEIO, RESISTÊNCIA E DIVERSIDADE	66
3.1	O DEBATE SOCIOLÓGICO EM TORNO DO CONCEITO DE CAMPESINATO	69
3.2	O CAMPESINATO NO BRASIL	82
3.2.1	Resistência	93
3.2.2	Pluriatividade	97
3.2.3	Reciprocidade: uma possibilidade de leitura	99
4	PROJETO, ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS: TRÊS ASPECTOS DA AUTONOMIA DA AGRICULTURA FAMILIAR	102
4.1	O PROJETO DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS MODELOS “ORIGINAL” E “IDEAL”	105
4.2	A IMPORTÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS PARA O PLANEJAMENTO DO AGRICULTOR FAMILIAR	120
4.2.1	O que são estratégias?	121
4.2.2	“Eles não são idiotas!”	127

4.3	AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS FAMILIARES E A CONCRETIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS	133
4.4	A DINÂMICA RELAÇÃO ENTRE OS PROJETOS, AS ESTRATÉGIAS E AS PRÁTICAS	137
5	HISTÓRIA E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO LINDOLPHO SILVA ...	142
5.1	HISTÓRIAS CRUZADAS: OS CAMINHOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ATÉ O ASSENTAMENTO	145
5.2	A FAZENDA SÍTIO BOA SORTE	157
5.3	O ASSENTAMENTO LINDOLPHO SILVA E A “CONQUISTA” DA TERRA ...	161
5.3.1	O papel de liderança de dona conceição	175
5.3.2	A vida comunitária atual no assentamento	178
6	PROJETOS, ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NA PRESERVAÇÃO DE UM MODO DE VIDA	181
6.1	CONSTITUIÇÃO FAMILIAR E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	182
6.2	A QUESTÃO DA ÁGUA E SEU PAPEL LIMITADOR	187
6.3	PRINCIPAIS CULTURAS/CRIAÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES	193
6.4	OS AGRICULTORES E A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	197
6.5	A ESTRATÉGIA DE BUSCA PELO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	203
6.6	BREVE DISCUSSÃO SOBRE A RENDA DOS AGRICULTORES	214
6.7	PRÁTICAS SOCIAIS.....	219
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
	REFERÊNCIAS	230
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	241

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está situado no âmbito do debate sociológico que se propõe a pensar o mundo rural em suas múltiplas questões: a Sociologia Rural. Compreendemos, aqui, a sociologia rural como um campo de estudos amplo, em constante mudança em virtude da sucessão de discussões que a fundamenta. Desta maneira, é necessário ter claro o seu caráter dinâmico, pois está em progressiva transformação e, por consequência, em contínuo debate, provocado por uma conjunção entre reflexões teóricas e empíricas (BUTTEL, 2005; JOLLIVET, 1998; MARTINS, 2000). Além desse caráter dinâmico, é importante considerar, também, as diversas áreas de estudo da sociologia rural que se ocupam desde a investigação da dinâmica social de comunidades rurais de contextos particulares até a compreensão da inserção destas nos mercados globais agroalimentares e sua integração com os espaços urbanos (QUEIROZ, 1979). O que parece ser, então, um campo específico, traduz-se numa ampla área de reflexões complexas que, ao contrário do que pensam alguns, fundamenta-se nas mais diversas correntes sociológicas, partindo destas ou contribuindo para o seu desenvolvimento (BENDINI; CAVALCANTI; LARA FLORES, 2006; BUTTEL, 2005; JOLLIVET, 1998).

Considerados tais fatores, relatarei, muito brevemente, minha entrada na Sociologia Rural como forma de lidar com a posição que ocupo na pesquisa, me colocando nela, mas pretendendo encarar possíveis valores estabelecidos em busca da constituição dos juízos de fato, imprescindíveis para as Ciências Sociais (WEBER, 2006). Meu interesse pela área começou a surgir em 2006, quando ainda estava na graduação em Psicologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Bolsista de iniciação científica, participei de uma pesquisa que tinha como objetivo analisar as ações de Agentes de Desenvolvimento Sustentável – ADS's, formados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [Unidade Semiárido] – Embrapa Semiárido e pela UNIVASF, os quais atuavam nos municípios do Território do Alto Sertão Piauí e Pernambuco. Desta pesquisa, surgiram os primeiros contatos com os agricultores familiares de área de sequeiro, produtores que concentravam suas atividades em áreas sem estrutura hídrica para irrigação, dependendo de água da chuva, e tinham que adaptar-se a uma série de questões para poderem continuar residindo e produzindo em seus espaços, utilizando-se do trabalho familiar e orientados para ela. Os objetivos dos ADS's eram, justamente, auxiliar no processo de adaptação.

Nos anos que se seguiram, ainda na graduação, fui parte de outras pesquisas com pescadores artesanais, mulheres produtoras e suas rendas, assentados da reforma agrária e ações

educacionais de uma organização do terceiro setor (no caso, uma Organização Não Governamental – ONG) que atua exclusivamente no espaço rural. Já tendo, em alguma medida, estabelecido uma aproximação com a área, em 2011 consolidei meu interesse ingressando no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Foi neste curso que se intensificaram as relações com o mundo rural, tendo como resultado um estudo sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS do município de Petrolina/PE, orientado pela Profa. Dra. Guislaine Duque. O estudo teve como objetivo central analisar as ações do CMDRS de Petrolina na promoção do desenvolvimento local, observando não somente questões envolvendo liberação de recursos, mas toda a conjuntura de acesso a informações e constituição de um espaço de discussões. Como resultado, demonstrou que o Conselho era atuante, proporcionando debates sobre estratégias de desenvolvimento aos agricultores familiares do município. Ao longo de aproximadamente 15 meses, participei das ações do Conselho, estabelecendo um contato direto com os agricultores familiares petrolinenses.

Paralelo a este curso, integrei uma pesquisa sobre o Programa Territórios da Cidadania – PTC¹, estudando a fundo os municípios do Território Sertão do São Francisco de Pernambuco: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista – a partir desta pesquisa, inclusive, que surgiu a ideia de estudar o Conselho. Foi neste momento, também, que nasceu o interesse mais específico em compreender as práticas dos agricultores familiares, os quais afirmavam um modo de vida precário, mas insistiam em lutar por melhorias para serem reconhecidos como produtores, o que de fato já eram.

Em 2014, com a entrada no doutorado em Sociologia, formalizei de vez meu interesse e aproximação com a Sociologia Rural, pretendendo, inicialmente, estudar o desenvolvimento da agroecologia em comunidades rurais de Petrolina/PE como um projeto alternativo de produção adotado por parte dos agricultores familiares para a produção de mercadorias e inserção no mercado local e regional. Dentro do curso, entretanto, meu interesse pelas práticas dos produtores familiares foi ampliado a partir de uma maior aproximação com a literatura e do estabelecimento das relações e discussões com minha orientadora, nascendo, então, o

¹ Esta pesquisa teve como objetivo central avaliar as ações do Programa Territórios da Cidadania, criado em 2008 pelo Governo Federal como uma política de desenvolvimento territorial e gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. A pesquisa foi financiada pelo MDA e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, e contou com equipes da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e da Universidade Federal do Paraná – UFPR, que estudaram os Territórios da Cidadania Sertão do Francisco de Pernambuco e Paraná Central, respectivamente. A pesquisa foi finalizada em 2014, e resultou na publicação de dois livros.

interesse de pesquisar as formas de organização destes agentes para resistirem às dificuldades de serem agricultores em condições adversas no Semiárido nordestino, tanto climáticas como sociais, econômicas e políticas, uma vez que o modelo de agricultura incentivado era historicamente, e ainda é, o de grande escala, mais conhecido como agronegócio.

1.1 APROXIMAÇÃO COM O TEMA E OBJETO DE PESQUISA, APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA, DOS OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS E HIPÓTESE

Três questões são centrais para a compreensão do problema e objetivos de pesquisa, as quais serão aqui introduzidas:

- A singularidade do contexto no qual o estudo está sendo realizado – o Semiárido brasileiro, ou mais precisamente um assentamento rural da reforma agrária do município de Petrolina, interior de Pernambuco;
- Todo o debate que fundamenta a compreensão da agricultura familiar enquanto categoria sociológica dotada de passado, presente e futuro, suas características centrais, a posição social que ocupa e as questões daí consequentes: autonomia/subordinação, pluriatividade, reciprocidade, adaptação/resistência etc.;
- Os projetos, estratégias e práticas desenvolvidos pelos agricultores familiares para a sua adaptação/resistência e consolidação, sendo possíveis em virtude de sua condição de agentes, e voltados para alguns fatores principais: percurso, acesso à terra, água e políticas públicas, organização da família e gestão do próprio trabalho, inserção no mercado e constituição de uma renda.

No Brasil, é possível afirmar que existem duas situações claras no que se refere às formas de agricultura: (1) um modelo dominante, fundamentado na lógica do capital, de elevado custo, incentivado e financiado, baseado principalmente na concentração fundiária e na produção de uma cultura em larga escala – o agronegócio; e (2) um segundo modelo, bloqueado e excluído, que preserva conhecimentos tradicionais de produção (mas que também inova), se baseia no trabalho familiar, geralmente diversificado etc. – a agricultura familiar (WANDERLEY, 2014a). Tais modelos são consequência de uma história singular com dinâmicas próprias que reflete os impactos de três problemáticas em nível nacional: a concentração fundiária, a priorização de um modelo de desenvolvimento pelo Estado e o

reconhecimento tardio dos direitos dos sujeitos do campo, tais como indígenas, quilombolas e os próprios agricultores familiares (WANDERLEY, 2009a; 2015).

O agronegócio foi, desde o início, o modelo pensado como ideal de desenvolvimento pelo Estado. Sua concepção acompanhou a histórica ocupação territorial brasileira, fundamentada na concentração de extensas propriedades de terra, “esteio do processo de acumulação capitalista na agricultura” (WANDERLEY, 2015, p. 03). Neste modelo, o desenvolvimento possui um caráter setorial, não territorial, no qual o espaço rural é visto como “residual e periférico”, e estaria fadado a desaparecer em virtude da “modernidade consequente do mundo contemporâneo” (WANDERLEY, 2015). Entretanto, tal modelo não era o único existente e estes fatores contribuíram para uma polarização, constituindo-se num bloqueio aos diversos sujeitos moradores do campo que praticavam outro tipo de agricultura e possuíam outras visões e formas de relação com o espaço rural.

Parte da população, então, que é moradora do campo, se insere em outro modelo, a agricultura familiar, que centraliza suas atividades na coprodução entre ser humano e natureza, na ajuda mútua e na relação entre o trabalho e a família para assegurar o desenvolvimento da propriedade, do patrimônio e a sua própria reprodução, atribuindo outros significados ao espaço rural; ou seja, enxergando-o como um ambiente de residência, de serviços e de empregos, de produção de sentidos, de criação de valores e de integração com o mercado e com outros locais etc. (CANDIDO, 1964; GARCIA JR.; HEREDIA, 2009; PLOEG, 2009; QUEIROZ, 2009; WANDERLEY, 2009a; 2009b; 2015; WOORTMANN, E., 2009; WOORTMANN, K., 1990). Mesmo possuindo “situações variadas e diferentes” (LAMARCHE, 1993, p. 18), é possível distinguir estes pontos como possibilitadores da identificação de um modo de vida da agricultura familiar (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009).

Em Petrolina, município do Semiárido Pernambucano, o choque entre estes dois modelos é marcante. Palco de diversos projetos de irrigação para a produção de frutas, o município é reconhecido nacional e mundialmente como um local propício para a prática da agricultura empresarial em virtude dos altos financiamentos e da infraestrutura hídrica disponibilizada pelo Estado (CAVALCANTI, 1997; CAVALCANTI et al., 2014). Entretanto, mesmo excluídos desse processo, sem água para produção, com pouco financiamento e restrito acesso à terra, uma diversidade de agricultores familiares pratica, nesse mesmo espaço, o outro tipo de agricultura (sequeiro) acima citado, diferente do modelo dominante, resgatando e adaptando antigas estratégias, e desenvolvendo novas práticas – é o caso, por exemplo, do Assentamento da Reforma Agrária Lyndolpho Silva, campo mais específico de nosso estudo.

A zona rural petrolinense, portanto, constitui-se num importante *locus* de pesquisa, principalmente por conter os dois tipos de situações aqui expostas (agronegócio e agricultura familiar) e um conjunto diversificado de agricultores familiares, representando o contexto mais específico deste estudo.

Ainda que ocupante da posição de subordinada no conflito de forças, e herdeira dos modelos clássicos de campesinato descritos em estudos como os de Wolf (1976), Mendras (1978), Chayanov (1985), Shanin (2005), entre outros, considerando as devidas diferenças, evidentemente, a agricultura familiar continua a se reproduzir nas sociedades contemporâneas, reinventando-se de diversas formas (LAMARCHE, 1991; 1998). Os agricultores familiares, ou “camponeses modernos”, são resultado de uma continuidade, não de uma ruptura brusca e definitiva (WANDERLEY, 2009a). A transmissão da cultura e do patrimônio social através das gerações, mesmo que moldada a partir das necessidades, constitui uma importante fonte de caracterização original e de afirmação da agricultura familiar. Um exemplo disso é a dupla preocupação com o excedente para o mercado e o necessário para o consumo familiar (WANDERLEY, 2009a). Constantemente ameaçado por um conjunto de precariedades decorrentes do bloqueio que sofre, do pouco apoio estatal e das constantes investidas da agricultura empresarial, este segundo modelo tem buscado formas para adaptar-se, assegurar a sua permanência no campo e reproduzir-se através do que consideramos três fatores diretamente integrados: projetos, estratégias e práticas (GARIA JR.; HEREDIA, 2009; HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009; LAMARCHE, 1991; 1998; WANDERLEY, 2009a).

Estes são centrais nas reflexões sobre a agricultura familiar, uma vez que traduzem a relação autonomia/subordinação, fundamental para a reflexão sobre o seu lugar na sociedade capitalista, e serão os elementos conceituais mais específicos das reflexões aqui formuladas. Sobre a relação autonomia/subordinação, é preciso afirmar que a primeira está vinculada à sua capacidade de resistência, autogestão e principalmente adaptação, representada pelos três fatores citados; e a segunda pela relação direta do agricultor com o mercado, com fatores tecnológicos, sociais, econômicos e políticos de exploração etc. Assim, os agricultores familiares, mesmo subordinados às questões mercadológicas (preço, produto, etc.), econômicas (crédito, renda) e tecnológicas (máquinas e demais tecnologias) que os cercam, relacionam-se de uma outra maneira com este, tendo autonomia na organização e gestão de sua propriedade e de seu trabalho, baseados num modo de vida próprio, tradicional e inovador; uma forma de produzir oriunda do campesinato, na qual definem seus projetos, estratégias e práticas para se adaptar, se reproduzir, resistir e relacionar-se com o mercado (HISTÓRIA SOCIAL DO

CAMPESINATO, 2009; LAMARCHE, 1991; 1998; WANDERLEY, 2009a; 2011). As formas como estes fatores se desenvolvem são consequência de suas próprias histórias.

Os projetos são aqui compreendidos como o conjunto de objetivos futuros que orientam as ações dos agricultores familiares somado às suas bases históricas, suas tradições, as quais também norteiam suas ações. Ou seja, o projeto é constituído pelas orientações passadas, que fundamentam os desejos dos agricultores familiares, e pelos objetivos que constroem para seus futuros, que faz com que se movam, sejam dinâmicos (LAMARCHE, 1991; 1998); é uma dupla orientação: passada e futura. As estratégias são os planejamentos que os agricultores fazem para alcançarem seus projetos, para executarem-nos. São os caminhos traçados na tentativa de garantir a continuidade de sua tradição e a realização de suas aspirações (WANDERLEY, 2011; WOORTMANN, K., 1990). Já as práticas são as ações realizadas materialmente para o desenvolvimento das estratégias e a concretização dos projetos. Ações que passam a constituir um fator identitário dos agricultores, tornando-se usuais e representativas de uma coletividade (BOURDIEU, 1972; LAMARCHE, 1991).

Resulta deste debate a importante consideração e necessidade de compreensão das formas de organização e resistência às dificuldades dos agricultores familiares para a sua permanência e reprodução na zona rural petrolinense sendo agricultores assentados da reforma agrária. É imprescindível a compreensão de suas formas de organização, as quais ocorrem em virtude do enfrentamento e adaptação aos problemas encontrados por eles para assegurarem o seu lugar enquanto setor, uma vez que historicamente estiveram preteridos ao agronegócio. Reconhecimento e respeito às suas diferenças, acesso à terra e outros recursos e elaboração de políticas públicas adaptadas às suas formas de vida são alguns destes problemas. Isso tem resultado, muitas vezes, na migração definitiva e até expulsão destes agricultores do campo por não terem condições de manter sua produção ou vender seus produtos a um preço que lhes possibilitem uma renda familiar mínima, ou ainda um excedente para participação no mercado (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009; WANDERLEY, 2009a; WOORTMANN, K., 2009).

Mesmo tendo de enfrentar este conjunto considerável de dificuldades, os agricultores familiares são responsáveis por grande parte da produção de alimentos que abastece os mercados e mesas locais, tais como o feijão (70%), a mandioca (87%) e o leite (58%), garantindo parte da segurança alimentar nacional (MDA, 2009). Mesmo estando do lado menos favorecido, são capazes de resistir e de se adaptar estratégica e intencionalmente às mudanças sociais para preservar seus modos de vida. Quais são as estratégias, então, adotadas pelos

agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva para, mesmo com todas estas dificuldades resultantes da exclusão do modelo agrícola dominante, permanecer produzindo e resistindo?

A agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário de 2006, representa 84,4% dos estabelecimentos rurais (de um total de 5.175.489), entretanto ocupam somente 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (de um total de 80,25 milhões de ha.). Mesmo ocupando uma área menor do que aquela utilizada pela agricultura empresarial, a agricultura familiar é responsável por empregar 74,4% dos trabalhadores rurais do campo (MDA, 2009). Ou seja, a agricultura familiar, no Brasil, além de garantir a segurança alimentar, emprega grande parte da população rural nacional; produz e emprega mais por hectare possuído (SABOURIN, 2009b). De que forma? Quais são as estratégias adotadas por estes agricultores familiares?

Apesar de iniciadas há muito tempo, as reflexões sobre a unidade agrícola familiar estão longe de serem esgotadas justamente pela riqueza do tema, pelas diferentes relações com sua cultura, pelas diversas formas de relacionamento destes modelos com outras sociedades, pelos diferentes contextos etc. Sempre que necessário, é importante afirmar que a gama de abordagens sobre o tema não o torna pouco substancial, uma vez que são existentes e respeitados os fatores gerais que o torna passível de análise. O que emerge para o estudo e compreensão de uma categoria dinâmica, que se diferencia sensivelmente de acordo com seu contexto, é a necessidade de aprofundamento na investigação empírica, no trabalho de campo (MARTINS, 2000; WOORTMANN, E., 2009).

No Semiárido, instituições como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, considerando as diferenças ideológicas entre as instituições, durante muito tempo tiveram como objetivo principal injetar recursos para execução de obras que previam a superação das especificidades locais, vistas como um obstáculo ao modelo de desenvolvimento dominante, tais como migração, irrigação, industrialização etc. Entretanto, em virtude do pouco sucesso destas ações institucionais, no Semiárido pernambucano de forma geral, e em Petrolina, particularmente, diversas comunidades têm adotado técnicas alternativas que têm possibilitado uma nova reflexão, com projetos produtivos apropriados às particularidades locais. Estas práticas se fundamentam na ideia da convivência com o Semiárido, proposta alavancada por movimentos sociais e Organizações Não Governamentais – ONG's, e nos últimos anos relativamente apoiada pelo Governo Federal (DUQUE, 2007). Dialeticamente, de que forma a agricultura

familiar pode promover o desenvolvimento de práticas adaptadas à sua forma de produção, ao passo em que é desenvolvida pela mesma?

Os agricultores familiares deste espaço, sendo agricultores de uma “outra maneira”, escapam e ficam de fora dos projetos de infraestrutura e de irrigação, praticando uma agricultura que, em suas diferenças, existe, mas é negada. Por esse motivo, são excluídos, bloqueados. As questões que se colocam, então, são: de que forma os projetos e práticas da agricultura familiar podem representar estratégias de resistência? Quais são seus projetos de vida, como se percebem e quais estratégias adotam e constroem para superar o bloqueio imposto? Quais as características particulares dessa agricultura familiar? Sobre quais práticas está fundamentada? Qual o seu percurso para que tenha se tornado o que é? Resumidas, elas formam o nosso problema de pesquisa: *Quais os projetos, as estratégias e as práticas desenvolvidas/adotadas pelos agricultores familiares do Semiárido pernambucano em seu percurso histórico para resistirem às dificuldades e bloqueios impostos, tomando como base um assentamento rural de sequeiro do município de Petrolina/PE?*

Questionamentos tais como os realizados acima têm de ser respondidos na medida em que auxiliam a compreensão das práticas rurais, aqui representadas pela agricultura familiar, de inegável importância para o estudo dos processos sociais. É importantíssima, ainda, a compreensão das particularidades que envolvem esta categoria, uma vez que tem se mostrado de evidente relevância, seja a partir de sua produção alimentícia, seja por sua consequente promoção de empregos e atividades, ou ainda por suas dinâmicas e cultura próprias e modos de vida e de organização particulares. A partir destes estudos, as Ciências Sociais – ao contrário dos que vêm decretando já há algum tempo o fim inexorável da agricultura familiar – auxiliam na compreensão de que esta categoria está entre nós para ficar, e que o mundo passaria grande dificuldade caso seu fim, realmente, se tornasse uma realidade.

Nosso objetivo geral, nesse sentido, foi *identificar e analisar os projetos, as estratégias e as práticas de resistência desenvolvidas/adotadas pelos agricultores familiares do Semiárido pernambucano, a partir de um assentamento rural de sequeiro do município de Petrolina/PE, tomando como base seu percurso nesse contexto*. Já os objetivos específicos foram: (1) analisar o percurso histórico traçado pelos agricultores familiares; (2) analisar o contexto regional no qual os agricultores familiares vivem e se reproduzem; (3) analisar os projetos dos agricultores familiares; (4) identificar e analisar as estratégias de produção e relação com o mercado dos agricultores familiares frente aos bloqueios impostos; (5) identificar e analisar as práticas

adotadas e desenvolvidas pelos agricultores familiares; (6) identificar as políticas produtivas desenvolvidas para os agricultores familiares, e como eles se apropriam delas.

A partir do aprofundamento nas leituras sobre a temática geral do estudo, assumimos como hipótese de resposta ao problema supracitado, ainda na fase inicial de desenvolvimento da pesquisa, a capacidade de adaptação e planejamento dos agricultores familiares como fatores centrais de sua autonomia, a qual lhes permite resistir às dificuldades, traçar caminhos para a aquisição de uma renda e formar um patrimônio familiar que lhes possibilite sua própria reprodução. Ou seja, o agricultor familiar pensa a sua condição, se reconhece enquanto sujeito social subordinado a um sistema de exploração e se planeja para resistir, formar um patrimônio e se reproduzir. Tal hipótese está fundamentada nas questões iniciais discutidas acima. Ressaltamos, contudo, o cuidado constante em não deixar com que essa hipótese contaminasse as reflexões, ou seja, não forçasse interpretações que direcionassem a discussão para questões prévias. Para tanto, foram fundamentais os caminhos metodológicos e teóricos.

1.2 QUADRO METODOLÓGICO E CAMINHO TEÓRICO

Para a realização do estudo e tentativa de construção de repostas às questões acima colocadas, foi pesquisado o Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Lyndolpho Silva, situado na área de sequeiro do município de Petrolina. Formado por 33 famílias e existente já há 11 anos, a entrada no local se deu através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Petrolina, a partir de indicação e mediação de um de seus funcionários. Após explicação dos objetivos da pesquisa, as lideranças da comunidade aceitaram de prontidão a realização do estudo. O assentamento fica a aproximadamente 45km do centro da cidade, ainda é gerido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, tem como atividade central a criação de animais (caprinos, ovinos e aves), acessa vários programas sociais e produtivos e ainda tenta se consolidar enfrentando suas dificuldades e tentando potencializar sua produção.

Metodologicamente, a unidade de análise foi o assentamento formado por agricultores familiares no que se refere a seus projetos, estratégias e práticas, bem como os impactos destes em seu processo de adaptação e resistência no Semiárido. Como etapa preliminar – mas que permaneceu durante toda a pesquisa e escrita –, foi realizada uma revisão acerca da literatura existente sobre o tema deste estudo para melhor fundamentação e estruturação do mesmo. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, que aqui foi compreendida como

(...) aquela que é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 1994, p. 10).

O enfoque teórico-metodológico seguiu, então, cinco caminhos: (1) *Revisão Bibliográfica* para aprofundamento do debate sobre os temas; (2) *Pesquisa Documental* para compreensão da história, decisões e demais ações realizadas pelos assentados através de sua associação e vínculo com instituições, tais como o Incra; (3) *Entrevistas Semiestruturadas* para obtenção de informações diretamente com os agricultores; (4) *Observação* para investigação da vida social dos agricultores em seus espaços de vida e convivência; e (5) *Categorização* como método de análise. Na interpretação da vida social dos atores rurais, procurei desenvolver um processo de interação pesquisador/pesquisado, com valorização do encontro e do diálogo, considerando que o objeto do estudo tem também o seu sujeito (BRYMAN, 2008).

A opção por cinco caminhos se justifica através da possibilidade de uma maior amplitude metodológica, que resultou em um melhor alcance no que se refere aos métodos de recolha e análise dos dados, aumentando a riqueza da pesquisa e superando as limitações de cada um. Nos valem do processo de *triangulação*. Tal processo permitiu ampliar as fontes de dados, bem como as formas de análise, possibilitando um constante cruzamento dos métodos e, conseqüentemente, dos dados, para que estes fossem confrontados, considerando a reflexão de eventuais contradições ou reafirmações (THURMOND, 2001). O caminho metodológico foi dividido, portanto, a partir dos métodos de recolha e do método de análise dos dados; todos eles pensados a partir dos objetivos geral e específicos da pesquisa (ver Quadro 1).

Vale salientar que o estudo necessariamente não se fechou nos procedimentos expostos, uma vez que consideramos que a metodologia deve dar conta da pesquisa, e não o contrário. Apesar de seguir os caminhos anteriormente indicados, a metodologia, portanto, esteve suscetível a modificações a partir da inserção no campo. Ela esteve sempre em construção, sendo alterada no decorrer da pesquisa, quando necessário, de modo a garantir informações, reflexões e análises críticas relacionadas aos objetivos expostos acima e a lidar com fatores alheios ao nosso controle. Consideramos que a constante reavaliação das escolhas teórico-metodológicas é um fator necessário ao andamento construtivo de qualquer processo de pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Quadro 1 – Quadro metodológico do estudo

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Método(s) de Recolha	Método(s) de Análise
Identificar e analisar os projetos, as estratégias e as práticas de resistência desenvolvidas/adotadas pelos agricultores familiares do Semiárido pernambucano, a partir de um assentamento rural de sequeiro do município de Petrolina/PE, tomando como base seu percurso nesse contexto.	Analisar o percurso histórico traçado pelos agricultores familiares para tornarem-se o que são atualmente	Entrevista Semiestruturada e Pesquisa Documental	Categorização
	Analisar o contexto regional no qual os agricultores familiares vivem e se reproduzem	Observação e Pesquisa Documental	
	Analisar os projetos dos agricultores familiares	Observação, Entrevista Semiestruturada e Pesquisa Documental	
	Identificar e analisar as estratégias de produção e relação com o mercado dos agricultores familiares frente aos bloqueios impostos	Observação, Entrevista Semiestruturada e Pesquisa Documental	
	Identificar e analisar as práticas fundiárias e técnicas produtivas particulares desenvolvidas pelos agricultores familiares	Entrevista Semiestruturada, Observação e Pesquisa Documental	
	Identificar as políticas produtivas desenvolvidas para os agricultores familiares, e como estes agricultores se apropriam delas	Entrevista Semiestruturada e Pesquisa Documental	

Fonte: o autor.

A Revisão Bibliográfica esteve presente durante toda o estudo, uma vez que é imprescindível para a fundamentação crítica do campo e dos conceitos envolvidos no trabalho; e também para a sua revisão constante. Para reflexão do contexto da pesquisa, os documentos do DNOCS, da SUDENE, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, do INCRA e da Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA foram de grande valia, pois continham um conjunto de informações importantes para caracterização do espaço. Os estudos dos autores que se dedicaram e se dedicam à compreensão da área também possibilitaram uma melhor compreensão e discussão, tais como Andrade (2011), Cavalcanti

(1997; 1999), Cavalcanti et al. (2014), Chilcote (1990), Duque (2007), Furtado (1998), Malvezzi (2016), Reis (2017), entre outros.

Para o debate sobre os agentes agricultores familiares, foram de suma importância um conjunto de autores clássicos que refletiram sobre o campesinato, uma vez que consideramos a relação de continuidade e de ruptura entre estas categorias (WANDERLEY, 2009a). Foram eles: Chayanov (1985), Mendras (1978), Shanin (2005) e Wolf (1976). Considerando a importante gama de intelectuais que se debruçaram sobre o tema no Brasil, e a sua importância para as reflexões dos agricultores familiares mais próximos à realidade de nosso contexto, contribuíram bastante as ideias de Candido (1964; 2009), Cohen; Duque (2001), Duque (2007; 2008; 2009), Garcia Jr. (1990), Garcia Jr.; Heredia (2009), Menezes (2002), Neves (2006), Queiroz (1979; 2009), Sabourin (2009a; 2009b; 2011), Wanderley (2009a; 2009b; 2011; 2014; 2015), Woortmann, E. (2009), Woortmann, K. (1990; 2009), e de um conjunto de textos reunidos da coleção História Social do Campesinato no Brasil (2009).

Já para as reflexões sobre os conceitos centrais, projetos, estratégias e práticas, foram fundamentais as obras resultantes da pesquisa comparativa internacional coordenada por Lamarche (1991; 1998), e todos os textos dos autores que integraram a equipe; de autores já citados acima e, ainda, o debate de Bourdieu (1972; 1989) sobre práticas sociais. As discussões de todos estes autores, e outros de igual importância, fundamentaram as análises realizadas ao longo de todo o estudo, seja na construção dos conceitos ou na análise do campo.

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados para a coleta dos dados, a *pesquisa documental* foi realizada com o objetivo de apreender e analisar os documentos, dos mais variados tipos, que continham informações sobre o assentamento e seus moradores. Esta se caracteriza como uma técnica que oferece possibilidades de investigação da vida social de sujeitos através da análise de fontes primárias textuais (audiovisuais, iconográficas etc.) que possuam informações relevantes (considerando os objetivos da pesquisa) sobre suas vidas, decisões, ações, relações etc. (FLICK, 2009). A diferença entre a pesquisa documental e a revisão bibliográfica está justamente

“(…) na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (...) As fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador(a) que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de segunda mão, ou seja,

informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 06).

No nosso caso, em particular, utilizamos como documentos as atas das reuniões da associação de moradores do assentamento, de 13 de janeiro de 2007 (data de fundação da associação) até 16 de agosto de 2017 (última ata produzida até o acesso aos documentos); ofícios expedidos pela instituição; Relação de Beneficiários – RB, concedida pelo INCRA para uso da terra; Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento necessário para acesso a programas; recibos de entregas e recebimento de produtos, ração, animais etc. da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; mapa da área, com todos os seus destacamentos; Auto de Imissão de Posse, concedido pela justiça para formalização da compra da terra; formulários de acesso à programas sociais e produtivos, bem como informações sobre pagamentos, recursos e valores; dentre outros. Todos estes documentos foram cedidos por uma das lideranças do assentamento, com a anuência dos demais membros da associação.

No processo de leitura dos documentos, estivemos atentos ao contexto no qual eles foram produzidos, bem como no universo social dos autores na tentativa de compreender os sentidos dados à redação, priorização de determinadas informações, suas fontes e confiabilidade. Foram considerados, portanto, quatro fatores importantes no uso deste procedimento metodológico: autenticidade, observando a origem dos documentos; credibilidade, averiguando a existência de distorções ou erros; representatividade, examinando se os documentos condiziam com a sua classificação; e significação, certificando se os documentos eram claros e compreensíveis (FLICK, 2009).

Quadro 2 – Organização das informações da pesquisa documental

Data	Pontos centrais discutidos	Comentários
13/01/2007 – Ata de Fundação da Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Assentamento Lyndolpho Silva	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do estatuto; - Eleição da diretoria executiva, suplentes e conselho fiscal; - Apresentação dos sócios fundadores. 	Foram selecionados os componentes da diretoria da associação através de voto direto, bem como foram escolhidos os sócios fundadores, todos advindos do tempo do acampamento. O estatuto foi aprovado por unanimidade. A reunião contou com representantes do STR e do INCRA, demonstrando alguma aproximação entre o assentamento e as instituições.

Fonte: o autor.

Como forma de melhor organizar as informações contidas nos documentos, construímos quadros para a concentração dos dados, registrando data, objetivo, contexto, quem expediu, para quem foi encaminhado e tecendo comentários e reflexões para auxílio no momento de análise e escrita. Para organização das informações registradas nas atas da associação, por exemplo, construímos um quadro contendo a data de realização da reunião, seu objetivo, participantes, pauta e comentários, conforme demonstramos no Quadro 2 a partir da primeira ata da associação. Tal estratégia foi de grande importância para facilitação das análises posteriores e construção de categorias a partir da recorrência de informações e temas mais discutidos, otimizando a pesquisa documental.

Outro procedimento, a *entrevista semiestruturada*, nos possibilitou conversar com 35 pessoas, de 19 lotes diferentes, todos agricultores familiares residentes do assentamento, homens e mulheres maiores de idade, para obtenção de informações necessárias à análise. Foram, também, entrevistados representantes de instituições que, geralmente, apoiam projetos ou prestam assessoria e serviços ao assentamento para execução de projetos, estratégias e práticas; para que, no confronto com as representações dos agentes envolvidos no processo, fosse possível avaliar as convergências e divergências apresentadas. Conversamos, ainda, com quatro funcionários da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Diamantina Projetos, atuante no assentamento.

A importância da utilização de entrevistas qualitativas pode ser resumida a partir de três argumentos defendidos por Poupart (2008), a saber:

(1) a entrevista qualitativa seria necessária, uma vez que a exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais; (...) (2) por abrir a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais; (...) e (3) a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as ferramentas de informação capazes de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores (p. 216).

Concordamos com o autor no que se refere à importância dos depoimentos dos agentes sociais para a reflexão e compreensão de um determinado contexto, bem como de seus dilemas, uma vez que as entrevistas são potenciais instrumentos de acesso a experiências particulares. Através das entrevistas, portanto, foi possível explorar parte significativa dos sentidos atribuídos pelos próprios agricultores familiares às suas experiências. Foi utilizado, então, um roteiro de entrevista semiestruturado (ver Apêndice I), composto por um conjunto de questões

diretamente relacionadas com as categorias centrais do estudo, considerando que este daria um norte à entrevista, além de garantir minimamente a realização de questões necessárias à pesquisa, mas não restringindo a mesma a estas indagações previamente elaboradas. Tal modelo de entrevista permitiu que fossem realizadas, portanto, questões surgidas no próprio processo, valorizando o encontro entre entrevistador e entrevistado, a fala deste último e as reflexões imediatas do pesquisador (DALL'AGNOL; TRENCH, 1999).

Para o andamento eficaz do processo de entrevista, bem como para melhor organização da mesma, nos baseamos, de forma adaptada, nos passos sugeridos por Gaskell (2002), sem nos restringir aos mesmos caso fosse necessária uma reorganização. Os passos foram: (1) preparação do tópico guia; (2) definição se a entrevista seria individual ou em grupo; (3) delineamento de uma estratégia para seleção dos participantes; (4) realização de um piloto para testagem; (5) adequações, se necessário, para realização das entrevistas; (6) transcrição das entrevistas; e (7) análise do texto. Tivemos o cuidado de considerar os aspectos éticos relacionados à pesquisa, informando sobre a participação voluntária e explicando sempre que necessário as perguntas e o cuidado com as respostas.

Com relação ao procedimento de *observação*, foram realizadas anotações no caderno de campo para registro das dinâmicas comunitárias, recorrência de padrões, bem como o processo de transformação contínua da cultura (ZALUAR, 1986) a partir das atividades diárias, reuniões semanais e mensais nos mais variados espaços (associações, casas etc.); e nos/dos demais achados empíricos. Com este método, objetivamos buscar a compreensão do fenômeno estudado através do entendimento profundo de suas particularidades, bem como do desenvolvimento destas, preservando-se ao máximo os dados colhidos, os espaços estudados e as observações resultantes da interação entre os sujeitos da pesquisa – pesquisador e pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2007).

O objetivo inicial era o de realizar uma observação participante, entretanto consideramos a mudança ao longo da pesquisa em virtude das dificuldades de acompanhamento contínuo e inserção profunda no assentamento por conta das inúmeras atividades dos moradores e da impossibilidade do pesquisador. Assim, alteramos o método para observação simples, de forma planejada (buscando fatores específicos, mas abertos ao que o campo oferecia), na vida social dos agricultores familiares assentados. Esta é aqui compreendida como “(...) uma técnica de coleta de dados para conseguir informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste em apenas ver e ouvir, mas também em

examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 88), tomando como referência os seus acontecimentos *in loco*. Ou seja,

(...) o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 90).

Amparados nas ideias da observação, e conscientes da dificuldade de utilização desta como método de recolha de dados, redobramos o cuidado para com seu uso. Nesse sentido, acompanhamos o Assentamento Lyndolpho Silva durante 07 meses – de julho de 2017 a janeiro de 2018 – participando de reuniões, visitando os lotes da vila e os lotes produtivos, as atividades dos agricultores etc. As visitas ocorreram, em geral, aos sábados, dias em que os assentados tinham maior disponibilidade para conversar, mostrar seus lotes, criações e produções. Uma das lideranças sempre acompanhava as conversas e visitas, tirando eventuais dúvidas, auxiliando no processo de explicação da pesquisa e mediando a relação entre pesquisador e pesquisado. Todas as visitas eram imediata e sistematicamente anotadas em um caderno de campo, e repassadas para um computador, junto às reflexões e proposições gerais, posteriormente.

Estabelecidos os métodos para recolha dos dados, seguimos o caminho da categorização para análise dos mesmos. Entretanto,

Construir categorias de análise não é tarefa fácil. Elas surgem, num primeiro momento, da teoria em que se apoia a investigação. Esse conjunto preliminar de categorias pode ser modificado ao longo do estudo, num processo dinâmico de confronto constante entre empiria e teoria, o que dará gênese a novas concepções e, por consequência, novos olhares sobre o objeto e o interesse do investigador (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 12).

Conforme já estabelecido no quadro metodológico (Quadro 1), objetivamos, a partir deste método de análise, refletir sobre os dados encontrados. Nesse sentido, visando uma maior organização e sistematização das informações que foram observadas e, na mesma medida, registradas no caderno de campo, informadas diretamente nas entrevistas e encontradas nos documentos analisados, realizamos categorizações para análise futura (MINAYO, 1994). No que se refere às entrevistas mais especificamente, foram feitas transcrições na íntegra para

posterior sistematização, decodificação e categorização. Mesmo que o processo de transcrição das entrevistas não seja considerado um método propriamente dito, ao longo do estudo foi dada a devida atenção ao mesmo na medida em que o compreendemos, também, como um processo passível de interpretação; ou seja, as falas que são transcritas também estão suscetíveis a interpretações e compreensões diversas. Tentamos, portanto, ao máximo, transcrever as falas respeitando as colocações de cada um dos participantes a partir do sentido em que os mesmos as elucidaram. Consideramos, aqui, então, a técnica de transcrição de entrevistas como parte essencial do processo de recolha e tratamento dos dados.

As categorias foram pensadas visando a transformação das discussões teóricas e dos dados encontrados no campo em categorias analíticas, sistematizadas e organizadas, facilitando e permitindo maiores reflexões. Levando em consideração, portanto, que “as categorias podem ser estabelecidas antes do trabalho de campo, na fase exploratória da pesquisa, ou a partir da coleta de dados” (MINAYO, 1994, p. 70), tanto entramos no campo com categorias pré-estabelecidas, considerando um conhecimento prévio da área e a fundamentação da literatura e de documentos secundários anteriormente consultados; como formulamos novas categorias através dos achados empíricos. Ficaram como categorias de análise centrais da pesquisa, como veremos ao longo da discussão, as questões envolvendo a *história* e o percurso dos agricultores, suas estratégias para acesso à *terra*, à *água* e às *políticas públicas* (sociais e produtivas), *culturas/criações* desenvolvidas, suas formas de organização familiar para o *trabalho*, *comercialização* da produção, aquisição de uma *renda* e suas *práticas sociais*.

Com as metodologias expostas acima, tanto de recolha como de análise dos dados, foi possível cumprir nosso objetivo de investigar os projetos, estratégias e práticas relacionados ao processo de resistência da agricultura familiar no contexto do Semiárido, tomando como base a história do Assentamento Lyndolpho Silva, do município de Petrolina/PE. A partir da triangulação dos métodos elencados, a riqueza dos dados e da análise dos mesmos foi de imensa importância para o bom andamento da pesquisa. Porém, chamamos a atenção novamente para o fato de que a metodologia esteve em constante reavaliação a partir da imersão no campo, bem como a partir do próprio processo de pesquisa. Isso não significa dizer que as metodologias escolhidas foram frágeis e por isso passíveis de modificação; novamente, nos posicionamos a favor de que a metodologia deve responder aos objetivos da pesquisa, e não o contrário. Por esse motivo, a colocamos em cheque constantemente, o que certamente se constituiu numa fase essencial do processo de investigação científica.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE

A discussão que se segue, ou a Tese propriamente dita, está organizada, além desta introdução, em cinco itens: os itens 2, 3 e 4, mais teóricos e relacionados aos três elementos centrais de nossa análise: contexto, agentes e conceitos; e os itens 5 e 6, estes mais analíticos, a partir dos quais articulamos o debate teórico aos achados empíricos. Acreditamos que esta foi a melhor forma de organização do debate, tanto para uma caracterização e discussão mais geral, como para análise e reflexão de nosso campo de pesquisa, todos integrados e significativos para elucidação das questões colocadas e dos objetivos gerais e específicos. Isso não quer dizer, entretanto, que nos primeiros itens não são realizadas reflexões; dialogamos diretamente com os autores lidos. A Tese, portanto, está dividida em cinco itens (capítulos), além de introdução e considerações finais.

No *Item 2*, está apresentado o contexto mais específico no qual o estudo foi realizado, discutindo os principais fatores que estiveram envolvidos na elaboração e implementação de políticas públicas para o Nordeste brasileiro, destacando as ações institucionais do Estado e as consequências destes fatores para o espaço rural e para a agricultura familiar. Analisamos especificamente as ações direcionadas ao polígono das secas, depois Semiárido, e seus objetivos de combate à seca. Como contraponto, discutimos a proposta de convivência com o Semiárido, e também a contradição entre dois modelos de produção: os grandes projetos de irrigação e a agricultura de sequeiro, já tomando como referência o município de Petrolina, de forma mais geral, e o Assentamento Lyndolpho Silva, de maneira mais particular.

No *Item 3*, são discutidas as principais conceituações que embasam as reflexões sociológicas sobre o campesinato e a agricultura familiar, e sobre quais nos apoiaremos. Apresentamos toda a diversidade que envolve o campesinato e a agricultura familiar, suas rupturas e continuidades, a compreensão desta não somente como um modelo de produção agrícola diferenciado, mas como um modo de vida específico, e suas dificuldades para continuar existindo e se reproduzindo no Brasil, principalmente a partir da dificuldade histórica de acesso à terra. Realizamos reflexões sobre esta categoria como um modelo bloqueado e consideramos suas especificidades diante de sua história. Aproximamos, por fim, nosso debate sobre a agricultura familiar do contexto no qual ela está, neste estudo, inserida (Semiárido), ressaltando algumas de suas características que, para nós, são mais significativas: migração, ajuda mútua, pluriatividade, resistência, reciprocidade, dentre outras.

No *Item 4*, desenvolvemos os conceitos centrais da Tese, para os quais está orientada toda a discussão até este ponto: os projetos, as estratégias e as práticas. Fundamentamos o conceito de *projeto* a partir dos modelos original e ideal de Hughes Lamarche, a *estratégia* como uma reação/planejamento dos agricultores e as *práticas* como uma concretização de suas escolhas. Em seguida, analisamos a relação dinâmica entre os três conceitos, e situamos nossa compreensão dentro da teoria sociológica, afirmando o caráter de *agente* dos agricultores familiares. Apresentamos, ainda, para quais projetos, estratégias e práticas estão centradas as reflexões, justificando a escolha: o acesso à terra, à água e as políticas públicas, e a organização familiar para o trabalho, aquisição de uma renda e comercialização da produção.

No *Item 5*, discutimos duas categorias iniciais: a *história* dos agricultores familiares até o momento de realização da pesquisa e suas estratégias e práticas para o acesso à *terra*. Discutimos também os seus projetos, em geral orientados para tornarem-se produtores de mercadorias. Resgatamos seus percursos, chegada à Petrolina, formação de acampamento e entrada no assentamento; e a história da área comprada e cedida pelo INCRA através do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Nos debruçamos, por fim, sobre as principais formas de organização social, suas relações, organização a partir do associativismo e estabelecimento das lideranças, divisão dos lotes e primeiras estratégias de financiamento e acesso a demais programas.

No *Item 6*, nos debruçamos sobre as demais categorias estabelecidas para análise e discussão de nossos objetivos e questões: constituição *familiar* e organização para o *trabalho*, a questão da *água* e seu papel limitador, principais *culturas/criações* desenvolvidas pelos agricultores familiares, *comercialização* da produção, estratégias de busca pelo acesso a *políticas públicas* sociais e produtivas, caminhos para constituição de uma *renda* e um resumo sobre suas principais *práticas sociais*. De maneira geral, já apontaremos nossas reflexões sobre o estudo, elucidando as bases para as nossas considerações finais, sempre tomando como referência o estabelecimento de uma ponte entre a teoria e a empiria.

Por último, fazemos considerações finais acerca do debate, sem a pretensão de esgotar a discussão, mas orientados para responder às questões inicialmente colocadas à respeito dos projetos, estratégias e práticas de resistência dos agricultores familiares no Semiárido brasileiro, tomando como referência o Assentamento Lyndolpho Silva.

2 VISÕES EM CONFLITO: PARTICULARIDADES DE UMA REGIÃO POLISSÊMICA

Um dos fatores de grande importância a serem considerados nos estudos de cunho sociológico é o contexto. Para maior compreensão sobre o tema, grupo, local etc. estudados, é preciso considerar sua história específica, sem deixar de lado as relações tecidas com um macrocontexto e o conjunto de variáveis que contribuíram para a sua formação, as quais influenciam direta e indiretamente em suas formas de entendimento de mundo. É pensando neste fator que iniciaremos o nosso debate justamente a partir do contexto em que o estudo é realizado: o *Nordeste Semiárido brasileiro*, espaço de tensões entre visões de mundo conflitantes, disputas e contradições.

A história desta região é interessante e curiosa. Num primeiro momento de colonização do país foi a região mais rica, onde se concentrou a produção agrícola açucareira e onde estava também o centro de decisões políticas, uma vez que Salvador era a capital da colônia. A partir da queda da produção monocultora da cana-de-açúcar, momento em que o café torna-se o centro das atenções, o Nordeste passa de protagonista a coadjuvante no cenário político, administrativo e econômico brasileiro, fato acentuado no século XX a partir da industrialização do país, quando a região Sudeste vira alvo de boa parte dos investimentos. Entre o Brasil colônia e o Brasil república muito se muda, principalmente com relação aos espaços de decisão política e aos modelos de relações econômicas (CAVALCANTI et al., 2014; CHILCOTE, 1990; PRADO JR., 2008).

Aproximadamente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, sob o pretexto das condições climáticas, muitas visões sobre o Nordeste encaram-no não somente como coadjuvante, mas também como um espaço que necessitaria de atenção especial em virtude de suas específicas dificuldades sociais, políticas e econômicas. A região outrora centro das atenções por suas riquezas passa a ser encarada como região de problemas de difícil resolução (ANDRADE, 2011). Destas questões, surgem importantes visões sobre a região, fundamentando estratégias de ação para a resolução de suas demandas: uma que defende o combate às características naturais da região, modificando-a de modo a garantir a execução de projetos de desenvolvimento comuns a outros espaços; e outra que defende a compreensão de suas especificidades para conviver com suas características, desenvolvendo-a apropriadamente.

Na história do Nordeste, no que se refere ao espaço rural, é evidente a divisão de seus ocupantes em dois tipos: grandes proprietários e produtores rurais, apoiados pelo Estado e

voltados principalmente para o mercado externo e de outras regiões do país; e agricultores familiares, que desenvolvem outra agricultura voltada à segurança alimentar da própria família e ao mercado interno, principalmente o local, os quais concentram sua força de trabalho e a de sua família em sua própria propriedade, e realizam trabalhos externos para complementar a renda ou investir na produção. No conflito de forças entre estes dois tipos, principalmente no que concerne ao acesso à terra, o primeiro modelo se sobressai a partir dos incentivos e apoios do Estado, que garantem acesso e concentração dos meios de produção. As questões envolvendo a propriedade da terra, por exemplo, são fundamentais para o entendimento das formas de vida do espaço rural nordestino (e de todo o Brasil), pois fundamentam um conjunto de práticas particulares relacionadas não somente à produção, mas também às formas de compreensão do mundo (ANDRADE, 2011; CHILCOTE, 1990).

Com relação aos grandes proprietários,

Seu domínio se manifesta através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau etc. – e ao completo desprezo às lavouras de subsistência ou lavouras de pobre, como se diz frequentemente no Nordeste. As primeiras têm crédito fácil, garantia de preços mínimos, assistência de estações experimentais, comercialização organizada etc., enquanto as segundas são abandonadas ao crédito fornecido por agiotas, às tremendas oscilações de preço entre a safra e a entressafra e à garantia dos intermediários. Daí o florescimento constante da grande lavoura e, conseqüentemente, da grande propriedade, e o estacionamento, talvez mesmo a decadência da pequena lavoura, a qual está ligada à pequena propriedade (ANDRADE, 2011, p. 64).

Esta divisão entre grandes empresários rurais e agricultores familiares também pode ser evidenciada no Submédio São Francisco, cenário no qual o assentamento rural petrolinense Lyndolpho Silva, foco de nosso estudo, está localizado: de um lado estão os grandes empresários que, atraídos pela infraestrutura hídrica possibilitada pelo Estado, investiram principalmente na produção de frutas frescas para a exportação; e de outro estão os pequenos produtores e criadores, atraídos à região a partir de projetos de colonização e/ou de reforma agrária (assentamentos), que pouco ou nada dispõem de estrutura de irrigação e produzem em regime de sequeiro, forma agrícola que depende diretamente da água das chuvas (MEDEIROS et al., 2012). As condições de produção destes modelos são muito diferentes entre si, e simbolizam a distinção feita pelo Estado ao abordar cada um deles: se por um lado a [atualmente chamada] agricultura empresarial é protegida e incentivada pelo aparelho estatal, por outro a agricultura familiar é desprezada em todo o seu potencial (WANDERLEY, 2009b).

Neste segundo item, portanto, temos como objetivo central a apresentação do contexto mais geral e específico no qual o estudo está sendo realizado. Analisaremos as ações institucionais do Estado, considerando principalmente o DNOCS e as propostas da SUDENE através de Celso Furtado, para o combate às secas e as consequências destas ações. Discutiremos, ainda, a política de convivência com o Semiárido, defensora deste espaço como um local de riquezas inexploradas, resistente e de projetos. Por último, debateremos a contradição entre dois modelos de produção no Submédio São Francisco: os grandes projetos de irrigação e a agricultura de sequeiro. Para abordagem destas temáticas, este item está dividido em três subtópicos, além desta pequena introdução: (1) um primeiro apresentando uma caracterização mais geral do Nordeste, e discutindo as ações institucionais do Estado para o combate à seca; (2) um segundo debatendo a política de convivência com a seca, a qual inverte a lógica de combate; e (3) um terceiro sobre as tensões e contradições existentes entre estes dois modelos.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO

Segundo Andrade (2011), a região Nordeste do Brasil assumiu a configuração atual somente em 1968, a partir de uma divisão do país realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Passaram a ser considerados estados nordestinos: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe, totalizando nove Unidades Federativas – UF's (ver Figura 1). Antes disso, não havia uma delimitação territorial oficial, ficando a critério das instituições governamentais, tais como o Banco do Nordeste do Brasil – BNB e a SUDENE, a delimitação da região através da definição de suas áreas de atuação (ANDRADE, 2011).

A região, primeira a ser ocupada no processo de colonização do país, possui atualmente uma área total de 1.554.291,744 km² (19% do território nacional), e uma população aproximada de 54 milhões de habitantes (cerca de 26% da população brasileira). Dentre as cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: 0,659. É, ainda, dividida em quatro sub-regiões (ver Figura 2): (1) Meio-Norte, compreendendo todo o estado do Maranhão e parte significativa do Piauí; (2) Sertão, a mais extensa dentre as quatro; (3) Agreste, compreendendo uma área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão; e (4) Zona da Mata ou Litoral Oriental, ocupando desde o litoral norte-rio-grandense até o do sul da Bahia (ANDRADE, 2011; IBGE, 2010).

Figura 1 – Mapa da região nordeste



Fonte: <http://www.infoescola.com/geografia/regiao-nordeste/>.

O *Meio-Norte* é considerado uma área de transição entre as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, ocupando aproximadamente 1/4 (um quarto) do território nordestino, e abrigando cerca de 16,9% da população desta região (9.126.000 habitantes). Tem como principais vegetações o cerrado e a floresta de cocais, esta última em grande ascensão por conta do desmatamento das áreas de floresta amazônica. Os pequenos agricultores desenvolvem o plantio do arroz, da mandioca e do milho, dividindo-se entre a venda e o consumo. Parte destes agricultores migram constantemente para o oeste em busca de terras mais férteis, e também em virtude de conflitos agrários com grandes proprietários, os quais concentram áreas para a criação extensiva de gado e exploração madeireira (ANDRADE, 2011; IBGE,2010).

O *Agreste* compreende uma faixa de transição, como supracitado, que vai do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, passando por Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e abrigando cerca de 23,7% da população nordestina (12.798.333 habitantes). É uma área que se assemelha em alguns locais mais com o sertão, e em outros mais com a Zona da Mata. Tem em seu espaço muitos brejos e áreas de caatinga que variam em densidade. Embora tenha sido colonizada por criadores de gado de corte, esta sub-região é atualmente considerada mais agrícola que pecuarista, uma vez que em seu território se produz cana-de-açúcar, mandioca, milho, legumes,

fumo, cacau, frutas, entre outras culturas, voltadas para o comércio interno e externo (ANDRADE, 2011; IBGE, 2010).

Figura 2 – Mapa das sub-regiões da região Nordeste



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=33240>.

A *Zona da Mata ou Litoral Oriental* também ocupa uma área que vai do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, contudo está localizada no extremo oriente, compreendendo a área litorânea. Grande parte da população nordestina está localizada nesta sub-região (aproximadamente 32%, ou 17.280.136 habitantes), que ocupa cerca de 18% do território regional. Sua vegetação é em grande parte de Mata Atlântica, chegando a possuir também áreas semelhantes às de cerrado. As atividades agropecuárias giram em torno na produção de açúcar (herdeira das áreas de *plantation*), cacau e fumo, e da criação de gado de corte. É a região de maior densidade demográfica por conta da urbanização, tendo em seu território também diversas atividades industriais (ANDRADE, 2011; IBGE, 2010).

Já o *Sertão ou Litoral Setentrional* ocupa mais da metade do território nordestino (aproximadamente 55%), e abriga cerca de 27,4% (14.796.274 habitantes) da população regional, estando ausente somente no estado do Maranhão. O litoral norte da região Nordeste também é englobado na sub-região sertaneja por possuir a alguns metros do mar sua vegetação

típica, a caatinga, e por considerarem-se, os próprios moradores, sertanejos. Por sua vasta extensão, possui uma notável diversidade em seu território, contudo o debate sobre as especificidades de seu clima é comum em todos os seus espaços, gerando laços sociais entre seus moradores (ANDRADE, 2011).

O Sertão possui duas estações: uma chuvosa, que vai de dezembro a março (oficialmente o verão, mas socialmente conhecida entre os sertanejos como inverno devido às próprias chuvas); e uma de estiagem, que dura o restante dos meses do ano (denominada pelos sertanejos de verão). Ciente de tal fato, os sertanejos buscam a produção no período chuvoso para a comercialização e a estocagem de alimentos que os auxiliará na passagem pelo período sem chuvas, tais como o milho, o feijão, a mandioca, a cana-de-açúcar etc.; e também a criação de animais (bovinos, caprinos, ovinos e aves) para auxílio na alimentação ou venda, garantindo recursos para a família. As estações alternam-se entre uma de fartura e outra de privações, todavia ciclicamente o sertão passa por períodos de seca, ocasionadas pelo prolongamento da estiagem, ou seja, pela falta das chuvas durante anos, as quais deixam de vir nos meses citados (ANDRADE, 2011; DUQUE, 2007).

A água tem sido central nas reflexões sobre esta sub-região. A seca que periodicamente atinge o sertão foi e ainda é alvo de debates e ações por parte do Estado, que tenta combater seus efeitos. Dentre os grupos afetados nos espaços rurais, os que mais sofrem são os agricultores familiares que geralmente perdem sua produção e não possuem condições de transferir seus animais para áreas mais úmidas e ricas em pastagem – prática comum realizada pelos grandes criadores –, bem como não são contemplados apropriadamente pelas poucas ações protecionistas do Estado. Resta-lhes, muitas vezes, a resistência através de estratégias próprias, o trabalho nas grandes propriedades dotadas de estrutura para suportar os efeitos da escassez de chuva, a migração para áreas urbanas em busca de empregos etc.

2.2 AS AÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO ATRAVÉS DO DNOCS, E A INDÚSTRIA DAS SECAS

As tentativas do Estado, desde o século XIX, de solucionar os efeitos da seca do sertão nordestino tiveram como foco central o combate às suas consequências, ou à sua existência. Data de 1918, por exemplo, o primeiro debate sobre a possibilidade de transposição das águas do rio São Francisco, principal rio da região Nordeste e único permanente do sertão (CABRAL, 2011). Divididas em medidas de curto, médio e longo prazo, todas tinham como objetivo o

enfrentamento ao clima natural da região através de estratégias como transferência da população sertaneja para outras regiões, criação de empregos através da industrialização das áreas urbanas ou de frentes de trabalho, construção de infraestrutura para armazenamento de água, tais como açudes e poços, criação de instituições locais com objetivos específicos, planos de ação interministerial etc. (CHILCOTE, 1990).

Foram duas as principais instituições do Estado que desenvolveram estas ações: o DNOCS, oriundo do Instituto Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, antes chamado de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS; e a SUDENE, fundamentada nas discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, e criada no governo Juscelino Kubitschek como um modelo do programa desenvolvimentista daquele período. Ambas as instituições passaram por grandes reformulações, mas ainda continuam em atividade como autarquias federais vinculadas ao Ministério da Integração Nacional do Governo Federal (CABRAL, 2011; CAVALCANTI et al., 2014).

Instituição mais antiga a atuar no Nordeste, o DNOCS surgiu em 1909 sob o nome de IOCS, tornando-se IFOCS dez anos depois e recebendo a nomenclatura atual somente em 1945. Seu principal objetivo era a realização de estudos para a resolução dos problemas da seca no Nordeste, principalmente na área denominada Polígono das Secas, adotando, para isso, quatro políticas: favorecimento de áreas e obras para o combate às secas e inundações (principalmente através da construção de açudes); irrigação; transferência da população para áreas de irrigantes ou localidades abrangidas por estes projetos (colonização); e outras ações determinadas pelos Governo Federal nas áreas de saneamento, assistência às populações vítimas de calamidades públicas e ações de parceria com os municípios (CAVALCANTI et al., 2014; CHILCOTE, 1990; DNOCS, 2013).

A categoria Polígono das Secas foi criada a partir da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, mediante delimitação de espaço para atuação do então IFOCS, e caracterizava a região do Nordeste de mais baixa pluviosidade e mais suscetível às secas e seus efeitos, reunindo municípios do Sertão e do Agreste (BRASIL, 1936). A distinção deste espaço, então chamado de Poligonal, foi feita com o objetivo de direcionar recursos, obras e demais ações específicas em consequência de suas características climáticas. Após o Decreto-Lei Nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945, os limites do Poligonal passaram a determinar a área de atuação do DNOCS. Em 13 de setembro de 1946, através do Decreto-Lei Nº 9.857, e novamente em 10 de fevereiro de 1951, a partir da Lei Nº 1.348, a área do Polígono das Secas foi redefinida, ampliando-se o número de municípios.

Em 11 de dezembro de 1968, em virtude do Decreto Nº 63.778, somente poderiam ser incluídos os municípios, na área denominada Polígono das Secas, criados através do desmembramento de outros municípios já inseridos neste espaço; e passaria a ser responsabilidade da

(...) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE verificados os pressupostos de fato e observado o disposto neste Decreto, declarar, em ato do Superintendente, quais os Municípios considerados como pertencentes ao Polígono das Sêcas nas condições e para os efeitos do artigo 2º, da Lei nº 4.763, de 30 de agosto de 1965 (BRASIL, 1968).

Em 1989, a área designada Polígono das Secas passou a ser parte de um novo recorte político-geográfico, denominado Semiárido brasileiro, o qual será discutido adiante. Desde então, o primeiro termo caiu em desuso dando lugar a esta nova nomenclatura (CODEVASF, 2010).

Definida a área de atuação do DNOCS, as primeiras ações dessa instituição tinham como fim a realização de estudos, os quais foram de caráter bastante geográfico e científico, com o objetivo central de compreender a região, seus problemas e potencialidades, e elaborar um diagnóstico que fundamentasse um plano de ações. Foram montados, então, programas de pesquisa que tiveram como protagonistas diversos profissionais, brasileiros e estrangeiros, principalmente oriundos das engenharias. Como resultado, foram elaboradas as primeiras cartografias da região, voltadas principalmente para a formação de um resumo sobre suas particularidades geográficas, tais como capacidade hídrica, pluviometria média, tipos de solos etc. (DNOCS, 2013).

Tendo seu diretor indicado diretamente pelo Governo Federal, foi marcante no DNOCS, como em muitas instituições governamentais, a quebra de atividades em virtude dos diferentes interesses e objetivos de cada plano de governo. Assim, logo em seus primeiros anos, em virtude de sucessão presidencial, o DNOCS sofreu uma grande mudança, passando a ser a construção de obras o seu principal objetivo, sem necessariamente realizarem-se estudos mais empíricos. As ações de combate à seca gestadas pela instituição se dividiram em duas linhas: uma de curto prazo e outra de médio e longo prazo. As medidas de curto prazo se resumiam à oferta de empregos pelo Estado através da criação de frentes de trabalho para a execução de grandes obras públicas (abertura, construção e conserto de estradas, etc.). Já as medidas de médio e longo prazo se concentravam no represamento de água através da construção de açudes, os quais diminuíam os efeitos da seca sobre a criação animal, mas em quase nada alteravam suas

consequências sobre a agricultura de subsistência. Como resultado, ambas as linhas de ação potencializaram a fixação dos moradores às suas localidades, agravando, segundo a SUDENE, o problema da sobrecarga demográfica. “Não há como escapar à conclusão de que toda e qualquer medida que concorra para aumentar a carga demográfica, sem aumentar a estabilidade da oferta de alimentos, está contribuindo em última instância para tornar a economia mais vulnerável à seca” (SUDENE, 1967, p. 70).

Foi principalmente no anos 1950, no governo Juscelino Kubitschek, que o DNOCS passou a ter como um de seus objetivos a implementação dos perímetros irrigados, que partia de uma política de desapropriação da terra para estruturá-la e disponibilizá-la ao assentamento de colonos. Após o golpe militar de 1964, o DNOCS assume um caráter clientelista na escolha dos colonos, respondendo a interesses políticos particulares que já vinham ocorrendo com a política de açudagem e através do apossamento do departamento pela oligarquia local, como mais tarde seria denunciado através do escândalo da “Indústria das Secas” (CABRAL, 2011; CALLADO, 1960).

Esse termo foi criado por Antônio Callado, que publicou uma série de reportagens denunciando as formas pelas quais os grandes latifundiários transformavam os problemas decorrentes da seca em um lucrativo negócio. Segundo Callado (1960), os açudes e vias construídas pelo DNOCS acabavam por não atender os interesses da população rural realmente necessitada, mas os interesses diretos dos grandes proprietários, sendo construídos açudes, inclusive, dentro de suas propriedades para uso particular². Outro fator denunciado foi a exploração dos trabalhadores rurais, os quais eram submetidos a condições de trabalho precárias e tinham parte significativa de seus direitos violados (CALLADO, 1960; CHILCOTE, 1990).

Tais questões resultaram em um conflito ideológico interinstitucional entre o DNOCS e a SUDENE, após a criação desta última. Com o objetivo de definir as áreas de atuação destas duas instituições, o Estado separou as ações de supervisão e coordenação, ficando a cargo da SUDENE, das ações de execução, operação e manutenção de projetos, estas passando a ser responsabilidade do DNOCS. Tal questão determinou uma discrepância de propostas entre as instituições, resultando em constantes tensões e atritos entre elas. As ações de irrigação/colonização, por exemplo, acima citadas, foram projetadas pela SUDENE, cabendo

² Para Celso Furtado, a seca era, sobretudo, um negócio. “Como já disse, há a indústria da seca, gente que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar as frentes de trabalho etc. A seca é um negócio. Na Paraíba, por exemplo, havia as fortunas feitas pela seca; diversas fortunas de Campina Grande decorriam de vantagens públicas. Isso mostra a ligação entre a máquina política, o controle da administração...” (FURTADO, 1998, p. 25).

ao DNOCS a sua implementação, o que resultou numa modificação das ações que eram suas principais bandeiras: a açudagem e a viação (CHILCOTE, 1990; DNOCS, 2013).

2.3 AS AÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO ATRAVÉS DA SUDENE

A SUDENE surgiu em 1959, tendo suas ideias iniciais fundamentadas nas discussões do GTDN; e sendo fruto da política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. Apesar de também ser uma instituição do Estado, suas ações iniciais, principalmente em seus quatro primeiros anos de existência, não representam uma continuidade às políticas do DNOCS, mas uma tentativa de implementação de novas ideias, de propostas diferenciadas, já apontando uma necessidade de adequação às especificidades regionais. Teve como principal idealizador o economista Celso Furtado, o qual esteve à frente das ações da instituição durante seus primeiros anos (CAVALCANTI et al., 2014; CHILCOTE, 1990). Em 1959, o fenômeno natural das secas já era conhecido, tendo ocorrido inclusive duas grandes nesta década: uma em 1952, que levou à criação do BNB; e outra em 1958, que teve como consequência a realização de uma reunião entre o então governo e uma série de intelectuais que resultou na “Operação Nordeste”, a qual deu origem à ODENO (Operação de Desenvolvimento Econômico do Nordeste), mais tarde CODENO (Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste). Junto a um seminário realizado em Garanhuns/PE, a instalação do CODENO foi o primeiro evento para a apresentação da SUDENE (CABRAL, 2011).

O I Plano Diretor da SUDENE foi elaborado a partir do diagnóstico feito pelo CODENO e o GTDN sobre as especificidades do Nordeste, resumido em “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. Este último documento foi estruturado em torno de quatro diretrizes:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida (SUDENE, 1967, p. 14).

O principal objetivo da instituição era dirimir as diferenças econômicas e sociais entre o Nordeste e as demais regiões do Brasil, pois “(...) o principal problema econômico do Brasil, na atual etapa de seu desenvolvimento, é o da disparidade regional de ritmos de desenvolvimento” (SUDENE, 1967, p. 21). Assim, as ações visavam garantir ao Nordeste participação direta no projeto de crescimento e desenvolvimento nacional; alçar o Nordeste a uma importante região nesse processo, diminuindo a disparidade dos níveis de desenvolvimento entre esta região e o Centro-Sul, por exemplo; integrar o Nordeste ao restante do Brasil (SUDENE, 1967).

Os estudos do GTDN e da SUDENE apontavam que grande parte dos gastos do Estado com a região Nordeste eram provenientes das tentativas de combate aos efeitos da seca e suas consequências para as populações mais afetadas. Como eram de caráter assistencial, esses gastos pouco ou nada alteravam a estrutura econômica local ou sua capacidade produtiva³. Para a SUDENE, seria necessário aumentar e diversificar a produção do Nordeste, industrializando-o, potencializando suas exportações, diminuindo as importações e a dependência externa e gerando emprego e renda; tais ações seriam estratégicas para uma mudança da estrutura econômica local (SUDENE, 1967).

Um dos principais problemas identificados pela SUDENE, além das questões climáticas, foi a concentração fundiária. Numa comparação com a região Centro-Sul, a SUDENE identificou que a população rural nordestina era muito maior, tendo como principal atividade a agricultura, contudo possuía muito menos terra para trabalhar e capital para investir (SUDENE, 1967). Ou seja, no cerne da diferença entre estas regiões está a população nordestina mais ligada à agricultura, mas com menos recursos naturais, principalmente a terra; e com dificuldades climáticas naturais a serem combatidas. Era preciso providenciar um aumento da oferta de terras, bem como fortalecer a agricultura do Semiárido⁴ para resistir ao impacto das secas (SUDENE, 1966a).

O problema era que a principal fonte de renda dos moradores do sertão nordestino advinha justamente das atividades agrícolas, numa divisão entre a agricultura de subsistência,

³ A SUDENE reconhecia o aumento e importância dos recursos investidos pelo Estado para o desenvolvimento do Nordeste, contudo identificou a ineficácia destes investimentos, uma vez que em nada alterou as dificuldades econômicas e sociais desta região. Era necessária, para a instituição, a centralização do planejamento de ações e a descentralização da execução destas; a SUDENE seria o órgão central, tendo o poder de criar, modificar e/ou extinguir instituições de modo a garantir a execução de seu planejamento para o desenvolvimento do Nordeste.

⁴ Tanto em seus Planos Diretores como no documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, a região mais suscetível às secas é ora chamada de Polígono da Secas, ora de zona “semi-árida”. Ambas se referem ao mesmo espaço.

a produção de algodão em regime de meação e a pecuária extensiva. A agricultura de subsistência era a atividade principal e mais importante para os “pequenos agricultores”, bem como era o núcleo central da economia semiárida. Já a pecuária extensiva era o centro das atenções para os fazendeiros proprietários de terra. No meio disso estava a produção de algodão, plantado pelos pequenos agricultores combinado com outras culturas que garantiam a sua alimentação e a de sua família. Como a grande maioria destes agricultores não tinham terras, estas eram arrendadas e/ou a produção era realizada em regime de meação: para o uso da terra alheia, o mais comum era a realização de um acordo informal no qual todo o resultado produtivo era repartido meio a meio com o proprietário da área (ANDRADE, 2011; SUDENE, 1967). “A economia da região semi-árida caracteriza-se (...) por uma baixa produtividade e reduzido grau de integração nos mercados. Essa economia, extremamente débil, está, além disso, sujeita a crises periódicas de produção” (SUDENE, 1967, p. 64), justamente por conta de especificidades climáticas. O problema das secas se agravava ainda mais no polígono das secas. “A seca provoca, sobretudo, uma crise da agricultura de subsistência. Daí, suas características de calamidade social” (SUDENE, 1967, p. 64).

Para a instituição, então, as principais soluções para o Nordeste como um todo seriam aumentar a oferta de produtos agrícolas e a industrialização, as quais possibilitariam a abertura do caminho do desenvolvimento. No Polígono das Secas, contudo, somente a industrialização não seria suficiente para a oferta de empregos à população; tal estratégia teria muito maior impacto na sub-região litorânea, onde estavam concentradas as grandes cidades e seus excedentes populacionais desempregados. Além da industrialização, portanto, outra estratégia seria imprescindível: “a do deslocamento da fronteira agrícola e da irrigação das zonas áridas, para aumentar a disponibilidade de terras aráveis por homem ocupado na agricultura” (SUDENE, 1967, p. 54). Estas duas estratégias teriam consequências diretas no cultivo de alimentos, proporcionando a sua produção em terras úmidas apropriadas e potencializando outra agricultura na zona semiárida através da irrigação (SUDENE, 1966a).

Para a SUDENE, além da irrigação e da industrialização, era necessária uma reorganização das unidades produtivas do Polígono das Secas, gerando renda e participação no mercado, criando uma economia resistente aos períodos de seca. Isso se daria através de

uma pecuária sustentada durante os períodos secos em forrageiras arbóreas que se adaptem às condições mesológicas, e uma agricultura de plantas xerófilas igualmente adaptadas ao ambiente, protegidas e orientadas por uma

eficiente assistência técnica e financeira do governo (...) (SUDENE, 1967, p. 74).

O problema da zona semiárida nordestina, para a SUDENE, era que sua economia girava em torno, principalmente, da agricultura de subsistência, justamente a mais atingida pelo fenômeno natural das secas, e que não abastecia o mercado. Era necessário, então, reorganizar a unidade econômica semiárida de modo a torná-la mais resistente a este fenômeno. Para tanto, as estratégias seriam a eliminação da agricultura de subsistência nesta área; a criação de uma infraestrutura hídrica através da irrigação para a potencialização da produção de xerófilas, como o algodão mocó; combinados com o fortalecimento da pecuária extensiva através do desenvolvimento de pasto; a industrialização para absorção da mão-de-obra barata acumulada pelo excedente demográfico; e a transferência de parte da população para áreas úmidas, como o estado do Maranhão⁵, para a produção de alimentos necessários às áreas sertaneja e litorânea. Seria combinada a oferta de emprego ao excedente demográfico das áreas litorâneas através da industrialização, com a produção de alimentos dos agricultores que migrariam para as regiões úmidas maranhenses, e a solução da irrigação para agricultura que passasse a ser desenvolvida no Polígono das Secas; seriam gerados empregos e demandas alimentares pelo processo de industrialização e eliminação da agricultura de subsistência no sertão, e demanda de mercado para agricultores que passariam a poder produzir com terras e água em abundância.

Sobre a migração para o Maranhão,

(...) o pré-requisito fundamental para que novas terras sejam economicamente ocupadas é a existência mesma de mercado para gêneros alimentícios na região semi-árida, o que por seu lado pressupõe transformação da economia desta região. Será necessário, portanto, atacar simultaneamente nas duas frentes: a da reorganização da economia da região semi-árida, visando a eliminar o setor de subsistência, e a abertura de uma fronteira agrícola na periferia úmida, quer através de uma utilização mais racional dos vales úmidos da faixa litorânea, quer por um deslocamento demográfico em maior escala na direção do Maranhão (SUDENE, 1967, p. 76).

Os objetivos da política de colonização da SUDENE eram:

a) absorção de excedentes populacionais da região principalmente da zona semi-árida, cuja economia tenderá para atividades especializadas, adaptadas ecologicamente, com baixa densidade populacional; b) complementar a oferta

⁵ As frentes de colonização visavam, além do Maranhão, os vales úmidos da região, a periferia do Polígono das Secas ou ainda outras regiões do país.

de mão-de-obra onde quer que a sua escassez se constitua em ponto de estrangulamento do desenvolvimento regional; c) aumento da produção agrícola regional, principalmente de alimentos, como suporte do desenvolvimento industrial da área. (...) A longo prazo, o desenvolvimento industrial da área resolverá o problema do emprego dos excedentes populacionais; mas, a necessidade de intensificar esse desenvolvimento apoiando-se numa oferta maior de alimentos, torna aconselhável orientar, desde já, parte dos atuais excedentes para atividades produtoras de alimentos, em terras fora da zona semi-árida. Por outro lado, algumas áreas do Nordeste, como o Maranhão e o Sul da Bahia, começam a viver uma fase de desenvolvimento em extensão, com enorme procura de mão-de-obra, que não pode ser satisfeito pela sua população natural. Esse desenvolvimento em extensão, com baixa densidade de capital, se dá, por definição, na agricultura, satisfazendo, portanto, ao terceiro objetivo da política de colonização (SUDENE, 1966a, p. 237).

A finalidade era ofertar trabalho onde a mão-de-obra fosse abundante por conta dos excedentes populacionais (zona litorânea), ofertar terra em zonas úmidas, deslocando o excedente de mão-de-obra da zona semiárida (esvaziando-o), desempregada em virtude da escassez de terras e altamente vulnerável às secas, garantindo, assim, a produção de alimentos para suprir a necessidade das áreas industriais através da colonização de áreas em desenvolvimento planejado pelo Estado. O plano era transferir, num intervalo de 2 anos (1961-1963), 25 mil nordestinos para o Maranhão, divididos, preferencialmente, em famílias de aproximadamente 4 pessoas, totalizando 6.250 famílias. As terras disponibilizadas ficariam em regime de concessão, pelo Estado ou União, por no mínimo 10 anos e seriam de aproximadamente 40 ha. por família (totalizando 250 mil ha.), dos quais 10 ha. seriam de reservas para a extração do babaçu. Toda a organização seria feita pela SUDENE, ou uma instituição criada exclusivamente para tal, a qual selecionaria as famílias (voluntárias e preferencialmente com crianças em idade não-escolar, adiando o problema da disponibilização de escolas). A SUDENE se responsabilizaria, ainda, pela doação de sementes (arroz, feijão e milho, em sua maioria), pela assistência técnica e por investimentos em pesquisa e experimentação visando o entendimento das particularidades desta região (SUDENE, 1966a).

É, portanto, a partir destas ideias e neste contexto que a SUDENE foi constituída, em 1959, com o objetivo de concentrar e planejar esforços e investimentos para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, combatendo a “indústria das secas”, desarticulando a dominação hegemônica dos latifundiários da região (CABRAL, 2011), industrializando e reorganizando a estrutura agrícola. A SUDENE possuía um novo modelo de desenvolvimento para o Nordeste, um projeto que possibilitasse a exploração e produção de riquezas, as quais

deveriam ficar na própria região. O fato é que, objetivando modificar a estrutura de exploração e favorecimento local, as ações da SUDENE encontraram forte oposição das elites políticas, as quais atuaram contrariamente a importantes projetos desta instituição, como o da irrigação. Para Celso Furtado, a irrigação combinada com a *dry farm*, ou agricultura de sequeiro, seria uma importante estratégia para fixação do homem à terra e potencialização da agricultura. Contudo, tais fatores só seriam possíveis após a realização de uma reforma agrária na qual fossem desarticulados latifúndios improdutivos e não sustentáveis (FURTADO, 1964; 1982; 1998).

Diante destas propostas, e partindo da percepção de que os problemas nordestinos não eram advindos somente de suas especificidades geográficas, mas da exploração política e econômica que se fazia delas, a SUDENE, através de Celso Furtado, encontrou muitas dificuldades na implementação de seus projetos, os quais não eram aprovados pelo Congresso Nacional ou encontravam resistência dos governos estaduais. Segundo o próprio Furtado (1998),

(...) Queríamos que fosse adotada uma agricultura adaptada à região semi-árida, que emprega pouca gente: sabíamos que era preciso combinar a *dry farm* com a irrigação. Para isso, tentamos aprovar uma lei de irrigação. Uma das maiores batalhas que tive na Sudene, provavelmente a mais completa derrota que tive, foi no projeto de lei de irrigação. Já para aprovar o projeto no Conselho da Sudene foi um sacrifício. O projeto de irrigação dizia, basicamente, o seguinte: o dinheiro posto pelo governo na irrigação tem de ser de interesse social, não é para reforçar o que existe como estrutura agrária. Portanto, tinha de haver desapropriação dessas terras antes que elas se valorizassem (p. 19).

Os objetivos de desmontar parte do sistema latifundiário tinham como princípio a sua ineficácia, ou baixo aproveitamento das terras, ou sua produção somente para o mercado externo. Segundo Furtado (1998), cada grande proprietário aproveitava em média somente 50% de suas terras, deixando o restante sem uso; os latifúndios eram improdutivos. Uma das propostas da SUDENE, então, junto aos proprietários de terra, foi o financiamento de usinas de cana-de-açúcar na Zona da Mata. Em contrapartida, os empresários cederiam parte de suas áreas para a formação de assentamentos de pequenos agricultores, os quais ocupariam as terras para a produção de alimentos, criando cinturões verdes. Os grandes proprietários, contudo, se colocaram contra a possibilidade dos pequenos produtores ocuparem terras. Era um problema, portanto, o controle, a exploração e a concentração desenfreada dos recursos naturais pelos latifundiários, resultando num processo de destruição da terra. Sobre isso, Furtado (1998)

afirma que “a agricultura brasileira é um processo de destruição. De séculos de destruição. Na verdade, este país não foi construído. Foi montado a partir de destruições” (p. 40).

Mesmo destruindo a terra, os latifundiários não se dispuseram a abrir mão dela. Esta resistência foi e ainda é um dos principais elementos dificultadores de acesso à terra, os quais geralmente a concentram e reagem com violência quando há qualquer tentativa de modificação do sistema agrário. Sobre eles, pouco pesa o poder da lei, uma vez que eram e ainda são bastante articulados politicamente, ocupando cargos no Estado para manter o sistema de exploração a partir das secas, e lucrando muito com isso (CHILCOTE, 1990). Manuel Correa de Andrade, por exemplo, narra, em conversa com Celso Furtado:

Eu me lembro, na época em que você estava lutando para implantar a Sudene, eu andei pelo Nordeste com Caio Prado Júnior. Conversamos com os prefeitos naquela área de Nazaré da Mata, e o Caio perguntou o que eles achavam da migração dos trabalhadores para o Maranhão. “Muito bom.” O que eles achavam da industrialização? “Muito bom.” E o que vocês acham de cederem terras para serem pagas com títulos do governo? “Péssimo.” Aí o Caio perguntou: “Como vocês reagiriam à implantação disso?”. Um deles: “À bala”. A industrialização, eles achavam que beneficiava a todos. A saída dos moradores para o Maranhão, não fazia falta. Mas quando se falou em tocar na terra, eles foram claros: reagiriam à bala (ANDRADE, 1998, p. 47).

A partir de 1964, com o golpe militar, a SUDENE e outras tantas instituições foram desarticuladas. Celso Furtado e sua equipe, por exemplo, foram presos e exilados, saindo do país. Após o I Plano Diretor, a SUDENE lançou sucessivamente os II, III e IV Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste para os anos 1963-1965, 1966-1968 e 1969-1973, respectivamente. Todos estes Planos também afirmavam, principalmente, a necessidade de combate às secas, investimentos na industrialização, reorganização agrícola e reordenamento administrativo para unificação das ações. Trataram-se de etapas de implementação das ações da superintendência, as quais eram atualizadas e reorganizadas a partir de estudos ou no próprio processo de execução, sempre necessitando da aprovação do Congresso Nacional (SUDENE, 1966a; 1966b; 1966c; 1968). A partir da virada do golpe militar, a SUDENE teve muitos de seus projetos e ideias iniciais descaracterizados.

2.4 “NÃO SE DEVE COMBATER, TEM QUE CONVIVER”: A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A política de convivência com o Semiárido nasce das reflexões críticas sobre as estratégias do Estado de resolução das dificuldades climáticas e geográficas do Nordeste – na verdade do Polígono das Secas nordestino. Tomam-se como referência as regiões nórdicas da Europa, as quais buscaram estratégias de compreensão e convivência com as nevascas e o clima frio. Este, lá, não era combatido, mas entendido para que a população a ele se adaptasse. No mesmo sentido, buscou-se desenvolver técnicas e estratégias de convivência com a estiagem anual e as secas cíclicas; contudo foi preciso, antes, compreender as particularidades da região. Houve uma primeira inversão da lógica de combate para a de convivência (DUQUE, 2007; MALVEZZI, 2016; PIRAUX et al., 2012).

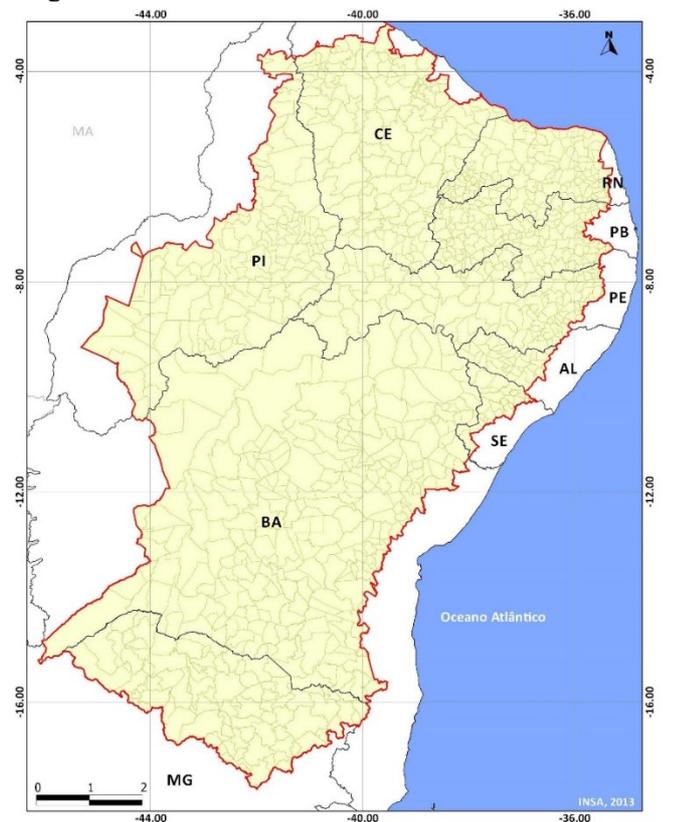
Esta inversão gerou, como consequência, críticas à respeito das ações de combate às especificidades do Nordeste Semiárido. Tais críticas geraram uma série de consequências e de novas estratégias de ação e de compreensão deste território. A *primeira* delas talvez tenha sido a própria reconfiguração da nomenclatura e do recorte político-geográfico do Polígono das Secas, passando a se chamar Semiárido e ser formado pelas regiões mais áridas dos estados nordestinos, junto com o norte de Minas Gerais (ver Figura 3). Assim, através da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, ocorreu uma nova delimitação territorial, adotando-se critérios climáticos e econômicos, reorganizando a área de atuação da SUDENE e definindo o direcionamento da aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste – FNE. Após uma nova atualização em 1995, foi somente em 2005 que se chegou ao atual recorte do Semiárido, o qual passou a ser composto por áreas de nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, da região Nordeste, e o norte de Minas Gerais, da região Sudeste (MIN, 2005a; 2005b).

Os critérios adotados neste último recorte, além de políticos, também foram, ao menos oficialmente, edafoclimáticos:

- I. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e III. Risco de seca maior que 60%, tomando por base o período entre 1970 e 1990 (MIN, 2005a).

A área total do Semiárido possui, desde então, 969.589,4 km², e um total de 1.133 municípios. Possui uma população aproximada de 22.598.133 pessoas, representando cerca de 12% da população brasileira e 43% da população nordestina. Da população total, aproximadamente 62% vivem no meio urbano e 38% no meio rural. Em comparação com outros locais semiáridos, é o mais populoso e também o mais chuvoso, com pluviosidade média variando entre 300 e 800 mm/ano, concentrada entre os meses de dezembro e março. Sua vegetação natural é a caatinga, existente somente no Semiárido brasileiro, e representa uma das formas mais simbólicas de adaptação: durante a estiagem, perde todas as suas folhas resistindo a partir de grandes bolsões d'água presentes nas raízes e formados pelas chuvas; ao menor sinal de precipitação, suas folhas renascem em um verde significativo para os moradores da região (DUQUE, 2007; MALVEZZI, 2016; MEDEIROS et al., 2012).

Figura 3 – Recorte territorial do Semiárido brasileiro



Fonte: <http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/mapa-%C3%A1rea-semi%C3%A1rido.pdf>.

Além dos critérios climáticos, geográficos e políticos que servem de referência, a delimitação do espaço Semiárido também passa por um processo de reconhecimento identitário. Os moradores e ocupantes deste espaço possuem laços de semelhança, compartilham de uma

cultura muito próxima e inter-relacionada e possuem uma série de características análogas, apesar das diferenças inerentes à diversidade grupal. Têm, em geral, as mesmas dificuldades históricas, políticas, econômicas e sociais relacionadas à dominação oligárquica e ao Estado patrimonial. Dividem entre si os problemas relacionais entre uma classe desprotegida e uma classe dominante, e também têm em seus espaços a representação das tensões e disputas entre estas. “O Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (MALVEZZI, 2007, p. 9).

Ainda que a criação deste território Semiárido tenha surgido a partir de estratégias do Estado, e muitas instituições públicas são importantes neste processo, foram os movimentos sociais, Organizações Não Governamentais – ONG’s e a sociedade civil organizada que potencializaram a ideia, adicionando à política as reflexões sobre a necessidade de uma compreensão das particularidades do espaço. Surgiram ou se fortaleceram diversas instituições do terceiro setor que tinham como objetivo promover uma mudança de perspectiva aos projetos e políticas públicas e econômicas pensadas localmente, ou para o local. Muitas destas instituições, por exemplo, reconhecendo as dificuldades dos produtores rurais desta localidade, passaram a estudar e promover técnicas tradicionais de convivência com o clima, difundindo tecnologias criadas pelos próprios moradores, as chamadas tecnologias sociais; ou importando e adaptando técnicas desenvolvidas em regiões de outros países que possuem semelhanças climáticas (DUQUE, 2007; MALVEZZI, 2016).

Estas são expressões do processo de adaptação e resistência do produtor rural do Semiárido, e na concepção da política de convivência assumem significativa importância, sendo a *segunda* consequência significativa. Assim, ao invés dos gastos milionários e nem sempre transparentes direcionados à construção de açudes e outras ações de combate à estiagem, a política de convivência com o Semiárido propõe a difusão de técnicas e estratégias desenvolvidas e/ou adaptadas pelos próprios moradores locais, reconhecendo sua sabedoria, adotando práticas pedagógicas e promovendo formas de uso sustentável do recurso público. É destas reflexões que nasceram programas como o P1MC – Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – 1 Milhão de Cisternas e o P1+2 – Programa 1 Terra e 2 Águas, voltados à construção de cisternas para captação, estocagem e uso de água das chuvas (ASA, 1999; MALVEZZI, 2016).

O primeiro tem como objetivo a construção de 1 milhão de cisternas em todo o Semiárido. O processo de construção possui um método pedagógico que promove e utiliza o

trabalho de mutirão da própria comunidade onde as cisternas são construídas, empoderando os moradores e dando espaço para que participem de todo o processo, compreendendo a sua importância. O segundo programa também tem como objetivo a construção de cisternas, mas vai mais a fundo nas necessidades do produtor rural: o “1 terra” significa a necessidade de que o produtor tenha uma terra para a produção, promovendo o debate sobre a política de reforma agrária; o “2 águas” significa a necessidade de duas águas distintas, uma voltada para o consumo da casa, os afazeres domésticos e os quintais, e outra voltada especificamente para a produção. Assim, são disponibilizadas duas tecnologias sociais para a garantia das duas águas: ou dois tipos de cisterna, calçadão e consumo, ou além de uma cisterna disponibilizam-se outras tecnologias, tais como a bomba d’água popular, o barreiro, a barragem subterrânea etc. (ASA, 2017; MALVEZZI, 2016).

Tais programas, para citar somente alguns exemplos, passaram a ser apoiados e acompanhados institucionalmente mais de perto pelo Estado nos últimos quinze anos, como por exemplo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Semiárido, instituição que contribui há décadas com estudos e políticas para a região. São muitos, por exemplo, os estudos sobre as particularidades climáticas, melhorias e criação de novas tecnologias adaptadas à região, estudos dos animais em geral, das plantas da caatinga, da necessidade de ações de sustentabilidade e combate à desertificação, entre outros. São muitas, também, as iniciativas, como a criação e participação ativa na política territorial, nos conselhos municipais, criação de trilhas ecológicas etc. As ações desta instituição, mais especificamente, têm contribuído diretamente para o reforço desta visão do espaço Semiárido como um local de possibilidades irrestritas.

No que se refere à participação e ação mais direta desenvolvida pelas próprias instituições organizadas em rede, nasceu a Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA, rede de instituições composta por mais de três mil entidades entre movimentos sociais, ONG’s, associações, sindicatos rurais, cooperativas, entre outras, que tem como objetivo convergir os esforços de promoção e difusão da política de convivência com o Semiárido. A ASA surgiu justamente das críticas às políticas de combate ao clima e demais ações descontextualizadas, sendo o processo de ocupação da SUDENE, ocorrido em 1993, um dos acontecimentos mais marcantes de seu surgimento (ASA, 1999; 2017).

Sua existência revela a importância da organização e participação da sociedade civil na elaboração e implementação das políticas públicas, representando a *terceira* consequência significativa da política de convivência com o Semiárido brasileiro. A ASA, e instituições como

a EMBRAPA Semiárido, através de ações de sistematização e intercâmbio de experiências, e também da promoção da cultura de estocagem e de ações de justiça social, batem de frente com concepções do Nordeste Semiárido como um espaço climaticamente pobre. Suas ações e estratégias demonstram a existência de um local de riquezas, dotado de complexidades e necessidades, e que tem de ser compreendido para ser desenvolvido. A existência da ASA representa justamente uma crítica organizada e direcionada às políticas desenvolvimentistas importadas de outros locais, bem como uma tentativa do próprio povo do Semiárido em buscar seus direitos de acesso aos bens naturais de produção e o reconhecimento da importância de suas atividades (ASA, 1999; 2017).

Uma *quarta* consequência da política de convivência com o Semiárido é a reflexão e promoção de possibilidades alternativas de vida, as quais tentam escapar ao modo de vida desenvolvimentista que busca se impor como único possível. A convivência se pauta em preceitos da economia popular e solidária, promovendo reflexões sobre a importância da coletividade; da comunicação popular, repartindo e disponibilizando conhecimentos para uma melhor vida na região; da educação contextualizada, tecendo reflexões críticas sobre a imagem social do local e do povo do Semiárido e valorizando os saberes populares; da segurança alimentar e nutricional, refletindo sobre as questões relacionadas à produção e comercialização de alimentos; etc. É justamente por estar inserida num contexto de inúmeras demandas provocadas pelas históricas políticas assistencialistas, coronelistas e clientelistas que marcaram a indústria das secas que a política de convivência busca soluções outras àquelas desenvolvimentistas; um projeto contextualizado às suas necessidades, objetivos e características.

A política de convivência com o Semiárido se baseia no entendimento dos problemas climáticos globais, bem como tenta encontrar soluções às questões envolvendo a sustentabilidade das atuais políticas não só rurais, mas também urbanas. A tentativa de esvaziamento do espaço rural tem levado ao inchaço urbano, e este último não tem suportado receber novos ocupantes por falta de estrutura. Assim, têm ocorrido, nos últimos anos, muitos problemas de abastecimento em cidades como Caruaru/PE, Campina Grande/PB, Feira de Santana/BA etc. Parte das soluções encontradas para estas demandas se baseiam em pesquisas científicas da academia, mas muitas outras também têm partido dos saberes do povo e de suas experiências acumuladas. A política de convivência, assim, tem como objetivo também convergir saberes acadêmicos e populares, adaptando um ao outro (MALVEZZI, 2016).

Contudo, ainda que importante, a política de convivência com o Semiárido tem sofrido ataques advindos de gestores que adotam outro posicionamento. A desarticulação dos programas de construção de cisternas de placas a partir da disponibilização, pelo Estado, de cisternas de polietileno é um exemplo mais específico da tentativa de ressignificação das políticas clientelistas. E representa também as tensões existentes entre dois modelos de desenvolvimento: aquele preconizado pelos gestores empresariais e que resultaram na construção de um grande complexo de irrigação para dar conta da produção para o mercado externo; e um outro que se fundamenta justamente em técnicas de adaptação e convivência para resistir às dificuldades de estar no Semiárido de forma relativamente desassistida, sem bens naturais de produção e com baixo apoio técnico e financeiro.

Esta visão, portanto, disputa espaço ideológico com qualquer entendimento do Nordeste como um local de atraso ou retrocesso. Ainda que outras visões sobre a região sejam possíveis, tomaremos como referência a disputa entre estas duas por compreendermos que elas resumem o complexo sistema de políticas e ações para a região, algumas visando a resolução de suas demandas, outras visando a manutenção destas etc. O mais importante, contudo, é ter claro que a existência e disputa entre ambas reforça a ideia de que as problemáticas nordestinas não são naturais e inerentes, mas sociais, políticas e econômicas. É, sobretudo, uma dificuldade de gestão que não desarticula os problemas centrais de seus espaços, rurais e urbanos, que são a concentração da propriedade da terra e a ineficácia na disponibilização e acesso à água.

2.5 A CONTRADIÇÃO (IN)JUSTIFICADA: GRANDES PROJETOS DE IRRIGAÇÃO X AGRICULTURA DE SEQUEIRO

As tensões geradas pelo conflito entre as ações de combate à seca e as políticas de convivência com a seca levaram à existência de paisagens contraditórias. O cinza característico da caatinga no período de estiagem, e presente nas propriedades dos agricultores de sequeiro, não se faz presente nas propriedades empresariais. Primeiro porque a pouca caatinga que sobra é consequência da reserva legal de mata nativa obrigatória por lei, e segundo porque estas dispõem de água durante todo o ano a partir da grande infraestrutura de irrigação disponibilizada pelo Estado justamente para a atração de colonos, investidores nacionais e internacionais, empresas e indústrias, o que torna suas áreas grandes “ilhas verdes”. O Vale do São Francisco, região que acompanha o Rio São Francisco desde o norte de Minas Gerais até

drasticamente a paisagem dos municípios conurbados de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, e muitos outros também beiradeiros⁷ (CAVALCANTI, 1997).

A CODEVASF surgiu em 1974, oriunda da Comissão do Vale do São Francisco – CVSF, criada em 1948, depois Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, em 1967. A CVSF atuava na geração de um conjunto de dados e estudos que possibilitassem o desenvolvimento do Vale do São Francisco através de investimentos em energia (eletrificação), navegação, irrigação, saúde etc. Suas ações ganharam força após a criação do BNB em 1952 e principalmente da SUDENE em 1959, instituições que passaram a direcionar recursos para o financiamento dos projetos da Comissão. Em conjunto com a SUDENE, por exemplo, efetivou ações de criação de projetos públicos de irrigação para a viabilização e investimentos na agricultura do Vale do São Francisco (REIS, 2017).

Como o próprio projeto de criação da CVSF previa a sua extinção ao completar 20 anos de atuação, em 1967 ela foi extinta, sendo substituída pela SUVALE. Também atuando a partir da SUDENE, a SUVALE criou em 1968 o primeiro grande perímetro irrigado do Submédio São Francisco, o Projeto Piloto Bebedouro, tornando-se um marco dos investimentos públicos na agricultura irrigada. O projeto possuía 130 ha., divididos em 16 lotes de colonos, e objetivava a produção de culturas como a uva e o tomate. Esta última cultura, inclusive, ganhou muito destaque entre os anos 1970 e 1990, atraindo muitos trabalhadores e grandes empresas processadoras à região (Cica Norte, Etti, Costa Pinto, entre outras), as quais recebiam incentivos governamentais. Após retirada dos incentivos, as empresas, em 1990, fecharam as portas (REIS, 2017).

Em 1974 surgiu a CODEVASF, criada em substituição à SUVALE. No período militar, a instituição assumiu como objetivo central, além da segurança alimentar, “a estruturação de um polo agroindustrial em torno da agricultura irrigada, promovendo o agronegócio irrigado” (REIS, 2017, p. 70). Atualmente, seu principal objetivo é o de desenvolver a região em que atua utilizando-se dos recursos hídricos disponíveis, promovendo o combate aos efeitos da seca e de inundações, estruturando atividades produtivas para inclusão social e econômica, principalmente através do advento da irrigação (implementação de perímetros irrigados), proporcionando a sustentabilidade e a qualidade de vida da população local. Além da Bacia

⁷ Outra instituição responsável pela mudança da paisagem do Submédio São Francisco foi a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, responsável pela construção da barragem de Sobradinho e pelo complexo hidrelétrico de Paulo Afonso.

Hidrográfica do São Francisco, a instituição também atua nas Bacias dos Rios Parnaíba (desde 2000), Itapecuru e Mearim (desde 2010)⁸ (CODEVASF, 2018).

A Companhia, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980, potencializada pelo Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco – PLANVASF, foi responsável pela coordenação e planejamento de muitos perímetros irrigados (Mandacaru, Maniçoba, Curaçá e Tourão em Juazeiro/BA, e Senador Nilo Coelho e Maria Tereza, atualmente incorporados, em Petrolina), atraindo migrantes de diversos locais e culturas que chegaram em busca de trabalho e investimentos (CAVALCANTI, 1997; CAVALCANTI et al., 2014; REIS, 2017).

O objetivo central do PLANVASF foi construir um planejamento permanente (período 1989-2000) para o desenvolvimento do Vale do São Francisco – acompanhando as previsões de crescimento da economia do Brasil – a partir da potencialização das ações de instituições como a CODEVASF e a CHESF; e dos setores agropecuário (principal), industrial, energético, de transportes, educacional, de saneamento, de saúde e turístico, melhorando a renda e a qualidade de vida da população local e atraindo diversas empresas. As estratégias eram a de unir os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), formalizar acordos internacionais de financiamento e apoio técnico e garantir ações conjuntas estatais e da iniciativa privada.

No que se refere especificamente ao programa de desenvolvimento agropecuário, o objetivo era o aumento da produção e da produtividade, somado a um incremento da oferta de empregos estáveis. Para tanto, na área semiárida, a estratégia era aumentar as áreas de sequeiro (de 4,5 milhão para 8,3 milhão de ha.) e “ampliar significativamente as áreas irrigadas” (de 210 mil para 804 mil ha.) (PLANVASF, 1989, p. 49), investindo na produção de culturas provisórias e permanentes, e possibilitando também o aumento da pecuária (bovinos, caprinos, ovinos e aves).

A área Petrolina-Juazeiro foi capaz de crescer aceleradamente na década de 80, apesar da grande crise econômica que se abateu sobre o país e suas principais regiões. A implantação de uma agricultura moderna irrigada abriu enormes possibilidades para essa região, sob a forma de atração de inúmeras indústrias que aí se instalaram para aproveitar a expansão dos mercados local e regional e para ofertar produtos aos mercados nacional e externo, com importantes vantagens comparativas. As atividades com melhores

⁸ Mais recentemente, em 2017, a partir das Leis nº 13.481/2017 e nº 13.507/2017, foram incluídos a bacia do Rio Vaza-Barris, e os vales dos Rios Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã, respectivamente, e os municípios do estado de Alagoas que não estão no Vale do Rio São Francisco. Tais fatores demonstram o crescimento atual da instituição, a qual ganha cada vez mais destaque no Nordeste.

perspectivas nesta área são o complexo tomateiro, o beneficiamento de olerícolas, notadamente a indústria de desidratados, e as orientadas para o fornecimento de insumos à agricultura irrigada e a agroindústria regional. Entretanto, a viabilização do excelente potencial agroindustrial da microrregião Petrolina-Juazeiro depende de ações e de políticas na área de investimentos de infra-estrutura complementar à existente, com a seguinte orientação: projetos de expansão e de adequação dos distritos industriais de Petrolina-Juazeiro, estudos e pesquisas para os segmentos de ponta do complexo agroindustrial, notadamente, para a indústria tomateira, a de desidratados e a de sucos concentrados (PLANVASF, 1989, p.63).

Tal projeto de desenvolvimento resultou no estabelecimento de relações com o mercado global, principalmente a partir da produção de frutas frescas como a manga e a uva, e também de vinhos finos. A região é internacionalmente reconhecida como grande produtora destes gêneros, pois adequa-se às exigências internacionais do mercado e dos consumidores, os quais influenciam diretamente suas próprias relações políticas, econômicas, culturais, de trabalho etc. Os agentes sociais do Submédio São Francisco adotaram estratégias para tornarem competitivos os seus produtos a partir dos contornos do mercado ao qual estão inseridos, ou querem ser parte (CAVALCANTI, 1997; 1999); e, para tanto, se utilizaram do apoio institucional do Estado e seus projetos de desenvolvimento (CAVALCANTI et al., 2014; REIS, 2017).

Estes projetos também possibilitaram a chegada de inúmeros trabalhadores rurais, atraídos pelas possibilidades de emprego nestas empresas; de colonos, justamente atraídos para investir na produção local através de um projeto de colonização; de agricultores familiares, os quais chegaram a partir da política de reforma agrária do INCRA, tornando-se uma área com muitos assentamentos; etc. A Superintendência Regional 29 (SR 29) – Médio São Francisco, com sede em Petrolina, gere um número de assentamentos rurais bastante expressivo: 274 assentamentos no total, numa área de 345.391,13 hectares, que abriga uma população de 11.059 famílias (INCRA, 2017a)⁹. Destes, 21 estão localizados no município de Petrolina, incluindo o Projeto de Assentamento Lyndolpho Silva¹⁰, foco de nosso estudo.

O Incra foi criado em 9 de julho de 1970, a partir do Decreto nº 1.110, com o objetivo de realizar ações de execução da reforma agrária e de ordenamento fundiário. A instituição atua principalmente através de cinco diretrizes: (1) democratização do acesso à terra; (2) participação social; (3) fiscalização da função social; (4) qualificação dos assentamentos; e (5) titulação dos territórios quilombolas (INCRA, 2017b). Sua atuação está diretamente ligada às

⁹ Informações atualizadas em 21/08/2017.

¹⁰ Dedicaremos todo o Item 5 para a descrição mais específica do assentamento.

diretrizes estabelecidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRH, implementado em 2003. No Submédio São Francisco, suas principais atividades são de regularização fundiária e assentamento de famílias que buscam, junto aos movimentos sociais e sindicais de luta, acesso à terra.

Há, portanto, no Submédio São Francisco, uma diferenciação de público expressa pela atuação institucional: se por um lado a CODEVASF gere os perímetros irrigados que possibilitam a grande produção agrícola, por outro o Incra é o responsável por gerenciar grande parte dos assentamentos de reforma agrária que produzem em regime de sequeiro. Essa segunda, entretanto, também atua nas áreas irrigadas no que se refere às questões envolvendo processos de regularização fundiária e negociações para contratação de ATER. Assim, são dois os modelos produtivos, com recursos diferenciados e formas de gestão díspares. O modelo de produção de frutas, por exemplo, acompanha a lógica dominante de produção agrícola clássica no Brasil. Em primeiro lugar porque se organiza em torno da produção de poucas variedades de produtos, tais como frutas frescas (uva e manga, principalmente), as quais substituíram em parte o binômio algodão/pecuária extensiva. Em segundo porque a produção está quase toda voltada para o mercado externo e/ou para outras regiões do país, assumindo todas as consequências deste processo econômico de dependência, pois fica diretamente subordinada às flutuações do capital internacional¹¹. Depois, porque perpetua o processo de alta exploração do trabalho alheio, difundindo situações precárias de abuso do trabalhador rural. E, por último, porque continua contando com alto apoio do Estado, que garante crédito, infraestrutura de acesso à terra e à água, incentivos fiscais e uma série de outras questões (FERNANDES, 2006; PRADO JR., 2008).

Já as relações estabelecidas entre o Estado e os grandes empresários rurais favoreceram a lógica desenvolvimentista. É estreita a relação entre os dois, ocasionando um aparelhamento da estrutura estatal e um direcionamento de suas ações para favorecimento de um grupo específico, os empresários rurais (CAVALCANTI et al., 2014), que se beneficiaram e ainda se beneficiam das ações implementadas pelas instituições que teriam como objetivo a resolução e o combate à seca e seus efeitos. Foi justamente essa relação estreita que alçou Petrolina, principal município do Submédio São Francisco, ao *status* de produtora agrícola internacional, como mostra Chilcote (1990) através de alguns recortes de informativos econômicos:

¹¹ Um exemplo disso foi a crise local de produção ocorrida em virtude da crise do crédito global de 2008. Para mais informações, ver Pires e Cavalcanti (2009).

Começam os investidores privados a vir para região, inicialmente prospectando. A viagem de Rockefeller, a experiência dos Sampaio Ferraz, as uvas de Molina, as cebolas dos barranqueiros-agricultores, o pioneirismo dos Coelhos (...) são indicações positivas de que o “Vale é um bom negócio” (...). Em Petrolina, ao lado do império schumpeteriano dos Coelhos (...) começam a instalar-se outros investidores (...). O ex-governador de Pernambuco, líder varão natural do clã, é quem recebe, acolhe e orienta os investidores, quase todos seus amigos: do Sul, do Nordeste, do exterior. Rockefeller manda-lhe cartas e postais. Pignatari almoça na casa colonial de d. Josefa Coelho, quando desce de seu avião executivo (...) a caminho das minas de cobre Caraíbas. O presidente executivo da Heinz – o grande complexo agroindustrial da Califórnia – escreve-lhe pedindo informações sobre as terras (...). Além dos “big shots” da indústria nacional e também do exterior (...). Nilo Coelho mantém-se em contato quase frequente com Robert McNamara, presidente do Banco Mundial (...). As agroindústrias começam a aparecer (...). Os Simonsen implantam no lado baiano o grande projeto de Alfenas para produção de alfafa (...). Gustavo Colaço (...) começa os experimentos com variedades nacionais e estrangeiras de cana-de-açúcar (...). Heinz, da Califórnia, quer plantar tomates e industrializá-los, pretende atender ao mercado interno, (...) e exportar (...). Pizzamiglio, comerciante em São Paulo, instala “plantations” de uva e tomate; os japoneses do Paraná estão em hortifrutigranjeiros; o grupo Bentonite, que já está em Campina Grande (...) quer também partir para a produção de óleos essenciais; os Pasquale Hermanos estão em hortifrutigranjeiros; Prado Franco prospecta a produção de açúcar, também do lado baiano (p. 1).

Com a chegada destes investidores e todas as suas exigências, a sub-região do Vale, o Submédio São Francisco, moldou-se para recebê-los, assumindo novos formatos de leis trabalhistas, acordos financeiros e organização cultural. Na mesma perspectiva, potencializaram a criação de empresas locais, indústrias, associações de moradores, produtores e/ou trabalhadores rurais, cooperativas de produção e/ou de crédito, sindicatos e movimentos sociais (CAVALCANTI, 1997; 1999; CAVALCANTI et al., 2014).

No centro de todos estes fatores e acontecimentos está a questão agrária, a qual vem perpassando toda a nossa discussão, e continuará presente ao longo de todo o estudo. As terras do Submédio São Francisco que hoje são utilizadas por empresários rurais eram de várzea, baratas, e foram inicialmente despojadas pela SUDENE para a construção de uma infraestrutura hídrica seguindo o seu modelo de planejamento, já discutido em tópicos anteriores – desapropriação, reforma agrária e disponibilização a um número significativo de produtores. Ocorre que as ações do Estado enfrentaram dificuldades justamente na desapropriação e reforma agrária. A resolução dos problemas da seca, a potencialização da “pequena” produção

agrícola e a fixação do homem ao espaço rural foram, então, impossibilitadas pela difícil estrutura agrária brasileira, a qual não se modifica (FURTADO, 1998).

Celso Furtado, por exemplo, comentando sobre a principal dificuldade encontrada para implementação de seus projetos para resolução dos problemas da seca afirma que

(...) a falta da reforma agrária foi o fracasso maior. A idéia era de se utilizar todas as águas dos açudes com caráter social – desapropriar primeiro para depois fazer a irrigação. Fez-se isso no São Francisco. Só que ali, quando as compramos, as terras eram baratíssimas porque não serviam para nada. Eram as terras de Petrolina e do entorno, com as pequenas várzeas. Quando o rio subia era terrível. Foi ali que se desapropriou, e foi barato. Mas para fazer açude no Ceará, por exemplo, era muito caro. Como era de acordo com o mercado, isso significava que era o preço que eles quisessem, imobilizando o governo. A estrutura agrária no Brasil é um problema muito sério (FURTADO, 1998, p. 72).

A estrutura agrária brasileira, portanto, é um dos elementos centrais de todas as dificuldades encontradas na valorização de um outro modelo de agricultura, na fixação do homem ao campo, na dissolução de problemas sociais históricos, como é o das secas no Nordeste, etc.; e oferece margem a um tipo de dominação e exploração também histórica, favorecendo uma classe composta por poucos privilegiados. Estes controlam o sistema político e econômico, impedindo qualquer tipo de mudança, favorecendo seus próprios interesses e desarticulando de todas as formas possíveis qualquer tipo de ação contrária à sua. No Submédio São Francisco, por exemplo, ainda que parte das terras irrigadas tenham sido desapropriadas, elas voltaram a ser concentradas, excluindo parte da população do campo ou “transformando-os” em trabalhadores rurais (FURTADO, 1998).

As poucas que ainda são destinadas à agricultura familiar são áreas de sequeiro, em formatos de assentamentos rurais, conforme modelo do INCRA. Diversas famílias, oriundas de federações sindicais ou movimentos sociais de luta pela terra, que passam anos acampadas, são assentadas, muitas em terras dificilmente produtivas, com infraestrutura mínima, sem crédito para produção, uma vez que poucos conseguem dar as garantias de pagamento solicitadas pelos bancos, e sem acompanhamento eficiente por parte do Estado. A precária política de reforma agrária, se assim a podemos chamar, portanto, pouco assiste os agricultores familiares sertanejos que produzem em áreas de sequeiro, reduzindo essa política ao repasse, muitas vezes sob condições de pagamento, da terra (BRANDÃO, 2007; MARTINS, 1975).

Os sucessivos “programas de reforma agrária” seguem destinando aos homens da terra porções residuais de “lotes” em assentamentos precariamente assistidos, enquanto se empenham, uns após os outros, em apoiar os latifúndios de agropecuária de mercado e a incentivar a expansão do agronegócio, à custa de um crescente deterioro das condições de vida de famílias e de comunidades rurais e de uma degradação, em vários espaços, irreversível, do meio ambiente (...) (BRANDÃO, 2007, p. 47).

Nas tensões existentes entre os diferentes grupos presentes no Submédio São Francisco, e mais particularmente em Petrolina-PE, muitos foram e ainda são relegados a um papel de coadjuvantes, sendo acompanhados pelo Estado de forma desinteressada, tendo de encontrar caminhos para adaptarem-se e resistirem às dificuldades. Este é o caso, por exemplo, dos agricultores familiares de áreas de sequeiro, que na maioria das vezes têm de realizar atividades fora de sua propriedade para complementação de sua renda, adotando a pluriatividade¹² (CAVALCANTI, 1997; CAVALCANTI et al., 2014). Comparados àqueles direcionados às empresas regionais, os investimentos na produção desta categoria são muito pequenos, forçando estes agricultores a encontrarem, sozinhos ou em conjunto, soluções para as suas dificuldades.

Tais fatores tiveram como consequências uma diferenciação social evidente, uma vez que os agricultores de sequeiro enfrentam dificuldades para acessar bens naturais como terra e água; para conseguir financiamentos e assistência técnica de qualidade; para, quando conseguem produzir, garantir a entrada de seus produtos no mercado, muitas vezes submetendo-se à exploração de um atravessador; para a manutenção de seu espaço; para a garantia das necessidades de sua família; etc. Assim, no processo de implementação do projeto desenvolvimentista, poucos se beneficiaram, muitos foram inseridos de forma descompromissada, alguns ficaram de fora e outros tantos se fragilizaram no decorrer do processo (CAVALCANTI et al., 2014).

Estes atores representam o outro polo do processo: os excluídos, a “outra agricultura”. Como não acessam a infraestrutura e reproduzem-se sob condições, muitas vezes, precárias, no conflito com a visão desenvolvimentista representam o atraso, mas na verdade são o símbolo da resistência, do Semiárido possível e inexplorado. Carregam consigo o estigma do anti-progresso justamente por apegarem-se à sua tradição, ou a técnicas tradicionais e/ou alternativas de produção como aquelas relativas à política de convivência. Ou seja, não há, sequer, reconhecimento ou reflexão das causas que levam às demandas dos agricultores familiares de sequeiro; assim como não há reconhecimento de sua *expertise* em desenvolver técnicas

¹² Retomaremos a discussão sobre a pluriatividade no item seguinte.

alternativas, ou resgatá-las adaptando-as, para resistência. E ainda que se apresentem números positivos, sua importância produtiva também não é reconhecida (SABOURIN, 2009b).

Pensar o agricultor familiar de sequeiro no Submédio São Francisco tomando como referência suas diferenças com o modelo empresarial pode levar a reflexões que reforçam a visão histórica sobre esta categoria como pequenos, periféricos, residuais etc. Entretanto, não é este o nosso objetivo. Nosso debate expõe, tão somente, as grandes diferenças existentes entre estes dois modelos, entre os apoios que recebem do Estado através dos projetos institucionais e de qual posição ocupam no imaginário social contemporâneo. Tais fatores evidenciam os motivos que sustentam estas diferenças, possibilitando uma outra visão sobre o grupo subordinado que não aquela que o coloca numa posição de pobreza inerente. É preciso, antes de tudo, entender o porquê das diferenças, não naturalizando-as.

As ações institucionais do Estado anteriormente descritas acabaram por enfraquecer a agricultura de subsistência na região do Submédio São Francisco, uma vez que o plano era eliminá-la ou descaracterizá-la. Estas ações, portanto, se constituíram num importante bloqueio à potencialização da agricultura de subsistência; que, em verdade, se configurava num modelo de agricultura familiar. As diferenças axiológicas sócio compartilhadas que tentam justificar a contradição existente entre estes dois modelos como inerente às suas dessemelhanças são, na verdade, elementos que dão força ao argumento da injustificação. O Estado, órgão mais criticado no modelo capitalista neoliberal, é o mais disputado para a perpetuação de um sistema de diferenciações que beneficia poucos conglomerados agroindustriais em detrimento de milhares de pessoas que vivem e sobrevivem do campo, tendo neste espaço os elementos fundantes de sua cultura, sociabilidade e produção de sentido. É necessário, nesta perspectiva, compreender os elementos particulares da própria singularidade dos agricultores familiares de sequeiro para o entendimento de sua existência, resistência e reprodução num contexto que não se apresenta a seu favor.

3 CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: BLOQUEIO, RESISTÊNCIA E DIVERSIDADE

Os agentes sociais deste estudo são os agricultores familiares do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Lyndolpho Silva, em Petrolina/PE. Nosso objetivo, neste terceiro item, é justamente fazer uma discussão sobre a categoria *agricultura familiar*, tomando como referência o que consideramos ser parte significativa de suas principais características, categorias e história, referenciados em autores que nos ajudarão a melhor compreender os agentes do nosso campo de pesquisa, e em consequência fundamentar a nossa análise. Já nesta introdução, é preciso chamarmos a atenção para três questões. A primeira delas é que compreendemos, aqui, os agricultores familiares como

Poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. (...) A categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009, p. 9-10).

A agricultura familiar, portanto, é formada por grupos de sujeitos que produzem utilizando-se do trabalho familiar, orientados à reprodução de sua família, que possuem uma relação direta com o mercado e, além disso, características próprias que os distinguem. Tais características constituem um patrimônio cultural singular, transmitido entre as gerações e que orienta suas ações e relações internas e externas. Os agricultores familiares, além de reproduzirem uma forma própria de organização da produção, também compartilham de uma cultura específica, compreendendo o mundo rural como um espaço de vida, produção de sentido

e perpetuação dos significados de sua existência, ainda que inseridos e parte de uma macroestrutura (WANDERLEY, 2009a¹³).

A segunda questão é que compreendemos as categorias *campesinato* e *agricultura familiar* a partir da ideia de rupturas e continuidades pensada por Wanderley (2009a). Ou seja,

(...) mais do que, propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de rupturas e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais. O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet, “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (...) (eu diria bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura (WANDERLEY, 2009a, p. 189).

A constituição de uma categoria de agricultores familiares é realizada a partir da compreensão de que estes adaptam-se ao mundo moderno e suas transformações de modo a integrarem-se nele, sendo parte da sociedade e relacionando-se diretamente com sua estrutura. Contudo, ao fazerem isso tomam como referência sua própria tradição; a qual, na maioria das vezes, é camponesa. Não rompem com sua herança histórica, mas utilizam-na como base para adaptarem-se à sua própria maneira às mudanças e exigências sociais, políticas e econômicas do mercado, do Estado e da sociedade em geral. Assim, em virtude das diferentes formas de adaptação, a agricultura familiar engloba vários modelos, todos familiares (LAMARCHE, 1991; 1998).

Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas, que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente (...) que a modernização desta agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros “clássicos”) da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência, o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e

¹³ Wanderley (2009a) se refere ao livro WANDERLEY, M. N. B. *O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, formado por um conjunto de artigos e textos escritos em diferentes momentos, que se tornaram nesta edição capítulos, e que congrega uma parte considerável das contribuições de Maria de Nazareth Baudel Wanderley sobre a agricultura familiar e a Sociologia Rural. Assim, embora utilizemos uma mesma referência, estaremos nos referindo a diferentes textos da autora.

orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Este agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet), na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2009a, p. 189-190).

No Brasil, especificamente, em virtude da história particular de constituição de seu campesinato, o qual teve de enfrentar sérios bloqueios e se reproduzir em oposição a um projeto agrícola capitalista de acumulação de bens, concentração da terra, dependência e exploração do trabalho alheio, altamente incentivado pelo Estado, as categorias agricultura familiar e campesinato ainda são muito próximas, representando mais elementos de continuidade do que de ruptura. Assim, tomaremos como referência a ideia de que “os conceitos de campesinato e de agricultura familiar, no caso do Brasil, possam ser considerados como equivalentes” (WANDERLEY, 2017, p. 9).

A terceira questão, diretamente vinculada às duas primeiras, é que entendemos epistemologicamente o agricultor familiar como um agente social de luta. Tal entendimento decorre de suas características de resistência, luta por autonomia sobre a gestão de sua propriedade, trabalho e produção, luta por sua reprodução, enfretamento ao bloqueio que lhe é imposto e luta pela consolidação de seus projetos, formação e transmissão do patrimônio familiar. Assim, no Brasil as tensões e conflitos enfrentados pelos agricultores familiares são decorrentes da luta destes agentes; se, por uma lado, como veremos a seguir, são relegados ao papel de explorados, por outro não aceitam tal imposição sem resistência.

Apresentadas estas três questões, as quais estarão presentes em toda a discussão que se segue sendo retomadas e mais bem explicadas, para o cumprimento do objetivo deste item (acima referido) o organizaremos da seguinte forma: além desta breve introdução, faremos uma apresentação e discussão sobre o campesinato, as quais serão realizadas com base em autores essenciais para a problemática que estamos construindo; e uma discussão mais específica sobre a agricultura familiar brasileira, sua história, características e seu papel no cenário nacional – também fundamentados em um conjunto de autores essenciais às nossas questões, – com destaque para três de suas principais características: a resistência, a pluriatividade e as ações possíveis de serem lidas através da reciprocidade.

3.1 O DEBATE SOCIOLÓGICO EM TORNO DO CONCEITO DE CAMPESINATO

Neste primeiro momento de debate sobre o campesinato, nosso objetivo é ressaltar características que possibilitem uma melhor compreensão sobre os agentes sociais de nosso estudo. Tomaremos como referência, evidentemente sem a pretensão de dar conta totalmente, ou esgotar o debate, as ideias de alguns autores que fundamentalmente contribuem para a nossa discussão: Alexander Chayanov, Eric Wolf, Teodor Shanin, Henri Mendras e Jan Douwe Van der Ploeg, ressaltando diferenças e semelhanças entre eles. Antes, é importante destacar que cada um deles se debruçou sobre camponeses contextualmente situados no tempo e no espaço, contudo suas reflexões são de grande importância para a compreensão sobre uma teoria do campesinato, a qual, guardadas as devidas especificidades, pode fundamentar interpretações mais próximas à realidade de nossa pesquisa.

O primeiro deles, Chayanov, a partir de diversos estudos sobre os camponeses na Rússia, destacou três características centrais deste grupo: (1) a utilização do trabalho familiar para a produção agrícola; (2) a existência de uma estreita relação entre a produção e o consumo; e (3) o objetivo da produção em garantir as necessidades e a reprodução da família. Para ele, os camponeses se diferenciavam dos empresários rurais por não objetivarem o lucro propriamente dito, mas o exercício de um modelo de atividade que lhes possibilitasse garantir um ganho a partir do autocontrole do tempo e da intensidade do próprio trabalho, possibilitando a formação de um patrimônio que assegurasse a reprodução da unidade doméstica. Assim, a discussão sobre o campesinato se inicia a partir da família, uma vez que ela é tida como principal responsável pela constituição das regras que governam os indivíduos da unidade econômica camponesa; ou seja, central no que se refere ao trabalho, ao consumo e ao patrimônio, ainda que parte de um contexto econômico mais global (CHAYANOV, 1985).

Destacamos, a partir de Wanderley (2009a), duas das principais contribuições de Chayanov à compreensão do campesinato: o esforço para o entendimento das características internas das unidades de produção familiares; e a inserção destas num contexto econômico mais global. Do debate sobre a primeira questão, a autora chama a atenção para três fatores da discussão de Chayanov envolvendo a unidade de produção familiar: o caráter familiar da propriedade do estabelecimento, a responsabilidade direta com o trabalho e a auto-gestão deste

pela família (a qual se auto-explora¹⁴), e o fato de ser indivisível o rendimento decorrente do resultado da produção.

O primeiro fator se refere justamente à questão de serem os produtores familiares proprietários que trabalham em sua área, sendo, então, “familiar a propriedade do estabelecimento” (WANDERLEY, 2009a, p. 138). Resulta disso justamente o segundo fator: os esforços físicos e psicológicos necessários ao trabalho são oferecidos pelo próprio produtor e sua família, sendo direta a relação trabalho-produção e cabendo à própria família assegurar e gerir um patrimônio necessário à sua produção e reprodução. O trabalho, elemento técnico de toda produção, na unidade camponesa é exercido pelos membros da própria família, a qual se auto-explora. Assim, “(...) la composición familiar define ante todo los límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia” (CHAYANOV, 1985, p. 47).

Isso define o *volume* da atividade econômica, uma vez que ele é diretamente proporcional ao número de membros da família aptos ao trabalho. Ou seja, há diferentes volumes de produção da família em virtude de seu próprio desenvolvimento, uma vez que com filhos pequenos e não aptos ao serviço o consumo é maior que a força de trabalho; já à medida que os filhos vão crescendo, a força de trabalho e a produção sobem. Contudo, quando os filhos, crescidos, saem da propriedade, ou quando são poucos os componentes familiares, o volume produtivo cai (CHAYANOV, 1985).

Cada familia, entonces, según su edad, constituye en sus diferentes fases un aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo con su fuerza de trabajo, la intensidad de la demanda de sus necesidades, la relación consumidor-trabajador, y la posibilidad de aplicar los principios de la cooperación compleja (CHAYANOV, 1985, p. 56).

Já o terceiro fator, o caráter de indivisibilidade do rendimento oriundo da produção, é uma questão gerada justamente por estas características, pois não há separação entre capital e trabalho, como no modelo produtivo capitalista. Assim, na unidade familiar “(...) o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado

¹⁴ A auto-exploração está ligada à ideia de que o agricultor familiar tem tanto interesse em de fato tornar-se agricultor que submete-se a enfrentar condições adversas (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009). Ele mesmo se impõe uma disciplina de trabalho por vezes mais rigorosa que qualquer outra na tentativa de alcançar seus objetivos e garantir sua reprodução.

pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra” (WANDERLEY, 2009a, p. 139). Nesse processo, os produtores familiares exercem uma dupla gestão: da unidade de produção da família, na geração do patrimônio necessário à produção, e da própria família, na garantia de sua manutenção e reprodução (CHAYANOV, 1985).

Por eso es que el límite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia (CHAYANOV, 1985, p. 47-48).

A segunda contribuição de Chayanov (1985), relacionada à compreensão do campesinato como inserido num sistema econômico global, é resultado do reconhecimento da integração da agricultura ao processo global de reprodução da economia. “Consideramos que nuestra explotación campesina es mercantil y, por lo tanto, que se inserta en un sistema económico que coexiste con ella a través del crédito y la circulación de mercancías” (CHAYANOV, 1985, p. 265). Assim, resultam deste debate duas questões: o fato de não ser o campesinato um modo de produção propriamente dito, mas uma forma de organização produtiva inserida num sistema econômico diverso e amplo; e a reprodução do capital justamente a partir da reprodução das unidades de produção familiares, “as quais precisamente, o capital concentra e subordina” (WANDERLEY, 2009a, p. 142).

Entretanto, Wanderley (2009a) defende que

(...) a vigência das leis gerais de reprodução do capital – que, como vimos, afeta a reprodução das unidades camponesas de produção – não anula as especificidades destas. Isto é, mesmo estando integrada ao movimento geral de valorização do capital, a economia camponesa se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento interno, nos termos apresentados por Chayanov (p. 143).

Chayanov (1985), portanto, identifica e nos revela características centrais das unidades de produção camponesas, internas e externas, as quais se organizam a partir destes elementos e também se baseiam neles para se relacionarem com a sociedade econômica global. A dupla gestão também é fundamental para compreender as especificidades camponesas, e nesse ponto em especial adentramos no debate sobre as ideias de Eric Wolf, que tem como um de seus

objetivos a conceituação do campesinato como um tipo de sociedade (WOORTMANN, E., 1995).

Neste segundo autor, uma das ideias que ganha destaque é justamente o reconhecimento das relações entre os camponeses e o mundo externo, entendendo que os primeiros ocupam um lugar no segundo. Para Wolf (1976), os camponeses produzem um excedente para garantir a manutenção de sua propriedade e demais ferramentas de trabalho, para buscar interagir socialmente participando dos ritos cerimoniais locais e também para custear o acesso a bens de produção que dificilmente são garantidos pelo Estado. Este excedente diz respeito à parte da produção representada pela subtração entre a produção total e o necessário para alimentação da família (WOLF, 1976).

(...) os camponeses (...) são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços (WOLF, 1976, p. 16).

Para melhor explicação desta ideia, Wolf (1976) define primeiro um marco civilizatório, caracterizado principalmente pela divisão entre os que cultivam e os que detêm o poder, e pelo desenvolvimento de uma ordem social complexa. A divisão entre cultivadores e os que governam é sustentada justamente pela capacidade de produção de excedentes acima do *mínimo* necessário para a manutenção da vida; este mínimo seria o suficiente para compensar o gasto de energia despendido pela família no trabalho na propriedade. Parte dos excedentes são direcionados para o que o autor chama de *fundo de manutenção*, ou seja, o necessário para restauração dos equipamentos e da propriedade, assegurando a continuidade da produção.

Estas primeiras questões já demonstram a importância do debate de Wolf (1976). Primeiro porque, para ele, o camponês é um cultivador. Segundo que, ao pensar as sociedades camponesas inseridas numa ordem social, o autor reflete sobre a sua participação num sistema socioeconômico mais amplo, externo à sua sociedade, em que ocupam uma posição de subordinação. Terceiro porque, ao afirmar a realização de uma divisão da produção, podemos compreender que a família camponesa possui um planejamento, garantindo o necessário à sua existência e à manutenção da propriedade e das produções futuras através de sua produção e de sua participação no mercado. Esta divisão é realizada em virtude da existência de uma relativa autonomia que os camponeses possuem sobre seu trabalho e excedentes.

O que está além do mínimo e do fundo de manutenção são *excedentes sociais*. Estes excedentes sociais são divididos em dois: um *fundo cerimonial*, utilizado nas despesas para manutenção das relações sociais dentro do grupo (casamento, comemorações, doações etc., assumindo também um aspecto de reciprocidade); e um *fundo de aluguel*, utilizado para o pagamento de exigências determinadas por uma relação assimétrica de poder. Assim, “em todos os lugares onde houver alguém exercendo um poder superior de fato, ou domínio, sobre um cultivador, este deverá produzir um fundo de aluguel” (WOLF, 1976, p. 24). A relação entre os camponeses e o sistema econômico global também é reconhecido por este autor como uma forma de reprodução do capital a partir da apropriação de parte significativa do sobretrabalho dos produtores familiares. Para o autor, “vê-se que o termo ‘camponês’ denota nada mais nada menos que uma relação estrutural assimétrica entre os produtores de excedentes e o grupo dominante (...)” (WOLF, 1976, p. 24).

As sociedades camponesas, portanto, em WOLF (1976), são pensadas também a partir da relação direta que mantêm com o mundo externo, o qual em geral os explora, constituindo um modelo de subordinação econômica que é central da análise do autor. A partir desta relação assimétrica, o controle sobre o trabalho, os excedentes e parte significativa dos meios de produção é transferido para os grupos dominantes. É justamente o domínio sobre estes fatores que os camponeses buscam, numa tentativa de ampliar seus processos de autonomia, os quais não eliminam outros fatores de dependência (WOORTMANN, E., 1995); autonomia relativa e dependência, portanto, não se anulam.

Entretanto, o autor não deixa de refletir que a unidade camponesa é uma unidade econômica, mas também um lar. É uma organização produtiva, mas também uma unidade de consumo. Suas despesas não são orientadas por um sistema baseado em preços e lucros; como vimos, o trabalho e a economia são familiares, orientados para as suas necessidades e reprodução, seja através da garantia do mínimo ou da negociação dos excedentes; e, por isso, os fundos (mínimo, manutenção, cerimonial, aluguel) se integram, não são fechados entre si. O camponês, nessa perspectiva, não é considerado primitivo, mas também não é um empresário; ele “(...) parece estar a meio caminho entre o primitivo e o moderno: deixou de ser algo, e não chegou a se constituir em outro algo” (WOORTMANN, E., 1995, p. 46).

Assim, é possível concluir que toda decisão dos produtores familiares em relação ao mercado tem um aspecto doméstico, bem como que a propriedade não é somente um bem de produção, um fator necessário à economia. Ela é carregada de um conjunto de valores simbólicos, possuindo nas sociedades camponesas uma outra significação (WOORTMANN,

E., 1995). A partir destes fatores, Wolf (1976) identifica um dilema central do campesinato: o equilíbrio entre suas necessidades e as exigências sociais. As diferentes formas de exercício do poder econômico, bem como as estratégias para o enfretamento do dilema apontado acima resultam na diversificação da agricultura familiar. Assim,

A existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda a sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção (WOLF, 1976, p.34).

Estas reflexões possibilitaram uma revisão daquelas visões que enxergavam os camponeses somente como agricultores de subsistência, ainda que permaneça o reconhecimento sobre a importância desta. A observação da produção do excedente e suas diferentes formas de uso possibilitou o pensamento de que os camponeses são parte do sistema econômico, político e social, têm consciência dele adequando-se relativamente para participação, e que têm um projeto produtivo que responde aos seus projetos de vida, seja para participação nas cerimônias sociais, para manutenção e asseguramento de sua propriedade ou para lidar com as formas assimétricas de relação social, marcadas pela dominação e concentração dos bens de produção (WOLF, 1976).

Não se sustentam, portanto, tomando como referência a discussão de Wolf (1976), reflexões que compreendem as sociedades camponesas como isoladas, ou excluídas de um sistema econômico macrossocial. Neste processo de adaptação, que tem como fundamento os saberes tradicionais que possuem, os agricultores familiares, ainda que tradicionais, são tão modernos quando as sociedades desenvolvidas; a questão é de qual modernidade estamos falando. E os esforços para adaptação respondem ao objetivo do agricultor familiar em assegurar as suas formas de vida relativamente autônomas, e não estritamente em adequar-se ao modelo de produção desenvolvimentista dependente.

Os camponeses não somente acompanham o processo social histórico, mas são parte dele e o influenciam; são dinâmicos. Sua compreensão também não deve responder a um modelo de relação entre camponeses e não-camponeses. A agricultura familiar e seu processo de existência são oriundos das complexidades internas que este grupo possui juntamente às estratégias que desenvolvem para adaptarem-se às constantes mudanças no sistema de relação com grupos externos, dominantes ou não, enfrentando-os. Estas adaptações e enfretamentos

respondem aos objetivos de continuidade não só de sua existência, mas também a de sua família, a de sua categoria e a de seu modo de vida como um todo (WOLF, 1976).

Estas reflexões são de suma importância nas discussões sobre o campesinato. A partir do reconhecimento dos elementos de diversidade e complexidade trazidos acima, reafirmamos a necessidade de ampliação da visão sobre os camponeses, os quais, apesar de terem como elemento central de suas vidas a atividade agrícola, têm também outras características mais voltadas à própria cultura, formas de interação, compreensão do mundo, sistemas de herança, hierarquias, formações parentais, relações com a natureza etc., que também precisam ser entendidas para uma compreensão mais holística de suas particularidades (JOLLIVET, 1998; MARTINS, 2000).

Um outro autor que se destaca nessa discussão é Teodor Shanin, que busca a compreensão do campesinato discutindo, dentre outros fatores, o seu conceito, considerando todos as vantagens e desvantagens do processo de classificação. Para ele, os camponeses devem ser pensados a partir de todas as suas características, sendo cada uma delas fundamental para o processo de conceituação, mas nenhuma total; ou seja, os camponeses não podem ser reduzidos a nenhuma de suas especificidades. O entendimento do conceito de campesinato passaria pela reflexão de seus elementos internos e externos, tomando como referência o estabelecimento rural familiar em suas ações, reações e interações com o contexto social mais amplo. Assim, resultam das reflexões de Shanin (2005) três importantes questões: (1) o conceito de campesinato não deve ser generalizável; (2) os camponeses mantêm relação direta com a macroestrutura; e, mesmo que relacionando-se, (3) mantêm um conjunto de características específicas que os diferenciam.

A primeira questão se refere a uma discussão mais voltada a constituição conceitual nas Ciências Sociais. Ao se criar um conceito, é preciso estar atento aos cortes que são feitos. Nenhum conceito assume de fato a realidade total a que se refere; antes de tudo, ele é fruto de uma perspectiva, de um contexto, de uma base epistemológica. Ele traduz um olhar específico, uma forma de interpretação, e por isso deve levar em consideração o seu alcance. Ao se conceituar o campesinato, portanto, deve-se estar atentos a tais fatores, assumindo a perspectiva interpretativa, as características específicas, a história etc. O campesinato assume um conjunto de características comuns que possibilitam a sua identificação, mas isso não o torna homogêneo; ele se constitui “historicamente por meio de processos de diferenciação social” (MENEZES, 2009, p. 270). É preciso estar atento à diversidade dentro do próprio conceito, aos elemento

complexos – para além dos elementos básicos – que refletem subdivisões dentro de um mesmo grupo (SHANIN, 2005). Assim,

(...) o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não- apenas- camponesa e/ou extra- historicidade. (...) Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não- camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses (SHANIN, 2005, p. 18).

A segunda questão afirma a existência de relações entre os camponeses e a sociedade mais ampla, como já apontaram Chayanov (1985) e Wolf (1976). Eles relacionam-se diretamente com a sociedade da qual são parte significativa. Neste sentido, ocupam um lugar na sociedade capitalista e interferem nela, estabelecendo relações sociais, políticas e econômicas. Em virtude de possuírem uma série de características específicas, as quais influenciam particular e internamente seus modos de vida e interação, garantindo-lhe também alguma autonomia, suas ações, reações, resistências etc. interferem na sociedade da qual são parte, têm consequências externas; e também são modificadas por elas (SHANIN, 2005).

(...) os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses. (...) os camponeses e sua dinâmica devem ser considerados *tanto* enquanto tais, *como* dentro dos contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem (SHANIN, 2005, p. 14).

A terceira questão, diretamente ligada às duas primeiras, é que os camponeses, ainda que parte de uma macroestrutura sobre a qual interferem e a partir da qual sofrem modificações, guardam as especificidades que os distinguem social e conceitualmente. Ou seja, mesmo que seja parte significativa da sociedade capitalista, interferindo e sofrendo interferências dela, e se modificando neste processo, o campesinato mantém uma base de características gerais de autonomia do trabalho, da gestão da propriedade e da reprodução da família que proporcionam

a sua resistência e existência social. Ainda que sofra influências da sociedade capitalista, portanto, ele não se torna empresário (SHANIN, 2005).

É indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização dos lucros) de transformar tudo ao redor à sua semelhança não o é. Os camponeses são um exemplo. (...) não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (SHANIN, 2005).

Outro autor que se destaca no processo de reflexões acerca do campesinato é Henri Mendras, teórico que estudou as sociedades camponesas tradicionais na França. Para ele, é imprescindível a compreensão das particularidades e especificidades camponesas, a qual deve considerar toda a trama de relações e tensões relacionadas aos seus aspectos de sociedade. Segundo Mendras (1978), as sociedades camponesas se constituem como uma cultura, um modo de vida, e não somente como uma forma de organização produtiva ou um modelo econômico. Assim,

Henri Mendras se refere a uma civilização camponesa, cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas, que mudanças introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social (...). Para Mendras, o campesinato está sempre associado a sociedades camponesas, não se reduzindo apenas a uma forma social de organizar a produção, nem a um tipo de integração ao mercado (WANDERLEY, 2009a, p. 186-187).

Mendras (1978), então, pensando sobre as particularidades e a autonomia da sociedade camponesa com relação ao mundo externo, e também sobre as formas de relação e integração com este mundo, busca a definição de características gerais sobre o campesinato, indicando cinco traços que considera serem centrais: (1) uma autonomia relativa com relação à sociedade global; (2) um sistema econômico relativamente autossuficiente; (3) o importante papel daqueles que mediam as relações entre o contexto local e o global; (4) uma sociedade de interconhecimento; e (5) a importante função dos grupos domésticos (WANDERLEY, 2009a).

O primeiro fator, *a autonomia relativa*, se refere às mudanças internas sofridas pelas sociedades camponesas em virtude das exigências externas nos processos de troca; Mendras

(1978) identifica que a autonomia do camponês seria sempre relativa. “A necessidade de reservar parte de seus recursos para as trocas com o conjunto da sociedade, e para atender a suas imposições terminam por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato, certos elementos que lhe são, originalmente, externos” (WANDERLEY, 2009a, p. 161). As sociedades camponesas, nesse processo, são vistas como integradas à sociedade externa, guardando parte da autonomia que as caracterizam, mas modificando-se em virtude desta relação.

Ao pensar o campesinato, o autor também reflete sobre este grupo social pensando um *sistema econômico relativamente autossuficiente*, segundo fator acima apontado. Assim, ainda que seja necessária a compreensão dos camponeses como sujeitos inseridos numa sociedade global, é possível pensar uma relativa autossuficiência com relação a este grupo no que se refere às suas dinâmicas econômicas. Estes possuem formas particulares de troca e de produção. Isso não quer dizer que os camponeses rompem com as formas de comercialização da sociedade global, mas que possuem particularidades que escapam a este modelo, desenvolvendo um comércio local com normas e regras próprias que geram um tipo de auto-sustentação (MENDRAS, 1978).

O terceiro fator de grande relevância é o papel de sujeitos integrantes do grupo camponês responsáveis por *mediar as relações entre a comunidade local camponesa e a sociedade global*. Na maioria dos casos, estes sujeitos assumem um papel de liderança de grande importância para o grupo, pois ficam responsáveis por representar a comunidade na busca por seus objetivos. Como consequência, estes sujeitos aprendem a lidar com as burocracias, acessar projetos e políticas, estabelecer estratégias de ação etc. (MENDRAS, 1978). Tal função pode resultar na criação de uma figura de poder com relação aos seus iguais, contudo este poder representaria mais um papel de influência do que de exploração.

Uma outra característica encontrada por Mendras (1978), e quarto fator apontado acima, é a compreensão *das sociedades camponesas como uma sociedade de interconhecimento*. Internamente, é constituída uma forma específica de vida social, de compartilhamento, de vizinhança. “A agricultura camponesa tradicional é profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco” (WANDERLEY, 2009a, p. 160). As sociedades camponesas possuem uma forma de sociabilidade própria, a qual é fundamental para a sua diferenciação com relação à sociedade externa.

O quinto fator relevante na análise de Mendras (1978) sobre as sociedades camponesas, assim como em Chayanov (1985) e Wolf (1976), é a *centralidade que possui o grupo doméstico*, ou a família. É a partir da família e para ela que estão direcionados os esforços de produção. Ela possibilita o trabalho necessário para as atividades agrícolas, artesanais e domésticas, e é para o seu fortalecimento que estas atividades estão direcionadas. Assim, o grupo familiar é central, sendo produtor e consumidor; início, meio e fim. É o grupo doméstico que possibilita o trabalho, a manutenção da propriedade e a construção do patrimônio que será a base de sua reprodução e continuidade.

A partir da difusão desta discussão, os estudos sobre o campesinato passam a ser desenvolvidos em diversas partes do mundo, ampliando ainda mais os esforços de compreensão sobre as consequências e características desta categoria. O foco do debate gira em torno não somente da existência do campesinato em relação à sociedade industrial, mas também das relações específicas do campesinato com a natureza, ou das consequências de sua existência no mercado global de alimentos. Ganham destaque as discussões sobre as relações entre o espaço rural e o espaço urbano, principalmente a construção desse segundo como o local do progresso; as transformações sofridas pela própria agricultura em virtude das mudanças impostas pelo sistema político-econômico; o lugar dos camponeses e demais agricultores nesse processo; as relações entre as estratégias de desenvolvimento locais e as adaptações às exigências do desenvolvimento global; as consequências das ações agrícolas para o meio ambiente; entre outras (JOLLIVET, 1998).

As demandas geradas para o campesinato são muitas, sendo imprescindível a compreensão de quais projetos os guiam, quais estratégias são pensadas para o seu enfrentamento e quais práticas são desenvolvidas. O campesinato, nesse sentido, revela-se como um importante grupo social por dois fatores: primeiro por confrontar o ordenamento dominante a partir de seu processo de resistência e luta por autonomia; e segundo por gerar inovação a partir de suas formas criativas de lidar com estes mesmos problemas. A partir dessa compreensão, Ploeg (2009) afirma a necessidade de reconhecimento da importância da existência social e produtiva do campesinato, uma vez que é uma categoria de agentes sociais produtora de sentido e também geradora de alimentos, capital social, empregos e renda que contribuem para a sociedade de forma geral.

Para o autor, pensar sobre o campesinato é falar sobre uma *condição camponesa*, ou melhor, sobre o lugar que os camponeses ocupam na sociedade global. É compreender os processos de luta e de enfrentamento social pelos quais eles continuam existindo e progredindo.

É entender quais caminhos possibilitam esta categoria assegurar sua relativa autonomia em meio a um modelo social e cultural de dependência mercadológica, para o qual o ordenamento econômico é o único possível para solucionar as demandas da sociedade¹⁵. “A condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (PLOEG, 2009, p. 18).

A luta por autonomia passa por uma série de questões, principalmente aquelas ligadas à criação de uma base de recursos. Esta é necessária para a sobrevivência social e produtiva dos camponeses, pois sem ela não é possível a sua reprodução – conforme Chayanov (1985) e Wolf (1976) também apontaram. Assim, criam-se estratégias como o uso compartilhado de terras, a agregação em movimentos sociais de luta e a coprodução para oferecer as bases para a sobrevivência e a reprodução da família. Esta coprodução seria justamente a divisão da produção entre o que é consumido pela família e o que vai para o mercado, possibilitando assim tanto a sobrevivência da unidade doméstica como dos projetos de futuro (PLOEG, 2009).

A partir destes fatores, Ploeg (2009), considerando a existência social e cultural do campesinato como de suma importância para a sociedade e para a natureza, pensa seis características principais deste modelo de organização produtiva e modo de vida:

- A agregação de valor à propriedade da família a partir dos fatores que lhes estão disponíveis. Ou seja, o enfrentamento ao contexto hostil de modo a manter a propriedade, reproduzir a família e ainda gerar riqueza para a realização dos projetos familiares e da categoria;
- Base de recursos disponíveis limitada e sob constante pressão, cujas formas de lidar geram eficiência técnica. Tal fator pode ser evidenciado através do surgimento de inúmeras tecnologias sociais criadas pelos camponeses, mesmo diante das constantes investidas empresariais sobre os produtos e escassos bens naturais de produção disponíveis à agricultura camponesa em geral;

¹⁵ Sobre esta questão, lembramos Polanyi quando afirma que “deixar acontecer a mercantilização da terra e do trabalho (das pessoas) seria o mesmo que aniquilá-los” (POLANYI, 1957, p. 130 *apud* PLOEG, 2011, p. 13). Ou seja, não é possível compreendermos a existência social total somente a partir do ordenamento das relações de troca mercantis; as diversas formas rurais de existência, incluindo entre elas o campesinato, não podem ser compreendidas somente a partir dos recursos econômicos que as circundam. Assim, não deveríamos pensar o campesinato somente como uma forma de produção dentro do modelo capitalista global da indústria alimentar, mas pensá-lo em seus próprios termos, entendendo as formas pelas quais o campesinato compreende e lida com a pressão constante da geração de capital.

- O relativamente abundante trabalho familiar disponível diante dos escassos bens naturais de produção. Estes fatores são relativos e estão relegados ao desenvolvimento interno da família, ora composta por mais membros, ora por menos. Pode-se refletir, aqui, sobre o desequilíbrio entre a quantidade/qualidade de trabalho familiar e bens naturais de produção;
- A não divisão da base de recursos a partir de elementos opostos, tais como trabalho manual x intelectual etc. Todos estes fatores estão agregados e funcionam como uma unidade orgânica;
- A centralidade do trabalho no processo de manutenção e reprodução da propriedade e da família. Neste sentido, quantidade e qualidade de força de trabalho são de grande importância, promovendo toda uma relação, quando necessário, de ajuda mútua interpessoal;
- A relação específica com o mercado, este último acessado visando a reprodução da família e a manutenção da propriedade. Nessa relação são fortalecidas a relativa autonomia e a resistência dos agricultores camponeses, por um lado, mas também os processos de exploração do camponês, por outro.

A agricultura camponesa, portanto, deve ser compreendida como uma categoria sócio histórica de significativa relevância para a sociedade. E seu entendimento não passa somente pelo reconhecimento de seu importante papel na economia global, mas principalmente por todos os sentidos e modos de vida diferenciados gerados por ela. Por todo o capital social e cultural consequente dos modos diversos de sua existência. Compreender a relevância desse modo de vida como possibilitador inicial de toda uma forma de organização social e produtiva, baseadas na busca por autonomia e por reconhecimento de sua existência e condição, é tarefa imprescindível das Ciências Sociais.

O processo de adaptação do campesinato e as formas específicas de relação dos diferentes grupos de camponeses com as exigências da sociedade industrial marcam a ampliação da compreensão da produção familiar nos diversos espaços, assumindo o campesinato como um modelo da agricultura familiar¹⁶. Entretanto, em alguns locais, em virtude de um processo histórico específico, os agricultores familiares apresentam a continuidade de uma diversidade de elementos da prática camponesa, pouco ou nada

¹⁶ Essa é uma reflexão tecida por Lamarche (1991; 1998), que será retomada e discutida no item seguinte.

diferenciando-se e tornando-se categorias equivalentes; como é o caso do Brasil. O que refletimos, tomando como referência o debate realizado até aqui, é a necessidade de compreensão das particularidades que envolvem a existência dos diversos agricultores familiares, uma vez que elas são essenciais para o entendimento de suas práticas. É pensando nestes fatores que discutiremos a agricultura familiar a partir do contexto social específico brasileiro.

3.2 O CAMPESINATO NO BRASIL

Diante de um longa lista de autores que contribuíram e contribuem para o intenso debate sobre o campesinato e a agricultura familiar no Brasil, nos basearemos naqueles que, acreditamos, mais podem nos aproximar do nosso campo, e dos nossos objetivos e questões de pesquisa. Tomaremos recortes de suas discussões como referência – uma vez que jamais daríamos conta da totalidade de suas reflexões – para pensar a história e um conjunto de características e categorias analíticas que nos auxiliarão na compreensão dos agricultores familiares assentados da reforma agrária do Projeto de Assentamento Lyndolpho Silva, e suas particularidades. São eles: Eric Sabourin, Manuel Correia de Andrade, Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Afrânio Garcia Júnior, Beatriz Heredia, Ghislaine Duque, Klass Woortmann, Ellen Woortmann, Marilda Menezes, Maria de Nazareth B. Wanderley, Delma P. Neves, James Scott, entre outros. Ressaltamos, também, a importância da coleção História Social do Campesinato no Brasil, formada por um agregado de textos que resultou em nove livros, e que muito contribuiu para o nosso estudo.

Embora alguns autores, tais como Caio Prado Jr.¹⁷, defendam que o campesinato não existiu no Brasil, uma vez que não tivemos aqui um sistema social feudal, muitos outros afirmam que ele se formou através de outras vias. Sabourin (2009a), por exemplo, defende que o campesinato brasileiro teve sua origem a partir de três pontos centrais: os trabalhadores da agricultura colonial, as formas de agricultura indígena e a agricultura desenvolvida por trabalhadores e pequenos colonos livres. Estes três grupos desenvolveram, ao longo de suas histórias, técnicas e sistemas produtivos e socioculturais que resultaram na formação de um campesinato, assumindo as características mais gerais expostas anteriormente, mas também

¹⁷ Para Prado Jr. (1960), se teria passado da escravatura diretamente para o assalariamento, sob formas específicas, dos trabalhadores rurais.

guardando suas especificidades (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009; MENEZES, 2009).

A *agricultura indígena* foi desenvolvida principalmente nas áreas litorâneas e próximas a rios, neste último aproveitando a riqueza dos solos das margens. A principal técnica era a agricultura de vazante, valendo-se dos períodos intermitentes entre uma cheia e uma seca, na qual as margens ficavam descobertas e com o solo bastante umedecido e rico. Outra técnica utilizada era a das queimadas, presente ainda hoje nas práticas camponesas. Muito ainda se aproveita do legado deixado por este grupo, principalmente nas estratégias de plantio do milho, da mandioca e do feijão, e do consorciamento entre estas. O trabalho era familiar, com ajudas mútuas entre membros de grupos domésticos diferentes, e alguma parte da produção era reservada para trocas entre tribos distintas (SABOURIN, 2009a).

A *agricultura colonial* se constituía num modelo de coexistência interdependente entre a agricultura empresarial da época, baseada no sistema de *plantation*, e a agricultura camponesa então desenvolvida. A partir da crise da produção da cana-de-açúcar no Nordeste, por exemplo, marcada pela transferência do centro de poder e de decisão política e econômica para a região Sudeste, parte das áreas foram ocupadas por moradores e/ou trabalhadores sujeitados, os quais prestavam serviços nas grandes fazendas, mas também produziam, em forma de meação ou parceria, nestas áreas. Estes agricultores plantavam alimentos que eram consumidos por suas famílias, negociados com os proprietários para ocupação de suas terras, ou externamente para pagamento do uso fundiário (SABOURIN, 2009a).

Os *produtores livres* eram formados principalmente pelos vaqueiros, mestiços e escravos libertos. No Nordeste, local onde na grande maioria das vezes a produção agrícola está vinculada à criação de animais, muitos trabalhadores das grandes propriedades de algodão e cana-de-açúcar, bem como vaqueiros que faziam o transporte dos animais, também desenvolveram atividades que resultaram na formação de um campesinato. Estes se dividiam entre a produção de alimentos para o próprio consumo e para troca e/ou venda, também abastecendo todo um mercado local. Muito do que se produzia era advindo das culturas africanas (melancia, abóbora e tipos diferenciados de feijão), ou herdado das culturas de exportação (algodão, mamona, café e tabaco) (ALTAFIN, 2007; ANDRADE, 2011; SABOURIN, 2009a).

Após o período de *rush* algodoeiro, passaram os agricultores sertanejos a regular sua vida amanhando a terra, ajudando-se uns aos outros e procurando

obter tanto o produto comercial por excelência – o algodão –, como os produtos alimentícios. Assim, nos anos regulares, costumavam os sertanejos, reunidos em mutirão, “brocar” os seus roçados em outubro, fazendo a queima em fins de dezembro, a fim de que em janeiro fossem construídas as cercas. Com a chegada do “inverno” – período chuvoso –, o chefe de família, ajudado pela mulher e pelos filhos, fazia a sementeira. Esta era iniciada pelo feijão “ligeiro”, pelo milho de “sete semanas”, o jerimum e a melancia. A mandioca, o algodão, o milho e o feijão eram semeados depois. Entre o primeiro e o segundo plantios, a família mantinha o roçado limpo, enquanto o chefe trabalhava assalariado nas grandes e médias propriedades. O salário era utilizado na aquisição da farinha que constituía, com a caça do preá, o alimento cotidiano (ANDRADE, 2011, p. 195-196).

Além destas três origens pensadas por Sabourin (2009a; 2009b), um quarto grupo que também passou ao longo do tempo a desenvolver um modelo de agricultura camponesa foi o dos *imigrantes europeus*, que desenvolveram um processo importante de migração na região Sul (SEYFERTH, 2009). Estes chegaram principalmente através dos programas de colonização do Estado, que tinha como objetivo a ocupação de terras por famílias produtoras de alimentos. Os programas ofereciam uma área, mediante contração de dívida, para que as famílias desenvolvessem suas próprias produções; e empregos públicos para que saldassem a dívida. Eram muitas as dificuldades para a produção, e as famílias utilizavam, dentre outras estratégias, da ajuda mútua para enfrentá-las. As principais culturas eram o fumo, o açúcar e a farinha de mandioca. A migração para áreas vizinhas possibilitou o acesso à terra pelas gerações familiares seguintes (SEYFERTH, 2009).

Apesar da significativa relevância destes quatro grupos acima listados, os quais possuem igual importância para o surgimento de um modelo de agricultura camponesa no Brasil, todos ocuparam um lugar secundário no processo de decisões políticas e econômicas. Tinham grande dificuldade em lidar com as formas de exploração que sofriam dos grandes proprietários, com a escassez dos bens de produção e com a inexistente força política que possuíam. Por ocupar esta posição marginal nas políticas do Estado, o caminho e a história do campesinato no Brasil são marcados por precariedades estruturais, e ao mesmo tempo por lutas, resistências e conflitos; todos estes fatores determinantes para a geração de uma série de características específicas, tais como trabalho coletivo, festividades, integração rural-urbano, formas de planejamento, migração, cosmologia, parentesco, bloqueio, exploração, resistência, pluriatividade, dentre outras (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009).

Antonio Candido (1964), por exemplo, ressaltou a importância das formas de solidariedade na vida camponesa a partir de seus estudos sobre os caipiras paulistas. Para ele,

são de grande importância as práticas de ajuda mútua, tais como o mutirão e as rezas caseiras, para a realização das atividades agrícolas, resultando na constituição de uma sociabilidade entre vizinhos, criando laços entre os mesmos. Há, também, a constituição de um conjunto de obrigações morais, como a oferta de alimentação e festas pela família ajudada, bem como a constituição de uma dívida moral para ajudas futuras – questão que pode ser lida através da reciprocidade, com veremos adiante. Outro fator identificado como fundamental nos estudos de Candido (1964) sobre os caipiras foi a migração. Pressionados pela sociedade industrial em ascensão, os caipiras acabavam por modificar suas formas de produção para tornarem-se competitivos, obtendo pouco êxito na transição entre a poli e a monocultura. Em consequência, deixavam suas terras e seguiam para outros locais.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (2009) também identificou as características de ajuda mútua, principalmente o mutirão, como de grande importância para o campesinato brasileiro, sobretudo a partir de suas reflexões sobre os sitiantes, camponeses que, em alguma medida, detém domínio sobre a terra (WOORTMANN, K., 2009). A autora, em 1963, já argumentava pela necessidade de reconhecimento e inclusão deste grupo nos projetos de reforma agrária, citando sua grande participação na produção e abastecimento de alimentos através das feiras, oferta de empregos, participação na economia etc. Para o reconhecimento oficial de sua importância, eram necessários mais dados sobre os números gerados pelos sitiantes, os quais existiam, principalmente, sob as formas de proprietários, posseiros ou “agregados”. Queiroz (2009) ressaltou, ainda, a importância da prática da agricultura de subsistência, a qual não significava necessariamente um processo de fechamento dos camponeses, os quais desenvolviam importantes processos de troca no Nordeste, por exemplo. Tais características eram consequência de um modo de vida singular, rural, integrado ao urbano e que precisava ser entendido e levado em consideração pelo Estado em suas políticas fundiárias (QUEIROZ, 1979).

Outra característica relevante dos camponeses brasileiros é a sua capacidade de iniciativa, planejamento, questão destacada por Garcia Jr.; Heredia (2009) através da diversificação da produção, a qual tem diferentes usos a partir das necessidades (épocas de fartura e de restrição). Um exemplo disso é a divisão dos esforços familiares entre a agricultura e a criação de animais, diretamente relacionada aos gastos da unidade doméstica; ou ainda a criação de uma reserva que permita pagar trabalho externo, garantindo a realização das atividades que o núcleo familiar não consegue, ou a condição de alugado em propriedades vizinhas para garantir um ganho extra (GARCIA JR., 1990; WANDERLEY, 2011). Além

disso, as práticas dos camponeses não se restringem às atividades exclusivamente agrícolas, ainda que estas sejam o elemento central de sua existência¹⁸. Eles, geralmente, combinam com estas um pequeno comércio, um artesanato e/ou uma participação temporária no mercado de trabalho, fatores que lhes permitem acréscimos à renda familiar e participação em circuitos mercantis (NEVES, 2006).

A discussão sobre o planejamento leva ao debate sobre outra importante característica, a migração, estratégia muitas vezes utilizada para escapar de processos de sujeição; situação identificada nos sistemas de morada comuns às *plantations* nordestinas, como apontou Afrânio Garcia Jr. em *O Sul: caminho do roçado*. Os camponeses, nesse processo, migravam para o Sul em busca de trabalho, visando a acumulação de uma quantia que os permitissem retornar ao Nordeste, adquirir uma área e viver da própria terra. Ou seja, o planejamento dos camponeses do Norte ao migrar para o Sul era a busca pela autonomia, que significava a reprodução do próprio campesinato; a fuga do sistema de sujeição e a conquista da condição de liberto (GARCIA JR., 1990). Tanto a situação de trabalhador/morador no Norte quanto a condição de trabalhador no Sul implicavam na reprodução do capital pela exploração do trabalho dos camponeses; comprar a própria área poderia ser a saída para a conquista da autonomia, contudo, como veremos a seguir, não era o que acontecia e ainda não é, em geral, o que acontece.

O debate sobre a migração assume grande importância para Woortmann, K. (2009), que compreende o campesinato a partir de seus valores sociais¹⁹. Para ele, “a migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa” (WOORTMANN, K., 2009, p. 217). São três as principais formas identificadas pelo autor: a migração pré-matrimonial, em que migra-se antes do casamento; a migração do chefe de família, de tipo circular, em que buscam-se melhorias para a família, saindo geralmente após o casamento; e a emigração definitiva, podendo ser consequência das anteriores. A migração tem como consequência uma quebra da dicotomia rural-urbana, aprendizagens àqueles que migram, reforço da tradição e inovações, não

¹⁸ Sobre esta questão, Wanderley (2012) chama a atenção para o cuidado que se deve ter ao realizar tal afirmação, uma vez que “às vezes, a afirmação de que ‘o rural não se reduz à agricultura’ – o que é sem dúvida, correto – esconde uma posição que nega o significado da atividade agrícola para as famílias dos agricultores e, sobretudo, nega a centralidade do estabelecimento familiar para a configuração do sistema de atividades organizado a partir da família. É a existência do estabelecimento familiar que garante a permanência da família como uma unidade de vida e de trabalho, mesmo quando a ocupação e a renda são majoritariamente provenientes de trabalhos fora do estabelecimento familiar” (p. 22). Obviamente, não é o que fazem os autores citados neste estudo.

¹⁹ Retomaremos esta questão no item seguinte.

significando um rompimento entre os que migram e os que ficam; e é parte dos sistemas de parentesco e de valores morais dos camponeses (WOORTMANN, K., 1990).

Woortmann, E. (2009) ressalta a importância de duas destas dimensões para a compreensão das práticas camponesas: as aprendizagens, e as inovações e o reforço da tradição. Para a autora, é imprescindível a consideração do *saber camponês* para a compreensão de suas especificidades, sua cosmologia. Não sendo ele fechado ou ignorante, o camponês possui um saber tradicional que o orienta, mas aprende ao longo de suas experiências novas práticas, testando-as, adotando-as (ou não) e ampliando seus conhecimentos. A incorporação de novas aprendizagens significa um reforço de sua condição de camponês, ou melhor, um fortalecimento de sua tradição, que orienta a sua existência no tempo e no espaço, estendendo ainda mais o seu saber. A autora, que também atribui significativa importância às relações de parentesco, defende a consideração do saber para a formulação de quaisquer teorias sobre o campesinato (WOORTMAN, E., 1995).

Uma autora que também se dedica a estudar as migrações camponesas é Marilda Menezes. Tomando como referência principalmente comunidades camponesas do Nordeste, Menezes (2009) argumenta que “(...) a migração tem sido uma experiência histórica de reprodução social do campesinato (...)” (p. 269), ou ainda, “(...) uma estratégia familiar que se fundamenta no ciclo de vida, idade e sexo” (p. 270). Para ela, o processo de migração pode possibilitar um sentimento de libertação para alguns camponeses, assim como identificou Garcia Jr. (1990), simbolizando uma ruptura com condições precárias de vida; e permite a criação de uma rede de sociabilidade, difundindo a solidariedade, ajuda mútua, relações de vizinhança etc., garantindo novas migrações e a reprodução do próprio campesinato (CANDIDO, 1964; 2009; WOORTMANN, K., 2009).

As características até aqui elencadas assumem grande importância nas ações dos camponeses para a sua reprodução e enfrentamento à posição de explorada que esta categoria ocupa no sistema social. Entretanto, elas não eliminam as suas dificuldades estruturais, especialmente se pensarmos o campesinato brasileiro em relação com a concentração da propriedade da terra a partir da intervenção do Estado, fator determinante que acabou por privilegiar um modelo de produção empresarial baseado na concentração fundiária, monocultura e exploração do trabalho (WANDERLEY, 2009a). As ações estatais para o estabelecimento e fortalecimento da grande propriedade ocorreram, principalmente, em duas vias: uma primeira de ampliação das fronteiras agrícolas, na tentativa de “garantir a apropriação de renda fundiária pelos grandes proprietários” (WANDERLEY, 2009a, p. 119), e uma segunda

de modernização da agricultura, complementar à primeira. Pensando nisso, Wanderley (2009a) faz uma importante distinção para compreensão da formação do campesinato no Brasil (considerando os quatro grupos listados acima): o seu surgimento dentro e fora da grande propriedade.

No primeiro caso, a força de trabalho da família é utilizada de forma não-proletarizada, uma vez que ela mantém sua base de produção de subsistência no interior do latifúndio. Contudo, a exploração do trabalho familiar se constitui num elemento viabilizador da grande propriedade, pois que a apropriação de seu sobretrabalho é realizada pelo capital para a sua própria reprodução, conforme apontado por Garcia Jr. (1990). Por outro lado, ainda que fora da grande propriedade os camponeses não estão livres dela, principalmente pelo fato de verem-se obrigados, em algumas situações, devido a uma série de condições de precariedade por que passam, a vender sua força de trabalho para o latifúndio, mesmo que temporariamente.

Fora da grande propriedade, a exploração familiar se reproduz, quer através da propriedade jurídica da terra, quer da ocupação sem título legal, como base de uma relação de produção/apropriação do sobretrabalho camponês. Esta relação se manifesta concretamente sob formas diversas, mas que têm em conjunto um denominador comum, que é a condição de viabilizadora de outras formas de capital, que se apropriam deste sobretrabalho, através do mercado capitalista. As condições concretas de acesso à terra não liberam, no entanto, o produtor familiar, de outras formas de vinculação com a grande propriedade, em particular através da venda temporária de força de trabalho (WANDERLEY, 2009a, p. 115).

Assim, a aquisição de um área própria não significa, necessariamente, uma ruptura total com a condição de sujeito (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009). Os camponeses, entretanto, ao verem-se dentro destas formas de relação assimétricas, não se desvinculam de suas características e objetivos. Mantêm, assim, sua organização e gestão familiar do trabalho, ajuda mútua, organização e equilíbrio com relação às necessidades internas da família, da propriedade familiar e exigências externas, e objetivos de reprodução familiar e transmissão do patrimônio formado por um conjunto de saberes próprios. Uma vez que não são totalmente autossuficientes, mantêm uma relação de troca com o mercado, que se alimenta de seu sobretrabalho a partir da apropriação do excedente que representa o caminho necessário à garantia de uma renda complementar e obtenção e manutenção de seus materiais de trabalho.

Se por um lado as comunidades camponesas, internamente, possuem um sistema particular de trocas que resulta em algum grau de autossuficiência, conforme apontou Mendras

(1978), por outro lado, conforme a discussão acima, tal questão não torna uma comunidade camponesa totalmente autossuficiente. A esse respeito, por exemplo, Garcia Jr. e Heredia (2009) afirmam:

Qualquer pessoa que conviva com grupos de camponeses brasileiros não pode esquecer que o feijão de que se alimentam é cozido com sal, que não produzem, que as refeições são servidas em louça após preparo em panelas, que estão vestidos e, mais recentemente, calçados, para dar exemplos bem corriqueiros. A autossuficiência não está na economia camponesa; ela é característica, sobretudo, dos que dissertam o universo social sem se deslocarem de suas condições de existência cotidiana, tomando sua imaginação, fantasmas, por fatos observáveis. Os grupos camponeses de que estamos tratando – os sítiantes, os agricultores, os lavradores, os posseiros, os assentados – estão sempre inseridos em sistema de mercado, participam do mercado de terras, do mercado de produtos, do mercado de trabalho; há sistematicamente venda e compra de mercadorias (p. 223).

Os camponeses, portanto, mantêm parte significativa de sua autonomia (que é relativa), principalmente no que se refere à gestão da família e de seu trabalho, mas, no que se refere à apropriação de seu sobretrabalho, estão subordinados ao jogo de mercado ao qual estão vinculados e que não controlam (WANDERLEY, 2009a).

(...) a reprodução do campesinato nas sociedades capitalistas tem como fundamento uma relação indireta, cujos termos são dados pela polarização autonomia-subordinação, isto é, a busca incessante de um espaço de autonomia pelos camponeses, face aos mecanismos de subordinação do capital. Indireta, precisamente, porque reproduz, nas circunstâncias dadas, um produtor de mercadorias (WANDERLEY, 2009a, p. 15).

A utilização da força de trabalho familiar pela grande propriedade, bem como a apropriação do sobretrabalho camponês pelo mercado reproduzem um sistema de exploração do campesinato, que é obrigado a adaptar-se, aumentando sua capacidade de trabalho e/ou diminuindo parte do consumo familiar para ver as necessidades familiares garantidas (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009). As especificidades das disputas entre os projetos da grande propriedade, apoiada pelo Estado, e os projetos camponeses, no Brasil, obrigam os camponeses a atuarem no que Wanderley (2009a, p. 126) denomina “estrito espaço estabelecido pelo capital”, ainda que eles desenvolvam estratégias específicas e realizem cálculos subjetivos. Assim,

(...) mesmo mantendo sua base produtiva, a exploração camponesa, para reproduzir-se, é obrigada a complementar sua renda com a alocação de parte

da força de trabalho que dispõe, fora da unidade familiar de produção. Aqui, de modo explícito, a propriedade da terra revela-se incapaz de eliminar a dependência do pequeno produtor em relação à grande propriedade, principal absorvedora desta força de trabalho realocada. Não foi por outra razão, aliás, que, desde o início, os preços da terra foram fixados em níveis elevados e que os lotes vendidos aos colonos não ultrapassavam um certo limite, incapaz de garantir a suficiência econômica da família. Este é o estreito espaço estabelecido pelo capital às iniciativas do camponês, espaço delimitado pela condição, que é a sua, de trabalhador para o capital. Esta condição impede as possibilidades de acumulação, pelo próprio produtor, porém o torna – e é para isso que ele é reproduzido – um agente necessário da acumulação, que se realiza a partir de seu sobretrabalho, mas fora de sua unidade de produção e não em seu próprio proveito (WANDERLEY, 2009a, p. 128).

As relações de exploração impostas aos camponeses os tornam um elemento de reprodução do capital, ou *um trabalhador para o capital*, conforme denominação acima. Suas características particulares de gestão do trabalho e da família somadas à sua subordinação aos jogos do mercado os colocam entre a autonomia e a subordinação, e não eliminam os processos de dependência para com as leis de reprodução do capitalismo. As dificuldades que lhes são impostas, inclusive, podem ser compreendidas como um bloqueio sofrido pelos camponeses para o desenvolvimento de seu potencial e a constituição de um patrimônio familiar que possibilite assegurar a sua reprodução e se inserir no mundo competitivo (WANDERLEY, 2009a).

A produção familiar no Brasil, ao longo de sua história, sofreu com uma série de dificuldades por conta deste bloqueio imposto, e este acabou se constituindo num conjunto de fatores que resultaram em obstáculos para a implementação de um projeto de vida baseado no fortalecimento de sua tradição, na garantia de seus objetivos, na combinação de ambos ou ainda na constituição de um espaço político-econômico-social favorável à sua reprodução. Assim, identificar a existência de um bloqueio sofrido pela agricultura familiar, no Brasil, é compreender que as dificuldades estruturais enfrentadas por estes agricultores resultou de uma escolha da conjunção das forças dominantes (empresários e Estado) pelo investimento em um modelo em detrimento de outro (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009). E estas dificuldades, principalmente no que se refere à concentração da propriedade da terra, contribuíram para “a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial” (WANDERLEY, 2009a, p. 180) deste grupo, questões que acabaram por tornar-se características centrais suas. Justamente por parte significativa destas demandas não terem sido superadas, os processos de adaptação da agricultura familiar no Brasil

nos permite reafirmar que esta categoria é equivalente à categoria camponato (WANDERLEY, 2009a).

(...) entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio (WANDERLEY, 2009b, p. 40-41).

Pensar, portanto, o bloqueio é elucidar as dificuldades que fizeram parte de sua história e são diretamente responsáveis por tornar a agricultura familiar o que ela é hoje, pois se por um lado a agricultura familiar é bloqueio, por outro também é luta, ruptura, adaptação, ainda que em uma dimensão específica. E é justamente nesse processo de lutas e tensões que a agricultura familiar ganha força no Brasil, pois os elementos que possibilitam as suas dificuldades são os mesmos que impõem aos agricultores um constante processo de adaptação e resistência, que os fortalece e os torna específicos (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009). Assim, não se pode deixar de reconhecer o papel de luta dos agricultores familiares por sua característica de autonomia, pela autonomia inclusive na apropriação e uso de seu sobretrabalho, pelo acesso à terra, pelo asseguramento desta terra como um espaço produtivo e de trabalho da família, por políticas públicas sociais e produtivas, pela constituição de seu patrimônio, por relações de ajuda mútua etc. Não é sem luta que os agricultores encaram seu próprio processo de subordinação, ainda que a luta se dê no restrito espaço deixado pelo capital (WANDERLEY, 2009a).

Neste sentido, é preciso reconhecer que são significativas as conquistas realizadas pela agricultura familiar nos últimos vinte anos quando, a partir da pressão dos movimentos sociais e sindicais do campo e de alguns setores da sociedade, tornou-se uma categoria legitimada pelo Estado, tendo parte de sua diversidade reconhecida (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009; NEVES, 2006). A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e no seu interior das Secretarias de Agricultura Familiar (SAF) e de Desenvolvimento Territorial (SDT), mostra os indícios deste reconhecimento (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). Os benefícios da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e depois dele do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), entre outros fatores, como a ampliação da aposentadoria rural, têm sido tanto identificados pelos diversos estudos da academia, como têm sido relatados nos próprios depoimentos de muitos agricultores Brasil afora (GRISA; SCHNEINER, 2014). Parte destas políticas tem auxiliado os agricultores a planejarem diversos projetos de futuro, traçando as estratégias e práticas para garantir sua permanência no campo com qualidade de vida²⁰ (GOMES, 2005).

Para operacionalizar o acesso a essas políticas, principalmente ao PRONAF, foi promulgada a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que expressa uma definição legal sobre os requisitos que os agricultores devem atender para serem considerados familiares. São eles:

- I – não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- IV – dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

É preciso chamar a atenção para o fato de que a definição destes requisitos considerados na Lei não expressa o conceito teórico da agricultura familiar. E mais: “(...) se essa expressão ficar vinculada apenas a uma política pública, estaremos diante do mesmo erro e da armadilha de só percebermos agentes sociais quando chegam a ser nomeados pelo Estado” (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p. 215). Assim, é necessário termos claro que o debate conceitual sobre a agricultura familiar e o reconhecimento desta categoria por parte do Estado são fatores opostos de uma mesma moeda, ambos relevantes, sem romper seus sentidos, propósitos e diferentes complexidades. Para constituição de nossos agentes, continuaremos fundamentando o nosso debate nas reflexões conceituais sobre estes, todas devidamente criteriosas e organizadas de modo a garantir os preceitos da construção do conhecimento acadêmico.

A partir da discussão acadêmica brasileira, então, que considera a diversidade de formas desta categoria existentes no Brasil, concordamos com a consideração de que são agricultores familiares

(...) os proprietários e posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas,

²⁰ Tais avanços estão correndo sério risco em virtude dos recentes cortes de políticas produtivas e sociais, extinção do MDA e rebaixamento deste ao *status* de Secretaria subordinada à Casa Civil, etc.

ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram aos mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009, p. 11).

Estes últimos, *poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária*, são, inclusive, mais especificamente os agentes sociais de nossa pesquisa – os agricultores familiares do Assentamento Lindolpho Silva, em Petrolina-PE –, os quais: guardam suas características de gestão familiar do trabalho e do patrimônio, sendo “proprietários dos meios de produção e executores das atividades produtivas” (NEVES, 2006, p. 47); mantêm atividades de ajuda mútua; têm como principal objetivo a reprodução da família e a constituição e transmissão de um patrimônio familiar, este diretamente relacionado a um conjunto de saberes tradicionais; encontram-se entre a autonomia, que é sempre relativa, e a subordinação, principalmente ao jogo do mercado, e nesse sentido são trabalhadores para o capital; dividem-se entre a busca por uma atividade mercantil e o autoconsumo; se constituem numa categoria historicamente bloqueada; sua história e seu lugar na sociedade se confunde com suas lutas, principalmente no que se refere àquela entre o seu projeto de autonomia e o projeto capitalista; encontram no deslocamento (migração) um elemento de esperança para a constituição de um estabelecimento de trabalho familiar e um espaço [re]produtivo; possuem formas próprias de organização das relações de parentesco etc.

Destacaremos, finalmente, outras três características que consideramos centrais para a compreensão de nosso campo; mais especificamente, uma característica, uma prática e uma possibilidade de leitura.

3.2.1 Resistência

De todas as características que marcam a existência da agricultura familiar no Brasil, talvez a que mais se sobressaia para a sua continuidade seja a sua capacidade de *resistência*, fundamentada principalmente em seus inúmeros processos de luta contra a concentração da propriedade da terra e suas consequências. Diretamente ligada, também, aos processos de adaptação, a resistência da agricultura familiar é o próprio elemento de sua diversidade, uma

vez que é na luta contra os bloqueios e subordinação que lhes são impostos que cada grupo de agricultores enfrenta e adapta-se às mudanças. Este processo de resistência, contudo, ainda que demande adaptação, não significa uma perda das características dos agricultores familiares, mas uma reafirmação destas. Assim, no processo de resistência, os agricultores familiares modificam suas práticas, mas sem perder de vista a sua tradição; em verdade, é tomando como referência a perpetuação de sua tradição que se adaptam sem perder o fundamento de suas práticas (GARCIA JR., 1990; LAMARCHE, 1991; WOORTMANN, K., 1990; 2009). Para discutir a característica de resistência dos agricultores familiares, tomaremos como referência dois fatores históricos complementares: um primeiro que diz sobre o enfrentamento direto à estrutura de dominação; e um segundo que se baseia nos processos de luta e adaptação diários, cotidianos, fundamentados no debate das “formas cotidianas de resistência camponesa”, de Scott (2002), e discutido por Menezes (2002).

A primeira forma de resistência pode ser exemplificada a partir dos movimentos camponeses de enfrentamento direto ao processo de exploração das elites e do Estado, que culminaram em eventos, revoltas e contestações específicas, tais como Canudos e Pau de Colher, na Bahia, e a formação das Ligas Camponesas. Estas tinham como objetivos centrais a reforma agrária, que na época (décadas de 1960 e 1970) era uma “revolução”, e a melhoria das condições de vida no campo, ações coordenadas eminentemente por camponeses. Esse primeiro processo de resistência, portanto, diz sobre um conjunto de lutas pela terra, por melhorias na qualidade de vida, pela perpetuação de seu modo de existência etc. que culminou na constituição de rebeliões, movimentos sociais rurais e federações sindicais. As formas de enfrentamento, aqui, são mais coletivas, coordenadas, abertas e diretas, marcam a trajetória da agricultura familiar brasileira e ajudam na compreensão destes agentes sociais como sujeitos de luta, que não devem ser entendidos sob a égide de uma visão de passividade (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL, 2009; MOTTA; ZARTH, 2009).

Entretanto, paralelo a estas formas de resistência historicamente pontuadas, os agricultores familiares também desenvolvem um conjunto de ações em seu dia-a-dia compreendidas por Scott (2002) como *formas cotidianas de resistência camponesa*, ou melhor, “a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (SCOTT, 2002, p. 11). E complementa:

Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses (SCOTT, 2002, p.12).

Para compreensão dos processos de resistência que envolvem a constituição da agricultura familiar no Brasil, é preciso considerar, portanto, paralelamente aos enfrentamentos mais diretos que marcaram a trajetória deste grupo, as ações cotidianas e estratégias diárias de luta contra aqueles que os exploram. Micro-ações características de grupos que querem minimamente assegurar sua autonomia, lutar contra a sua própria exploração, buscar melhorias com relação à constituição e transmissão de seu patrimônio, responder às formas de subordinação, entre outros. Resistir, então, tanto no primeiro quanto no segundo sentido, quer dizer sobre as ações de enfrentamento às formas de exploração dos grupos dominantes, as rebeliões e também as lutas diárias pela autonomia sobre o uso – e os questionamentos à apropriação pelos grupos dominantes – do sobretrabalho (MENEZES, 2002).

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

Assim, a resistência da agricultura familiar passa pelo enfrentamento direto e cotidiano à sua condição social de explorada, de bloqueada, subordinada às contradições do capital, que a utiliza para a sua própria reprodução. Resistir para esse grupo é garantir a formação de seu próprio patrimônio, a reprodução de sua tradição, o acesso ao direito de propriedade, melhores condições para a vida no campo e reprodução da família, constituição de um espaço de vida e de produção, livrar-se das amarras da grande propriedade, assegurar a sua própria autonomia; evidentemente sem perder de vista a discussão anteriormente realizada de que estes enfrentamentos se dão dentro de um espaço estreito deixado pelo próprio capital, mas ainda assim significativo (WANDERLEY, 2009a). Alguns exemplos desta resistência cotidiana

podem ser dados através do desvio de parte das obrigações, manutenção da poliprodução, boicote a programas etc.

Nestes processos de resistência, os agricultores familiares lutam pela implementação de seus projetos, e fazem isso baseados em suas tradições. Ao adaptarem-se lutando dentro do sistema capitalista de produção, que tenta impor seu projeto a eles, cria-se um conflito de projetos. Estes conflitos são enfrentados diariamente pelos agricultores familiares na tentativa de justamente dar continuidade ao seu projeto, enfrentar a imposição do grupo dominante ou do Estado e reproduzir suas práticas, as mesmas que o diferenciam dentro deste conflito. Agir segundo a própria tradição, adaptando-a dentro de uma situação de conflito entre grupos que possuem uma relação assimétrica, é resistir à tentativa de dissolução de suas especificidades, marcada pela esforço de homogeneização do capital, que busca impor seu projeto (GARCIA JR., 1990). Assim, as lutas pela tentativa de transmissão e perpetuação de um patrimônio familiar formado por conhecimentos tradicionais que direcionam e constituem uma identidade camponesa são aqui, como em Scott (2002), compreendidas como atos de resistência.

O objetivo, afinal, da grande expressão da resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele. O objetivo comum dos camponeses, como Hobsbawm tão habilmente definiu, é “trabalhar o sistema no sentido das desvantagens mínimas” (1973: 12). Assim, são conseqüências possíveis da persistente tentativa dos camponeses de se apropriarem de pequenas porções: o alívio, marginal, da exploração; a ampliação dos limites da renegociação das taxas de apropriação; a mudança do percurso do desenvolvimento subsequente e, mais raramente, a contribuição para a derrocada do sistema. (...) A luta por estas finalidades requer, dependendo das circunstâncias, a micro-resistência, como vimos, ou ações mais dramáticas de auto-defesa (SCOTT, 2002, p. 30).

Diríamos que não, *somente*, “derrubar ou transformar o sistema”. É certo que esta forma de resistência não se configura numa mudança estrutural no sistema de exploração do qual o agricultor familiar faz parte (MENEZES, 2002). Entretanto, num contexto que tenta a todo custo bloquear a reprodução do agricultor familiar para explorar a sua força de trabalho, não o deixando tornar-se competitivo, adaptar-se para continuar existindo já é resistir. Mas não é só isso: é transmitir um sistema de valores diferenciado num sistema impositivo/homogeneizador; é se utilizar dos mínimos espaços possíveis para lutar por seus projetos (WOORTMANN, E., 2009).

É preciso ressaltar que não é nosso objetivo, com este debate, romantizar a existência da agricultura familiar; como afirmamos a todo momento, reconhecemos a sua posição de subordinada, e a sua resistência no espaço deixado pelo capital. Contudo, é preciso discutir a centralidade da luta de seus agentes para perpetuação deste modo de vida que, apesar de bloqueado, resiste ao tempo e à sombra de seu próprio desaparecimento (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL, 2009). Existir, portanto, para a agricultura familiar brasileira, é um ato de luta social cotidiana; um ato de resistência em si. E é justamente por estes fatores que consideramos, aqui, o agricultor familiar como um agente social de lutas.

3.2.2 Pluriatividade

Outra característica da agricultura familiar, que deve ser compreendida mais como prática, é a pluriatividade. Esta pode ser caracterizada como o conjunto de trabalhos realizados fora da propriedade familiar para aquisição de uma renda complementar. Geralmente este trabalho extra propriedade é realizado em combinação com o trabalho interno, ou em períodos intercalados nos quais o trabalho na propriedade familiar é mínimo – como por exemplo em períodos de estiagem no Nordeste, ou em outras condições adversas. Como se trata de uma estratégia para a reprodução da família, geralmente o trabalho fora da propriedade é resultado de uma decisão familiar que visa combinar diferentes tipos de trabalho (NEVES, 1997; SCHNEIDER et al., 2006).

A pluriatividade é aqui compreendida como “(...) uma estratégia da família, afim de, diversificando suas atividades, fora do estabelecimento, assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (WANDERLEY, 2009a, p. 193). A discussão de Wanderley (2009a) se insere num debate sobre as consequências da pluriatividade, uma vez que alguns autores defendem que o resultado da adoção desta estratégia seria o enfraquecimento ou a própria dissolução da agricultura familiar e do meio rural. Para a autora, “este desfecho não é inexorável e o processo pode ser entendido num sentido inverso” (WANDERLEY, 2009a, p. 193), acima colocado, e também apontado por Neves (1997).

Wanderley (2009a) discute, ainda, os diferentes significados da pluriatividade entre os diversos membros da família, argumentando que a pluriatividade é, de fato, exercida quando realizada pelo chefe da família. Assim,

Um estabelecimento familiar é pluriativo se o seu chefe trabalha fora. Isto acontece porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho. O trabalho externo dos filhos adultos, que ainda moram sob o mesmo teto dos pais, provavelmente aponta para o processo de individualização, de busca de autonomia destes filhos, na direção da constituição em breve de outra família ou de tornar este filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro. Este fato reitera a própria condição familiar da unidade de produção, cuja dinâmica, como já explicou Chayanov, se insere no ciclo de vida de seus membros. No caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais: às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família: ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou; às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado pagar dívidas do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento dela em relação ao estabelecimento familiar. É uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor. Na verdade, este processo já deixaria de ser considerado propriamente pluriatividade, a esposa sendo apenas monoprodutiva fora do estabelecimento (WANDERLEY, 2009a, p. 193-194).

Evidentemente que, considerando as formas modernas de constituição da família, pode-se inverter os papéis de gênero, sendo a mulher a chefe de família e o homem “apenas o esposo da agricultora”; tal fator, contudo, não modifica o argumento. Assim, considerando que em alguns casos a pluriatividade pode significar um afastamento dos agricultores familiares de suas práticas tradicionais, ou um enfraquecimento da atividade agrícola familiar, é preciso considerar também que ela resulta, muitas vezes, numa melhora das condições de vida da família causada pelo aumento das relações de interação com outros meios sociais e com a aprendizagem de caminhos diversos para o investimento e manutenção do trabalho familiar (NEVES, 1997). A pluriatividade pode significar um processo de fortalecimento da família enquanto unidade social autônoma; uma estratégia de reprodução social (CARNEIRO, 2002; SCHNEIDER et al., 2006).

A discussão sobre a pluriatividade, portanto, é complexa, e seu estudo deve considerar os processos específicos pelos quais ela é adotada e desenvolvida como estratégia e prática. É preciso considerar que a pluriatividade é, em grande medida, consequência do bloqueio imposto à agricultura familiar. Assim, ela pode significar a venda da força de trabalho à grande propriedade, da qual o agricultor familiar ainda não conseguiu se desvincular; aqui, aparece, mais uma vez, a condição de autonomia na definição de estratégias, mas de subordinação a um sistema social de exploração (GARCIA JR., 1990; WANDERLEY, 2009a). Entretanto, é preciso compreender a sua importância enquanto um mecanismo utilizado pela família para a

sua própria reprodução, a de seu patrimônio e a de seu estabelecimento em geral (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL, 2009). Assim,

(...) deve-se considerar que, tendo em vista, a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2009a, p. 177-178).

Entretanto,

(...) não se trata simplesmente de demonstrar que os estabelecimentos camponeses não conseguem gerar renda suficiente para manter a família; trata-se, ao contrário, de compreender os mecanismos deste equilíbrio precário e instável, pelos quais o estabelecimento familiar se reproduz, a despeito do trabalho externo e, em muitos casos, em estreita dependência deste mesmo trabalho externo (WANDERLEY, 2009a, p. 178).

Assumir a existência da prática de trabalho externo por agricultores familiares não significa, então, dizer sobre o possível desaparecimento desta categoria; é preciso considerar, sim, o contexto e histórico de bloqueios que obriga o agricultor familiar a realizar atividades externas e/ou vender sua força de trabalho. A estratégia da pluriatividade, todavia, demonstra a relativa autonomia no processo de organização familiar dos próprios agricultores familiares, os quais combinam o trabalho externo e interno de acordo com o número de membros da família, considerando o desenvolvimento destes (crescimento, envelhecimento, reprodução etc.); a compreensão deste grupo do contexto social local e global em que estão inseridos e as exigências do mercado de trabalho, conhecimento utilizado ao seu próprio favor; e também a autonomia destes para a definição de estratégias que garantam seus objetivos de reprodução.

3.2.3 Reciprocidade: uma possibilidade de leitura

Segundo Eric Sabourin (2009a; 2011), as práticas desenvolvidas pelos agricultores familiares para a constituição de uma produção e a formação de um patrimônio familiar são marcadas por um conjunto de regras sociais que podem ser lidas através da teoria da reciprocidade. Esta, para o autor, cria um sistema de relações e obrigações baseado em dar-receber-dar. Ou seja, àquilo que se é dado, algo é recebido, e ao receber dar-se novamente; é uma “dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social” (SABOURIN, 2009a,

p. 51). As implicações deste sistema são as mais variadas possíveis, contudo a principal delas é exatamente a constituição de um sistema de relações baseado na solidariedade, ajuda mútua e trabalhos coletivos, paralelo àquele baseado estritamente nos valores competitivos da troca mercantil – conforme já havia identificado Candido (1964), mas sem realizar o debate através da reciprocidade.

Paralelamente à sua venda em diversos tipos de mercados ou a diversas categorias de intermediários, a utilização da produção mobiliza outras formas de destino dos produtos: autoconsumo, doações e redistribuições interfamiliares, prestações recíprocas de sementes, alimentos e pequenos animais. A reprodução da sociedade e das unidades familiares de produção tem por base uma série de práticas, sujeitas a regras coletivas marcadas pela reciprocidade: uso de recursos comunitários, transmissão intergeracional de bens (doação de animais, terras, dotes e dotações), transmissão do saber pela família e pelas redes sociais (SABOURIN, 2009a, p. 24).

Como já vimos, os agricultores familiares participam do mercado de trocas²¹ e este tem um peso significativo na adaptação de suas práticas, mas ao mesmo tempo estes agricultores desenvolvem um conjunto de ações que possuem outro ordenamento e outro sistema de implicações. Ao se adaptarem para a participação no mercado, portanto, não perdem de vista suas práticas tradicionais; orientam-se através delas. Assim, desde que os meios naturais de produção foram transformados em mercadoria,

Os agricultores tiveram por obrigação funcionar e operar apenas de acordo com a ‘lógica do mercado de troca’. Entretanto, mesmo assim, as suas práticas e relações de reciprocidade não desapareceram completamente. Elas continuam desempenhando um papel importante dentro da família, entre as gerações e até entre vizinhos, mediante antigas e também renovadas formas de cooperação. A *combinação* inteligente de relações mercantis com relações de reciprocidade tornou-se, assim, estratégias (SABOURIN, 2011, p. 13).

As implicações da coexistência destes modelos de relações geram um duplo conjunto de fatores que reforça a diferença entre a troca mercantil capitalista e o sistema de reciprocidade: a primeira gera dependência, concorrência e exploração, enquanto a segunda produz autonomia, cooperação e qualidade de vida; este último, para Sabourin (2009a), é o fundamento do projeto camponês. Os agricultores familiares, então, adaptam-se para a participação no mercado local/global, mas orientam-se pela transmissão de um sistema de relações marcado por práticas

²¹ A agricultura familiar está dentro do capitalismo com todas as suas contradições.

que podem ser lidas através da reciprocidade, ou que se constituem em estratégias que podem ser lidas através dela. Assim, ainda que acessem bens naturais através de relações de troca, ainda são marcantes os cuidados e a forte ligação dos agricultores e estes bens. Trata-se a terra, a água e os animais da melhor forma possível de modo que estes recompensem com boas colheitas, abundância hídrica e muito mais animais e produtos oriundos de sua criação (leite); cuida-se da terra para que ela, grata, seja generosa (MAZOYER; ROUDART, 2010; SABOURIN, 2011; WOORTMANN, E., 2009).

As práticas ou ações estratégicas lidas através da reciprocidade são identificadas nas relações agricultores familiares/natureza e agricultores familiares/agricultores familiares. Tanto as formas pelas quais tratam afetivamente os bens de produção, enxergando-os não somente como mercadorias, mas como um patrimônio que, se bem tratado, permitirá a reprodução da família, quanto as formas com que se relacionam com vizinhos, são marcantes na constituição dos agentes sociais agricultores familiares. É preciso então compreender as especificidades de suas formas de relação, e os sentidos dados a elas, para interpretar suas ações de ajuda mútua, trocas de diárias de trabalho, iniciativas coletivas de mutirão, emprego temporário de trabalhadores externos, empréstimo de bens etc.; e também suas formas específicas de se relacionar com o mercado, como fazem os agricultores do Assentamento Lyndolpho Silva (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009; WOORTMANN, E., 2009).

Todos estes fatores até aqui discutidos nos dão elementos suficientes para afirmarmos que os agricultores familiares brasileiros são, à sua própria maneira, modernos, ou ainda produtores e produtos da modernidade; e o centro de sua modernização é o próprio fortalecimento/adaptação de sua tradição camponesa. Esta tradição é a responsável por dar toda a sustentação e base necessárias para a ação do agricultor familiar, que se baseia nela, ou a adapta, para buscar seus objetivos futuros. Não sem luta, a (res)existência da agricultura familiar é bastante significativa em sua caminhada, e o enfretamento ao bloqueio que lhe é imposto é o seu combustível. As formas através das quais eles se adaptam e resistem se traduzem em projetos, estratégias e práticas, os quais serão os elementos de nossa análise no item seguinte.

4 PROJETOS, ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS: TRÊS ASPECTOS DA AUTONOMIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A partir das discussões realizadas até aqui, podemos afirmar que a agricultura familiar se refere a um modo diferenciado de vida, a uma racionalidade própria de um grupo, ancorada em uma tradição peculiar e orientada para objetivos específicos. Ela possui uma forma particular, manifestada pela coletividade que a integra, ainda que interaja diretamente com a sociedade global capitalista, sendo subordinada no que se refere a algumas questões. Ela é, portanto, uma categoria formada por sujeitos pensantes, que também agem intencionalmente, projetando-se nos espaços e nos tempos através de uma organização própria que interage diretamente com outros meios, modificando e modificando-se a partir desta relação. É dotada de cultura, possui uma identidade, comporta-se como uma coletividade e age sobre o mundo. Os agricultores familiares não são estáticos, não se resumem à tradição tomada no sentido pejorativo; eles continuam adaptando-se através dos tempos em resposta às mudanças da sociedade da qual também fazem parte (BRANDÃO, 2007).

Buscando e partindo de uma forma própria de relação e de representação identitária de seu grupo, relacionam-se de uma outra maneira com o mercado, por exemplo, buscando autonomia na organização e gestão de sua propriedade e de seu trabalho, baseados num modo de vida próprio, tradicional, dinâmico e inovador; uma forma de produzir oriunda de um modelo de campesinato clássico (e que ainda se assemelha a ele), a partir do qual definem seus projetos, estratégias e práticas para se adaptar, resistir e relacionar-se com o mercado (WANDERLEY, 2011). Estes três fatores serão norteadores para a nossa discussão sobre como agem, organizam-se e adaptam-se os agricultores familiares no semiárido pernambucano, sendo o seu debate e compreensão os objetivos deste item. Antes de aprofundarmos nestes conceitos, vale uma breve introdução sobre eles.

Os projetos são constituídos na tentativa de manter e assegurar, diante das dificuldades, sua condição de produtor de mercadorias, organizando sua propriedade e sua produção sob a perspectiva do trabalho familiar com o objetivo de garantir autonomia não somente nesse processo de concepção/produção, mas também nos resultados do seu trabalho (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009). Estão, portanto, vinculados às suas tradições, e são expressões daquilo que almejam e objetivam para o seu futuro. Representam, ainda, um planejamento para participarem do mercado, adaptando-se às exigências sem perder de vista suas formas e concepções de vida, ou seja, defendendo-se dos fatores de dependência; tanto no

processo produtivo quanto nas formas de utilização dos bens conquistados (LAMARCHE, 1991; 1998).

Os projetos dos agricultores familiares, então, são representados por seus posicionamentos iniciais para garantir aquilo que desejam para seu futuro e o de sua família, e também todo o esforço para se manterem dentro da tradição que lhes confere a identidade de familiar (identidade esta que atribui sentido e significado àquilo que desenvolvem), bem como para adaptarem-se e protegerem-se dos fatores além de seu controle. É aquilo que eles projetam de si, de sua família e de seu estabelecimento para o futuro, tomando como referência o seu passado; é um projetar-se no mundo. O planejamento dos agricultores familiares para conquistarem o reconhecimento enquanto agricultores como de fato o são, uma vez que eram vistos somente como residuais, periféricos, improdutivos etc., é resultado de um projeto que esta categoria tinha para si, dentro de um contexto propício para isso (LAMARCHE, 1998; SABOURIN, 2009a; 2009b). Tal fator será discutido, neste item, a partir das reflexões sobre os modelos original e ideal propostos por Hughes Lamarche.

É importante ressaltar, entretanto, já nesta introdução, que os modelos original e ideal são, ambos, construções abstratas. A convergência que os agricultores fazem deles é que é concreta e permite entender sua diversidade. Ainda assim, é um modelo idealizado pelo agricultor, que nem sempre é plenamente realizado. Estes agricultores, portanto, não vivem num mundo à parte em que constituem um projeto, obstinam-se em executá-lo e necessariamente conseguirão seu objetivo. Eles enfrentam e têm diante de si o mundo real do mercado, do Estado, das classes dominantes etc. Seus projetos, bem como suas estratégias e práticas, são definidos como a melhor forma de enfrentar estes fatores, os quais muitas vezes representam um bloqueio à sua reprodução. Não se pode perder de vista que, neste processo, eles são subordinados, conforme discussão realizada no item anterior.

As estratégias – sejam elas para o acesso a recursos naturais (terra e água), para o acesso às políticas, ou para as questões relativas à família, à propriedade ou ao trabalho etc. – também refletem a luta por autonomia dos agricultores familiares, em oposição ao processo de subordinação (WANDERLEY, 2009a; 2011); são as vias pensadas por eles para conseguirem a realização de seus projetos. São os caminhos e ações definidas para garantir sua autonomia e se defender e adaptar aos fatores de dependência. São os seus planejamentos. As estratégias são definidas pelos agricultores familiares para que possam internamente pensar formas de assegurar a estreita relação que possuem com seus valores tradicionais, definir os meios para garantir a execução do projeto que possuem para si e para sua família, e para que possam lidar

com as limitações impostas por seu contexto, adaptando-se ao mesmo (meio ambiente, fatores econômicos, políticos, sociais etc.) (LAMARCHE, 1998).

No Nordeste brasileiro, alguns exemplos destas estratégias são: a economia solidária, como forma de autogestão e desenvolvimento coletivo; o uso coletivo da terra como forma de acesso à mesma, como nos exemplos dos Fundos e Fechos de Pasto na Bahia; as prestações de ajuda mútuas através das redes de cooperação; as festividades; a multifuncionalidade e a pluriatividade; os fluxos migratórios, a ocupação e participação dos espaços de debate e definição das políticas públicas para acesso às mesmas, como os Conselhos de Desenvolvimento Rural; a participação no movimento sindical etc. (SABOURIN, 1999; 2009a; 2009b; 2011).

As práticas, por sua vez, podem ser definidas a partir da concretização das estratégias pensadas e desenvolvidas, e podem ser identificadas nos diversos níveis de análise: organização da propriedade, produção, formas de organização do trabalho e da família, relação com a terra etc. Uma vez que as práticas expressam a realização das estratégias definidas pelos próprios agricultores familiares, estas por vezes se confundem. Contudo, as práticas estão mais relacionadas às ações desenvolvidas concretamente para executarem as estratégias pensadas, levando em consideração sua autonomia e a necessidade de adaptação aos fatores de dependência (GIDDENS, 2009; SABOURIN, 2009a).

São exemplos de práticas as tecnologias adaptadas e de baixo custo adotadas e desenvolvidas pelos agricultores familiares para potencializar sua produção e seu trabalho; as formas particulares de gestão e uso dos recursos naturais; a divisão específica do trabalho entre os membros da família; os modelos econômicos solidários praticados; os presentes dados aos vizinhos para garantir o bom relacionamento e as trocas de produtos para assegurar o consumo próprio e o da família; as formas de “aluguel” da própria força de trabalho; e os modelos de sociabilidade baseados na reciprocidade (SABOURIN, 2011). Tais práticas são exemplos das formas de execução desenvolvidas pelos agricultores familiares para realizarem suas estratégias.

Diretamente relacionados, os projetos, portanto, são formas organizativas iniciais de estratégias que serão executadas podendo tornarem-se práticas; e estes três fatores representam a autonomia sob a qual os agricultores familiares expressam suas formas de produzir e de existência, atreladas à sua capacidade adaptativa (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2009; WANDERLEY, 2011). É importante ressaltar que esta capacidade de adaptação é chave analítica para compreensão da diversidade dos agricultores familiares, bem como para reflexão

sobre seus projetos, estratégias e práticas, as quais possibilitam a eles ocuparem um lugar importante na sociedade da qual são parte (LAMARCHE, 1998). Estes três fatores serão centrais neste estudo, representando o campo mais específico de nossa análise.

Temos como objetivos, neste item, portanto, realizar uma reflexão sobre o projeto da agricultura familiar a partir das ideias de “Modelo Original” e “Modelo Ideal” de Hughes Lamarche; uma discussão sobre o que são suas estratégias e a importância destas para a compreensão dos processos de mudança e adaptação desta categoria; uma reflexão sobre como estes projetos e estratégias se traduzem na concepção e difusão de tradicionais e inovadoras práticas; e uma reflexão sobre a importância destes três fatores para a discussão de um agricultor familiar compreendido como agente, debate já iniciado no item anterior. Apesar de serem apresentados separadamente, estes três fatores estão diretamente interligados; tal divisão se faz somente na tentativa de melhor organização analítica.

4.1 O PROJETO DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS MODELOS “ORIGINAL” E “IDEAL”

No final da década de 1980 e início da década de 1990 foi realizada uma pesquisa, simultaneamente em cinco países, França, Canadá, Brasil, Polônia e Tunísia, sob a coordenação do sociólogo francês Hughes Lamarche. Entre os objetivos da pesquisa, pode-se destacar a tentativa de compreensão da diversidade existente na categoria “agricultura familiar”. Para tanto, uma equipe de pesquisadores esteve durante alguns anos investigando as particularidades dos agricultores familiares em diversas regiões dos cinco países listados acima, centrando suas análises nas relações específicas destes com a terra e com outros recursos, com a família, com o mercado, com a sociedade global etc.

Parte da riqueza de dados e conhecimentos oriunda desta pesquisa está disponível em duas publicações resultantes das reflexões/análises: “A Agricultura Familiar: comparação internacional”, volumes I, “Uma Realidade Multiforme”, e II, “Do Mito À Realidade”. Ainda na “Introdução Geral” destas obras é possível perceber as nuances da pesquisa, muito bem apresentada por seu coordenador, o qual resume parte das ideias que fundamentam os debates subsequentes. Entre estas ideias estão as de Modelo Original e Ideal, que serão de grande importância para a compreensão do que estamos propondo enquanto categoria sociológica “projeto”; e também para as categorias “estratégias” e “práticas”.

Antes de aprofundarmos no assunto, é preciso ressaltar a importância desta pesquisa para os avanços das reflexões sociológicas sobre a agricultura familiar. Os esforços dispensados para a investigação simultânea em cinco diferentes países, de três diferentes continentes, rendem até hoje importantes reflexões para pesquisadores e demais estudiosos que se debruçam sobre este tema. Talvez as principais destas, ao menos para o nosso estudo, sejam as reflexões sobre o caráter da *diversidade* imbuído à agricultura familiar, e a grande capacidade de *adaptação* desta, da qual sua diversidade é resultante, uma vez que as adaptações respondem aos objetivos e às diferentes adversidades específicas de cada contexto. Ambas as reflexões têm como base as ideias de modelo original e ideal.

Para chegar às reflexões sobre estes modelos, Lamarche (1991) parte de algumas constatações, sendo a primeira delas o fato de que, em uma diversidade de contextos, das mais distintas formas, quando a troca é orientada por uma economia de mercado, a produção agrícola é garantida, em diferentes graus, pela agricultura familiar.

(...) independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por agricultores familiares, ou seja por agriculturas nas quais a família participa na produção (LAMARCHE, 1991, p. 09, tradução adaptada)²².

Contudo, a integração da agricultura familiar com este mercado se dá de diferentes maneiras, sendo este fator um dos primeiros motivos de sua diversidade de formas. Seja por conta de um conjunto de práticas orientado por uma tradição de maior ou menor envolvimento com uma economia de troca capitalista, seja por abandono/descrédito ou [falta de] incentivo dos poderes públicos que bloqueiam ou auxiliam o seu desenvolvimento, a agricultura familiar apresenta uma diversidade de situações nos muitos espaços em que está presente, diversidade esta que é consequência da sua alta capacidade de adaptação. Esta última é possível em virtude de ser ela formada por agentes pensantes, que racionalizam parte significativa de seu processo e sua posição. A agricultura familiar, portanto, é formada por agentes que transcendem sua posição de produtores; são muito mais do que isso (LAMARCHE, 1991).

²² Há uma versão deste livro em português, traduzido em 1993, a qual utilizaremos como base para uma tradução adaptada, tomando como referência o original em francês, de 1991. Tal escolha se deu por compreendermos que a primeira possui equívocos relacionados ao processo de tradução, o que pode prejudicar na compreensão da leitura e, conseqüentemente, do debate. Assim, utilizaremos sempre a versão original com uma tradução livre, adaptada da versão em português.

Esta última constatação, central para as reflexões da pesquisa, levam à necessidade de delimitar, mesmo que minimamente, o que são, então, estes agricultores familiares no debate de Lamarche:

A agricultura familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da produção engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da agricultura (LAMARCHE, 1991, p. 10-11, tradução adaptada).

A categoria agricultura familiar está centrada, então, para Lamarche (1991), na associação de três fatores: *propriedade* e *trabalho* orientados pela e para a *família*. A organização da propriedade e de como ela será gestada, bem como as formas de trabalho dispensadas para a produção agrícola e manutenção da terra e demais bens será de responsabilidade da própria família, a qual orientará suas ações de acordo com seus objetivos, visando sua reprodução, sua sobrevivência, seu sucesso no mercado etc. Resulta desse modelo de organização uma série de questões que desafiam e enriquecem o pensamento sociológico, tais como a transmissão do patrimônio, hierarquia interna, estrutura familiar, as formas de reprodução das relações, mesmo que diferenciadas, de exploração, entre outros (LAMARCHE, 1991).

Feita essa delimitação, é preciso atentarmos para uma importante diferenciação realizada por Lamarche (1991) no que se refere às categorias agricultura familiar e camponato. Para o autor, todo e qualquer modelo de agricultura camponesa baseia-se na organização familiar, e para fundamentar tal afirmação ele resgata as ideias de Chayanov e Mendras. Encontra-se em Mendras todos os princípios definidores explorados por Chayanov, uma vez que as características discutidas pelo primeiro autor são transponíveis para a unidade de produção agrícola, incorporando-se, ainda, as relações entre a produção camponesa, a sociedade local e a global, com destaque para o trabalho familiar/doméstico, central na delimitação dos dois autores. O que é preciso ter claro, portanto, é a ideia de que as formas de vida e produção compreendidas como “camponesas” têm em si simbolizadas uma organização estrutural familiar (LAMARCHE, 1991).

Por outro lado, não se pode afirmar que todas as formas de agricultura familiar são camponesas. Em alguma medida, é possível a compreensão de que há, para cada um dos tipos de agricultura familiar, um modelo de produção tradicional à qual ela se refere: cada tipo de

agricultura familiar possui um modelo tradicional anterior, ou um modelo tradicional pode ser referência de mais de um tipo de agricultura familiar. A diferenciação entre as formas de agricultura familiar se daria já a partir dessa ancestralidade diversa, ou em virtude do fluxo contínuo da história de transmissão desse conhecimento tradicional, diferente em cada situação. É nesse ponto do debate que surge o conceito de *modelo original*, uma vez que este deve ser compreendido como “um modelo anterior ao qual todo agricultor, mais ou menos conscientemente, necessariamente se refere” (LAMARCHE, 1991, p. 13, tradução adaptada).

Na mesma perspectiva, “todo agricultor projeta para o futuro uma determinada imagem de sua propriedade; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada” (LAMARCHE, 1991, p. 13, tradução adaptada). Desta reflexão surge o conceito de *modelo ideal*, o qual, associado ao modelo original, traz em si o que compreendemos enquanto categoria “projeto”, e que já oferece margens para o entendimento das categorias “estratégia” e “prática”, dando indícios da estreita ligação entre as três, questão que será debatida mais adiante. Por hora concentremos nossos esforços no aprofundamento dos modelos original e ideal para a reflexão sobre os projetos.

O modelo original se refere a um modelo de produção agrícola e todas as suas consequências, tais como relação com a terra, envolvimento com o mercado, organização interna, entre outras, ao qual cada tipo de agricultor familiar se refere historicamente. Tal modelo está guardado na memória dos agricultores e simboliza o que possuem enquanto tradição, um saber anterior à sua geração, passado através dos tempos e de diferentes formas pelas relações familiares e/ou comunitárias. Este modelo guia as ações desenvolvidas pelos agricultores para o desenvolvimento de sua propriedade, seu trabalho e sua família, e ancora-se em suas próprias histórias (LAMARCHE, 1991).

Este modelo funciona como um tipo de patrimônio sociocultural que alicerça as visões de mundo dos agricultores; e estas visões, por sua vez, fundamentam suas escolhas produtivas, técnicas, suas ambições e objetivos. A tradição se refere à história dos agricultores, às suas ações norteadas por um saber específico que é histórico, se refere às suas origens, seus antepassados. Situar-se de modo a se referir a um modelo original demonstra a existência de um aparato sociocultural ao qual os agricultores estão ligados, e ao qual respondem, seguindo ou reagindo (LAMARCHE, 1991).

O modelo original representa o fundamento básico para a compreensão das diferenças entre os modelos de agricultura. Apesar de serem familiares, estes modelos não têm,

necessariamente, sua origem baseada num ancestral camponês. Os estudos coordenados por Lamarche (1991), por exemplo, apontam para um modelo de agricultura colonial a origem dos agricultores familiares da Tunísia. Já no Brasil, sim, o campesinato é compreendido como modelo original da agricultura familiar, o qual era praticado principalmente por indígenas, escravos, mestiços, brancos não herdeiros, imigrantes europeus, entre outros (ALTAFIN, 2007; BRUMER; DUQUE; LOURENÇO; WANDERLEY, 1991; SABOURIN, 2009b).

Especificamente sobre o modelo original brasileiro, afirma-se o seu surgimento a partir de uma situação de precariedade e pobreza, principalmente em virtude do baixo acesso à propriedade da terra, escassez de outros bens de produção e rudimentariedade dos sistemas de cultura. Assim, os camponeses brasileiros de diversas origens praticavam em sua grande maioria uma agricultura de subsistência, altamente dependente de suas relações de exploração com os grandes proprietários, os quais alugavam pequenas parcelas de terra em troca de mão-de-obra.

Em todo o país, as grandes propriedades, devido a seu caráter extensivo, constituem também espaços de reprodução para a pequena agricultura camponesa de subsistência. Pequenos agricultores ali se instalam e, em contrapartida, submetem-se à obrigatoriedade de prestar diversos serviços ao proprietário. Nos períodos de crise das grandes culturas, os grandes proprietários fundiários (latifundiários) abandonavam total ou parcialmente a direção do empreendimento agrícola e deixavam a terra aos cuidados dos pequenos agricultores, dos quais exigem um pagamento sob diversas formas. A fragilidade dos agricultores "dependentes" manifesta-se claramente à época de retomada da atividade principal: pela expulsão pura e simples de seus ocupantes, o proprietário restabelece a administração única e centralizada do empreendimento e retoma a produção das culturas que abandonara (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO; WANDERLEY, 1991, p. 161, tradução adaptada).

O modelo original é, portanto, a representação do peso do passado da tradição, da memória, e simboliza as raízes históricas dos diversos modelos de produção familiar. Mas, se por um lado a tradição possibilita a compreensão de parte das ações dos agricultores, por outro seus objetivos e ambições também são de suma importância para o entendimento de sua organização, uma vez que eles “organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro” (LAMARCHE, 1991, p. 15, tradução adaptada). Os agricultores familiares estão situados, portanto, entre a sua história (tradição) e seu futuro (que pode significar uma ressignificação da tradição, como veremos).

À referência futura que fazem de si, organizando suas ações de modo a alcançá-la, Lamarche (1991) chama de modelo ideal. Ou seja, o modelo ideal ambicionado pelos agricultores familiares é parte significativa do projeto que estes constroem para si, o qual fundamentará todas as suas ações, que buscarão em alguma medida a satisfação de suas necessidades, desde a produção de alimentos para o próprio consumo até sua inserção no mercado, e garantia de sua autonomia. O modelo ideal se refere, então, à imagem futura, racional, consciente e intencional, construída de si pelos próprios agricultores familiares, a qual servirá de referência na organização de suas estratégias e práticas.

Assim, modelo original e modelo ideal nos auxiliam na compreensão de que os agricultores familiares possuem uma tradição passada à qual se referem, e também um projeto futuro para o qual caminham; e é justamente a forma como eles associam esses dois fatores que possibilita a construção dos projetos. Aqui é interessante, mais uma vez, o debate sobre a tradição, que orienta as ações e a concepção de mundo dos agricultores familiares, os quais agem no mundo e o percebem de acordo com a mesma, levando em consideração suas experiências. Esta tradição não é estática, automática e mecânica; os agricultores familiares agem a partir dela como uma forma de manifestação identitária. Mas eles também agem sobre ela. Resignificam sua tradição quando necessário para adaptar-se às mudanças do mundo; projetam-se a partir desta tradição, histórica e/ou ressignificada, de forma dinâmica.

A agricultura familiar, portanto, não é residual e a-histórica; é, antes, um projeto que responde a uma visão sobre o mundo para estar nele, a partir de situações contextuais. Se os agricultores familiares estão num mundo onde o sistema capitalista, por exemplo, constantemente se reinventa, ditando novas regras a todo instante, suas reflexões também têm de ser constantes e dinâmicas, uma vez que esta categoria enfrenta situações que permanentemente se modificam. Seus projetos fundamentam suas modificações e adaptações; suas transições entre o remanescente e o absolutamente novo. Woortmann, K. (1990), por exemplo, refletindo sobre a frente de expansão, afirma, tomando como referência um grupo de agricultores familiares, que esta se traduz num

(...) contexto onde são trabalhados conscientemente valores tradicionais. Mas a frente de expansão não é uma situação tradicional, e sim, uma situação de reconstrução da tradição, onde a campesinidade é um projeto. É, por assim dizer, um vir-a-ser ao mesmo tempo novo e velho (p. 14).

Tal reflexão possibilita a compreensão da importância da tradição, uma vez que

Inversamente, o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro (p. 17).

Os agricultores familiares, portanto, agem também a partir de um projeto, pensado intencionalmente e difundido por uma coletividade; um modelo ideal que pensam para si, fundamentado em sua história, ou seu modelo original. Racionalizam constantemente a sua história, agindo a partir dela e sobre ela. Sua tradição auxilia na compreensão e na ação sobre o mundo, mas também é ressignificada, quando necessário, para adaptar-se às situações que durante todo o tempo se modificam. A ação intencional do agricultor familiar é uma manifestação especificamente coletiva de sua consciência enquanto sujeito que está no mundo, e nele se percebe. E seus respectivos projetos, possibilitados também por sua capacidade de adaptação, elemento de sua própria diversidade, trazem isso à tona (LAMARCHE, 1991; WOORTMANN, K. 1990).

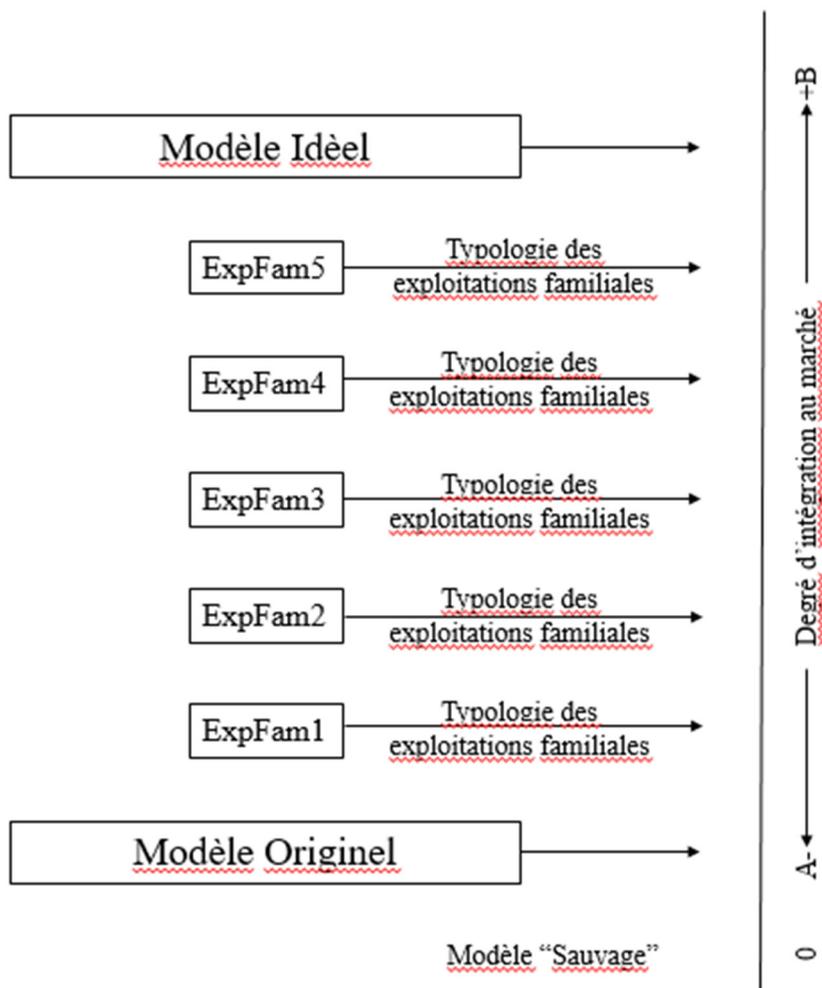
Na pesquisa coordenada por Lamarche (1991), o elemento central da diversidade da agricultura familiar, tomando como referência o debate sobre os modelos original e ideal, é pensado através do grau de integração com a economia de mercado. Esta integração é percebida não somente a partir dos fatores econômicos, mas englobando também questões sociais e políticas envolvidas, bem como as representações e modos de vida decorrentes.

É claro que concebemos esta integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sócio-cultural. Com efeito, é evidente que a um determinado grau de integração no mercado corresponde uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação (LAMARCHE, 1991, p. 14, tradução adaptada).

Assim, para cada grupo considerado de agricultores familiares existe uma forma particular, baseada num projeto, de integração com o mercado, que orienta em menor ou em maior grau suas ações. Lamarche (1991), para ilustração do debate, pensa um eixo escalonado (reproduzido na Figura 5) no qual a extremidade inferior é caracterizada pelo modelo original e a extremidade superior pelo modelo ideal. Os diferentes grupos de agricultores estariam situados entre estas extremidades, a depender de sua própria proximidade com seu modelo original – significando o peso de seu passo e de sua tradição – ou ideal – simbolizado pelo peso

de seus próprios projetos junto às coerções sociais. Abaixo do eixo, estaria colocado um ponto 0, significando um modo de funcionamento típico de sociedades selvagens, tomando a acepção de Redfield do termo, chamada por Lamarche (1991) de modelo tribal.

Figura 5 – Diversidade da agricultura familiar a partir do grau de integração com o mercado



Fonte: reproduzido de Lamarche (1991, p. 18).

Este eixo representa a maior ou menor aproximação dos agricultores familiares com seus modelos originais, em alguns casos, ou com seus modelos ideais, em outros, significando que estão situados entre seu passado ainda latente e o futuro que ambicionam. É importante considerar que seu posicionamento depende do projeto que possuem para si, ainda que pertencente a uma coletividade, e também das decisões e ações que lhe dizem respeito, tomadas pela sociedade global. Assim, seus projetos simbolizam a autonomia que possuem para a tomada de decisões sobre seu próprio futuro, os quais, em alguma medida, entram em choque

com as exigências sociais advindas da sociedade mais ampla, local e global, às quais estão, em alguma medida, subordinados (LAMARCHE, 1991).

É imprescindível salientarmos que esta discussão não deve ser compreendida de forma evolutiva. O eixo não significa uma orientação determinista para onde se encaminharão todas as formas de agricultura familiar. A sua existência traduz somente a diversidade que marca a categoria agricultura familiar, simbolizando também a sua própria capacidade de adaptação, esta última responsável por sua resistência/existência nas sociedades contemporâneas. Segundo Lamarche (1991), então,

O eixo definido anteriormente não pode de modo algum ser assimilado a um eixo orientado, com um ponto de partida e um ponto de chegada, pressupondo a evolução obrigatória da agricultura familiar. Não há qualquer determinismo em nosso propósito. Apesar da predominância evidente de determinadas tendências (da autossuficiência para a economia de mercado, da tradição para a modernidade etc.), os estabelecimentos familiares não se encontram sob a influência de um processo de evolução histórica que, inexoravelmente e onde quer que estejam, arrastariam-nas a um mesmo destino (p. 15, tradução adaptada).

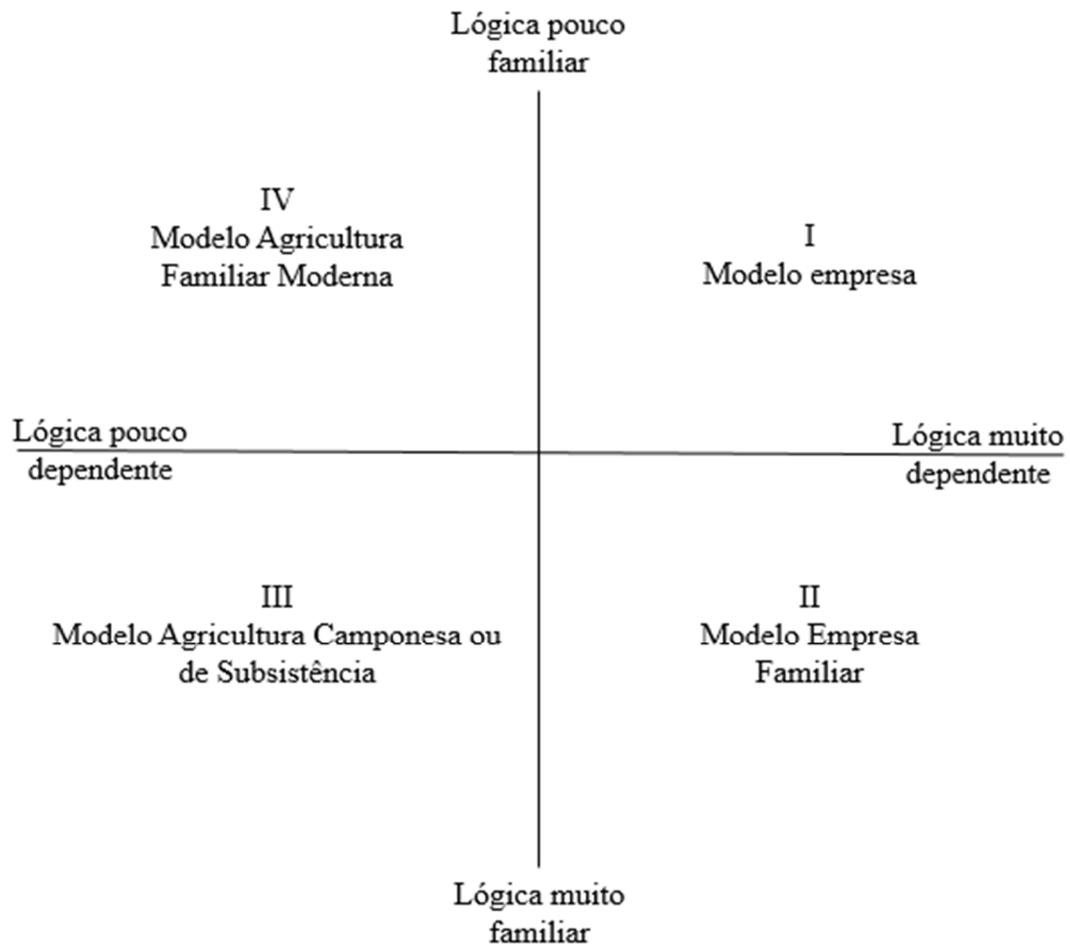
Decorre do debate proposto por Lamarche (1991; 1998) a formação de uma tipologia constituída por quatro tipos: os modelos (1) empresa, (2) empresa familiar, (3) agricultura camponesa ou de subsistência e (4) agricultura familiar moderna (ver Figura 6). Estes quatro modelos decorrem de dois importantes fatores: suas *lógicas familiares* relacionadas à terra, ao trabalho e à reprodução da propriedade, e o *grau de dependência* relativo à tecnologia, ao sistema financeiro e ao mercado. Estes critérios tiveram como objetivo a organização da pesquisa para melhor compreensão da diversidade encontrada na agricultura familiar dos países pesquisados e seus espaços, e não são, portanto, puras (absolutas) ou realidades únicas de cada território. Assumem diferenças e semelhanças que são reveladoras da singularidade dos projetos e estratégias de adaptação dos estabelecimentos, considerando seus contextos históricos, econômicos, sociais e políticos.

O *modelo empresa* possui relações de produção pouco familiares, e é fortemente dependente. O apego à propriedade não é forte, a qual é vendida, comprada ou arrendada de acordo com as realidades da produção, sendo pouco compreendida como um patrimônio familiar. O trabalho familiar é pouco utilizado, restringindo-se, muitas vezes, ao de gestão do estabelecimento por um dos membros; há utilização da força de trabalho externa (mão-de-obra assalariada). Neste modelo, a dependência das questões tecnológicas e financeiras é grande.

Sua produção é toda destinada para o mercado, sendo visado o lucro ou, minimamente, o pagamento da força de trabalho. Tal modelo foi encontrado bastante em regiões da França, do Canadá e da Polônia, e em menor proporção no Brasil e na Tunísia (LAMARCHE, 1998).

Já o *modelo empresa familiar* possui também forte dependência exterior, mas a família ganha importância primordial. Nesse sentido, é caracterizado como um modelo subordinado às questões tecnológicas, financeiras e de mercado, contudo o trabalho é estruturado a partir da mão-de-obra familiar, o patrimônio assume um caráter também familiar e o futuro do estabelecimento é pensado para a reprodução da família. A combinação destes fatores resulta numa produção pensada em termos de renda e o trabalho em termos de garantia de salário, mesmo que num aspecto mais familiar. Este modelo foi encontrado com mais facilidade em regiões da Polônia, da Tunísia e, principalmente, do Canadá (LAMARCHE, 1998).

Figura 6 – Modelos de agricultores familiares a partir das variáveis *orientação para o mercado e organização familiar*



O *modelo agricultura camponesa* é caracterizado como sendo mais baseado na estrutura familiar e menos dependente de fatores externos. Utilizam técnicas tradicionais, produzem pouco (se consideradas as produções dos outros modelos) e têm como objetivo primordial a satisfação das necessidades da família (ainda que participe do mercado). É preciso considerar a diferença entre a agricultura de subsistência, que busca a sobrevivência do grupo doméstico, e a camponesa, que não se restringe a esse fator; o que diferencia estas duas agriculturas são os seus sistemas de valores e de representação. Este modelo é mais comum no Brasil²³, na Tunísia e na Polônia, e é marginal na França e no Canadá (LAMARCHE, 1998).

O *modelo agricultura familiar moderna* está menos baseado na organização familiar, porém também é menos dependente da tecnologia e do mercado. Considerado por Lamarche (1998) um modelo de transição, teria se libertado não somente da dependência técnica e financeira, mas também daquelas relativas às exigências morais e ideológicas da própria família²⁴. Enfrentam, também, diversas formas de bloqueio, as quais lhe conferem um sentimento de suportabilidade de sua condição, e não de escolha, tornando-se não reprodutível tal e qual suas características. Por estes motivos, restaria aos produtores deste modelo tornarem-se empresários ou voltarem a seus pontos de partida. Em alguma medida, está presente em todos os países da pesquisa, e foi a amostra brasileira mais significativa.

Estes diferentes modelos são, sim, resultado de uma série de questões que extrapolam as escolhas individuais dos agricultores, uma vez que estes são parte de uma sociedade global e respondem a esta, como todo e qualquer grupo que também seja parte dela. São, também, consequências das histórias específicas de cada um dos locais em que existem. Contudo, para além disso, estes tipos também são fruto dos diferentes projetos que estes agricultores constituem para si. Se referem a um passado ainda existente, e traduzem as diferentes ambições de cada um destes modelos, todos baseados em maior ou menor grau na organização familiar, e todos dependentes em maior ou menor grau da tecnologia, da economia e do mercado. Esta relação entre autonomia familiar e dependência, principalmente de mercado, é fortemente

²³ Aqui, se cruzam as discussões realizadas no item anterior, em que concordamos, cientes do debate, de que as categorias campesinato e agricultura familiar, no Brasil, não possuem diferenças estruturais. Isso ocorre justamente por conta das poucas mudanças conseguidas ao longo da história de enfrentamento aos bloqueios, situação que se diferencia dos outros países que participam da comparação, possibilitando a diversidade.

²⁴ Aqui vale a reflexão de que há nas lógicas familiares também um fator de dependência, uma vez que os agricultores estão, em alguma medida, “presos” à tradição familiar, ou ao seu modelo original.

marcada pela capacidade de adaptação dos diferentes modelos de agricultura familiar (LAMARCHE, 1998).

É importante ressaltarmos que, mesmo que sejam menos ou mais organizados através da estrutura familiar, ou ainda menos ou mais dependentes, todos estes são modelos de agricultura familiar, considerando as implicações que envolvem esta categorização na acepção de Lamarche (1991; 1998), ou seja, propriedade e trabalho gestados e voltados à reprodução da família. Outro ponto interessante é que, no que se refere ao processo de adaptação, os modelos que estão mais próximos dos extremos (muito, muito ou pouco, pouco) estão menos propícios às adaptações necessárias ao enfrentamento das problemáticas que lhes são apresentadas, pois têm mais dificuldade em acomodá-las ou ainda estão muito presos a uma tradição ou muito dependentes das flutuações da economia (LAMARCHE, 1991; 1998).

Diante de tais reflexões é possível defendermos uma racionalidade própria dos agricultores familiares, a qual fundamenta seus projetos, suas estratégias e suas práticas; seu pensamento e sua ação sobre o mundo de uma forma geral. Organizar-se no mundo a partir de um contexto particular, e de forma intencional, possibilita a existência de uma racionalidade particular, ainda que os grupos não ajam estritamente a partir delas. Esta racionalidade, por sua vez, é compartilhada nos mais diversos espaços de integração, representando a formação de uma visão específica de mundo, pertencente e identificadora de uma coletividade: a categoria agricultor familiar.

São exemplos importantes desta afirmação a ressignificação de conceitos e a relação social diferenciada entre os camponeses identificada e descrita por Klaas Woortmann em *“Com Parente não se Neguceia”*: o campesinato como ordem moral. Para o autor, assalariamento, negócio, terra, família, trabalho, entre diversas outras categorias, têm outra significação para os agricultores familiares, e também entre eles, diferentes das vividas nas sociedades que se orientam fundamentalmente pela troca mercantil e leis de mercado. “Se ele [o camponês] possui uma dimensão econômica, obedece, por outro lado, aos princípios de uma ordem moral” (WOORTMANN, K. 1990, p. 34).

Para Woortmann, K. (1990), “o espaço camponês é, portanto, um espaço moral” (p. 38), e a interpretação e o sentido de mundo compartilhado entre os camponeses são, ao mesmo tempo, formadores e expressão de uma ordem moral própria. Temos, então, a afirmação de um pensamento próprio da agricultura familiar, estruturado no seu modo de organização, em sua própria racionalidade; em uma ética específica que orienta uma vivência diferenciada da moral, da vida. Sua produção, suas relações sociais, sua relação com o mercado e com a natureza etc.,

todos estes fatores estarão orientados por uma racionalidade própria, por uma ética específica vivenciada e compartilhada por sua categoria, por uma ordem moral particular, fruto de um projeto intencional.

Estas questões são fundamentais para a compreensão do que estamos chamando de projeto. A partir de suas vivências, experiências e de sua própria história, de seu passado e de suas pretensões para o futuro, os agricultores familiares constantemente significam o mundo, atribuindo-lhe sentido e construindo um pensamento sobre o mesmo. Essa significação, fruto de uma ética específica, possibilita uma ação intencional neste mundo, definidora de uma identidade coletiva que é compartilhada em um determinado contexto, formado a partir da integração intrafamiliar e interfamiliar.

Agindo, então, intencionalmente sobre o mundo, os agricultores familiares projetam-se nele, e esse projetar-se é consequência de seu projeto, que é a associação entre seus modelos original e ideal. As ações concretizadas pelos agricultores familiares são possibilitadas a partir de seus projetos enquanto sujeitos e também enquanto categoria. Seus objetivos refletem justamente os pensamentos que estes sujeitos têm de si e para si, individual e/ou coletivamente; e estes pensamentos, respondendo às interações destes com o mundo, que tomam como referência sua história pregressa, são possibilitadas por sua capacidade de projeção neste espaço (LAMARCHE, 1991).

Esta projeção no mundo fundamenta, como consequência, os projetos dos agricultores familiares, produtivos, de categoria, de reprodução da família, de trabalho, de acesso a políticas, de relação com a natureza etc. Os fatores e questões objetivados por estes agricultores refletem os projetos que possuem para estar-no-mundo, e estes por sua vez resultam nos projetos que esta categoria desenvolve para o progresso de sua propriedade, para o acesso à terra e à água, para a reprodução de sua família, para acesso a políticas públicas, para transmissão de seus saberes, para integração no mercado, para gestão de tempo, para ocupação dos espaços de decisão e para todas as suas demais ações e planejamentos.

Se são bloqueados por conta da valorização de uma outra agricultura, elaboram projetos para adaptar-se às dificuldades; se não possuem terra suficiente para a produção agrícola e/ou a criação animal, projetam formas de uso coletivo da terra; se não têm água suficiente para o funcionamento de sua propriedade, projetam técnicas de produção que utiliza baixo contingente de água, ou utilizam água das chuvas; se são excluídos de alguma maneira do mercado, projetam-se em outros espaços para a comercialização de seus produtos; e se, de alguma forma,

veem maneiras de relação com a natureza e com a economia que escapam à sua ética, projetam-se no mundo à sua própria maneira, a partir de sua ordem moral (WOORTAMNN, K. 1990).

A resistência de uma subjetividade dos agricultores familiares pode ser consequência do estoque de conhecimentos referenciados, seus modelos originais, adaptados e desenvolvidos por eles mesmos. Se estes agem de modo a preservar e de acordo com uma subjetividade própria, esta tem relação direta com seu estoque de conhecimento, enquanto sujeitos e enquanto grupo que, ao mesmo tempo, é causada e causadora desta subjetividade, e influenciará diretamente na forma em que veem o mundo. O inegável estoque de conhecimento sob o qual estão escorados traduz-se como o conjunto de saberes desenvolvidos a partir da experiência prática.

Esta experiência, formada na vida cotidiana a partir da interação direta com o mundo, possibilita aos agricultores familiares pensarem seus projetos a partir de um ponto. Permite-os, ainda, a elaboração de projetos para alcançarem um futuro desejado, levando em consideração a conjuntura de sua situação social. Passado, presente e futuro se encontram a partir da ação baseada em um modelo original, no compartilhamento desta, e na busca por seu modelo ideal. Pensando este fator sob o viés da coletividade, os saberes que possibilitam a formação de um estoque de conhecimentos fortalece o projeto de uma agricultura familiar, e conta com uma diversidade de espaços para o seu compartilhamento, sua difusão e consolidação (SABOURIN, 2009a; 2009b).

Estes espaços de trocas de saberes atuam como verdadeiros locais de fortalecimento deste modelo de agricultura. Possuem significativa importância não somente as associações, cooperativas, conselhos de desenvolvimento rural, sindicatos, entre outros espaços, mas também as igrejas, as praças, os bares etc. Sabourin (2009a) faz, por exemplo, uma importante discussão sobre a relevância do que denomina espaço sociotécnico local, afirmando sua importância como uma rede de compartilhamento de informações que permite aos agricultores familiares formular novas estratégias e difundir processos de inovação; compartilhar e ressignificar experiências.

Os agricultores e os diversos atores com os quais se relacionam no plano local mantêm uma série de relações e de prestações que produzem fluxos de informações, saberes e práticas acerca da produção agrícola, mais ou menos densos e ordenados. (...) Eu defino a noção de espaço sociotécnico como *locus*, ou seja, o lugar e as circunstâncias que servem de suporte privilegiado para os encontros entre aqueles atores sociais que mantêm elos de proximidade de

densidade suficiente para poder falar e realizar intercâmbios sobre assuntos e objetos técnicos vinculados a seu trabalho (p. 201).

A existência de diferentes modelos originais e ideais requer a existência de uma racionalidade própria dos agricultores familiares, a qual lhes possibilita dar sentido não somente aos seus projetos, mas também às suas práticas, às suas formas de produção e de relacionamento com o mundo externo. Esta racionalidade, sendo promotora de sentido, permite que as sociedades orientadas por um modelo de agricultura familiar reconheçam o mundo que lhes é comum, e vejam-se como pertencentes a este lugar, para depois relacionarem-se com o mundo que está para além de suas vivências, também dando sentido a este último (STANEK, 1991; WOORTMANN, K. 1990).

Ou seja, o modo próprio de ser do agricultor familiar fundamenta suas visões e ações de acordo com uma perspectiva própria. Para estudo e compreensão não somente dos projetos, mas também das estratégias e práticas dos agricultores familiares, é necessário “olhar o mundo através dos ‘óculos’ pelos quais ele o lê” (WOORTMANN, E. 2009, p. 128). É preciso buscar a compreensão de sua cosmologia, fator a partir do qual o agricultor familiar dá sentido e significado ao mundo. Dando sentido e interpretando à sua forma o mundo, é possível reiterarmos o fato de que o agricultor familiar pensa este mundo, projeta-se nele e age a partir deste projeto próprio, que é intencional. Assim,

O camponês não é obtuso, impermeável à mudança. Ele é observador e cauteloso. (...) O esforço para entender o mundo camponês deve ser no sentido de compreendê-lo em seus próprios termos. Novamente citando Geertz (1975), deve-se ler seu mundo “por sobre seus ombros”, em busca de uma aproximação de sua perspectiva sobre a natureza e o trabalho, ainda que consciente de que é tão-somente uma aproximação; nunca todos os seus conhecimentos, toda a plenitude de seu saber e de sua sabedoria (WOORTMANN, E. 2009, p. 128).

Para o entendimento do que compreendemos como projeto, ligados ao modo específico de ser da agricultura familiar, é necessário, em suma:

- A consideração dos fatores de intencionalidade existentes na busca por um modelo ideal que imaginam para si e relacionados a um modelo original ao qual se referem, diretamente relacionadas às condições conjunturais de sua existência;

- A capacidade que este projeto tem de possibilitar a significação do mundo pelos agricultores familiares para nele estar e agir;
- Sua aptidão em possibilitar aos agricultores uma alta capacidade de adaptação às mudanças do mundo, assegurando sua autonomia em lidar/enfrentar as dificuldades;
- A decorrente diversidade dos modelos de agricultura familiar em virtude de seus diferentes modelos originais e de suas diferentes ambições;
- E a conseqüente fundamentação dos projetos produtivos em virtude de sua autoprojeção no mundo.

A execução e concretização destes projetos se dão através das *estratégias* desenvolvidas pelos agricultores familiares, categoria que será discutida a seguir.

4.2 A IMPORTÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS PARA O PLANEJAMENTO DO AGRICULTOR FAMILIAR

A partir do que foi discutido até aqui, é possível afirmarmos que também são intencionais os caminhos traçados pelos agricultores familiares para pôr em exercício as atividades necessárias à efetivação de seus projetos. Este planejamento se traduz em estratégias, que estão relacionadas aos mais variados fatores que envolvem as sociedades agrícolas familiares: a diversificação de sua produção, sua relação com os meios de produção, tais como a terra e a água, a divisão e a organização de seu trabalho, a definição do tamanho e da organização de sua família, a coletivização ou individualização de determinadas atividades, a necessidade ou não de investimento em formação, a busca por políticas de créditos ou outras políticas públicas, a dependência de ações do Estado ou a não submissão a elas, a abertura a outras possibilidades de emprego para complementação da renda manifestada através da pluriatividade etc. (STANEK, 1991).

A estratégia agrícola familiar é um primeiro passo no caminho da objetivação da subjetividade manifestada em seu projeto. Reflete a definição dos caminhos a serem seguidos para se chegar ao modelo ideal que construiu e busca para si, diante das demandas reais que lhes são postas pelo mundo. A própria definição desse caminho já reflete a possibilidade de diversificação dos modelos de agricultura familiar, que, se apoiando em seus pilares (trabalho, propriedade e família) (LAMARCHE, 1991), pode manifestar as mais diferentes formas de

estar-no-mundo. Este traçar de objetivos possibilita uma gama de modelos de adaptação às problemáticas e exigências da vida social, mais uma vez incidindo sobre as possibilidades de ser-no-mundo da agricultura familiar; e soma-se às argumentações que desconstroem as ideias de um agricultor familiar como residual, atrasado e pobre.

Se o agricultor familiar está situado entre a tradição (em consequência de sua própria história) e o futuro (LAMARCHE, 1991), entre a autonomia e a subordinação (WANDERLEY, 2009a; 2011), a consciência de tal fato pode significar, em si, uma estratégia. Em alguns momentos estando mais ligada à tradição, em outros buscando e desenvolvendo ações inovadoras, ou por vezes se submetendo às exigências do mercado, ou por vezes buscando situações em que seja possível manifestar mais sua autonomia, os agricultores familiares comportam-se nesse jogo de modo a garantir a concretização de suas buscas. Ou seja, o fortalecimento de determinadas características ou o abandono de algumas delas, como por exemplo, a manutenção ou a interrupção da tradição, pode significar uma ação intencional por parte dos agricultores familiares para a efetivação de seus objetivos (WOORTMANN, K. 1990).

Com relação a estas ideias, tratando-se especificamente sobre alguns sitiantes, Woortmann, K. (1990) afirma que

Tem-se, então, de um lado, uma descontinuidade construída intencionalmente, isto é, a interrupção estratégica do tempo da tradição para restaurar a tradição e, com ela, a continuidade em outro momento futuro. Neste caso, o do sitiante, o futuro é a volta ao passado. De outro lado, tem-se que a continuidade da tradição, no plano da representação da terra como valor, torna possível uma mudança, isto é, a passagem de fraco para forte. Aqui, o futuro é a mudança pela manutenção do passado. Os homens concretos, por serem históricos, e por serem sujeitos de suas ações, são mais complexos que os modelos produzidos pelos recortes. Mas, sem eles, não haveria modelos (p. 19).

Discutiremos, então, o que estamos definindo como estratégias, como elas são manifestadas, de que forma são desenvolvidas e, para ilustração do debate, recorreremos a alguns exemplos presentes na literatura para melhor compreensão da discussão.

4.2.1 O que são estratégias?

As estratégias, como aqui as percebemos, são um conjunto de planejamentos intencionais, em virtude de um projeto traçado ao mesmo tempo de forma individual e coletiva,

para lidar com as ambições que possuem e com a conjuntura em que vivem. Elas se situam entre um ideal de características compartilhadas coletivamente, que proporcionam a integração a um determinado grupo, e a compreensão destes ideais pelos indivíduos. Está entre o abstrato, tomando como referência a subjetivação dos indivíduos e o ideal almejado, e o concreto, que se traduz na objetivação de fatores para traçar formas de desenvolvê-los no mundo real. Assim, a estratégia reflete o movimento dialético da relação indivíduo x sociedade, que está situada entre o grupo social/contexto ao qual faz parte, e a compreensão individual destes, sendo influenciado ao mesmo tempo em que influencia (BILLAUD, 1991).

Nas sociedades baseadas na agricultura familiar, as estratégias estão estreitamente relacionadas à sua autonomia, uma vez que estes usam-nas para adaptarem-se ao mundo em que vivem. Para lidar com as dificuldades impostas à sua condição, os agricultores familiares, de forma autônoma, estabelecem estratégias para o enfrentamento de seus problemas. O estabelecimento das estratégias está diretamente ligado às problemáticas da vida real, cotidiana, e se referem à compreensão destas e também à identidade social. A delimitação de um conjunto de estratégias é, então, a manifestação individual e autônoma de uma identidade de grupo, responsável pela integração, por exemplo, das sociedades camponesas (STANEK, 1991), e pela própria diferenciação das sociedades caracterizadas por outras práticas econômicas e sociais com as quais mantêm relações.

A autonomia, conceito de grande importância para compreensão das sociedades camponesas e sua relação com o mundo, é posta em exercício através da possibilidade desta categoria projetar-se e traçar estratégias para posicionar-se e interagir com o restante do mundo, afirmando a sua identidade ao mesmo tempo em que se diferencia. É possível também a partir da auto-organização para gestão da propriedade, dividindo-a e dispondo-a da forma que lhe for apropriada, ou da melhor maneira para alcançar seus objetivos; da família, reproduzindo-a de acordo com suas possibilidades e também objetivos; e de seu próprio trabalho, pensado como um elemento não somente de sobrevivência, mas também de reprodução e transmissão de conhecimento/saber. “Estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua propriedade” (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO; WANDERLEY, 1991, p. 186, tradução adaptada).

Assim, a escolha dos produtos a serem desenvolvidos na propriedade, as formas de lidar com a terra, a divisão interna do trabalho, a decisão pela quantidade de filhos, o acesso ou não a financiamento, a escolha por trabalhar ou não fora da propriedade e o número de horas gastas com esse outro trabalho, as formas de relacionamento com os mercados, as trocas de favores

internos à comunidade, a participação ou não em espaços coletivos ou fóruns de discussão, o investimento em formação, o acesso ou não às políticas públicas de crédito, entre outros diversos fatores, são estratégias pensadas e estabelecidas pelos agricultores familiares, levando em consideração a melhoria de suas condições para a reprodução de sua família e o desenvolvimento de sua propriedade. Tais fatores são pensados tomando como referência um “modelo original” no qual se fundamentam, e em virtude de um “modelo ideal” buscado pelos agricultores; ou seja: seus projetos, possibilitados a partir da associação entre ambos os modelos (LAMARCHE, 1991).

Com relação à identidade da agricultura familiar, as estratégias têm um papel fundamental na sua formação, seja ela compreendida mais individual ou coletivamente (BILLAUD, 1991). O próprio ato de elaborar estratégias para agir sobre o mundo é uma manifestação de uma identidade social de grupo, que passa por um processo de racionalização e interpretação individual. Na mesma perspectiva, as estratégias traçadas para as mais diferentes questões, institucionais ou não, como o espaço, o trabalho, a vida, a família etc., reafirmam a identidade do grupo de agricultores familiares, uma vez que convalida as ações compartilhadas socialmente. A identidade de uma sociedade agrícola familiar, então, não se restringe a um conjunto de técnicas tradicionais voltadas à agricultura, mas também às formas como estes veem e agem sobre o mundo (WOORTMANN, K. 1990).

Entretanto, nesse debate sobre a dialética indivíduo x identidade social na formulação de estratégias, relacionadas a temas específicos, alguns autores afirmam a necessidade de posicionamento, no momento de análise, ao lado de reflexões que protagonizam o papel do indivíduo, pois veem maior influência de sua singularidade. É o caso, por exemplo, da análise de Billaud (1991) sobre a constituição de uma identidade profissional por parte dos agricultores familiares franceses. Segundo este autor,

(...) a identidade profissional é, hoje, ao menos em sua fase de superação da crise que a afeta, tarefa de indivíduos antes de ser tarefa coletiva. (...) não se trata de teorizar uma suposta individualização generalizada, mas de afirmar que o enfoque analítico, para encontrar precisamente as estratégias coletivas em gestação, deve levar em conta este contexto no qual o indivíduo não se beneficia mais das mesmas referências coletivas na formulação de sua identidade social (BILLAUD, 1991, p. 133, tradução adaptada).

Neste sentido, é preciso considerar, para compreensão e análise das estratégias dos agricultores familiares, a relação entre o indivíduo e a sociedade, relação esta fundamental para

o pensamento sócio-anropológico. Baseados nas reflexões de Billaud (1991) aqui apresentadas, nos posicionamos na intersecção desta relação, compreendendo que as estratégias refletem, de modo geral, a perspectiva do grupo do qual os camponeses são parte, contudo entendendo que estas passam também por um processo de racionalização individual. É preciso, portanto, estar atento àquelas estratégias que são produtos de uma identidade coletiva, mas compreendendo que outras estratégias refletirão compreensões individuais que, necessariamente, não rompem com a estrutura coletiva, mas estão mais próximas de uma singularidade do agente. Isso nos permite reafirmar a compreensão dos agricultores familiares enquanto sujeitos coletivos, representantes de um posicionamento familiar, uma vez que os projetos deste modelo de agricultura são familiares (WANDERLEY, 2011).

Outra questão de grande importância para a nossa discussão se refere ao fato de que as estratégias são traçadas a partir da significação de mundo feita pelos agricultores familiares. Nessa perspectiva, refletem diretamente a compreensão desta categoria sobre a terra, a família, o trabalho etc. (BRANDÃO, 2007). Assim, por exemplo, “As estratégias fundiárias estão estreitamente ligadas à relação dos produtores agrícolas com a terra (STANEK, 1991, p. 78, tradução adaptada). Ou seja,

As estratégias fundiárias (...) não podem ser descritas unicamente a partir das modalidades do processo de concentração fundiária. Elas são também função das representações que os agricultores têm da terra. São elas que sustentam as lógicas fundiárias e lhes dão sentido. Todavia, entre estes dois níveis de análise, o das representações, dos projetos e o dos fatos, as correspondências não são unívocas. Se a noção da terra como instrumento de trabalho precede a do valor do patrimônio fundiário, a ligação com a terra permanece forte. Quando se é dono de terras não se desiste delas tão facilmente (...) (MAUREL, 1991, p. 105, tradução adaptada).

Dialeticamente, as significações que os agricultores familiares fazem destes fatores são oriundas do contexto em que se encontram, ao passo que a conjuntura do espaço e o seu desenvolvimento acontecem em virtude desta mesma significação. O estabelecimento de estratégias se dá dentro da relação real-abstrato, na qual os agentes subjetivam o mundo a partir do espaço que ocupam, traçando um caminho para nele permanecer, e ao mesmo tempo expressá-lo, e essa subjetivação está intimamente ligada ao modo como eles lidam com esse mundo, suas questões e processos. Assim, estratégias fundiárias, produtivas, reprodutivas, familiares etc. são pensadas de acordo com as representações que os agricultores familiares fazem do mundo (MAUREL, 1991).

Mas esse fator não é geral: o alinhamento dos planejamentos de uma família de agricultores familiares com os planejamentos do grupo vai depender do nível de integração do próprio grupo, determinado por um conjunto considerável de variáveis, tais como relação histórica, maior ou menor colaboração, integração social, capital social, compartilhamento das dificuldades, organização, entre outros. Se a relação mantida com a terra ou a produção, por exemplo, é de afetividade, simbolizando a história da família, as estratégias adotadas considerarão esse fator no momento de lidar com elas, como já apontado anteriormente. “As perspectivas da agricultura são igualmente ligadas às estratégias familiares” (STANEK, 1991, p. 62, tradução adaptada).

As estratégias da agricultura familiar, então, são adotadas para a melhoria da vida no campo, estando relacionadas a todas as suas facetas. Não somente a produção será pensada de forma estratégica, mas também a reprodução da própria família, a divisão do trabalho, a manutenção ou o aluguel da propriedade etc. O estabelecimento de estratégias como um traçar de caminhos para a efetivação de um projeto agrícola familiar nos permite reafirmar que ser agricultor familiar é muito mais do que reproduzir algumas características tradicionais de produção e trabalho; é, além disso, agir a partir de um modo próprio de vida, compreendendo o espaço rural como um local de produção de sentido, onde estarão suas relações sociais, sua história, seu passado e seu futuro, todos simbolizados na reprodução da família, na manutenção da propriedade e na compreensão do que é o seu próprio trabalho (WANDERLEY, 2009a; 2011).

As estratégias vão além das questões referentes à agricultura; transcendem esse aspecto ao considerar a propriedade não somente como um meio de produção próprio à exploração, mas como um espaço que simboliza e representa a sua história e a de sua família; o espaço rural como um espaço de vida, de produção de sentido e significado. No jogo sócio-político capitalista de disputa pelos meios de produção através da concentração da propriedade privada, ter autonomia no momento de traçar estratégias pode significar a luta pela permanência na terra, resguardando práticas e saberes que se situam entre tradicionais e inovadores e que resistem à lógica da acumulação. Como consequência, tem-se que as estratégias são fundamentais para o processo/projeto de adaptação da agricultura familiar.

As estratégias, ligadas às ideias aqui discutidas de autonomia, adaptação e significação do mundo, e pensadas enquanto caminhos para a garantia da realização de um projeto, possibilitam a reflexão das sociedades baseadas num modelo de agricultura familiar a partir de uma perspectiva de diversidade. Ser agricultor familiar implica uma série de características,

mas não exclui desta categoria o caráter da diversidade. Assim, é possível encontrar diferenças significativas entre agricultores familiares nas diversas partes do mundo; é possível encontrar diferenças entre os agricultores familiares nas diferentes regiões do Brasil, inclusive. Isso não quer dizer que não haja delimitação deste grupo enquanto categoria sociológica, mas implica em refletir que a categoria agricultor familiar possui em si mesma uma diversidade de situações; e o papel das estratégias nesta questão é fundamental (LAMARCHE, 1991).

A materialização de um projeto exige a formulação de estratégias que estejam diretamente relacionadas às condições do mundo real, ainda que esse real passe por um processo de subjetivação. A intencionalidade aparece mais uma vez como condição do estabelecimento destas estratégias, que estarão relacionadas também à racionalidade própria de quem a estabelece. Falar em estratégia dos agricultores familiares, portanto, exige a compreensão de que estas são formuladas a partir da significação de mundo feita por este grupo de indivíduos para lidar com as demandas que lhes aparecem, e por isso refletem sua própria autonomia para adaptação, condição central de sua diversidade.

Agir intencionalmente sobre as problemáticas da vida social exige a formulação de um conjunto de estratégias que irão nortear os caminhos a serem seguidos para resistir. Se pensarmos o modelo de sociedade atual como um reflexo da proposta hegemônica neoliberal, na qual o mercado é regulador das relações e a eficácia da gestão social é medida pelos índices da economia, e não pela satisfação das necessidades humanas (BONANNO, 2015), as estratégias elaboradas pelos agricultores familiares funcionam como um planejamento para mediar a relação entre o local e o global. O local, nessa relação, assume um caráter de espaço marcado por uma tradição compartilhada pelo grupo, o qual possui autonomia sobre sua resignificação; enquanto o global reflete as exigências mercadológicas-desenvolvimentistas, levando a uma condição de subordinação (BILLAUD, 1991).

Se a relação local e global for compreendida sob a égide da dialética, não seria nenhum equívoco ponderar a agricultura familiar e a globalização neoliberal como tipos desta relação, pois uma vez que o capitalismo está em constante reinvenção para sua própria sobrevivência e desenvolvimento, este acaba obrigando as demais partes desta relação a também alterarem as suas dinâmicas para resistência/continuidade. Interagir com o mundo, então, é um constante processo de planejamentos estratégicos, elaboradas a partir de um projeto; e as estratégias são a tradução inicial dos projetos. É a forma de transição entre o desejado e seu alcance. É a resposta às próprias expectativas e às exigências sociais, já beirando o plano prático. É a reação

aos próprios desejos e às imposições do mundo social (WANDERLEY, 2011; WOORTMANN, K. 1990).

Estas exigências também possuem um papel fundamental nas diversas formas de vida das sociedades agrícolas familiares, pois as estratégias que elaboram para lidar com elas são causadoras de sua própria diversidade. Ou seja, a diversidade de estratégias é fundamental para a compreensão das formas de integração dos agricultores familiares na sociedade global. “(...) o peso do pertencimento ao local, a inscrição territorial das estratégias sociais são hoje reconhecidas como fundamentais nessa ‘resistência’ da diversidade no processo de integração dos agricultores na sociedade global” (BILLAUD, 1991, p. 124, tradução adaptada). Para a compreensão da diversidade interna à agricultura familiar, é preciso pensar suas capacidades adaptativas como consequência de estratégias intencionalmente traçadas, pois ao interagirem com o mundo, eles respondem a ele; e ao não se dobrarem ao modelo ideal imposto pela sociedade global, os agricultores familiares rompem com ele (LAMARCHE, 1991; 1998).

As estratégias dos agricultores familiares, portanto, são, de forma predominante, intencionalmente planejadas para pôr em prática um projeto de agricultura e um modelo de vida. Partem de uma identidade, coletiva e individual, ao mesmo tempo em que a reforça. Tem em si expresso o elemento da diversidade, mas também é responsável por ela. Refere-se aos planejamentos produtivos, mas também os transcende, estando presente como um fato social total²⁵, fundamentando questões sociais, psicológicas e econômicas. Proporciona a autonomia, ao passo que é possibilitada por ela. Permite a resistência diante do jogo social, preservando e/ou ressignificando a tradição. Está no cerne da interação entre as sociedades locais e globais. O traçar de estratégias das sociedades agrícolas familiares reverbera um importante passo para o “ser agricultor familiar”, e é basilar para as suas diversas formas de existência.

Vejamos a seguir alguns exemplos de estratégias da agricultura familiar.

4.2.2 “Eles não são idiotas!”

Esta afirmação, “eles não são idiotas”, retirada por Ellen Woortmann do texto de Luiz Eduardo Soares, *Campesinato: ideologia e política*, traduz muito bem o que estamos

²⁵ Em Lévi-Strauss (2003), o “fato social total” apresenta-se “com um caráter tridimensional. Ele deve fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica, com seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica ou diacrônica; e, enfim, a dimensão fisio-psicológica. Ora, é somente em indivíduos que essa tríplice aproximação pode ocorrer” (p. 24). Para mais informações, ver “LÉVI-STRAUSS, C. Introdução. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: COSAC NAIFY, 2003. pp. 11-46”.

considerando como estratégia da agricultura familiar. A autora, ao realizar uma breve resenha do texto de Soares, reflete sobre as estratégias de um grupo de camponeses para legalizar uma área utilizada para produção agrícola de forma coletiva pela comunidade. Ainda que existissem, internamente ao grupo, diferenças com relação às formas de utilização da área (um grupo já se manifestava em favor da divisão da área para transmissão aos herdeiros), ambos os grupos concordavam que a terra deveria ser legalizada como uma forma de defesa de tentativas de expropriações (WOORTMANN, E. 1981).

Trazendo à tona uma importante questão, o precário e diminuto acesso à terra pelos camponeses, Woortmann E. (1981) aponta outro fato interessante: as manipulações, pelos camponeses, das instâncias que, à primeira vista, estavam fora de seu mundo. Desprovidos e subordinados ao capital financeiro, eles fortaleciam o capital social como forma de tentar legalizar e garantir a área. Conscientes da relação assimétrica de poder que mantinham com os representantes políticos e com as instâncias legais e sociais, tinham também consciência do poder de barganha que poderiam desenvolver a partir de suas condições de eleitores e subordinados.

Ou seja, se poderiam obter vantagem de políticos a partir do poder de seus votos, ou se poderiam obter ajuda especializada para reagir às questões burocráticas das instituições responsáveis pela legalização da área, o faziam com a intenção de garantir legalmente a propriedade que já ocupavam, lutando com as armas que lhes eram possíveis, as mesmas desenvolvidas pela sociedade que os subordinava (WOORTMANN, E. 1981). Os camponeses, portanto, não são idiotas, facilmente manipulados e residuais; são sujeitos racionais, dotados de consciência e intencionalidade, construtores de capital social e capazes de lidar, preservando, resignificando e/ou manipulando, a ordem social e jurídica local/global através de um conjunto de estratégias.

O agricultor familiar é retratado, nas reflexões de Woortmann, E. (1981) e Soares (1981), “(...) como agente ativo de seu destino, e não como simples ‘massa de manobra’ de um capital abstrato. Ser subordinado, como mostra Soares, não é ser idiota, é resistir, dar respostas, e, na medida do possível, à altura dos que tentam espoliá-los” (WOORTMANN, E. 1981, p. 300). Assumir temporariamente um papel de subordinação, então, também pode ser fruto de uma estratégia de lidar com a sociedade global, responsável por impor um modo de vida baseado na exploração do trabalho alheio e no acúmulo de capital financeiro. Pode ser, inclusive, uma estratégia para manipular as instituições que, pensa-se, os manipulam, garantindo, através deste planejamento, a concretização de seus projetos.

Contudo, é preciso termos cuidado para não cairmos no extremo inverso do discurso. Atualmente, em virtude de uma clara ascensão do pensamento conservador, acusam-se agricultores familiares e muitos outros grupos desprovidos de incentivos para a produção de receberem dinheiro injustamente de programas do Governo Federal brasileiro, tais como os de distribuição de renda. Tal acusação, equivocada, não pode ser justificada a partir do argumento da estratégia, como se a situação precária destes grupos fosse consequência de planos próprios para acessar as verbas públicas da assistência social. O que queremos com este exemplo é defender a importância da relativização das situações, questão cara às ciências sociais para compreensão dos fenômenos estudados, os quais devem ser pensados individualmente levando-se em consideração suas especificidades.

No contexto debatido por Woortmann, E. (1981), camponeses reagiram à sua situação de subordinados entrando no jogo daqueles que os subordinavam, manipulando instituições e poderes representantes dos interesses da classe dominante para garantirem seu objetivo, que era o de legalização da terra. No Brasil, em virtude da grande dificuldade de acesso a este bem, uma vez que a situação agrária local foi/é marcada pelo latifúndio, sem jamais ter acontecido uma reforma agrária de fato, são muitas as estratégias para produzir sem ter uma área, ou para ter acesso a esta. Em algumas regiões do Nordeste, por exemplo, desenvolveram-se diversos planejamentos de utilização coletiva da terra, tais como os fundos e os fechos de pasto. É comum, também, encontrar agricultores que produziram toda a vida em áreas “arrendadas”, ou através de planos de parcerias e de “morada”; ou também posseiros que ocupam de forma precária áreas devolutas e/ou improdutivas, instalando-se e constituindo-se como produtores. Esta última situação é muito comum em áreas de fronteiras agrícolas e acarretam sérios conflitos com grileiros de terras.

O arrendamento se dá quando, através de um contrato, frequentemente realizado fora dos termos legais, “aluga-se” uma área para produção agrícola, cujo pagamento é feito em dinheiro. A parceria ocorre quando o agricultor assume parte dos custos e divide a produção com o proprietário a partir de uma proporção combinada, ou seja, divide-se a produção em termos anteriormente combinados entre agricultor e proprietário (ANDRADE, 2011). Os fundos e fechos de pasto são formas tradicionais de uso coletivo da terra, sendo, inclusive, legalmente reconhecidos e demarcados em estados como a Bahia, que exigem a formação de associações, as quais mantêm os títulos da terra (SABOURIN, 2009a). Já a morada se dá quando o trabalhador reside na propriedade de outrem, podendo produzir para si em um pequeno espaço; o que particulariza é a vinculação dessa força de trabalho às culturas/criações das

fazendas ou engenhos, condicionando o uso da terra ao vínculo de trabalho com o proprietário. A possibilidade de morar no local e utilizar a terra corresponde a uma relação de trabalho específica (WANDERLEY, 2014b).

Outro sistema de acesso precário à terra consistia na instalação de famílias de trabalhadores, em uma pequena área (“sítio”), no interior das fazendas – de cana de açúcar, de café etc. – autorizada pelos próprios proprietários, onde podiam cultivar alguns produtos alimentares em volta da casa de moradia. O trabalhador, no entanto, era obrigado a trabalhar na cultura principal, recebendo ou não um pagamento monetário complementar, sob a forma de salário. Naturalmente, o uso da terra estava condicionado ao vínculo de trabalho com o patrão, não havendo nenhuma garantia quanto à sua continuidade (WANDERLEY, 2014b, p. 27).

A questão fundiária, portanto, é de grande importância para a compreensão da situação vivenciada pela agricultura familiar no Brasil. Além das estratégias citadas acima, sabe-se que o acesso à terra também ocorre através da compra, a qual é realizada após anos de economia; ou a partir da herança ou transmissão no decorrer das gerações, ocasião em que a área é dividida pelos herdeiros, geralmente sendo comprada ou utilizada por um deles. A terra, então, para os agricultores familiares, “(...) é considerada como necessária à própria sobrevivência da unidade familiar de produção. A compra da terra parece-lhes o principal meio de estender a exploração e, se dispusessem de economias, empregá-las-iam em primeiro lugar na aquisição de terras” (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO; WANDERLEY, 1991, p. 174, tradução adaptada). Tal fator gera uma “fome pela terra” (STANEK, 1991, tradução adaptada).

Por conta do caráter diferenciado da agricultura familiar, que transcende a questão da produção agrícola, construindo para si uma ordem moral própria, a terra tem para esta categoria um sentido particular, mais simbólico e afetivo, ultrapassando sua compreensão enquanto propriedade (BRANDÃO, 1999). A terra simboliza o chão de onde se lê o mundo, a história familiar, o passado que os levou ao presente, e o local que possibilita a construção do futuro. “Se não houvesse a terra ancestral, a primeira parcela, a primeira casa, o primeiro trator ou mesmo o primeiro animal comprado pela família, haveria, de certa maneira, o símbolo dos primeiros tempos, geralmente os mais difíceis, da instalação da família” (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO; WANDERLEY, 1991, p. 175, tradução adaptada).

São muitas, então, as estratégias historicamente desenvolvidas e ressignificadas pelos próprios agricultores familiares para terem acesso à terra, bem natural necessário à sua condição. A questão fundiária, inclusive, é um dos principais fatores de sua precariedade, uma

vez que historicamente incentivou-se o acúmulo de propriedades para a produção empresarial, seja em épocas de colônia, seja para o desenvolvimento atual do agronegócio, em detrimento da produção familiar. A condição diferenciada de acesso à terra é causa, dentro do debate sobre a agricultura familiar, dos diferentes modelos de produção familiar no Brasil, interferindo diretamente, por exemplo, nas políticas de crédito, que exigem como contrapartida a hipoteca da terra (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO; WANDERLEY, 1991).

Outro bem natural de grande importância para a produção agrícola é a água. Em regiões como o Nordeste, que enfrentam longos meses de estiagem e períodos de seca, a água ganha ainda mais notoriedade. Em virtude de sua escassez, os agricultores familiares desenvolveram diversas técnicas de adaptação, tais como a captação de água das chuvas, estocada em cisternas; o plantio de culturas de ciclo curto, aproveitando os meses do ano em que as chuvas são mais comuns, entre dezembro e março; um modelo de plantio de sequeiro; entre outras, conforme discussão realizada no Item 2, todas em virtude do estabelecimento de estratégias.

Em muitos locais, então, os agricultores familiares vêm se adaptando às adversidades climáticas em consequência de estratégias traçadas para driblar a escassez de água. Uma das formas é o acesso a políticas públicas, que se revela, também, uma outra estratégia para lidar com as adversidades que lhes são impostas. Programas como o Água para Todos, por exemplo, gerido pelo Governo Federal, apoia milhões de agricultores através da construção de barragens, açudes, poços, barreiros, cisternas, distribuição de água em carros-pipa etc. Para acessar esses programas, os agricultores buscam sua compreensão e ocupam espaços, tais como sindicatos, associações e conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, com o objetivo de serem contemplados (COSTA, 2014; CUNHA; DUQUÉ, 2014).

Para além das questões referentes à água, muitos estudos têm demonstrado a importância de programas como o PAA e o PNAE, e o PRONAF, desde a sua implementação, que resultou no reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria, até suas políticas de crédito (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005; HESPANHOL, 2013; LUCENA; LUIZ, 2009). O acesso ou não às políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, pelos próprios agricultores, é, portanto, uma estratégia traçada por eles mesmos, seja para garantir bens necessários à produção, tais como terra e água, seja para escoamento de seus produtos e acesso ao mercado, para garantia de crédito para investimentos na própria área, ou ainda para obtenção de assistência técnica especializada para potencialização de sua produção. O entendimento das formas de acesso a estas políticas e suas consequências é, então, de grande importância para a compreensão das principais estratégias dos agricultores familiares, uma vez que, no Brasil, por

exemplo, esta categoria ainda é diretamente dependente das ações do Estado (SABOURIN, 2009b; WANDERLEY, 2011).

Outros dois fatores de significativa importância para a agricultura familiar, para os quais são pensadas muitas estratégias, são as questões que envolvem o trabalho e a família. Com relação ao trabalho, há uma divisão entre os membros da própria estrutura familiar para a realização das tarefas. Em muitos locais, é comum também o pagamento de diárias a trabalhadores externos em épocas de preparação para o plantio e a colheita, ou a troca de dias de trabalho entre membros de diferentes famílias, fato que Sabourin (2011) analisa através do conceito de reciprocidade, conforme já discutido no item anterior. O trabalho externo de membros da própria família também é corriqueiro, muitas vezes realizado para complementação da renda ou para ganhos extras utilizados para o desenvolvimento da propriedade familiar (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009; SABOURIN, 2011; SCHNEIDER, 2001).

As estratégias traçadas para a garantia do trabalho na propriedade são muitas e, em geral, estão diretamente ligadas à composição familiar (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO; WANDERLEY, 1991). Assim, o trabalho pode ser realizado completamente por membros do núcleo familiar interno, ou podem receber auxílio de outros familiares, externos à propriedade, e/ou vizinhos. Nesta perspectiva,

(...) os trabalhadores são frequentemente recrutados quando a mão-de-obra familiar é insuficiente; trata-se muitas vezes de parentes que não moram em casa, cuja maior parte é composta de crianças e adolescentes, que recebem como remuneração uma participação na colheita (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO; WANDERLEY, 1991, p. 182, tradução adaptada).

Estratégias relacionadas ao trabalho e à família são, desta forma, bastante próximas. Contudo, podem ser diferenciadas na medida em que as estratégias familiares buscam fortalecer a sua estrutura e a relação entre seus membros, bem como garantir o futuro dos filhos e sua educação. Assim, são estratégicas as ações relacionadas à composição e ao equilíbrio entre os sexos em virtude da divisão interna das tarefas. É comum, aqui, a troca de membros familiares ou o apadrinhamento para a homogeneização dos componentes, mais uma vez compreendida através da reciprocidade (SABOURIN, 2009a; 2011).

O planejamento interno para a saída de membros da família para o estudo é, na grande maioria das vezes, uma estratégia que busca garantir um conhecimento especializado ou um trabalho externo mais rentável que será revertido em investimentos na propriedade familiar. A

transmissão dos saberes também é fruto de uma estratégia. Geralmente os filhos e filhas saem da propriedade quando casam, ou também permanecem na propriedade a partir da construção de outra pequena casa. A organização e estrutura familiar obedecem, então, a um planejamento estratégico em grande parte dos casos, pensado de modo a garantir a sua reprodução, o desenvolvimento da propriedade e a concretização de seus projetos (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO; WANDERLEY, 1991). Não estamos afirmando, aqui, a inexistência da reprodução desprogramada, mas trazemos à tona o fato de que os agricultores familiares organizam-se de modo a lidar com estes fatores.

As estratégias relacionadas ao acesso à terra, à água, às políticas públicas e as questões do trabalho e da família, exemplificadas acima, são de grande importância para a compreensão da autonomia dos agricultores familiares. Suas definições, fundamentadas no objetivo de alcançar o modelo ideal que constroem para si, nos possibilita reafirmar a compreensão de que os produtores familiares são agentes de si, adaptando-se às adversidades e reagindo às situações de subordinação. A execução no âmbito da práxis de uma estratégia pelos agricultores familiares, e a sua adoção enquanto método, geram uma prática.

4.3 AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS FAMILIARES E A CONCRETIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

Se os projetos são os modelos originais tradicionais associados aos modelos ideais ambicionados pelos agricultores familiares, e as estratégias são os caminhos traçados para chegarem aos seus objetivos, ainda no âmbito do planejamento, as práticas são as ações concretas destes planos, na tentativa de garantir a realização de seus projetos. As práticas dos agricultores familiares podem ser descritas como as manifestações deste grupo, transformadas em padrões de comportamento, as quais são adotadas para a garantia de suas ambições, no nível da práxis. Por serem adotadas e expressões de uma coletividade, são sociais, mas também são ressignificadas pelos agentes que a desenvolvem em virtude de seu caráter de expressão ética.

A prática, assim vista, é social por não ser orientada isoladamente e por estar permanentemente relacionada com outras variáveis, sendo delimitada “ao âmbito da organização e do espaço existencial humano que lhe corresponde”. Práticas que, mesmo sendo condicionadas a eficiência e a produtividade, são avaliadas em função de fatores éticos e, portanto, em relação a intenções, motivos, atitudes, valores e crenças dos atores (SOUZA; LUCAS; TORRES, 2011, p. 217).

As práticas dos agricultores familiares são construídas por eles mesmos em seus espaços de interação, tais como sua própria propriedade, as associações, as igrejas, os bares, as praças etc., e não são ações nem puramente racionais, nem puramente mecânicas; encontram-se na intersecção destes dois planos. São, assim, ações compartilhadas coletivamente, que possuem um planejamento anterior – as estratégias –, orientadas para um fim previamente objetivado – os projetos – estando entre a execução de uma ação grupal, tradicional ou não, e a compreensão individual desta (SOUZA; LUCAS; TORRES, 2011).

Nesta perspectiva, os agricultores familiares agem em seus contextos específicos através da manifestação incessante de suas práticas, as quais, em alguma medida, são anteriores a eles e escapam de seu total domínio; ou seja, as práticas de um grupo tomam forma própria, transformando-se em expressões de sua identidade. Contudo, isso não significa a repetição mecânica das práticas pelos agentes; estes, conscientes destas práticas, ressignificam-nas a partir de seu próprio desenvolvimento. É no dia-a-dia de suas ações que os agricultores familiares repensam as práticas desenvolvidas para a concretização de suas estratégias (LAMARCHE, 1998; SOUZA; LUCAS; TORRES, 2011).

Para Bourdieu (1972; 1989), o desenvolvimento das práticas carrega em si a permissão coletiva para a expressão de um conjunto de sinais simbólicos, identificadores de um grupo, expressões do *habitus*. O autor, que também se opõe aos extremos de uma ideia pura de consciência prática e uma repetição automática da ação grupal, chama a atenção para a reflexão de que a adoção de determinada prática é caracterizada pelo uso de um sentido de mundo comum, uma posição coletiva no mundo que orienta as ações. É consequência de uma relação dialética entre uma ação simbolizada como tradição e seu desenvolvimento por agentes sociais dotados, que ao agir no mundo a partir delas, as ressignificam.

A noção de prática, em Bourdieu (1972), então, está diretamente ligada à ideia de *habitus*, a qual “exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc.” (p. 60). Para o autor, portanto, *habitus* se refere a

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio exposto das operações necessárias para atingi-los e coletivamente

orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1972, p.13-14).

Bourdieu (1972; 1989) se coloca contra o subjetivismo absoluto e o objetivismo superficial. Compreendendo o *habitus* como uma representação durável da sociedade existente internamente no agente, que influencia suas ações e reações às demandas do meio social, orientando os modos de sentir, agir etc., as práticas não são, nesse sentido, consequência de uma ação racional puramente consciente, nem o reflexo de ações automáticas, repetidas ao longo da história por indivíduos inconscientes. São, sim, reflexo de uma conjuntura grupal e social, que se referem às questões internas da coletividade e àquelas referentes ao posicionamento desta dentro da sociedade global. A prática possui uma relação direta com a estrutura, sendo produtora e produto desta, e

é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (BOURDIEU, 1972, p. 18).

As práticas vão sendo constituídas e ressignificadas em seu próprio desenvolvimento, ou em seu próprio movimento de efetivação (BOURDIEU, 1972). Tornam-se sociais, no sentido de identificadoras de um grupo, a partir da relação entre seu *habitus* e sua situação conjuntural, qual seja as questões referentes à realidade de sua vida social, que podem constituir, juntas, uma nova conjuntura. Assim, “é na relação dialética entre as disposições e o acontecimento que se constitui a conjuntura capaz de transformar em *ação coletiva* as práticas objetivamente coordenadas, porque ordenadas a necessidades objetivas parcial e totalmente idênticas” (BOURDIEU, 1972, p. 25).

As práticas dos agricultores familiares estão relacionadas, portanto, às forças externas e internas. De um lado se referem às questões sociais, ao contexto no qual fazem parte e todos os fatores daí decorrentes, tais como as problemáticas econômicas, as visões políticas, as representações que o mundo tem deles, entre outros. Por outro, traduzem as reações concretas a estas questões, considerando-se ações coletivamente adotadas, que se fundamentam em um

modelo identitário histórico, construídas na vida diária e ressignificadas a partir de seu próprio desenvolvimento.

Não são puramente conscientes porque refletem uma resposta grupal a uma situação conjuntural, se referindo também a um passado histórico que fundamenta o seu presente; não são, nesse sentido, constantes invenções individuais/coletivas sem fundamento histórico, puramente dadas a partir da situação. Não são, também, mecânicas, uma vez que a naturalização das práticas, ainda que reproduzida automaticamente, não escapa à ideia de que, em algum momento/situação, a partir de uma conjuntura específica, essa prática foi desenvolvida por agentes ou pelo grupo, e somente depois adotada e socializada no domínio da ação, assumindo um caráter simbólico (BOURDIEU, 1972; 1989).

Segundo Bourdieu (1972), para que sejam simbólicas no grupo, sendo compreendidas como razoáveis e/ou aceitáveis, as práticas sofrem uma mediação por parte do *habitus*. A ocorrência de uma situação em que uma prática é tida como sem sentido, causando estranhamento ao grupo ou a um agente, pode ser consequência do ajustamento desta prática à estrutura ou a outras práticas. Ou seja, o *habitus* funciona como um mediador, transformando práticas aparentemente sem sentido em práticas “sensatas”, e o estranhamento de determinada prática ocorre em virtude de sua ressignificação, seja por conta da estrutura ou de outras práticas. Assim,

O habitus nada mais é do que essa lei imanente, lex insita, depositada em cada agente pela educação primeira, condição não somente da concertação das práticas, mas também das práticas de concertação, posto que as correções e os ajustamentos conscientemente operados pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum e que os empreendimentos de mobilização coletiva não podem ter sucesso sem um mínimo de concordância entre os habitus dos agentes mobilizadores (por exemplo, profetas, chefes de partido etc.) e as disposições daqueles cujas aspirações eles se esforçam em exprimir (BOURDIEU, 1972, p. 21).

E mais:

considerando o habitus como sistema subjetivo mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e de ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe e constituem a condição de toda objetivação e de toda a percepção, fundamos então a concertação objetiva das práticas e a unicidade da visão do mundo sobre a impessoalidade e a substituibilidade perfeita das práticas e das visões singulares (BOURDIEU, 1972, p. 28).

Decorre desse debate bourdieusiano que o próprio autor, se propondo a pensar um modelo que não se restrinja à consciência racional (defendida pela fenomenologia) ou à execução de ações de forma mecânica (abordada pelo objetivismo), se posiciona contrário à reflexão das práticas enquanto ações oriundas de uma estratégia, ou orientadas intencionalmente para um projeto. Para Bourdieu (1972), as ações dos agentes se dão em virtude da possibilidade conjuntural que lhes são apresentadas. Ou seja, não são escolhidas diante de um conjunto de possibilidades; são adotadas pelo fato de serem as mais viáveis ante um número restrito de [não] escolhas.

De fato, não nos propomos a sustentar um purismo referente à relação entre estas três categorias, e também entre estas e a racionalidade dos agricultores familiares. Contudo, ao se tratar dos agricultores familiares, categoria específica que possui relativa autonomia na gestão de sua propriedade e de seu trabalho, dividindo-se entre a produção para o próprio consumo e a produção para obtenção de investimentos na própria área, defendemos as práticas deste grupo enquanto ações estratégicas, voltadas à busca por um modelo ideal construído de si, ainda que dentro de um estreito espaço deixado pelo capital (WANDERLEY, 2009a). Suas ações, inclusive, não escapam às suas especificidades, tradicionais e situacionais, sendo ambas consideradas no momento de busca por solução para adaptar-se às exigências sociais, respeitando um conjunto de questões grupais e formas coletivas de ver o mundo.

As ações dos agricultores familiares são, portanto, consequências da relação dialética entre sua situação e seu *habitus*, mas em virtude de sua autonomia relativa, condição de sua própria existência (WANDERLEY, 2011), são, aqui, compreendidas como estratégicas, norteadas por um projeto; fruto de escolhas, ainda que dentro de um conjunto de opções restritas, voltadas à reprodução de sua família e ao desenvolvimento de sua terra. As práticas dos agricultores familiares se constituem na concretização, no plano do real, das escolhas para o seu futuro; na reação concreta às demandas provocadas pela sociedade global. A prática é a concretização de sua autonomia, que é sempre relativa.

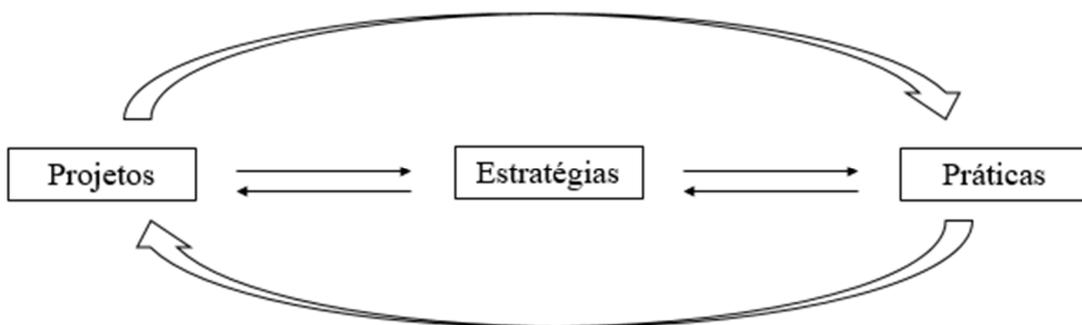
4.4 A DINÂMICA RELAÇÃO ENTRE OS PROJETOS, AS ESTRATÉGIAS E AS PRÁTICAS

Diante de toda a discussão realizada ao longo desse item, consideramos que a relação entre as categorias aqui tratadas, *projetos*, *estratégias* e *práticas*, é dinâmica. Elas são interdependentes e estão diretamente relacionadas umas com as outras, sem necessariamente

seguir um desenvolvimento unilateral. Os projetos, imagem futura virtual construída/ambicionada pelos agricultores familiares, os quais pensam caminhos para alcançá-los através de um planejamento familiar que resulta na elaboração das estratégias, que por sua vez são concretizadas a partir das práticas coletivamente adotadas, necessariamente não seguem somente essa linha de relação (projetos geram estratégias que geram práticas).

Tanto a reflexão sobre uma estratégia pode resultar numa ressignificação do projeto agrícola familiar, como a revisão de uma prática pode refletir na atribuição de novo sentido às estratégias ou ao próprio projeto. Tais fatores ocorrerão a partir da conjuntura, ou seja, a partir das constantes reflexões sobre as mesmas, que serão postas à prova em virtude de sua efetivação no plano real. A relação entre as categorias é dinâmica porque é constantemente revisionada em virtude das necessárias adaptações ao serem postas em prática. Assim, são também interdependentes, umas influenciando diretamente as outras a partir das exigências para suas efetivações, feitas no plano material em virtude da estrutura (ver Figura 7).

Figura 7 – Relação dinâmica entre projetos, estratégias e práticas



Fonte: o autor.

O fator que marca a relação dinâmica entre os projetos, as estratégias e as práticas é a *adaptação*, questão central de sua autonomia. Mesmo bloqueados, não incentivados, com poucos recursos, com dificuldades para acesso à terra, à água e às políticas, adaptam-se a estas condições. Adaptam-se ainda aos fatores edafoclimáticos e, em alguma medida, às exigências do mercado. Tais adaptações ocorrem em virtude de suas capacidades, individuais e coletivas, de formularem projetos, estratégias e práticas, ao passo que estas também são submetidas ao

processo de adaptação em consideração às condições concretas de seu desenvolvimento. Se podemos falar de uma resistência da agricultura familiar por conta do enfrentamento às dificuldades impostas à sua condição, conforme discutimos no item anterior, esta resistência tem como elemento central de sua possibilidade a capacidade adaptativa deste grupo.

Ressaltamos nossa compreensão de que a conjuntura em que vivem os agricultores familiares se constitui no estímulo para as suas reações. Ou seja, seus projetos, estratégias e práticas constituídos para a adaptação e consequente enfrentamento das demandas são desenvolvidos em virtude das condições que lhes são postas, em que vivem. Assim como o local onde vivem dá significação ao seu mundo, auxilia na atribuição de sentido, exige deles também respostas, as quais são dadas de modo a buscar garantir suas ambições. Por serem dotados de intencionalidade e por darem sentido ao mundo, é a partir deste mundo que os agricultores familiares constroem os seus próprios significados, em suas experiências diárias, a partir do local em que vivem e da posição que ocupam.

Outro ponto de grande importância para a nossa discussão é o fato de que, se desenvolvem projetos, estratégias e práticas para adaptarem-se às condições específicas de seus contextos, ao fazê-los os agricultores familiares estão exercendo sua autonomia (LAMARCHE, 1991; 1998). Sua alta capacidade de adaptação, nesse sentido, é possibilitada pela sua condição de autonomia (WANDERLEY, 2009a; 2011). Ao romperem com o projeto global voltado à acumulação e à produção desenfreada para alimentação das exigências do mercado, os agricultores familiares adaptam-se a uma série de fatores decorrentes deste posicionamento, assegurando sua forma de vida baseada na produção para o próprio consumo e na produção para o mercado, por exemplo; esta última gerando recursos que, na grande maioria das experiências, tornam-se investimentos na própria propriedade ou no desenvolvimento da família (WOORTMANN, E. 2009).

A partir desta discussão, retornamos e reiteramos a nossa compreensão do agricultor familiar como um agente, sendo este aqui reconhecido como um ator social capaz de intervir numa série de eventos, modificando-os, criando uma diferença (GIDDENS, 2009). Este papel de agente permite que os agricultores interpretem o mundo e se relacionem com ele, buscando soluções para suas dificuldades e os caminhos para a garantia do alcance de seus objetivos. Possibilita também o equilíbrio que o coloca entre a autonomia e a subordinação. O agricultor familiar, a partir de seus projetos, estratégias e práticas é compreendido em nosso estudo como um sujeito dotado de razão, mas socialmente localizado; como um agente social capaz de intervir na estrutura, ter intencionalidade em suas ações e elaborar discursivamente as razões

para tal, mas carregando consigo parte da sociedade que integra, ou seu *habitus*, e reconhecendo e resistindo à sua posição de subordinado (BOURDIEU, 1972; 1989; GIDDENS, 2009; WOORTMANN, K. 1990).

É preciso termos claro que as escolhas dos agricultores se dão dentro de um conjunto de possibilidades que não são irrestritas. Seus projetos, estratégias e práticas são desenvolvidos dentro de um plano concreto de possibilidades, estando afinadas com as condições do mundo em que vivem. Tal fator é consequência de serem, os agricultores familiares, parte de uma sociedade mais ampla, à qual estão subordinados. Estando entre a agência e a estrutura, entre o objetivismo e o subjetivismo, entre a autonomia e a subordinação, portanto, é na vida diária e no desenvolvimento de suas práticas que se adaptam e reagem, modificando e sendo modificados pela estrutura da qual são parte.

Para exemplificação de nossas reflexões sobre a autonomia que marca os agricultores familiares, e os projetos, estratégias e práticas dela consequentes, podemos citar Alia Gana (1991), pesquisadora tunisiana do Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica da Tunísia – INRAT, membro da pesquisa coordenada por Lamarche (1991; 1998), que em suas conclusões sobre a análise das unidades de produção familiares de seu país ressalta

(...) a importância das restrições (fundiárias, financeiras, climáticas, fraqueza da assistência técnica, etc.) das quais os agricultores se ressentem assim como as estratégias empregadas para fazer frente a elas; isso se traduz em particular pelo sentimento de uma grande autonomia na prática da atividade e da capacidade dos estabelecimentos para assegurarem sua reprodução (GANA, 1991, p. 304, tradução adaptada).

Assim, as restrições ou bloqueios impostos aos agricultores familiares, sejam eles em qualquer nível, levam-nos a traçar estratégias para que possam reagir, ou seja, provoca-os a uma reação estratégica. Estas estratégias, caminho para alcançarem um projeto/modelo ideal que têm para si, são possibilitadas em virtude da autonomia que possuem, a qual também é fundamento de suas práticas. A autonomia de sua prática leva, então, dialeticamente, a uma prática da autonomia. Tais questões são constituídas na tentativa de garantirem a reprodução de sua família e o desenvolvimento de sua propriedade (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO, WANDERLEY, 1991; GANA, 1991; LAMARCHE, 1991; 1998; SABOURIN, 2009a).

Um grande exemplo da autonomia dos agricultores familiares é a relação que possuem com o tempo. Controla-se o tempo de modo a garantir o melhor funcionamento do estabelecimento familiar e a forma mais eficaz de organização do trabalho dos membros da

família. O tempo também é utilizado como um elemento da reciprocidade, na qual se dá tempo de trabalho aos vizinhos ou aos familiares em troca do tempo de trabalho deles, ou de outros fatores, tais como alimentos. O controle do tempo, portanto, é relativamente autônomo entre os agricultores familiares, estando relacionado somente às regras que firmam obrigações entre as partes diretamente envolvidas, e ao tempo da própria natureza (WOORTMANN, K. 1990).

Outro fator que pode ser elencado como um exemplo da relativa autonomia dos agricultores familiares é a transmissão do saber, ou o repasse da tradição. Cada agricultor familiar decidirá a melhor forma de repassar os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de seu estabelecimento e de sua família aos seus herdeiros. Ou seja, traçará estratégias para a formação de uma consciência de um modelo original, o qual se somará a um modelo ideal resultando na formação de projetos. É a autonomia na elaboração de estratégias que alimenta a diversidade da agricultura familiar, e esta autonomia está diretamente ligada aos caminhos para a adaptação. Autonomia e adaptação, portanto, andam juntas e são expressão do “ser agricultor familiar”; e os projetos, estratégias e práticas são os caminhos para a sua efetivação.

Reconhecendo a diversidade de temas que podem ser abordados a partir dos projetos, estratégias e práticas dos agricultores, consideramos alguns deles essenciais de serem pesquisados neste estudo por toda a importância que têm para o nosso objeto: o acesso à terra, à água e às políticas públicas, a organização familiar e para o trabalho, suas rendas, práticas sociais, criações/culturas desenvolvidas e formas de comercialização. Parte da justificativa pela escolha de cada um deles encontra-se neste item e também nos precedentes, contudo aprofundaremos sua importância analiticamente nos itens seguintes.

5 HISTÓRIA E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO LYNDOLPHO SILVA

Para uma melhor compreensão do debate analítico que se segue, é preciso chamarmos a atenção para alguns fatores que ajudarão no direcionamento da leitura dos próximos itens. Tais questões serão de grande auxílio para dar sentido e entendimento às contradições e ambiguidades presentes na história, particularidades e características dos agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva contadas a seguir, e principalmente como estas se constituíram e desenvolveram.

A primeira questão se refere ao contexto de luta pela terra, o qual levou os agricultores familiares até o espaço que ocupam hoje; desde a saída de suas terras natais até a chegada a Petrolina, onde buscaram a conquista de um espaço para colocarem em prática aquilo que aprenderam como um modo de vida que dá significado às suas existências: o trabalho na terra. Tal objetivo lhes ofereceu condições e forças para pensarem estratégias de enfrentamento às precariedades de uma vida dentro de um *acampamento* da reforma agrária, e também enfrentamento às incertezas de serem parte de um *assentamento* tutelado pelo Estado. O contexto de existência dos agricultores do Assentamento Lyndolpho Silva é sobretudo um contexto de incertezas diante do futuro, por mais que o futuro ideal, projetado por seus moradores, seja a estruturação para a constituição de um vida digna através de seus trabalhos na terra, os quais possam lhes possibilitar a construção de um patrimônio familiar que garanta a sua reprodução enquanto grupo social.

A terra desapropriada, indenizada e disponibilizada para a formação do assentamento é uma consequência do II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, lançado em 2006. Esta política possibilitou a formação de muitos assentamentos no Submédio São Francisco, número já apontado no segundo item (CAVALCANTI et al., 2014). As formas como as áreas foram escolhidas e seus valores definidos não constam nos documentos disponíveis sobre este processo. Entretanto, o que interessa à nossa análise é a importância desta política para a formação dos assentamentos, e a ineficácia com relação ao acompanhamento destas novas áreas e a oferta de uma estrutura de qualidade para moradia e produção, vida e trabalho.

Uma segunda questão se refere, então, exclusivamente à tutela do Estado sobre estas áreas de assentamento, representado através das ações do INCRA. Os fatores analisados neste estudo indicam o que compreendemos como uma *tutela desinteressada* por parte do órgão, que, atuando num espaço de modos de produção agrícola diverso que é a região do Submédio São Francisco, variando entre pequenas áreas de sequeiro até áreas irrigadas de produção para

exportação, prioriza aqueles modelos que julga serem mais rendosos. A consequência desta tutela desinteressada, somada às dificuldades internas da própria instituição, é a terceirização de atividades de ATER na área estudada por nós, que acaba ficando sob a responsabilidade de empresas privadas de projetos rurais, que atuam a partir do sistema de concorrência em abertura de licitações. A morosidade do INCRA é vista, tanto pelos agricultores como pelos funcionários da empresa, como fruto de um desinteresse da instituição em atuar no desenvolvimento das áreas de sequeiro do município, uma vez que não enxergam a possibilidade de um crescimento e/ou desenvolvimento produtivo destas áreas; daí a ideia de tutela desinteressada.

Uma terceira questão é o papel que a empresa privada de ATER ocupa neste processo, sendo a responsável direta pela mediação das relações entre o assentamento e o INCRA, os quais não possuem um diálogo harmônico. Neste contexto, mesmo que tenham construído uma boa relação com a empresa de ATER, em consequência de motivos que discutiremos no item seguinte, os agricultores cobram constantemente a presença e uma aproximação por parte do INCRA. Tal cobrança se dá principalmente pelo fato de que, ao final, quem toma as decisões é mesmo o órgão, deixando tanto os agricultores como a empresa terceirizada de ATER de mãos atadas, dependentes de suas decisões, recursos humanos e financeiros, projetos, resoluções, que geralmente travam processos, criando demandas de longas esperas para acesso a programas, políticas etc. A consequência deste fatores é o aumento da deterioração da relação entre os agricultores do Assentamento Lyndolpho Silva e o INCRA, e a formalização de uma pressão dos primeiros sobre a segunda.

Uma quarta questão é relacionada à organização dos agricultores, que possibilita as dimensões essenciais de suas estratégias. A família ocupa um lugar central, tanto no que se refere ao trabalho como na orientação das ações, que estão direcionadas à garantia de suas necessidades. O assentamento, mesmo sendo um espaço de incertezas, que ainda enfrenta um conjunto de precariedades, existe e se constitui como um espaço de moradia, um ponto central de apoio para a família, não se restringindo a um *locus* produtivo. Justamente em virtude destas precariedades, parte considerável das ações dos agricultores ainda são voltadas à tentativa de assegurar questões essenciais, tais como uma terra e água para o trabalho agrícola e sobrevivência da família e de suas criações. A água, inclusive, como veremos, possui um papel central na dinâmica do assentamento, impossibilitando a produção de parte daquilo que almejam e determinando suas escolhas produtivas; este é o motivo, por exemplo, que os levou, atualmente, a se auto-definirem criadores de animais.

A determinação de um conjunto de dificuldades que impossibilitam a garantia de uma vida estritamente como consequência do trabalho na terra do assentamento leva os agricultores a procurarem outras alternativas, tais como: a busca de trabalho externo, ou pluriatividade, à migração de membros da família, à resistência, à constituição de relações de reciprocidade, ou ainda, coletivamente, a formalização de alternativas conjuntas, como a produção de polpas de fruta, doces, bolos, cocadas etc. Estas ações levam, inclusive, ao exercício de pressão às instituições capazes de ofertar ou ampliar os programas de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, como por exemplo o PAA e o PNAE. Ou seja, a organização dos agricultores, familiar ou coletiva, interna ou externa, está orientada constantemente no sentido de encontrar caminhos e alternativas produtivas estratégicas que possibilitem o alcance e a concretização de seus projetos, ressignificando suas práticas.

Uma quinta questão a ser considerada em nossas análises, diretamente relacionada a todas as outras, é a seca, constituída por um período de estiagem prolongada, que os agricultores do assentamento enfrentam. Por conta deste período, iniciado em 2011 e que se arrastou até o final de 2017, quando ainda estávamos no campo, os agricultores ainda não tinham tido a possibilidade de plantar ou encher, com água das chuvas, suas tecnologias de captação de água. A seca, que já durava entre 6 e 7 anos, limitou ainda mais as ações dos agricultores na busca por seus objetivos.

A sexta questão está mais voltada à compreensão das terminações utilizadas para referência aos diferentes espaços que constituem o assentamento, estrutura adotada e desenvolvida pelo INCRA. Assim, neste e no próximo item, utilizaremos os termos a seguir quando nos referirmos aos seguintes espaços:

- **Vila ou Agrovila:** se refere ao centro de convivência do assentamento, onde estão concentradas as casas dos agricultores familiares, a associação, pequenos comércios e bares;
- **Lote na vila:** se refere à área dos agricultores localizada na vila, onde residem os membros familiares e onde está constituída a unidade doméstica. Todos têm 400 m², alguns em um único espaço e outros poucos divididos em dois;
- **Quintal produtivo:** espaço produtivo localizado no lote da vila, construído individualmente com recursos oriundos do programa Fomento Mulher, do INCRA, que

concentra o plantio de variedades de frutas e a criação de animais de pequeno porte (galinha e pato), e animais doentes;

- **Lote produtivo:** espaços produtivos dos agricultores, divididos pelo INCRA, onde são criados os outros animais (bode/cabra, carneiro/ovelha, boi/vaca, porco/porca) e onde espera-se um dia se poder plantar. Varia entre 13,8132 e 30,7680 ha., distribuídos por sorteio;
- **Áreas coletivas:** espaços localizadas na vila, onde os agricultores colocam seus animais ou plantam pasto. Todos têm direito de acesso, se organizando através de acordos verbais.

Estes são os elementos centrais do contexto que os agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva enfrentam, e a partir dos quais se organizam, os quais serão apresentados e discutidos logo em seguida. Mesmo que um conjunto de particularidades possibilite a formação de traços singulares, é preciso chamarmos a atenção que sua história e características discutidas adiante não são exclusividade sua – conforme indicam estudos como os presentes no livro “Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos” (MARTINS, 2003) –, principalmente no que se refere ao enfrentamento de dificuldades, resistências aos bloqueios, ambiguidades, contradições, incertezas, lutas e a expectativa de um vir-a-ser, de estar constantemente em busca de seus projetos. Tais questões se assemelham às de muitos outros assentamentos Nordeste e Brasil afora, guardadas as devidas proporções e conexões de sentido.

5.1 HISTÓRIAS CRUZADAS: OS CAMINHOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ATÉ O ASSENTAMENTO

Neste quinto item, o objetivo central é resgatar os percursos dos agricultores familiares que hoje formam o Assentamento Lyndolpho Silva. Suas histórias indicam dois fatores principais: (1) seus projetos para tornarem-se agricultores familiares estruturados para a produção de mercadorias, assegurando a construção de um patrimônio que possibilite a reprodução da família e o melhoramento da qualidade de vida desta; e (2) a primeira estratégia para tal, que é o acesso à terra, bem natural imprescindível para a prática familiar agrícola e constituição de uma vida no campo. Estas duas questões serão os primeiros elementos de nossa discussão, ou as primeiras categorias de nossa análise.

Seus objetivos para o futuro representam uma tentativa de consolidação ou retorno à prática agrícola familiar herdada de seus pais e apreendida ainda em suas infâncias, uma vez que todos os assentados são filhos de agricultores que saíram de “suas terras” por falta de estrutura, direcionados para trabalhar em indústrias ou em grandes fazendas de Petrolina, contudo sem deixar de lado a vontade de retornar ao papel de produtor, vivendo da terra. No contexto social de nosso estudo, a produção de caráter familiar, organizada pela e para a família, configura um modo de produção tradicional e histórico que fundamenta as ações dos agricultores, sendo assim compreendida como o seu modelo original, no qual se baseiam e utilizam como referência. Orientados para um conjunto de objetivos relacionados à possibilidade de produzirem alimentos de modo a garantir a sua reprodução, seus objetivos futuros – compreendidos como o modelo ideal – de fortalecerem-se como produtores de mercadorias, enfrentando os bloqueios que lhes são dispostos, também estão voltados ao fortalecimento de uma prática agrícola de caráter familiar (LAMARCHE, 1991). O fortalecimento da prática agrícola e do modo de vida familiar que possibilite a constituição de produtos agropecuários, então, é o grande projeto dos agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva.

O primeiro passo para a busca deste projeto é justamente o acesso à terra, e as estratégias para tal são de grande importância para a compreensão de suas características. Diante da histórica particularidade de concentração fundiária brasileira, já discutida nos itens anteriores, que se configuraram em bloqueios aos agricultores familiares, a principal forma de acesso é através da migração e filiação aos movimentos sociais e/ou federações sindicais de luta pela terra; porém, não são as únicas. Assim, os agricultores se dividem entre a participação em acampamentos da reforma agrária, ocupando áreas desativadas ou beiras de estrada, e a realização de trabalhos para a aquisição de uma renda mínima que permita a sobrevivência nestes locais.

Neste item, portanto, refletiremos sobre os projetos dos agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva para fortalecerem-se como produtores/criadores, e suas estratégias e práticas para o acesso à terra, tomando como referência suas próprias histórias. Para uma melhor compreensão, além desta breve introdução organizaremos o item da seguinte forma: retomada dos caminhos que levaram os agricultores familiares até o assentamento, desde suas origens; resgate da história do Sítio Boa Sorte e de seus moradores, área comprada pelo Incra e que deu origem ao assentamento; e descrição e discussão sobre a conquista da terra,

formação e organização do Assentamento Lyndolpho Silva, suas características e particularidades.

A grande maioria dos agricultores familiares que hoje formam o assentamento emigraram de cidades pernambucanas próximas a Petrolina: Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó, Santa Cruz, entre outras. Alguns são de estados vizinhos: Piauí, Alagoas, Sergipe e Bahia. Poucos são de Petrolina. Todos eles são filhos de agricultores familiares e/ou trabalhadores rurais que possuíam algum tipo de atividade agrícola e saíram de suas localidades por falta de estrutura para lidar com a seca e/ou com a falta de ofertas de emprego, buscando trabalho nas indústrias ou locais que pudessem oferecer áreas para a agricultura; a história pregressa da grande maioria das famílias remonta a produtores livres, que acabaram ocupando e colonizando uma série de áreas no Semiárido (SABOURIN, 2009a). As terras deixadas para trás eram arrendadas e/ou próprias, estas últimas herdadas de familiares.

A seca. Lá era difícil, tudo era difícil. Água difícil. Era difícil tudo, até para fazer umas compras, se você tivesse dinheiro, não tinha onde comprar. Se adoecesse, não tinha um médico. Tinha que pagar um carro para ir a uns 20km, porque é longe, viu? Para um médico. Então, pai achou melhor e disse: “Eu vou vender tudo aqui, e vou comprar uma casa em Petrolina”. E veio. [A terra] Era [da família dele]. Dos irmãos, do pai que ainda tinha terra lá. Ainda tem. A terra do pai dele ainda está lá (Dona Nilda).

As origens dos agricultores familiares apontam para uma forte ligação com o mundo rural, dentro do qual suas famílias desenvolviam ações para garantir o sustento familiar, principalmente em virtude de vários municípios do interior do Nordeste ainda se organizarem econômica e socialmente através da produção agrícola rural (WANDERLEY; FAVARETTO, 2013). Todos relataram o início na atividade agrícola entre os 8 e 12 anos, ajudando seus pais ou participando nas tarefas domésticas. Alguns assentados afirmaram, inclusive, que o início de seu trabalho na roça se confunde com o início de seu entendimento “como gente”, ou seja, suas primeiras lembranças estão diretamente ligadas à ajuda aos pais nos serviços agrícolas e domésticos.

Agricultores, sempre foram! Nascemos dentro da agricultura. É por isso que a gente tem essa loucura por roça (Dona Nilda).
Eu comecei a trabalhar com nove anos de idade. Com nove anos de idade meu pai já me deu uma enxadinha para ir para a roça. Aí ele adoeceu, faleceu, aí

ficou mãe com quatro. Os outros já eram todos casados. Minha mãe ficou com quatro. Comigo e mais três filhas mulheres e um homem [cinco, na verdade]. Aí foi batalha... Meu pai criava muito. Enquanto ele era vivo, ele criava muito. Muita criação! Muito! Muito porco, muita galinha, só não alcancei mais foi gado, porque quando eu me entendi, nós já estávamos em Santana [do Sobrado, distrito de Casa Nova/BA], num sítio (Dona Neném).

Estes dois primeiros fatores, migração em busca de empregos na indústria e novas áreas para a agropecuária, e início cedo dos filhos nos trabalhos agrícolas, já aproximam o nosso estudo das reflexões de Menezes (1985; 2009) e Neves (2006), respectivamente, as quais se deparam com estas questões em suas discussões sobre a agricultura familiar no Brasil. Os tipos de trabalho desenvolvidos por seus pais vão desde tarefas numa área própria de produção familiar, até afazeres em fazendas de terceiros, ocasião em que alguns arrendavam pequenas parcelas em regime de meação. Suas lembranças apontam nostalgicamente para a produção familiar de uma variedade de alimentos: feijão, milho, macaxeira, melancia, abóbora, acerola, goiaba etc.

Muitos relataram também a criação de animais de seus pais, principalmente de caprinos, ovinos e aves. A lembrança da produção familiar destas culturas geralmente vem acompanhada da venda destes produtos nas feiras municipais, oportunidade semanal em que iam às áreas urbanas para a venda e compra de produtos, participando ativamente do mercado local, e sendo parte importante da integração rural-urbana, conforme apontou Queiroz (2009). Havia, ainda, a confecção de gêneros alimentícios nestes dias de feira, como a produção de tapioca e/ou farinha de mandioca oriunda da própria macaxeira plantada e tratada pela família, e também sucos e doces preparados com as frutas plantadas. Há muito, portanto, os agricultores familiares participam do mercado (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009).

Muitos outros relataram a moradia nas terras de fazendeiros, afirmando que seus pais trabalhavam nas áreas e tinham permissão para nelas plantar, alguns dividindo a produção com os donos, outros ficando com toda ela, mas sem receber salário pelo trabalho na produção e criação de animais que não eram seus (ANDRADE, 2011). Muitas lembranças indicam também a sazonalidade do trabalho de seus pais, situação em que os assentados afirmaram que mudavam bastante por conta dos trabalhos temporários exercidos por eles; é o caso de uma das moradoras que migrou entre Alagoas e Sergipe: “(...) Viemos de Alagoas para Sergipe, aí passamos um tempo aí em Sergipe. Depois voltamos de novo para Alagoas, e tornamos a voltar de novo para Sergipe. Aí de lá foi... Sempre trabalhamos em roça. Toda a vida foi assim” (Dona Marinalva).

Outros arrendavam áreas temporariamente, seguindo períodos de entressafra ou de boas chuvas nas diferentes regiões, dividindo-se assim entre a produção familiar e o trabalho externo em grandes fazendas. As dificuldades da vida nas áreas rurais da região levaram muitas famílias a migrar temporariamente para outros locais, como São Paulo/SP, em busca de empregos. Entretanto, alguns agricultores afirmaram que o sonho de seus pais era mesmo o trabalho agrícola, e a saída temporária para grandes cidades era uma forma de adquirir algum dinheiro para retorno e compra da terra, ou organização de uma estrutura mínima para iniciar uma produção agropecuária familiar, tal como apontou Garcia Jr. (1990). A saída para Petrolina, para muitos deles, se deu exatamente por conta desta tentativa.

Muitos, então, chegaram a Petrolina ainda crianças ou adolescentes, acompanhando seus pais. Os relatos apontam para três motivos principais para a migração ao município: (1) o trabalho nas grandes fazendas dos perímetros de irrigação, (2) a oferta de empregos na indústria, representada principalmente pela Indústrias Coelho S/A – ICOSA, e (3) a possibilidade de acessar uma área a partir dos programas de reforma agrária, filiando-se aos movimentos de luta pela terra. Ainda que afastando-se de suas áreas, ou desfazendo-se destas, o objetivo era o de juntar uma quantia de recursos que os permitissem retornar ao trabalho agrícola familiar (GARCIA JR., 1990). Muitos deles, inclusive, ainda que residissem na área urbana de Petrolina, nunca deixaram de criar e/ou plantar, ainda que em escalas mínimas, utilizando-se de pequenas áreas em seus quintais.

A chegada em busca das ofertas de trabalho nas grandes fazendas de irrigação foi uma consequência da constituição dos perímetros irrigados pela SUVALE/Codevasf em Petrolina, tais como o Senador Nilo Coelho e o Bebedouro, que possibilitaram toda uma infraestrutura hídrica para a produção de frutas, principalmente manga e uva, a empresas. Outros diversos agricultores trabalharam nas fazendas de tomate. Muitos se dirigiram ao município, inclusive, na tentativa de tornarem-se parte do projeto de colonização, recebendo uma área para também produzir, uma vez que nos projetos constava-se a destinação de áreas não somente para empresas privadas, mas também para o assentamento de pequenos produtores, os quais são chamados localmente de colonos (REIS, 2017), como já descrito no segundo item.

Os objetivos do Estado, responsável pela administração e implementação destes projetos de irrigação, foi o de designar áreas para grandes empresas do ramo alimentício e também para os colonos na tentativa de, em alguma medida, atrair a mão-de-obra necessária para o trabalho nas grandes fazendas de produção frutícola. Assim, os pequenos produtores poderiam se dividir entre as atividades em suas próprias áreas e também no trabalho na grande propriedade

produtora de frutas; ou ainda, aqueles que não conseguissem áreas próprias, trabalhariam diretamente na grande propriedade (REIS, 2017), como foi o caso de parte dos assentados do Lyndolpho Silva que não conseguiram se tornar colonos. O trabalho era duro e precário, exigindo bastante dos agricultores.

Aí com uns dias, uma colega minha trabalhava catando tomate, aí eu falei com ela, ela arrumou, aí eu fui trabalhar mais as meninas na roça de tomate. Mas eu estava tão acabada que eu catava mais era deitada. Catava assim deitada em cima da lona, ficava catando os tomates. Aí quando foi um dia o dono chegou, aí eu conversei com ele e ele disse: “Não, Dona Neném, não tem problema não. O importante é que a senhora está trabalhando”. Eu disse: “Eu preciso desse emprego. Eu peço uma coisa ao senhor: num bote eu para fora mais meus filhos não que eu preciso desse emprego”. “Tá bom”. Mas durou pouco, acabou (Dona Neném).

Outra forma de chegada a Petrolina bastante relatada pelos assentados foi a oferta de empregos na Indústrias Coelho S/A – ICSA. Pertencente ao Grupo Coelho, formado por membros de uma família bastante tradicional, política e economicamente, a ICSA foi fundada ao final da década de 1950, investindo na compra de terras de fazendeiros que deixavam a região por conta das consequências da seca, na produção de algodão e na indústria têxtil, na construção civil, na produção de óleo vegetal, entre outros. A potencialização dos investimentos do Grupo Coelho se deu em virtude de ampla participação na política e administração de instituições públicas locais, tais como a Codevasf, tendo membros familiares entre os poderes legislativos e executivos municipais, estaduais e federais, alguns destes grandes acionistas de instituições como a CHESF e a Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobrás (ALVES, 2012).

Eu, quando me casei, fui para Petrolina. Trabalhava na Indústrias Coelho (Seu Antônio).

Ele trabalhava na Indústrias Coelho. Aí a gente tinha uma rocinha lá em Santana, tinha uma casa, aí vendemos, aí construiu uma casinha de taipa lá em Petrolina (Dona Neném).

Aí fiquei esse tempo todinho em Orocó, depois vim para Petrolina, e de Petrolina eu vim para aqui. Aí meu marido ficou trabalhando na Indústrias Coelho (Dona Maria).

Rapaz, eu nasci em Serra Talhada, agora eu vim para aqui pequeno. Quando eu vim para aqui pequeno, aí meu pai trabalhava na Construtora Coelho, lá na rua, na construtora aí dos Coelhos (Dáda).

Menezes (2009) reflete que a migração em busca do trabalho nas indústrias ocorria em virtude da tentativa de acesso a benefícios sociais e era facilitada pela pouca dificuldade de acesso a terrenos nas cidades.

Entre os que migraram nas décadas de 1960 e 1970, o emprego na indústria era o grande sonho, pois significava a possibilidade de adquirir uma profissão, bem como o acesso aos benefícios sociais. Sendo originários de atividades agrícolas e tendo baixos níveis de escolaridade, a construção civil foi, via de regra, a primeira atividade para os camponeses-trabalhadores migrantes. Além das oportunidades de emprego e profissionalização, havia, ainda, uma relativa facilidade para se adquirir um terreno e construir uma casa própria, viabilizando-se, assim, a permanência na cidade (MENEZES, 2009, p. 280).

A implementação dos perímetros irrigados e o fortalecimento da ICSA em Petrolina também estão diretamente relacionados às ações do Estado através da SUDENE, que objetivava a constituição de um modelo de agricultura irrigada como solução para os problemas da seca do Semiárido, em oposição às *dry farms*, e o incentivo à indústria como forma de oferta de emprego nas áreas urbanas, principalmente aquelas ocupadas por famílias que saíam das zonas rurais também em virtude dos problemas causados pela seca. Assim, a emigração dos agricultores de suas áreas em busca de novas terras ou empregos em fazendas e na indústria, mesmo uma característica de suas formas de vida, tem relação direta com os projetos e políticas desenvolvidos pela SUDENE para resolução das demandas e potencialização econômica do Nordeste, que acaba se fortalecendo enquanto uma estratégia para a viabilidade de sua condição de agricultor familiar.

A migração como estratégia para enfrentar o processo de expropriação dos pequenos proprietários e moradores mostra que a família, ao se segmentar entre as áreas rurais e a cidade, garante a sua reprodução social tanto em relações de trabalho assentadas no acesso aos meios de produção como em relação de trabalho assalariadas (MENEZES, 2009, p. 278).

Porém, ainda que saindo de suas áreas, os agricultores que chegaram a Petrolina para o trabalho nas fazendas e na ICSA não se afastaram de seus projetos voltados ao acesso à terra e estrutura para a produção de mercadorias baseada no trabalho familiar e com o objetivo de garantir a reprodução da família. Assim, chegando em Petrolina, muitos deles buscaram a constituição de uma terra, se aproximando dos movimentos sindicais – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina (STR), Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) e Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura (Contag) – e mais recentemente sociais – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – de luta pela terra.

A aproximação se dava a partir do recebimento de informações que corriam sobre a possibilidade de acesso à terra através destes movimentos. Para tanto, era preciso se inscrever no STR/FETAPE/Contag, participar das manifestações de ocupação institucionais e de fazendas e participar diretamente dos acampamentos. No caso específico dos agricultores do Assentamento Lyndolpho Silva, as informações eram recebidas dentro do próprio trabalho na ICOSA, nas fazendas da região e também entre vizinhos. Ou seja, muitos agricultores eram vizinhos de bairro e/ou colegas de trabalho, conhecendo as histórias uns dos outros, e informando sobre a possibilidade de acesso à terra. Muitos dos assentados, portanto, já tinham seus caminhos cruzados antes da chegada ao acampamento.

A rede de relações entre parte considerável dos assentados, anterior à constituição do assentamento, portanto, era a vizinhança, o trabalho e a família. Todos moravam próximos, trabalhavam no mesmo local ou eram familiares. Foram chamando uns, que chamaram outros, que avisavam sobre a possibilidade de acessar uma terra etc. Contudo, todos eram agricultores, os quais não estavam em atividade justamente pela falta de estrutura/terra. A grande maioria tinha migrado de seus locais de nascimento ou moradia anteriormente para escapar da seca, dos trabalhos precários ou da falta de trabalho; ou ainda por não ter possibilidade de lidar com a falta de estrutura de algum pedaço de terra que por ventura possuíam ou ocupavam.

Após chegar a Petrolina e trabalhar por 5, 10, 15 anos nas fazendas da região do Vale do São Francisco e na ICOSA, e aproximarem-se dos movimentos sindicais e sociais (mantendo vivo o sonho de conquista da terra em virtude dos sonhos de realização de seus projetos orientados para um modo de vida fundamentado na produção agrícola familiar; e também das possibilidades que se apresentavam), em 2004 surgiu a possibilidade de ocupação de uma área pelos movimentos sindicais de luta pela terra. Foi, então, organizado e montado, pela FETAPE, um acampamento ao lado da BR-407, que liga Petrolina ao município pernambucano de Afrânio. Os agricultores, sob a lona preta, passaram a residir nesse local, em situação de grande precariedade, plantando da forma que lhes era possível e criando poucos animais (porco e galinha). Muitos se dividiam entre a moradia no acampamento e o trabalho nas fazendas. Outros tantos residiam no acampamento enquanto parte de seus familiares continuava em Petrolina trabalhando para conseguir uma forma de renda familiar que os permitissem estar no acampamento; dava-se início ao *tempo de barraco*, forma como os agricultores denominam a fase de acampamento.

Figura 8 – Caminhos dos agricultores até a chegada no acampamento



Fonte: o autor.

A ida para o acampamento permite a compreensão do significativo valor que a possibilidade de acesso à terra e produção familiar possuía/possui para os agricultores do Assentamento Lyndolpho Silva. O abandono de uma vida minimamente estruturada na área urbana de Petrolina para se submeterem à total falta de estrutura de um acampamento da reforma agrária, sem sequer a certeza de acesso à terra, é um fator que demonstra tal entendimento. Demonstra, inclusive, que o afastamento temporário das atividades da agricultura não se deu em virtude de um abandono a ela, mas por não possuírem estrutura mínima de continuarem nela. Entretanto, após planejamento que, neste caso, envolveu migração e resistência, organizaram-se para poder exercerem seus projetos de viver da agricultura.

Os relatos sobre os problemas enfrentadas no período de acampamento são muitos, indo desde a dificuldade de acessar uma renda para subsistência até a insegurança em viver em uma terra aberta às margens de uma BR. Muitos passaram por dificuldades para garantir alimentação e água. Estes eram ajudados pelos próprios companheiros de luta pela terra. Os que tinham algo a mais dividiam, inclusive aqueles que recebiam ajuda de um familiar que, estrategicamente, ficava em Petrolina para trabalhar e enviar o básico para enfrentamento à falta de estrutura. Assim, umas das principais formas de resistência do tempo de barraco, além da divisão familiar, era a ajuda mútua, a partir da qual, em conjunto, asseguravam o básico para continuação no

local; tal prática foi apontada por Candido (2009) e Queiroz (2009) como uma característica central dos produtores familiares.

(...) tinham pessoas que passavam meses comendo gordura de carne de gado torrada. Um pedacinho de cuscuz, ou uns carocinhos de feijão, dormindo pelo chão, forrado com uns pedaços de papelão. A água vinha de oito em oito dias, aqueles tambores que ninguém podia lavar pois se lavasse derramava água, aí botava outra água por cima daquela, dali bebia, dali tomava banho, dali cozinhava; era muito sofrimento, muito mesmo! Muito sofrimento. (...) Quando chegava a notícia: “Ali tem um boi morto”, fazia a fila. Corria tudo para lá, e quando chegava lá e quando metia a faca o boi: “pum!”, dava um tiro, pipocava. Eles tiravam a carne, comiam todinha a carne. O sofrimento é grande. O sofrimento de quem luta nos sem-terra, meu amigo, é sofrimento, é sofrido (Dona Neném).

Aqueles que não puderam se dividir dentro da estrutura familiar para a moradia no acampamento e o trabalho, enfrentaram maiores dificuldades. Muitos dos acampados, então, tinham de se deslocar diariamente entre o acampamento e o município para trabalhar. “Eu saía daqui numa carroça de jegue, para ir para lá. Às vezes para buscar uma banana, alguma coisa. Tinham uns vizinhos que gostavam de uma banana. [Ia] Buscar lá, lá no N1, perto daquele burrinho lá é longe, não é? Eu saía numa carrocinha de um jumento e ia para lá” (Seu Dáda). O acampamento era formado por aproximadamente 60 famílias. Após dois meses à beira da estrada, em abril de 2004 os acampados foram autorizados pelo STR a ocupar duas fazendas próximas, a Fazenda Água Fria e a Fazenda Ponta da Serra, que não estavam produzindo ou cumprindo a função social da terra²⁶.

Aproximadamente 30 famílias ocuparam a Fazenda Água Fria e 20 a Ponta da Serra. Divididos (e por isso em menor número), e apesar de acampados dentro de uma área, as dificuldades das famílias ocupantes da Fazenda Água Fria pouco mudaram: tiveram acesso à energia, mas continuaram sob os barracos, sem água e sem estrutura nenhuma para a produção.

Em abril de 2004 foi quando a gente acampou em frente à fazenda. Fazenda Água Fria, que já fica ali perto do assentamento Terra do Sol (assentamento vizinho). Aí com 2 meses que a gente estava morando às margens da BR, aí o sindicato foi e autorizou que a gente entrasse para dentro da fazenda. Aí lá

²⁶ As terras ocupadas são as que não cumprem sua função social em virtude do Art. 13 do Estatuto da Terra, que afirma que “o Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social” (BRASIL, 1964). Cumprir a função social significa utilizar a terra para a sua finalidade, produtiva ou de moradia. Os movimentos de luta, estrategicamente, ocupam somente aquelas que não cumprem sua função. Para mais informações, acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm.

dentro dessa fazenda a gente passou 1 ano... Acho que foi 1 ano e 4 meses que a gente passou lá dentro. O sofrimento de sempre, né? Não tinha água. Tinha energia, mas a gente não tinha água, morava em barraco de lona (Dona Socorro).

Enquanto ocupavam a área, as lutas judiciais pela posse da terra continuavam sendo travadas entre os donos e o movimento sindical. Após aproximadamente um ano e meio de ocupação, e já constituindo alguma estrutura mínima de plantio, as 30 famílias foram obrigadas, através de decisão judicial, a abandonar a fazenda; as outras 20 que ocupavam a Fazenda Ponta da Serra continuaram. No final de 2005, então, 30 famílias retornaram novamente à BR, reconstituindo o acampamento no local anterior. Ainda que mínima, perderam a estrutura elaborada na área que pensaram que se tornaria sua, recuando no sonho de conquista da terra, mas não desistindo da luta pela agricultura familiar e pela execução de seus projetos.

Aí a gente passou 1 ano e 4 meses lá dentro. Depois a gente já achava que ali era terra da gente, mas infelizmente chegou uma ordem judicial e botaram a gente para fora de lá. Inclusive até colocaram fogo na barraca da gente para que ninguém tivesse condição de retornar mais. Aí voltamos para a BR de novo (Dona Socorro).

Retornando às margens da BR-407 para acampamento, as famílias se viram novamente expostas à falta de estrutura quase total e de segurança. Entretanto, ainda que falem destas adversidades, lembram desta época com uma certa nostalgia, ressaltando as características de luta, de enfrentamento de demandas e de resistência para a conquista da terra. Segundo eles, era um período bom de inverno²⁷, dando-lhes a possibilidade de caçar animais, colher frutos da caatinga e plantar minimamente para o sustento. As noites eram animadas com muitas atividades coletivas, tais como cantorias, compartilhamento de histórias etc. As adversidades enfrentadas são, portanto, lembradas a partir de uma junção entre os sentimentos de dor e nostalgia, por um período de muitas dificuldades e também de muita união, respectivamente; um período de fartura de chuvas, que significava uma possibilidade de acesso à terra para aproveitamento das águas.

Enquanto isso, as outras 20 famílias continuaram ocupando a Fazenda Ponta da Serra. Não há muitas especificações sobre os processos de escolha que resultaram na divisão entre as famílias do acampamento para serem direcionadas a uma ocupação ou outra, mas sabe-se que esta escolha se deu através de um acordo entre os membros do acampamento, o Fundo de Terras

²⁷ Para eles, *bom inverno* significa um bom período de chuvas.

de Pernambuco – FUNTEPE, o STR de Petrolina e o Incra; alguns assentados contam uma história de que a escolha foi feita pela família Coelho, mas muito mais em caráter de alegoria. Muitos membros de uma mesma família se dividiram entre as ocupações (irmãos, pais e filhos etc.).

Esse assentamento foi dividido, que era uma média de 60 pessoas, esse acampamento. Aí dividiram para o Nova Esperança, que é aquele na beira da pista quando a gente vem. Pra cá das Porteiras, do lado esquerdo, era esse mesmo acampamento, aí foi dividido. (...) Éramos todos juntos. Exatamente. Aí uma parte ficou lá, uma parte de 20, e veio outra de 33 pra cá. (...) Ficou um turma de 20 lá, e veio outra de 30 para cá. Aí, assim, nós ficamos lá, nós ficamos abandonados lá na estrada. Eles compraram, que ali era do crédito fundiário, eles compraram aquela terra e nós não tínhamos o dinheiro e ficamos lá esperando pelo Incra (Seu Dáda).

As aproximadamente 30 famílias que tiveram de desocupar a Fazenda Água Fria e retornar à BR continuaram por mais um ano acampadas às margens da estrada. Somente ao final de 2006, o Incra, através de um processo de desapropriação e pagamento de indenização, assentou estas famílias em outra área. Assim, no dia 10 de novembro de 2006, a justiça concedeu ao Incra a posse da

FAZENDA SÍTIO BOA SORTE, localizada no município de Petrolina-PE, com área de 614,2000 ha. (seiscentos e quatorze hectares e vinte ares), limitando-se ao NORTE com terras de José Coelho de Amorim e espólio de Enéas Souza Retão; ao SUL com as terras de Benedito Alves Costa, José Ferreira de Souza e P. A. Nossa Senhora de Fátima; ao LESTE com terras do espólio de Enéas de Souza Retão e espólio de Apolinário Barbosa; e ao OESTE com terras do P. A. Nossa Senhora de Fátima (AUTO DE IMISSÃO DE POSSE, 2006).

No dia seguinte, 11 de novembro de 2006, foi fundado o Assentamento Lyndolpho Silva. Os agricultores mudaram-se da BR-407 para a área que lhes seria disponibilizada acompanhados de funcionários da Justiça Federal, do Incra e do STR. Ocupando a área desde 2004, somente em dezembro de 2007 foi fundado o Assentamento Nova Esperança com as 20 famílias ocupantes da Fazenda Ponta da Serra, a partir de desapropriação e indenização de uma propriedade mais próxima à Petrolina, na margem da BR-407, pelo FUNTEPE. Todas as 60 famílias que iniciaram juntas no acampamento o processo de luta pela terra foram assentadas. Nosso estudo, entretanto, seguirá com a história das 33 famílias que formam o Assentamento Lyndolpho Silva, foco de nossa pesquisa.

5.2 A FAZENDA SÍTIO BOA SORTE

Antes de continuar a história do então fundado Assentamento Lyndolpho Silva, é preciso resgatar a trajetória da Fazenda Sítio Boa Sorte, temporariamente paralela às histórias dos agricultores contadas acima, tomando como referência o percurso e a vida da família de Seu Antônio e Dona Raimunda, agricultores familiares que residiam na fazenda em regime de moradia, e que, no processo, também foram assentados e continuam na área até os dias atuais. A história da fazenda remonta à 1981, ano em que Seu Antônio e Dona Raimunda passaram a residir na área para trabalhar como agricultores e prestar os cuidados necessários à criação dos animais do então proprietário.

Seu Antônio é natural de Petrolina. Filho de agricultores, migrou com sua família para São Paulo ainda com 9 anos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Ficou lá de 1952 até 1965, quando retornou com sua família para Petrolina. Poucos dias após chegar, começou a trabalhar na ICSA. “(...) eu cheguei aqui no dia de São João, dia 24, em Petrolina. Quando foi no dia 1º de julho, eu me empreguei na indústria. Já tinha um cunhado que trabalhava lá, já tinha conhecimento, aí arrumou uma vaga para mim. Aí eu trabalhei seis anos lá na indústria” (Seu Antônio).

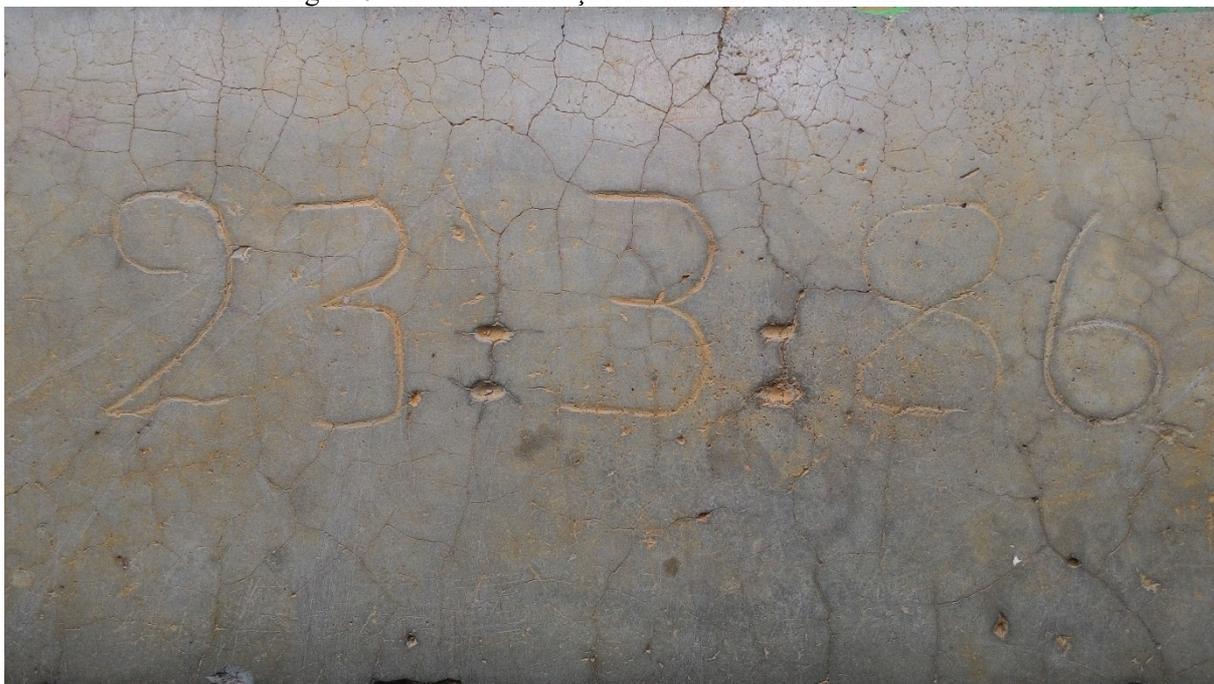
Dona Raimunda é natural de Dormentes/PE, a aproximadamente 140 km de Petrolina. Filha de agricultores, afirma que foi trabalhadora de roça durante toda a sua vida. Conheceu Seu Antônio em Petrolina em 1971 e logo se casaram. Nesse mesmo ano, Seu Antônio pediu demissão da ICSA e junto com Dona Raimunda migrou para Dormentes em busca de terras para plantar e criar animais. Ficaram lá por 10 anos, nas áreas de familiares. Em 1981, em virtude da seca e da falta de estrutura para agropecuária, Seu Antônio retornou a Petrolina em busca de emprego. Veio sozinho, deixando Dona Raimunda e mais cinco filhos em Dormentes, os quais viriam quando ele conseguisse trabalho. O que seria uma migração temporária, se tornou uma emigração definitiva, fato comum, conforme reflexão de Woortmann, K. (2009). “A própria migração circular pode também se transformar em definitiva, a depender do sucesso alcançado. O pai que migrou pode ‘chamar a família’” (p. 237).

Eu vim na frente, eu não vim pelo certo não. Aí eu cheguei num dia, no outro eu vim para aqui trabalhar, só trabalhar mesmo, não morar. Aí quando cheguei, fiquei aí. Aí conheci Orlando (...). Aí Orlando disse: “Quer trabalhar aqui?”. Antoniel morava aqui, mas lá em baixo. Aí falei com Mundica [Dona

Raimunda], ela disse que vinha. Quando ela veio para aqui, essa casa não existia. Foi depois que eu vim (Seu Antônio).

Orlando Norberto de Araújo, ou Seu Orlando, como era conhecido, era o proprietário da Fazenda Sítio Boa Sorte. Pertencente a seus avós, a área foi herdada por sua mãe e um irmão. Seu Orlando passou um tempo em São Paulo e, após o falecimento de sua mãe, retornou e comprou a parte de seu tio, tornando-se o único proprietário de toda a área. Esta, por sua vez, possuía uma usina de caroá desde 1958, produzindo cordas, tipos de rede, estopas etc., a qual logo deixou de existir. Seu Orlando passou a criar animais, caprinos e bovinos, e a manter trabalhadores dentro da área para dela tomar conta.

Figura 9 – Data de fundação da casa cravada no cimento



Fonte: o autor.

Dos serviços que prestavam, lembram com carinho do cuidado com os animais. O acerto feito com Seu Orlando para estes serviços era em regime de quarta, ou como eles mesmos dizem, “quando tiravam a sorte de 4 x 1”: para cada quatro animais nascidos, 1 ficava com Seu Antônio e Dona Raimunda; mas somente os caprinos, pois o gado não era parte do negócio. Do gado, cuidavam para acesso ao leite, pois o proprietário não tinha interesse no mesmo.

Eu tomava de conta de tudo aí. Fazia o que precisasse. O que mandasse, eu fazia. Porque os bichos dele, ele criava um bocado de bode nessa época, mas

eram todos mansinhos. Não tinha trabalho para vir. Tinha um gadinho também, mas não tinha trabalho. E eu ia buscar era a pé, pois eu nunca fui vaqueiro não. Para não dar uma de vaqueiro sem ser. (...) criação a gente tirava a sorte: 4 para 1. Quando nascia 4 cabritos, a gente... Só os bodes, pois no gado a gente não tinha a “sorte” não. Tinha o leite. O leite ele não levava, nem vendia, aí a gente ficava para a gente mesmo, o leite dos bezerros (Seu Antônio).

Os animais conquistados por Seu Antônio e Dona Raimunda eram consumidos ou vendidos para Seu Orlando mesmo, que ia buscá-los na área. Não recebiam qualquer salário fixo por seus serviços, somente a sorte de 4 x 1, o leite, a permissão para plantar e ajudas de custo com medicamento e alimentos. Segundo relataram, a venda dos animais não lhes garantia muitas vantagens. Quando muito, tiravam algum dinheiro que possibilitava a compra de roupas, calçados, alimentos e remédios. O pouco que plantavam era somente para o próprio consumo. Dona Raimunda era a responsável junto com seus filhos. No canteiro que possuíam, mantinham feijão, milho, mandioca, frutas e verduras em geral.

Os serviços prestados em outras áreas de Seu Orlando se resumiam a atividades esporádicas de limpeza dos terrenos, colheitas de produtos ou transportes de animais. Seu Antônio relatou, por exemplo, o tempo em que passou numa propriedade na beira do Rio São Francisco, trabalhando em uma fazenda de produção de manga. Se deslocava semanalmente para visitar seus filhos e Dona Raimunda, que permaneciam na Fazenda Sítio Boa Sorte, a qual tinha ainda outros funcionários. Ao todo foram 18 meses de serviços realizados na propriedade da beira do rio. Ao retornar de vez à fazenda, passou a residir somente a família de Seu Antônio e Dona Raimunda; os outros funcionários saíram da área.

De todos os serviços que prestavam, ou de todas as *trabalhadas*²⁸ que davam, de longe os mais pesados eram o corte de lenha e a produção de carvão; em seus relatos, inclusive, chegam a avaliar como “o pior tipo de serviço que existe” (Seu Antônio). Reconhecem os diversos tipos de problemas de saúde que adquiriram ao trabalhar por anos com esse tipo de atividade: doenças cardiorrespiratórias, alergias, problemas de pele, problemas de coluna etc. Tanto as lenhas cortadas como o carvão produzido eram comprados pelo proprietário da área, que revendia. Estas atividades, especificamente, eram divididas da seguinte forma: Seu Antônio cortava a lenha e Dona Raimunda produzia o carvão; ambos recebiam ajuda dos filhos.

²⁸ *Trabalhada* é o termo utilizado pelos agricultores do assentamento para resumir um trabalho prestado, ou um dia de serviço, ou ainda uma jornada de atividades. Sempre que utilizarmos esse termo, estaremos nos referindo a um destes significados.

Fazia e o dono da terra mesmo era quem comprava e ia vender para os outros. (...) É o pior serviço que existe. (...) Fazer carvão e cortar lenha. (...) E para tirar o carvão, nesse tempo quente? Carvão já é quente, não é? E esse sol quente danado. Ela era quem tirava mais os meninos. Eu não gostava não (Seu Antônio).

(...) Era acostumado ele sair daqui com uma caminhonete cheia de sacos de carvão, mas era só lenha seca mesmo. (...) Eu era sadia, e acredito que comecei a sofrer do coração depois da poeira do carvão. (...) Tinha vezes que dava uma hora da tarde e eu estava dentro das calheiras de carvão com o barrigão com aquele grude (Dona Raimunda).

As “ajudas” recebidas do proprietário da fazenda iam desde compras realizadas para a família de Seu Antônio e Dona Raimunda até a resolução de problemas de saúde. Sobre a primeira questão, Seu Antônio relatou que muitas vezes solicitava de Seu Orlando uma ajuda para a complementação da alimentação de sua família, indo até duas ou três vezes em uma mesma semana pegar “a feira”²⁹ em Petrolina. Já no que se refere à segunda questão, o casal relatou acontecimentos em que passaram por dificuldades de saúde e que tiveram de solicitar ao proprietário que fosse até a fazenda para levá-los ao hospital (questões “cotidianas” de doenças ou acidentes de trabalho).

As dificuldades enfrentadas pela família de Seu Antônio e Dona Raimunda, portanto, foram muitas. Os serviços pesados e a relação de dependência e exploração que estabeleceram com o proprietário da área para poderem ter um espaço para criar animais e plantar, compreendida como *morada*, entretanto, foi e é bastante comum na história do Semiárido Nordeste (ANDRADE, 2011; GARCIA JR., 1990; HEREDIA, 2013); em seus relatos, inclusive, fazem questão de ressaltar o proprietário como um homem bondoso. Na Fazenda Sítio Boa Sorte o casal estabeleceu raízes e teve mais cinco filhos, totalizando dez. Vivendo na área desde 1981, relataram muitas histórias, possibilitando uma visualização da mudança da paisagem local, a qual já não é [há muito] mais a mesma.

Apesar de todas as dificuldades por que passaram e do reconhecimento destas como fatores limitantes e criadoras de demandas para a família, a relação de dependência estabelecida foi necessária para pôr em prática o seu projeto de autonomia para a aquisição de alguma renda para a formação de um patrimônio que lhes possibilitasse a criação dos filhos, os quais atualmente são todos agricultores e/ou trabalhadores rurais, com exceção de um que trabalha

²⁹ A “feira”, nesse sentido, representa a compra dos alimentos da cesta básica, necessária ao consumo da casa. Assim, “pegar a feira” significa buscar uma parte dos produtos necessários à constituição de uma cesta básica.

em Petrolina como cabelereiro. “Sei que a vida é dura, mas eu, aos trancos e barrancos, venci. Porque o meu compromisso mais era quando os meninos eram pequenos, criar. Os meninos criados, agora eu não trabalho e trabalho todos os dias. Que trabalho de velho é devagar, e tenho muitos filhos” (Seu Antônio).

Ainda trabalhando na área em 2006, Seu Antônio e Dona Raimunda foram avisados da desapropriação e indenização da propriedade pelo INCRA. Durante todo o ano, receberam muitas visitas, dando informações sobre a área e acompanhando os funcionários do Instituto, do STR e da Justiça Federal na medição e estudo do terreno. Ao final do ano, quando avisados sobre a efetivação da desapropriação e transformação do Sítio em um assentamento, lhes foi dada a escolha de permanência e inclusão no Projeto de Assentamento – P. A. Inicialmente, ficaram em dúvida sobre qual decisão tomar, mas acabaram por aceitar a oferta, incorporar-se ao grupo de agricultores familiares que foram assentados (já conheciam muitos) e continuar residindo e produzindo na área.

Aí quando eles [Incrá] chegaram aí eu não estava. Eu tinha ido pegar uma palha num sítio que ele [Seu Orlando] tem. Aí chegaram aí, conversaram e eu disse que não queria. Eu disse que não queria. (...) Aqui não, eu digo a você. Aí teve um dia que eu disse: “Não, eu fico”. Mas eu não estava aqui não. “Eu quero”. Depois, “não rapaz...” (Seu Antônio).

A dúvida se deu principalmente por não saber como seria a vida num assentamento da reforma agrária, mas a possibilidade de ter uma terra própria e produzir para si mesma falou mais alto na decisão da família. No momento de negociação para que ficassem, foi dada a possibilidade, pelo INCRA, de que os filhos casados do casal também pudessem ter acesso a um lote próprio, contudo aqueles que encontravam-se casados já tinham saído da área e se estabelecido em outros locais. Os demais, solteiros e que continuavam residindo com os pais, decidiram por continuar na área dividindo os cuidados diante de uma mesma produção.

Em 2006, portanto, cruzam-se os caminhos dos acampados e da Fazenda Sítio Boa Sorte, que passou a ser um assentamento da reforma agrária.

5.3 O ASSENTAMENTO LYNDOLPHO SILVA E A “CONQUISTA” DA TERRA

No dia 11 de novembro de 2006, então, foi fundado o Projeto de Assentamento Lyndolpho Silva, na comunidade de Rio Jardim, distrito de Terra Nova, município de Petrolina-PE, com 33 famílias, como parte do II Programa Nacional de Reforma Agrária – II PNRA. A

escolha do nome do assentamento se deu a partir de um acordo entre os novos assentados e o STR de Petrolina, que tinham como objetivo prestar uma homenagem a Lyndolpho Silva, importante líder, sindicalista, militante das causas dos trabalhadores rurais, criador da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB e fundador e primeiro presidente da Contag. Lyndolpho Silva esteve envolvido e teve uma importante participação na discussão sobre os direitos dos trabalhadores rurais diante dos processos políticos, econômicos e sociais brasileiros, e participou ativamente da luta pela reforma agrária. Suas ações e atuações foram fundamentais para a legalização das associações rurais e para a criação das redes sindicais (ARQUIVO LYNDOLPHO SILVA, 2007). Os assentados, inclusive, têm muito orgulho do nome do assentamento, ressaltando-o e explicando a origem sempre que possível.

À área inicial de 614,2000 ha. foi acrescentada 331,3232 ha., totalizando uma área de 945,5232 ha., que é a área total do assentamento até os dias atuais. Isso se deu em virtude de uma negociação entre o Incra e o antigo proprietário, que havia comprado uma área vizinha, mas até então não tinha resolvido questões relacionadas à documentação. No momento de pagamento da indenização, entretanto, foi acrescentado um valor para que a área vizinha também entrasse no acordo de desapropriação. Não há, nos documentos oficiais, informações sobre os valores pagos na indenização.

Ao adentrarem na área, contudo, as condições de vida e de moradia dos agricultores familiares não mudaram muito. Não possuíam casas, e por isso tiveram de continuar a residir em barracos, os quais foram reconstruídos, mediante autorização do INCRA, dentro da área do assentamento, todos juntos em frente à casa de Dona Raimunda e Seu Antônio, que continuaram em sua residência – alguns barracos, inclusive, são mantidos dentro dos lotes das vilas até os dias atuais (ver Figura 10). Não tinham energia, água ou estrutura para produção e/ou criação de animais. Apesar de finalmente conseguirem o acesso à terra, logo perceberam que tinham passado por somente um obstáculo, tendo de, em alguma medida, continuar vivendo sob condições de grande vulnerabilidade e buscando soluções para enfrentá-las. “[2006] Foi quando nós fomos assentados. Foi quando a gente recebeu a posse da terra. Aí eles [Incra] autorizaram a gente fazer as barracas para aguardar a liberação da construção das moradias” (Dona Socorro).

No dia 13 de janeiro de 2007, pouco mais de um mês após serem assentados, foi fundada a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Assentamento Lyndolpho Silva. A fundação ocorreu através de mediação do STR; eleição da diretoria executiva, suplentes e conselho fiscal; escolha e apresentação dos sócios fundadores; e aprovação de um estatuto. A associação, que inicialmente não possuía um espaço físico para o seu funcionamento, foi o

primeiro passo dado para gestão e organização do assentamento, visto que, pela política do próprio INCRA e do STR, toda e qualquer questão envolvendo os assentamentos da região e seus moradores devem ser resolvidas via associação: questões internas e externas; acesso a programas, projetos, créditos e financiamentos; solicitações institucionais; atividades comemorativas; visitas técnicas etc.

Figura 10 – Barraco preservado de uma das famílias



Fonte: o autor.

Segundo Neves (2006), é preciso refletir sobre as formas de organização de comunidades de agricultores familiares através do sistema associativista, uma vez que a sua implementação quase sempre é imposta por instituições, do Estado ou representativas, desconsiderando um outro sistema de relações já existente nos locais, geralmente fundamentados na reciprocidade (SABOURIN, 2009a).

Da mesma forma que se coloca em questão as condições de atendimento das instituições do aparato estatal, é preciso se perguntar sobre as condições de funcionamento do sistema cooperativista ou associativista. Estas formas de organização são quase sempre impostas por outras instituições e movimentos sociais em que seus dirigentes, por vezes, desconsideram os modos de alinhamento político dos agricultores. Geralmente os agricultores estão organizados com base em lealdades do parentesco e da vizinhança, princípios que por vezes se contrapõem aos da organização pelo associativismo e cooperativismo. Tais formas de articulação enfrentam assim dificuldades de

consolidação, visto que a representação delegada que assim se institui não corresponde às regras de reciprocidade e de controle moral elaboradas a partir dos valores referenciadores do parentesco (NEVES, 2006, p. 38-39).

A imposição deste modelo resultaria num conflito entre formas de relação interpessoais, burocratizando as decisões e resultando, em alguma medida, num afastamento entre os agricultores. Tais fatores foram observadas no Assentamento Lyndolpho Silva, principalmente através das falas dos assentados que afirmaram que, após a entrada na área e a tutela do INCRA, muito se mudou. Por outro lado, a associação possui a sua importância representativa, e se configura como mediadora entre os assentados e os órgãos governamentais, como espaço de resolução de demandas e conflitos e como organizador da estrutura interna.

No estatuto da associação – que teve de ser alterado em 2016 por conta de um erro no nome do assentamento – constam todos os direitos e deveres dos associados, a estrutura administrativa e suas obrigações, normas de funcionamento, obrigatoriedades dos sócios em serem agricultores familiares etc. Mais especificamente, esclarece que ela é uma “sociedade civil, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado, situada na comunidade de Rio Jardim, distrito de Terra Nova, município de Petrolina – PE”, e seus objetivos são:

- a) fortalecer a organização econômica, social e política dos produtores rurais;
- b) racionalizar as atividades econômicas, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização;
- c) fazer cumprir os direitos dos associados junto ao poder público, principalmente no atendimento das necessidades de educação, saúde, habitação, transporte e lazer;
- d) contribuir para a organização de movimentos voltados para a preservação ambiental (ESTATUTO, 2016).

Mesmo que fundada em janeiro de 2007, somente em junho do mesmo ano foram realizadas as primeiras reuniões para implementação de projetos, acesso a programas, oferecimento de cursos e organização interna do assentamento; tempo necessário para compreensão deste novo modelo organizativo. Estas reuniões eram mediadas pelo STR e acompanhadas por funcionários do INCRA, os quais se deslocavam até o assentamento. São poucos os documentos existentes sobre as reuniões e decisões tomadas entre 2007 e 2011. Até então, os assentados não tinham sido orientados a registrar todas as discussões e decisões em ata (isso ocorre somente em 2011, quando passam a receber assistência técnica): entre janeiro

de 2008 e março de 2011, constam somente quatro reuniões da associação registradas em ata, todas voltadas para a constituição de chapas e eleição de novas diretorias³⁰.

Figura 11 – Prédio da associação, antiga casa de seu Antônio e dona Raimunda



Fonte: o autor.

Os relatos, entretanto, são muitos sobre essa fase, ainda chamada de *tempo de barraco*. Primeiro com relação às chuvas. Todos os assentados afirmam que no tempo de barraco eram muitas as chuvas; “eram bons os invernos”. Todos contam felizes sobre vezes em que tiveram de buscar pertences levados pelas águas das chuvas, ou quando atolavam nas estradas que davam acesso à BR-407, ou ainda quando passavam a noite em seus barracos, ouvindo os sons das águas caindo e dos trovões. “Aqui nós tínhamos muita fartura, muita chuva, tinha muita chuva. Tudo o que a gente plantava, colhia, certo?” (Dona Neném). Percebe-se em seus relatos o valor que as águas das chuvas representam em suas vidas, como afirmou Manuel Correia de Andrade (2011).

³⁰ Em 2009 houve a segunda constituição de chapa para eleição de nova diretoria, uma vez que o tempo de mandato dos eleitos é de dois anos, com a possibilidade de uma reeleição. Pela primeira e única vez nas eleições da associação, duas chapas concorreram, sendo que a eleita foi a chapa da situação, composta pelas mesmas pessoas vitoriosas na primeira eleição. Em 2011 houve a terceira eleição, com somente uma chapa inscrita, eleita por aclamação e composta por membros da chapa vitoriosa nas duas primeiras eleições e membros da oposição, os quais ocupam cargos na associação até os dias atuais.

Segundo que, justamente em virtude desses bons invernos, vêm do tempo de barraco os relatos sobre épocas em que plantavam e colhiam bem. Havia uma área comunitária, dividida entre as famílias, atrás da casa onde moravam Dona Raimunda, Seu Antônio e seus filhos, em que todos plantavam feijão, milho, melancia, girimum, gergelim etc. Todos os relatos indicam que o solo do assentamento é de excelente qualidade, principalmente pelo fato de conseguirem colher o que plantam, quando têm água; com exceção da banana. Além dos plantios, criavam animais de pequeno porte (galinha, porco, pato e caprinos) soltos, com abundância de pastagem.

Olhe, aqui hoje, nessa casa minha aqui, aqui era cada melancia que era desse tamanho as melancias [faz o tamanho com as mãos]. Feijão chega era assim, cada espiga de milho que era uma beleza. Aqui, nessa parte aqui onde está com as casas, porque aqui não tinha essas casas, tinha as de taipa lá. Aí depois que construiu essa daqui, foi que eu deixei de plantar aqui nessa parte aqui, mas aqui eu plantava feijão, milho e melancia, cada uma que era desse tamanho. Cada melancia que era umas belezas (Dona Neném).

Terceiro que, apesar das dificuldades, os relatos sobre o tempo de barraco revelam um sentimento dos assentados de que eram mais unidos, se conheciam mais, compartilhavam mais seus problemas, demandas, ganhos e perdas. Todos os assentados que conversamos revelaram que sentem saudades do tempo de barraco por conta destes fatores. A vida em comunidade, nesta época, é simbolizada como mais coletiva, na qual todos trabalhavam juntos pelo desenvolvimento do assentamento, pela causa comum de estruturação da área para a melhoria da vida comunitária, sem individualizações. Existe, então, entre eles, um sentimento de coletividade nostálgico. A mudança com relação às relações pode ser consequência da imposição de novas formas de organização, como, por exemplo, a mediação via associação, como citamos anteriormente (NEVES, 2006). As mudanças nas formas de organização para a produção impostas pelas instituições gestoras das áreas de assentamento refletem diretamente nas relações construídas e compartilhadas pelos agricultores familiares.

O tempo de barraco, já dentro da área do assentamento, durou cerca de dois anos e meio, pois ao final de 2008 foi feito e posto em exercício o projeto de organização da vila, sendo finalizado somente no final de 2009. Foram sorteados os lotes com suas respectivas localizações, 33 no total, os quais foram distribuídos entre as famílias que se encaminharam para eles. Nesse processo, a casa onde moravam Dona Raimunda e Seu Antônio tornou-se o prédio da associação. Dos 33 lotes, 25 possuem 400m² (40 x 100 metros) e 8 têm 200m² (40 x 50 metros). Entretanto, estes oito lotes possuem áreas complementares de frente às casas,

também com o tamanho de 200 m², que são, com a anuência da comunidade, utilizadas como áreas coletivas. Ou seja, ainda que pertencentes oficialmente às famílias, são usados, com as duas autorizações, por toda a comunidade. Esta configuração permanece até os dias atuais (ver Figura 12).

A construção das casas ainda gera discussão e desconforto entre os assentados. Apesar de construídas, com recursos do programa *Apoio Inicial*, do INCRA, elas nunca foram de fato finalizadas. Até os dias atuais eles buscam crédito e/ou financiamento para reformá-las, afirmando problemas na estrutura por conta de rachaduras, ausência de reboco e forro, e até a existência de dificuldades mais graves por conta de infestação do inseto barbeiro (*Rhodnius prolixus*), transmissor da doença de chagas. São diversas as tentativas através dos anos junto ao Incra, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal etc., mas sem êxito. Os que conseguiram terminar as casas, o fizeram com recursos próprios.

Figura 12 - Organização do Assentamento Lyndolpho Silva após distribuição dos lotes na vila



Fonte: Google Earth.

Finalizadas as casas após dois anos dentro do assentamento, mais dois anos se passaram até que os assentados conseguissem acessar os primeiros programas. Nesse sentido, foi somente no final de 2011 que começaram a receber assistência técnica de uma empresa petrolinense, a Delta Projetos Agropecuários LTDA., que ganhou um processo de licitação para tal. Com o

auxílio da Delta, foram explicadas as cláusulas do Contrato de Concessão de Uso – CCU³¹ aos assentados, com a promessa de entrega após a divisão dos lotes produtivos, explicando-lhes a obrigatoriedade em manter residência dentro do assentamento, utilizar a terra, respeitar o meio ambiente e as decisões do INCRA. Caso as cláusulas não fossem respeitadas, o INCRA poderia resgatar a terra e repassar a outra família.

Entre 2011 e 2014, recebendo assistência técnica da Delta, foi montado um plano de metas com foco na aquisição de sementes de feijão e milho, mudas de pinha, criação de animais e divisão dos lotes produtivos. Os assentados, nesse período, receberam cursos de criação e cuidado com animais (galinhas, caprinos e ovinos), artesanato, produção de polpa, produção de ração animal, associativismo e cooperativismo etc.; acessaram programas como o Garantia Safra, distribuição de água por carro-pipa, Programa do Milho e Pronaf Estiagem; e receberam um recurso do INCRA para construção da cerca e reforma da associação. Este último recurso não foi suficiente para a ação completa, tendo de ser finalizado com o trabalho da comunidade e arrecadação de dinheiro entre eles para compra do restante dos materiais; a reforma da associação, até os dias atuais, não foi finalizada.

Foi nesse período que foi feito o estudo de viabilização produtiva do assentamento, pela Delta em parceria com o Incra, a partir do qual construiu-se o planejamento para criação de animais. Os assentados assumiram, então, como atividade central, a criação de caprinos, ovinos e aves, plantando poucas espécies somente em parte de seus lotes da vila, chamados de *quintais produtivos*, ou pastagem animal em áreas coletivas, uma vez que os lotes ainda não tinham sido divididos. A pecuária de corte passou a ser o elemento central dos esforços dos agricultores familiares do Lyndolpho Silva – eles se consideram, atualmente, criadores de animais –, entretanto nenhum deles perdeu de vista a possibilidade de plantar, e que o farão quando houver possibilidade.

Os quintais produtivos são de grande importância para os agricultores. Nele, mantêm variedades de frutas que, ainda que poucas, vendem onde podem (áreas vizinhas, trabalho, escola etc.); possuem tecnologias sociais, tais como cisternas calçadão e consumo³²; criam

³¹ “O CCU, emitido gratuitamente, é o instrumento que transfere, em caráter provisório, o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária, assegurando ao beneficiário acesso a terra, créditos (como habitação, fomento e infraestrutura) e a outros programas do Governo Federal. Ao assinar o documento, o assentado se compromete a residir no lote e explorá-lo economicamente respeitando o meio ambiente” (INCRA, 2011). Para mais informações, acessar: <http://www.incra.gov.br/titulacao>.

³² A *cisterna calçadão*, geralmente, possui uma capacidade de armazenamento de até 52 mil litros de água, e capta água da chuva através de um espaço de cimento de 200 m² (20 x 10), construído sobre o chão. Esta água é utilizada para a produção de alimentos, criação de animais e plantas medicinais. As *cisternas de consumo* são construídas

animais de menor porte (galinha, pato e porco); plantam palma ou outras variedades para a produção de pasto para os animais; possuem depósitos para estoque de ração; cuidam dos animais doentes; plantam hortaliças etc. (ver Figura 13). Os quintais produtivos, que em geral são de responsabilidade das mulheres e de parte dos filhos, foram constituídos a partir de projeto estruturado pela empresa prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural, e estruturados com recursos do programa Fomento Mulher, também do INCRA.

Figura 13 – Quintal produtivo de um dos assentados



Fonte: o autor.

No final de 2014 o contrato com a Delta foi encerrado e um novo contrato, com outra empresa de ATER, foi assinado: a Diamantina Projetos LTDA., que ainda permanece. Recebendo assistência da Diamantina, o planejamento construído foi para a continuidade da criação de animais. Em 2015, os assentados conquistaram o serviço de água encanada da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, restrito ao uso doméstico, a partir de uma adutora construída pelo INCRA. Também em 2015 foi feita, finalmente, a divisão dos lotes.

ao lado das casas, captando água das chuvas através dos telhados. Elas possuem uma capacidade, geralmente, de até 16 mil litros de água, a qual é utilizada para o uso doméstico.

Este último processo já vinha ocorrendo desde 2011 a partir da construção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento – PDA. Por conta de dificuldades do INCRA, o PDA foi feito somente em 2014 com o objetivo de dividir e estabelecer todas as áreas do assentamento. A área coletiva, a reserva legal e o tamanho da vila foram estabelecidos, bem como os lotes produtivos individuais foram sorteados, com seus tamanhos variando entre 13,8132ha. e 30,7680ha., de acordo com a localização, características do solo, proximidade e existência de recursos hídricos; todos os assentados afirmam que o tamanho de suas áreas são suficientes para seus projetos. Foi após a conclusão do PDA que o INCRA forneceu aos assentados, em 2015, o CCU (ver Quadro 3).

A titularidade, entretanto, não pertence aos assentados, e esse formato gera um processo de dependência no qual toda e qualquer mudança no lote da vila, no lote produtivo ou no assentamento em si tem de ser solicitada e aprovada previamente pelo INCRA. A área também não pode ser alterada (ampliada ou reduzida) ou negociada (vendida ou comprada). Os assentados que desejarem sair do assentamento devem avisar ao INCRA, solicitar uma reunião da associação para explicitar os motivos de saída e quitar os débitos com a mesma. Toda a área e os benefícios (créditos, programas etc.) são repassados para a família que assumir a vaga. Geralmente, os assentados que saem, ou a própria comunidade, são quem indicam a família substituta, a qual se dirige ao INCRA para observação do atendimento aos critérios e resolução das questões documentais. Uma nova reunião da associação, então, é convocada, e os associados votam pelo aceite ou não da nova família.

Os motivos de saída são variados, mas são três os principais: (1) problemas de saúde, (2) falta de membros familiares suficientes que possibilitem o trabalho agropecuário no lote e (3) dificuldade no enfrentamento aos obstáculos da vida no assentamento, causados principalmente pela estrutura precária, demora no acesso aos programas e divisão dos lotes, morosidade do INCRA etc. Ao todo, 9 assentados do tempo de barraco deixaram a área por conta dos fatores acima, criando uma divisão entre os oriundos do tempo de barraco e os novatos. Essa divisão, entretanto, é somente descritiva e não resulta na formação de grupos diferenciados, fechados internamente. Os novatos, geralmente, são familiares de assentados da área (filhos, irmãos etc.), que já residiam ou não nela, ou são conhecidos de luta.

As áreas transmitidas em sistema de herança foram passadas de pai para filho, ou do marido para a esposa. Os critérios para a transmissão devem ser os laços familiares legalmente comprovados, a residência anterior na área, o respeito às normas de convivência, a redação de um documento de comprovação de atendimento aos requisitos assinado pelos sócios da

associação e a garantia de trabalho na área. Os assentados acham justo este sistema, mas criticam a burocracia e o tempo de oficialização da transmissão. Há casos no assentamento em que esposas aguardam há mais de um ano a transferência dos nomes na Relação de Beneficiários – RB; sem este documento, não podem acessar recursos, receber assistência técnica e/ou trabalhar na área.

Quadro 3 – Divisão do assentamento

Área	Tamanho (ha.)	Área	Tamanho (ha.)
Reserva Legal	192,2265 (20%)	Lote 17	21,2479
Agrovila	32,8205	Lote 18	21,5291
Área Coletiva	16,8756	Lote 19	21,8900
Lote 01	18,3482	Lote 20	21,6265
Lote 02	18,9711	Lote 21	21,9729
Lote 03	18,2521	Lote 22	24,4740
Lote 04	18,3565	Lote 23	25,2312
Lote 05	17,3973	Lote 24	30,7680
Lote 06	17,0844	Lote 25	29,1164
Lote 07	19,5415	Lote 26	24,9661
Lote 08	14,1958	Lote 27	24,8929
Lote 09	13,8132	Lote 28	22,8861
Lote 10	19,7891	Lote 29	21,8756
Lote 11	19,7503	Lote 30	21,8378
Lote 12	19,3459	Lote 31	21,2931
Lote 13	21,5537	Lote 32	22,3951
Lote 14	21,8000	Lote 33	19,1646
Lote 15	21,1302	Total*	936,9471
Lote 16	20,5279		

Fonte: Incra.

* A diferença entre os totais descritos no texto e no quadro se dá devido à não contabilização, nesse segundo valor, das estradas.

A saída do assentamento para aqueles que não conseguem mais trabalhar na área é difícil. Os relatos são de que todos os que saíram se arrependeram. Um deles, inclusive, afirmou que o dia da assinatura de repasse da terra “foi o mais difícil de sua vida”, e que se “arrependia

profundamente”. O motivo da saída foi a impossibilidade de espera pela divisão dos lotes, o que ocasionava a falta de trabalho e ganho de uma renda para subsistência. O objetivo das famílias em geral com a saída é o trabalho nas fazendas da região para o ganho de recursos que lhes proporcionem a compra de uma área mais bem estruturada, na qual possam plantar e criar animais, com água em abundância, e sem a dependência do Estado.

A grande maioria dos agricultores familiares do assentamento, apesar de todas as dificuldades, afirmam não trocar ou deixar sua área por nada. “Nunca passou pela minha cabeça desistir disso aqui!” (Dona Socorro). O apego à área se dá em virtude de todo o processo histórico de luta que enfrentaram para acessá-la. “(...) a gente tem tanta história nesse lugar...” (Dona Conceição). Agentes sociais de luta que são, afirmam que continuarão resistindo até transformar a área no que desejam, ou seja, um espaço bem estruturado que os permitam a construção de uma vida digna de agricultores familiares que são; esse, inclusive, é o grande projeto de todos eles, conforme já indicado anteriormente.

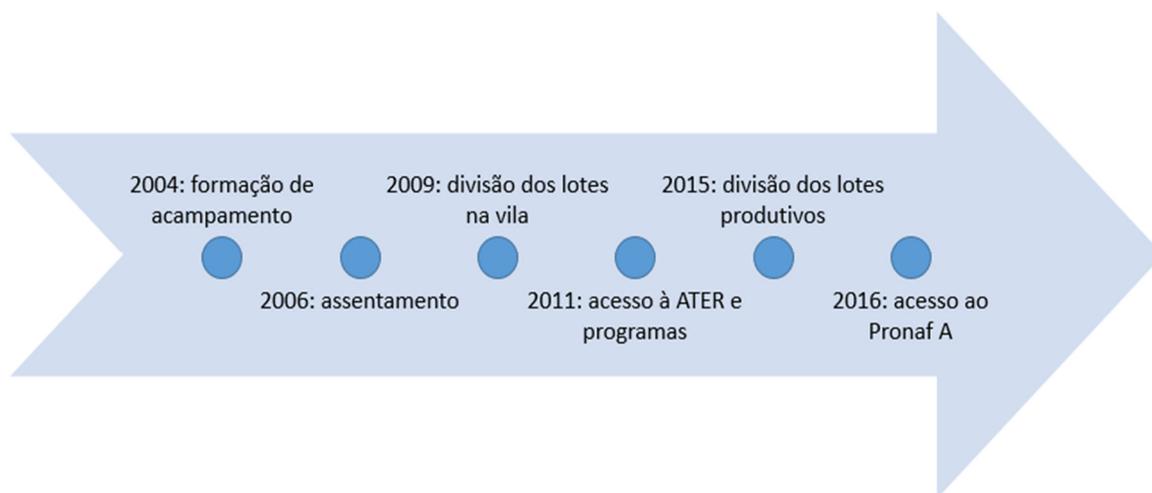
(...) a gente é capaz de ser pequenininho e depois crescer. Aos poucos ir crescendo. Porque o nosso sonho mesmo de verdade é tirar daqui de dentro o nosso sustento. Porque se a gente abriu mão de tudo que a gente tinha na cidade e veio para aqui, é porque a gente estava em busca de trabalhar, de ter uma vida digna (Dona Conceição).

A história particular do Assentamento Lyndolpho Silva, que se assemelha à história de tantos outros assentamentos, revela as dificuldades que enfrentam os agricultores familiares do Semiárido nordestino assentados da reforma agrária na constituição de uma estrutura que lhes possibilite a sobrevivência e a formação de um patrimônio familiar. Tomando como referência a história contada acima, foram 2 anos de espera acampados para acesso à terra; 4 anos de espera para a construção de casas minimamente estruturadas; 6 anos para acesso à ATER e programas produtivos; e 9 anos de espera para acesso aos lotes produtivos (ver Figura 14). Após 11 anos assentados, ainda tentam se estruturar minimamente para viver com poucas dificuldades e produzir para garantir a reprodução da sua família.

Em 2016 os agricultores familiares do assentamento Lyndolpho Silva acessaram, com o apoio dos técnicos da Diamantina, o Pronaf A. Este é uma categoria do Pronaf destinada a “agricultores assentados da reforma agrária que, com a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procer), passaram a ser atendidos pelo Pronaf” (SCHNEIDER et al., 2004, p. 24-28 *apud* NEVES, 2006, p. 21). O programa é destinado para a estruturação inicial do lote, seguindo etapas nas quais partes do recurso vão sendo liberados

concomitantemente ao desenvolvimento das ações. Com os recursos do programa, eles puderam estruturar os lotes, cercando-os, construindo barreiros, comprando animais e sementes de palma para a constituição de uma área de produção de pastagem.

Figura 14 – Linha do tempo da história do assentamento



Fonte: o autor.

O projeto foi todo feito pela Diamantina a partir dos objetivos dos agricultores – os quais eram sujeitos à análise de viabilidade pela empresa e o INCRA –, e a compra dos materiais foi feita pelos próprios produtores, mediante pesquisa de preços. As fases foram: cercamento da área, compra das mudas de palma e construção do barreiro e compra dos animais (caprinos e ovinos). Os que seguem as fases e alcançam as metas, recebem os recursos regularmente, quantias específicas para as compras. Aqueles que não seguem ou não batem as metas, têm seus recursos bloqueados, tendo de solicitar da Diamantina uma reavaliação do projeto para regularização. Das 25 famílias que acessaram o programa, somente 3 tiveram dificuldades em seguir as metas. Das oito que não acessaram, 3 foram por problemas na documentação e 5 por julgar não interessante, uma vez que estavam de saída do assentamento ou não tinham possibilidade de seguir as metas ou pagar o crédito.

Apesar de estarem trabalhando ativamente na área interna, alguns assentados ainda buscam estratégias de complementação da renda em áreas externas, uma vez que os recursos oriundos da criação de animais no assentamento ainda não garantem a estabilidade e reprodução da família. Alguns, por exemplo, arrendam áreas fora do assentamento, com oferta de água, para a produção de hortaliças e frutas para a venda nas feiras dos bairros de Petrolina e para a

alimentação da família, e também para a produção de pastagem para os animais criados internamente. São realizadas divisões nos trabalhos, então, para que a família possa realizar o trabalho interno (criação de animais e cuidados com os quintais produtivos) e o trabalho externo (produção agrícola de alimentos e pastagem), sendo o primeiro papel da mulher e o segundo do homem; os filhos se dividem entre a ajuda a um ou outro.

As áreas arrendadas externamente geralmente são de familiares e/ou em conjunto com familiares que não residem no assentamento. Ainda que esta prática tenha surtido efeitos positivos na aquisição de uma renda, o projeto dos agricultores é estruturar o assentamento para produzir exclusivamente nele; adquirir uma renda, através da produção no próprio assentamento, que possibilite a sobrevivência, a constituição de um patrimônio e a reprodução da família.

É lá no N1 [Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho – Núcleo 1]. Meu menino casou, aí na roça do sogro dele, ele [esposo] vive botando roça lá. Cuidando da roça do sogro do meu filho e tentando trabalhar. Aqui não tem mais o que... Não está tendo. Nós não temos mais do que sobreviver só daqui, não é, com uma seca dessa? (...) Daqui a dois anos, se fosse por mim, se eu conseguisse arrumar um poço para eu cavar aqui no meu terreiro, para eu fazer uma plantação, tudo verde, para eu criar meus animais aí. Criar umas galinhas e outras coisas aí melhor. Viver só daqui (Dona Marinalva).

As necessidades de adotar/desenvolver estratégias e práticas de acesso a uma área externa são oriundas diretamente das dificuldades encontradas pelos agricultores familiares em desenvolver um modelo de agricultura de sequeiro dentro de um assentamento de reforma agrária tutelado pelo Estado. Justamente por conta da morosidade das ações da instituição responsável por tal acompanhamento, ou de sua tutela desinteressada, o INCRA – demonstrada, por exemplo, nas demoras de 2 e 9 anos para a divisão dos lotes da vila e produtivos, respectivamente –, os agricultores veem-se forçados a buscar soluções e alternativas externas à área, pois devem seguir um conjunto de normas que de fato auxiliam na organização do assentamento, mas que em alguma medida os mantêm dependentes das ações institucionais.

Para enfrentamento à falta de estrutura, dificuldades de acesso a programas, demora na liberação de recursos etc. e projetos, os assentados resistem planejando-se. Organizam-se individual, em família e/ou coletivamente, traçando estratégias e desenvolvendo práticas que lhes possibilitem caminhar em direção aos seus projetos. Para tanto, uma das formas de luta tem sido o posicionamento e cobrança de direitos realizados via associação, a qual possui um importante papel na vida do assentamento, como citado anteriormente, mesmo que tenha

implicado em uma mudança nas relações entre os moradores. Presentes na associação, ganham destaque alguns agricultores que se sobressaem por seus papéis de liderança, ressaltando a importância da existência dessa figura coletiva, como afirmaram Sabourin (2009a), Mendras (1978) e Queiroz (2009).

5.3.1 O papel de liderança de dona Conceição

Dona Conceição chegou ao assentamento em 2009. Filha de Dona Neném, assentada do tempo de barraco, mudou-se para cuidar de sua mãe que já não conseguia exercer as ações necessárias para o trabalho de criação de animais e produção de alimentos. Chegou já na finalização das casas da vila, tendo ainda uma irmã como moradora do assentamento, mas titular de outro lote; essa irmã, entretanto, faleceu. Ao chegar, logo se aproximou da associação e montou um bar/mercearia. Passou, ainda, por uma série de dificuldades no assentamento em virtude da pouca estrutura que ele possuía, e ainda possui.

(...) quando eu cheguei em 2009, Rafael, a dificuldade daqui ainda era muito grande. A gente era abastecido de carro-pipa. Passamos muita sede. E aí as dificuldades se acrescentando. Os moradores não tinham uma assistência médica. Aliás, não tinham nada. As casas ainda mal construídas, algumas não terminadas. Quando eu cheguei algumas até faltavam piso, né, para fazer o piso no chão. E aí foi quando eu resolvi nessa época vir embora pra cá, [para ficar] com minha mãe. Eu trabalhava na cidade, fiz acordo e vim embora para ficar com ela (Dona Conceição).

Sentindo as dificuldades que a associação encontrava para acessar programas ou dialogar com instituições como o INCRA, em 2011 Dona Conceição montou uma chapa para concorrer às eleições e saiu vitoriosa. Foi exatamente a partir desse ano que o assentamento iniciou uma série de movimentações em busca de organização interna, diálogo com instituições, participação ativa junto aos movimentos sociais e sindicais, participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, acesso a programas sociais e produtivos etc. Apesar de não ser oriunda da luta, e não ter feito parte do tempo de barraco, Dona Conceição aprendeu no próprio processo de busca os caminhos para potencializar o assentamento. Foi a partir de sua gestão, inclusive, que os assentados afirmam que pararam de “esperar ações para buscá-las”, reconhecendo-as como “direitos, e não favores”.

Em 2012, Dona Conceição substituiu sua mãe como titular do lote em que reside. Em 2013, mais uma irmã de Dona Conceição passou a residir no assentamento, substituindo uma

vaga e tornando-se titular de outro lote junto a seu marido, lote este vizinho ao de Dona Conceição e sua mãe. Também em 2013 concorreu à reeleição para o cargo de presidente da associação, e novamente foi eleita. Em 2015, fez parte de uma chapa para eleição, mas desta vez como tesoureira, respeitando o estatuto que só permite duas gestões seguidas. Ao final de 2017, assumiu novamente a presidência da associação, contra a vontade de parte de sua família, que se preocupa com sua saúde, mas com ampla aprovação dos associados.

Desde que chegou ao assentamento, portanto, Dona Conceição assumiu um papel de liderança e mediação entre o Lyndolpho Silva e as instituições e movimentos locais de Petrolina. Todas as questões da associação ou decisões coletivas são levantadas ou passam por ela. As buscas de programas, financiamentos e créditos são feitos, por vezes, a partir de esforços próprios, situação em que a líder tira dinheiro de seu próprio bolso e cobra a participação de associados. “(...) eu gosto daqui. É uma tal de uma Conceição que fica lhe aperreando para ir na rua atrás das coisas, e o jeito é ir, mas eu gosto de ficar aqui. Conceição faz falta. Conceição se passar hoje ou três dias, dá saudade. Aí tem ir é para Conceição mesmo. Não tem jeito. Tem que ir” (Dona Nilda).

O reconhecimento dos assentados com relação aos esforços e a luta de Dona Conceição é grande. Muitos dos programas que acessam ou das melhorias do assentamento são atribuídos diretamente à ela, desde Bolsa Família e Aposentadoria Rural, passando por resoluções burocráticas tais como substituição de nome na RB, até acesso ao Garantia Safra, Fomento e Pronaf A. Tal conhecimento se deu justamente por frequentemente representar o assentamento em reuniões com outros assentamentos, com instituições etc., aprendendo a lidar com todos estes tipos de situações e as formas para tal, e participando externamente e desenvolvendo internamente espaços de compartilhamento de conhecimentos, tais como os espaços sociotécnicos locais discutidos por Sabourin (2009a).

(...) graças a Deus que Maria Perninha [se referindo a Dona Conceição] arranhou essa Compesa [refere-se à água encanada]. Correu, correu, correu e conseguiu essa Compesa aí e aliviou. Aliviou porque a gente sabe que vai pagar e pagar caro, mas a gente sabe que tem. Não precisamos estar nos humilhando a políticos para eles mandarem uma carrada de água. Mas graças a Deus nós estamos aí. Estamos aí, estamos tentando (Dona Nilza).

Conhecidora de uma série de questões envolvendo normas, direitos e deveres da relação entre o assentamento e o INCRA, Dona Conceição é bastante crítica à instituição. Ao longo dos anos, travou várias discussões com os representantes institucionais, criticando sua inércia na

resolução de questões simples e morosidade para resolver demandas mais complexas. Defensora da autonomia dos agricultores em seu processo produtivo, sempre que tem possibilidade cita os debates realizados em reuniões reprovando a tutela desinteressada do Estado realizada através do INCRA, principalmente por gerar um processo de dependência que dificulta a busca por ações.

(...) o Inca foi quem passou displicente esse tempo todo, e não deu a mínima das importâncias, sabe? Na verdade, tiveram duas reuniões que eu não sei nem como eles não me levaram e não me prenderam por causa do tanto de absurdos que eu disse. Só que eu não me arrependi não. (...) Não estão nem aí com os problemas dos mais fracos, certo? E deixe eu dizer uma coisa a vocês: “se não fosse por nós, lá, pelo pequeno agricultor, vocês morriam de fome (...)”. Tem servidor lá dentro que não está nem aí para os nossos problemas. Não está nem aí (Dona Conceição).

É do papel de liderança de Dona Conceição também que surge uma estratégia de animação dos assentados para enfrentamento das dificuldades e manutenção da esperança de dias melhores. É comum, por vezes, encontrar e ouvir lamentações com a demora das ações, ineficácia de determinadas práticas, dificuldades etc., o que acaba por gerar um clima de desânimo entre os assentados, tendo como consequência o surgimento de uma descrença total no Estado, nas instituições, nos programas e até na associação. Como resultado disso, os assentados resistem a programas como o PAA, a frequentar e manter-se em dia com a associação, a buscar novas estratégias etc. Dona Conceição, então, assume uma papel de mediadora, animadora e motivadora, conversando com todos e sempre incentivando suas ações e integrações (MENDRAS, 1978).

O Inca, ele mostra um interesse muito pequeno por a gente. Muito, muito, muito mesmo. E aí, por isso torna-se muito complicado. Então a gente tem que ter muita força, se não tiver... E aí eu sempre incentivo, mesmo eu vendo que está indo já: “Não, está bom, a gente tem que... Vai melhorar sim”. “Quando?”. E eu digo: “Não importa” [risos]. “O que importa é que Deus vai abençoar e vai melhorar”. E assim, muitas coisas já têm algumas portas abertas (Dona Conceição).

Tais fatores se assemelham às reflexões de Queiroz (2009) e Sabourin (2009a), autores que ressaltam a importância das lideranças comunitárias para a organização da vida dos agricultores familiares brasileiros. Estes líderes são imprescindíveis no auxílio e compreensão das dificuldades e enfrentamento a estas, inclusive orientando os membros do grupo que

representam à respeito de estratégias e práticas que possibilitem resistir a épocas mais difíceis, e também compreender processos de mudanças econômicas e sociais. Assim, para o processo de luta e resistência de comunidades de agricultores familiares, é de grande importância o papel de liderança que alguns membros assumem.

O papel de liderança de Dona Conceição, portanto, já há seis anos diretamente envolvida com o assentamento e em particular com a associação, motivando, criticando, representando, repassando conhecimentos e mediando interna e externamente as relações entre os agricultores, e entre eles e as instituições, respectivamente, é de grande importância para a compreensão da história do Assentamento Lyndolpho Silva. Somente um relato foi crítico às suas ações, entretanto o responsável não recebe nenhum tipo de apoio da comunidade, uma vez que sua crítica é vista como mais pontual, com relação ao não acesso a um programa, para o qual não possuía as exigências necessárias. A líder representa um elo entre a micro sociedade agrícola familiar composta pelos agricultores familiares que formam o assentamento e a macro sociedade municipal, estadual, nacional e/ou global; ou melhor, entre os contextos local e global (MENDRAS, 1978).

5.3.2 A vida comunitária atual no assentamento

O Projeto de Assentamento Lyndolpho Silva, atualmente (2018), ainda possui 33 famílias e uma população aproximada de 96 moradores, entre crianças, adolescentes, adultos e idosos. Das 33, somente 29 famílias residem de fato no assentamento; as outras quatro passam a semana fora e vão ao local somente aos finais de semana. Estas quatro não plantam e não criam devido às dificuldades de pastagem e de água, não acessam programas produtivos por conta de inadimplência em outros empréstimos ou por terem chegado recentemente ao assentamentos, não tendo seus nomes na RB, trabalham fora e esperam melhorias estruturais e a chuva para voltarem a residir no local. As outras 29 têm como atividade produtiva central a criação de caprinos, ovinos e aves, o plantio nos quintais produtivos e a produção de ração animal (palma). Alguns possuem barracas em feiras e abrigam conhecidos que os ajudam no trabalho na área.

A comunidade possui somente a associação e alguns chiqueiros como espaço coletivo de discussão e produção, respectivamente. Possui, também, dois bares/mercearias para compras emergenciais (feijão, arroz, massa de cuscuz, farinha, açúcar etc., e bebidas em geral) e um poço artesiano usado por todos. Não possui postos de combustível ou de saúde (os mais

próximos ficam no distrito de Pau Ferro), escolas (deslocam-se até o distrito de Uruás em transporte escolar), transporte coletivo (têm que se deslocar a pé, em carro/moto própria ou de carona até o ponto mais próximo, localizado na pista, a 5 km), cooperativas, igrejas (ocorrem missas e cultos em algumas casas particulares), clubes, feiras etc.

Juntos, participam ativamente das reuniões da associação para a melhoria da vida comunitária, proporcionando cursos, festas para arrecadação de fundos, divulgando e convidando para participação em iniciativas coletivas de aquisição de renda (produção de polpas, bolos, doces) etc. Ao longo dos anos, alguns grupos já tentaram a produção de polpa de frutas, bolos, doces, cocadas e queijo de cabra, a grande maioria sem sucesso por conta de dificuldades de armazenamento e financiamento. Coletivamente, entretanto, realizam mutirões de limpeza da área, reforma da associação, conserto da cerca e de equipamentos de uso comum (bombas d'água) e festividades para arrecadação de fundos para a associação, assemelhando-se às comunidades estudadas por Candido (1964).

Muitos trabalham fora, saindo e retornando diariamente ou semanalmente do assentamento. Alguns trabalham nas fazendas vizinhas, outros vendendo produtos (bolos, galinhas, doces), um é mototaxista, outros são pedreiros, marceneiros etc., sendo o trabalho externo uma das principais formas de aquisição de uma renda extra. Por conta da vizinhança com o assentamento Nossa Senhora de Fátima, que é formado por 80 famílias, e de não ser tão distante do centro de Petrolina (apesar dos 45 km, alguns assentamento são ainda mais distantes), o assentamento recebe muitas visitas; parentes, amigos e/ou compradores e vendedores estão sempre presentes. Por conta da organização interna, recebem também visitas institucionais de universidades, do próprio INCRA, do STR, dentre outras instituições, para demonstração de suas atividades e forma de vida.

A avaliação dos agricultores familiares assentados é de que, apesar do reconhecimento de várias dificuldades, a vida na comunidade é a melhor opção. Quase todos defendem a tranquilidade da área, a amizade entre os moradores, a ajuda mútua, a possibilidade de resolução das demandas e a vida pacata como valores fundamentais à existência, presença e resistência no assentamento. Na comunidade, julgam não estar sujeitos às formas de relação da área urbana, definidas por eles como superficiais; ou ao consumismo que os desvia de seus reais objetivos. Constroem, portanto, formas de relação, valores e normas específicas e diferenciadas, organizando-se através delas (SABOURIN, 2009a; WOORTMANN, K., 1990).

São poucos os conflitos ou diferenças, todos resolvidos coletivamente através da associação. Quase inexistem grupos internos fechados, sendo divididas todas as conquistas

comunitárias, ou convidados todos para participação em programas e/ou projetos de melhorias sociais e/ou produtivas. A comunidade como um todo é aberta, mas a entrada, saída e ou presença no assentamento é sempre aceita com a condição de respeito às normas de convivência. Ao menor sinal de desrespeito, a questão é levada para uma reunião da associação e discutida por todos; já houve casos de expulsão por violência e/ou proibição de entrada por baderna ou perturbação.

Diante de todas as questões citadas, os projetos dos assentados com relação à melhoria da vida na comunidade são mais relacionados à busca por água: construção de poços, acesso a programas de crédito para tal, busca de políticos para fornecimento de auxílios, entre outros. Alguns afirmam a necessidade de reforçar ainda mais a união dos agricultores, exemplificando através do tempo de barraco, época em que afirmam terem agido mais coletivamente. Ainda assim, o objetivo geral é a estruturação da área para a permanência nela, possibilitando também a continuidade das ações pelas próximas gerações da família.

O movimento, atualmente, é de retorno: alguns filhos têm voltado ou ido residir no assentamento, e netos de filhos que residem fora têm ido morar com seus avós para auxílio no trabalho. Os filhos que saem, ou continuam fora, geralmente ajudam seus pais a manterem-se na área, seja através do envio de recursos ou do envio de seus próprios filhos para que ajudem na execução das tarefas. O projeto central é de resistência, desenvolvimento da comunidade, formação de uma estrutura, superação dos bloqueios, fortalecimento de uma condição camponesa, tal como Ploeg (2009) a compreende, constituição de um patrimônio, reprodução da família e garantia de continuidade das ações pelos filhos. As estratégias e práticas para tal, além das questões envolvendo o acesso e manutenção da terra, serão discutidas no item seguinte.

6 PROJETOS, ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NA PRESERVAÇÃO DE UM MODO DE VIDA

A partir das discussões realizadas até aqui, pode-se concluir que, mesmo após a conquista da terra, os agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva ainda continuam enfrentando uma série de dificuldades estruturais, as quais se constituem em barreiras para que garantam suas necessidades através da própria produção, seja ela utilizada para consumo e/ou venda; para que consolidem e potencializem a sua condição de produtor de mercadorias. O acesso à terra, portanto, é somente o primeiro passo – e certamente um dos mais importantes – para a consolidação de seu projeto e enfrentamento ao bloqueio (NEVES, 2006; WANDERLEY, 2009a). Neste item, discutiremos as principais estratégias e práticas desenvolvidas pelos agricultores familiares para lidar com as problemáticas seguintes à conquista da terra: estruturação, produção, participação no mercado, escoamento etc.; bem como para execução de seus projetos e potencialização dos fatores desenvolvidos até então.

Para tanto, tomaremos como referência temas específicos, os quais foram pensados a partir da literatura consultada, já apresentada e discutida nos itens anteriores, e também através de nossa entrada no campo. A convergência da relevância dos temas na literatura e na pesquisa de campo nos possibilitou a construção de categorias analíticas, formuladas para melhor analisar nossos dados e pensar respostas às nossas questões. As categorias elaboradas, além da *história* e da *terra*, já discutidas no item anterior, foram: (1) trabalho; (2) a questão envolvendo o acesso à água e as Tecnologias Sociais; (3) o modelo de agropecuária desenvolvido; (4) formas de comercialização; (5) acesso a políticas públicas; (6) renda; e (7) principais práticas sociais utilizadas/desenvolvidas. A partir delas, foram pensadas uma série de perguntas, realizadas a cada conversa com os agricultores.

Ressaltamos que esta divisão foi realizada somente para melhor organização da discussão que se segue. Entretanto, como veremos, as categorias dialogam e se inter-relacionam, devendo ser pensadas conjuntamente. Outro fator é que estas categorias tanto dizem respeito aos projetos, estratégias e práticas para o enfrentamento às dificuldades e bloqueios, como para a potencialização de sua condição de agricultor familiar.

6.1 CONSTITUIÇÃO FAMILIAR E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Uma vez que o trabalho é realizado majoritariamente por membros da família, não podemos discutir aquele sem discutir esta. Neste sentido, é de grande importância a compreensão das diferentes composições familiares para a realização das atividades internas e externas necessárias à sustentação da unidade e seus membros. Em média as famílias do assentamento são compostas por mais mulheres do que homens. Isso ocorre tanto por conta de questões naturais (maior nascimento de mulheres), como por conta do maior número de emigrações definitivas realizadas por filhos homens, para a constituição de outro núcleo familiar na região ou em outros espaços. Os filhos saem do assentamento para trabalhar nas fazendas produtoras de frutas da região com o objetivo de juntar uma quantia que possibilite a compra de uma área própria, ou também para ajudarem aqueles que ficam. Outros migram para São Paulo, também com os mesmos objetivos. A partir destas saídas, alguns não retornam, emigrando definitivamente, levando sua família e/ou constituindo uma nova. Estes fatores foram identificados também por Woortmann, K. (2009).

A maioria dos moradores do assentamento possui em média 30 anos ou mais: ou são residentes desde o tempo de barraco, ou são filhos destes, ou ainda novos moradores aceitos após desistência. Os jovens, com menos de 30 anos, que também estão presentes em uma quantidade significativa, sendo pouca a diferença entre os grupos, são representados por filhos que não emigraram, por netos dos filhos que emigraram, por bisnetos, ou ainda por filhos, netos e bisnetos crianças ou adolescentes. A grande maioria destes últimos já ajuda na trabalhada³³ da casa ou do lote. Tais questões se assemelham às características de migração discutidas por Menezes (2009) e Woortmann, K., (2009). Sobre o início das atividades dos jovens, por exemplo, Menezes (2009) afirma que

No caso das famílias camponesas, a iniciação no trabalho desde tenra idade é uma prática social que, além da necessidade da cooperação dos braços na produção, representa um processo de aprendizagem do trabalho como valor que constitui homens e mulheres honrados, como é recorrente em inúmeras narrativas das mulheres e dos homens sobre sua infância (...) (MENEZES, 2009, p. 282).

³³ Recordamos que o termo *trabalhada*, conforme já identificamos na nota de rodapé 28, no item 5, possui uma significação específica para os agricultores familiares do Assentamento.

No assentamento, foram identificadas tanto situações em que algumas unidades são compostas por um único indivíduo, como unidades ocupadas por até quatro gerações de uma mesma família. No primeiro caso, o agricultor familiar, geralmente viúvo ou viúva, com filhos que emigraram, recebendo visitas aos finais de semana ou regularmente, encontra solução para a realização de suas atividades através da *ajuda mútua* ou do *trabalho em conjunto*, uma vez que não consegue cumprir com as obrigações sozinho. A ajuda mútua ocorre através da doação de dias de trabalho, ocasião em que membros de outras famílias se propõem a trabalhar alguns dias na área de um vizinho, para que seja possível a sua produção, ou a partir da ajuda em parte das atividades (SABOURIN, 2009a; 2011); ou ainda pela realização de mutirão, que ocorre quando um grupo de moradores se reúne para realizar as atividades do lote de um vizinho (CANDIDO, 1964; QUEIROZ, 2009).

Em alguns casos, por exemplo, as atividades domésticas (limpeza, cozinha, cuidado com o quintal) são realizadas totalmente por um vizinho, favor devolvido através de outras atividades ou por retribuição financeira (valor simbólico, pagamento de uma conta, auxílio na compra da feira/cesta básica). Outro exemplo é a realização, por um vizinho, de todas as atividades do lote com a criação dos animais e a sua manutenção, situação observada quando o morador é idoso, vive sozinho e não possui condições físicas de trabalhar na área. Tais características são interpretadas por Sabourin (2009a; 2011) como um modelo de sociabilidade possível de ser compreendido através da reciprocidade, a qual fundamenta parte significativa das relações sociais dos agricultores familiares do Semiárido brasileiro.

O trabalho em conjunto ocorre quando dois moradores se associam para a produção congregada. Estes moradores residem sozinhos, possuem um núcleo familiar restrito para o trabalho (homem, mulher e crianças) ou são membros de uma mesma família que ocupam mais de um lote. Foram observados casos de associação entre dois moradores, por exemplo, que possuem os lotes produtivos vizinhos e decidiram criar os animais e investir nas áreas conjuntamente; e casos de familiares moradores de diferentes lotes que trabalham coletivamente, dividindo os investimentos e resultados da produção e venda. Tais fatores estão diretamente relacionados às questões de ajuda mútua identificadas por Candido (1964) e Queiroz (2009), e também à questão da composição familiar discutida por Chayanov (1985) e Wanderley (2009a).

As dificuldades enfrentadas por alguns moradores, por exemplo, para o trabalho na área são diretamente relacionados à composição de sua família, geralmente formada por poucos membros aptos ao trabalho. Ou ainda por conta de ser sozinho, casos que ocorrem em virtude

da morte ou separação do cônjuge, ou por não possuírem filhos ou estes terem emigrado definitivamente, como afirmado anteriormente; ou também nunca terem morado no assentamento, visto que a demora pela conquista da terra levou à divisão familiar antes mesmo da entrada. Ou seja, muitos filhos de assentados formaram suas famílias antes da conquista da área pelos pais, ocasião em que se estabeleceram em outros espaços. As dificuldades destes moradores demonstram a centralidade e a importância da família para realização do trabalho na propriedade. A partir destes fatores, a limitação do trabalho disponível dificulta a expansão dos lotes e da criação. Não foram encontrados casos de pagamento de um trabalhador externo, uma vez que para os assentados, especificamente, isso formalizaria outro tipo de relação, podendo quebrar os vínculos de amizade.

Por outro lado, as situações em que uma unidade possui mais de uma geração também são comuns. Os mais encontrados são casos de duas gerações: pai/mãe e filhos. Também é comum encontrar três gerações: pai/mãe, filhos e genros/noras e filhos/netos. Nestas duas situações, os moradores ocupam a mesma casa, com dois ou três cômodos. O caso de quatro gerações não é muito comum, mas também pôde ser observado. Nesse caso, residem pai/mãe, filhos e genros/noras, filhos/netos e filhos/netos/bisnetos. Aqui, a família se divide entre duas casas, a principal e uma outra construída ao lado, ou mais um cômodo é construído. Em todas as situações há uma divisão do trabalho entre os membros da família, geralmente as mulheres sendo responsáveis pelo quintal produtivo e atividades domésticas, e os homens pelo trabalho no lote produtivo.

Entretanto, muitas mulheres também realizam os trabalhos dos lotes produtivos com as criações de animais, enquanto não encontramos situações em que os homens auxiliam nos afazeres domésticos; entre eles, homens e mulheres são igualmente agricultores, mas não são igualmente “trabalhadores domésticos”. Assim, o trabalho das mulheres é maior do que o dos homens em responsabilidade e execução, uma vez que se dividem entre as atividades no lote produtivo e no lote doméstico. As mulheres, por exemplo, quando perguntadas sobre o lazer, respondem que este está vinculado à arrumação da casa, lavagem de roupas etc., conforme trecho abaixo, recorte de uma das entrevistas. Já os homens afirmam que seu lazer se dá através dos jogos de futebol, ida à casa de algum vizinho para conversar e descanso.

Rafael: Vocês têm aqui um... Qual que é o lazer de vocês aqui num final de semana? Eu já vi uns filmes ali. Na entrada tem um barzinho.
Socorro: Rafael, quando tu chegou eu terminei de cumprir com uma parte do meu lazer.

Conceição: Faxinando a casa!

No que se refere estritamente ao trabalho interno, há pouca diferenciação entre os trabalhos mais simples ou mais pesados: os mais simples sendo aqueles de aguar as plantas dos quintais produtivos e afazeres domésticos; os mais pesados o cuidado com os animais (vacinação, busca etc.) e a manutenção e estruturação do lote³⁴. Para eles, a maioria das trabalhadas não são pesadas, entretanto, nos períodos em que os animais reproduzem, o serviço se torna mais complexo. A todo instante eles se deslocam até os lotes para realização dos partos, vacinação, cuidado com recém-nascidos, amamentação (muitos têm de ser alimentados com leite em mamadeiras) etc. Como o pasto tem sido restrito, em virtude do período de seca que o Semiárido enfrenta, os animais têm reproduzido antes do tempo normal de gestação, situação em que os agricultores acabam por perder muitos deles (tanto recém-nascidos quanto reprodutores).

As atividades dos filhos/netos mais novos também são de grande importância para a unidade doméstica. Muitos se dividem entre os estudos e o serviço no lote da vila, mas também ajudam nas atividades do lote produtivo. Os adolescentes, além de estudarem em escolas próximas, também trabalham na área, estes, homens ou mulheres, mais inseridos nos quintais produtivos ou na criação dos animais. Todos relataram terem como objetivo a continuidade do trabalho de seus pais; os pais, inclusive, manifestaram o desejo da continuidade de seu trabalho por seus filhos, uma vez que a terra, após tanta luta para acessá-la, tornou-se importante para eles, devendo continuar na família através das gerações seguintes, sendo trabalhada e melhor estruturada. Não há, nesse sentido, interesse em que os filhos direcionem seus esforços exclusivamente para os estudos. Ele é, de fato, importante para os objetivos da família, mas deve ocupar um espaço conjuntamente com a atividade na área.

A grande maioria estuda até a finalização do ensino médio, entre 17 e 20 anos. Entretanto, aqueles que manifestam interesse em continuar estudando, tanto no desejo dos pais como nos seus próprios, é para adquirir um conhecimento que lhes permita o retorno ao assentamento para aplicá-lo. Assim tem acontecido com jovens que saem do assentamento para a realização de cursos pontuais sobre manejo de animais e produção agrícola: eles saem temporariamente, mas retornam para o assentamento para continuar ajudando seus pais; ou saem e retornam diariamente ou semanalmente. Para os assentados, entretanto, os estudos pós

³⁴ Esta classificação é feita pelos próprios agricultores do assentamento.

ensino médio parecem distantes. Um deles chegou a falar sobre os cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, ofertados pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, mas sem esperança de um dia cursá-los.

Nos casos em que a família utiliza-se da prática da pluriatividade, em geral os homens saem para o trabalho externo, e às mulheres, filhos e netos mais novos cabem as atividades domésticas, no quintal e no lote produtivo. A grande maioria das famílias compostas por duas gerações ou mais é pluriativa. A possibilidade de trabalhar externamente alugando a força de trabalho é uma estratégia comum entre os agricultores familiares do assentamento, e se revela numa das práticas mais utilizadas para a aquisição de uma renda que lhes permita garantir as suas necessidades básicas, e também parte do investimento feito no lote. Os trabalhos mais comuns são nas fazendas vizinhas (plantio e colheita), ou na cidade como vendedores, mototaxistas, auxiliares administrativos etc. Todos que conversamos afirmaram que, se tivessem como escolher, trabalhariam exclusivamente em suas áreas.

O trabalho externo, portanto, tem significado uma prática imprescindível à reprodução da condição de agricultor familiar, uma vez que lhes permitem enfrentar a falta de estrutura ou a impossibilidade de viver somente do ganho da terra. Esta prática, inclusive, possibilita a compra de alguns insumos e equipamentos que auxiliam nas atividades produtivas, tais como ração, milho, trituradoras, ensiladeiras, sementes, químicos, tanques etc. Estes materiais facilitam seus trabalhos, bem como ajuda-os no enfrentamento às dificuldades da seca, como a falta de pasto e água.

As estratégias dos agricultores familiares para a melhoria de seus trabalhos têm sido, portanto, em verdade, a busca por uma melhor estruturação dos lotes, uma vez que segundo eles não faltam mãos para o trabalho, mas estrutura e água que possibilite mais trabalho para as suas mãos. A melhoria das condições de trabalho para a família, então, se relaciona com a melhoria das condições dos lotes produtivos que ainda estão em fase inicial e, desde que divididos e demarcados, não tiveram um bom ano de inverno. A esperança é que nos anos que virão as condições melhorem, sendo aproveitadas por eles ou pelas gerações seguintes da família. As condições adversas vividas, mas ainda assim suportáveis através de adaptação, inclinam os pais a desejarem um futuro para os filhos e netos de continuidade na agricultura familiar, conforme já apontamos acima. Isso se traduz em parte de seus sonhos: a transmissão da terra mais bem estruturada e que possibilite uma boa vida às gerações seguintes.

Por esse motivo, são poucos os projetos de aquisição de novas áreas ou ampliação. Aqueles que o desejam, o fazem como uma forma de driblar temporariamente a falta de

estrutura atual das unidades, como no caso dos arrendamentos citados no item anterior ou da migração de alguns membros. Todavia, a convicção geral é de que os lotes produtivos do assentamento são de boa qualidade, e se bem estruturados são suficientes para a criação dos animais e para a exploração agrícola. A compra de novas terras para o filhos, portanto, pouco aparece como um projeto dos pais agricultores familiares do assentamento. Quando aparecem, são projetos somente dos filhos, que objetivam formar um núcleo familiar próprio, mas que têm como primeira opção a continuidade no assentamento; ou são estratégias familiares para conseguir uma renda através da migração.

Os bloqueios ao trabalho familiar, portanto, são consequência da ainda pouca estrutura dos lotes, em fase de desenvolvimento. A restrição da oferta d'água, segundo os moradores, é o principal limitador do uso total de suas forças de trabalho, “desperdiçada”, segundo eles mesmos, por conta da pouca possibilidade de exploração. Sobre isso, Wanderley (2009a) reflete:

Além de desperdiçar terras, o modelo da modernização brasileira desperdiça os próprios agricultores. As marcas do comando da terra estão, igualmente, na origem da exclusão de grande parte dos agricultores, do acesso às condições que assegurem o pleno exercício de sua atividade profissional. Em consequência, a agricultura familiar se constitui como um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 2009a, p. 60).

A limitação à estruturação da agricultura familiar desperdiça, portanto, o seu potencial de força de trabalho, disponível mas subutilizada (WANDERLEY, 2009a).

6.2 A QUESTÃO DA ÁGUA E SEU PAPEL LIMITADOR

A falta de água aparece em todas as falas dos agricultores como a principal dificuldade enfrentada. Sendo o assentamento uma área de produção de sequeiro, que se utiliza das águas provenientes das chuvas, a exposição a meses de estiagem e períodos intermitentes de seca exige uma diversidade de cuidados, políticas específicas e estratégias e práticas singulares. O modelo de ação do Estado, que marcou parte significativa da segunda metade do século passado, através da SUDENE, do DNOCS e da CODEVASF, esvaziando as regiões mais áridas do Semiárido e investindo na criação de perímetros de irrigação, criou um grande lapso

temporal de estudos e políticas para a convivência com as características específicas da região, ou para o próprio desenvolvimento da *dry farm*.

Assim, as ações de convivência com a semiaridez que têm resultado em maiores possibilidades de acesso à água são mais recentes, dos últimos vinte anos, oriundas de ONG's, da ASA e relativamente encampadas pelo Estado, e que diminuem, mas não eliminam práticas políticas tradicionais de oferta de água através de carros-pipa em troca de favores eleitoreiros. Quem já teve a oportunidade, por exemplo, de chegar ou partir de Petrolina de avião, durante o dia, pôde perceber a grande diferença entre as áreas irrigadas, verdes, onde a oferta de água através dos canais de irrigação é abundante; e as áreas de sequeiro, cinzas durante grande parte do ano, nas quais os moradores têm de se planejar bastante para garantir água para as necessidades básica e para a produção agropecuária. No Assentamento Lyndolpho Silva, as principais estratégias para acesso à água resultaram em quatro fontes de disponibilidade/busca: a água encanada, disponível nos lotes da vila; as tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, presentes em maior quantidade na vila, mas também presentes nos lotes produtivos; as cobranças institucionais e pedidos a políticos; e a compra de água através dos carros-pipa.

Figura 15 – Técnica para oferta de água aos animais



Fonte: o autor.

A primeira, a água encanada, de responsabilidade da Compesa, é a principal fonte de uso. É ela quem garante as necessidades humanas e domésticas (consumo, limpeza, cozinha etc.) da casa. Fruto de um longo processo de luta e negociação com o INCRA (que financiou parte da construção de uma adutora) e a própria Compesa, os agricultores pagam uma taxa de aproximadamente R\$40,00, mensalmente. Essa taxa lhes garante a oferta mensal de 10m³, ou 10 mil litros, que podem ser usados somente na casa, sendo proibido o uso para a agropecuária. Usando ou não todos os 10 mil litros, a taxa se mantém a mesma, contudo se ultrapassada essa quantidade, os agricultores pagam uma taxa extra, proporcional à quantidade utilizada.

A grande maioria dos agricultores se organiza, inicialmente, para o uso mensal dos 10m³, realizando os cálculos necessários para não ultrapassar o limite, ou para armazenamento nas cisternas ou em tanques, caso seja verificado que sobrar uma quantidade dentro da medida. Essa água armazenada é utilizada para suprir os momentos de falta d'água, que são comuns – às vezes chega a faltar água por um período de até 20 dias seguidos –, para o uso nos quintais, ou também para o seu uso nos lotes produtivos. Outra parte dos agricultores se submetem a pagar a quantia que lhes for cobrada, ultrapassando os 10 mil litros mensais, mas garantindo o uso naquilo que julgam necessário. Para eles, se esta é a fonte mais segura de acesso, ela deve ser usada para as suas necessidades, mas também para casos extremos, como a sede dos animais.

Figura 16 – Tecnologias sociais utilizadas no assentamento



Fonte: o autor.

Como em cada um dos lotes produtivos existe somente um barreiro como fonte de água, construídos em 2016, e que não acumularam nada em virtude do período de seca, os agricultores deslocam-se diariamente em carros, motos e/ou carroças para levar a água necessária aos animais; esta oriunda do planejamento dos agricultores para o uso da água encanada, arcando com seus custos ou limitando-se ao uso mínimo para que sobre aos animais. Tal exemplo é característico de um processo de resistência diário, assemelhando-se àqueles observados por Scott (2002), em que os agricultores enfrentam normas institucionais pensando na continuidade de sua existência e possibilitando a sua produção e reprodução. Uma das formas de uso da água para a disponibilização aos animais é a soltura deles na vila, a colocação de um recipiente na porta e o enchimento deste com água da mangueira, ligada a uma torneira da Compesa (ver Figura 15). Esta é a água de melhor qualidade, para a qual os animais não resistem.

A segunda fonte de disponibilidade, representada pelas tecnologias sociais, também possuem a sua importância. Todos os lotes da vila são equipados com uma cisterna de consumo com capacidade para 16 mil litros. Nove lotes possuem, cada, uma cisterna calçadão, com capacidade de armazenamento de 52 mil litros. Além disso, o assentamento conta com um poço, de uso comum, que fica no centro da comunidade, abastecendo bebedouros coletivos, e um segundo que ainda não é utilizado por não ter a sua estrutura finalizada. A água do poço é utilizada com cuidado em virtude da sua significativa quantidade de sal, não sendo de grande qualidade e para a qual alguns animais resistem.

Cada lote produtivo contém somente um barreiro, como já citado, construído a partir de recursos do Pronaf A (ver Figuras 16 e 17). Estas tecnologias têm possibilitado aos agricultores familiares melhores condições de acesso à água e convivência com a seca, entretanto não suprime a busca por políticos ou cobrança institucional, terceira fonte acima elencada. Por conta da seca, por exemplo, situação em que as cisternas não são abastecidas por água das chuvas, e considerando que elas não podem ficar vazias, pois ocasiona rachaduras, muitos agricultores compram água através dos carros-pipa, fator compreendido como quarta forma de acesso à água. A carrada, como é chamada a compra de um carro pipa com 8 mil litros, custa em média R\$140,00. Aqueles que não podem comprar buscam políticos para fornecê-la. Esse papel, geralmente, cabe à liderança, que entra em contato com assessores através da associação, enviando ofícios em que expõem a situação e solicitam “ajuda”. Cabe à liderança, também, acionar os órgãos municipais, estaduais e federais em busca d’água, exigindo providências à sua falta.

Figura 17 – Poço artesiano e bebedouro de uso coletivo



Fonte: o autor.

Os custos políticos destes “favores” são geralmente relacionados à lembrança da “ajuda” nos períodos de eleição. Muitos retribuem o “favor”, outros não. Aqueles que o fazem, agem através de uma ética da reciprocidade, isolando a ação do político e reconhecendo que, talvez, por outros fatores, ele não mereceria a retribuição; os que não, afirmam conhecer os candidatos, e que não vale o “contra-favor” por algo que lhes é de direito. Assim, há tanto um processo de tomada de consciência dos agricultores, os quais elaboram estratégias para acesso à água, e há também uma afirmação de seus valores morais, através do cumprimento de sua palavra. Não é somente a ação em si, portanto, que fundamenta a resposta dos agricultores, mas também o apego aos seus valores sociais e/ou a leitura crítica da situação, que lhes permitem tomar decisões, elaborarem estratégias e se planejarem (WOORTMANN, E., 1981). A terceira e a quarta fonte de acesso à água, portanto, estão diretamente entrelaçadas, mas seguem, geralmente, um mesmo caminho: os agricultores tentam, primeiro, a organização para a compra, e quando não conseguem se dispõem a buscar os políticos.

O fato é que a soma destas quatro fontes de acesso à água são insuficientes para a potencialização da sua produção, atingindo diretamente os seus sistemas e determinando, em grande medida o tamanho e o tipo de produção. As estratégias para superar a limitação na distribuição da água se concentram principalmente no acesso a políticas produtivas, que possuem linhas de crédito para a estruturação da propriedade. O principal deles é o Pronaf Semiárido, que disponibiliza recursos para a constituição de projetos de infraestrutura hídrica, tais como a perfuração de poços. Os agricultores, entretanto, em virtude do acesso recente ao Pronaf A (2016), não podem acessar este programa, sendo necessária a espera do tempo de carência e o pagamento de ao menos uma parcela deste programa. Como o tempo de carência é de três anos, o pagamento da primeira parcela será somente em 2019/2020, ocasião em que poderão pleitear o Pronaf Semiárido.

Outra forma de busca pela superação é a procura de políticos para que auxiliem na estruturação do segundo poço, ou de instituições vinculadas à ASA para a instalação de outras tecnologias sociais de captação e armazenamento de água das chuvas, ou outras fontes. Com a possibilidade de acesso a estas outras fontes, os agricultores afirmam que aumentariam sua criação de animais, investiriam na produção de pasto e retornariam às atividades de plantio, para o consumo e a venda, sendo este último um de seus principais objetivos. Tendo feito cursos de criação e manejo de animais, eles afirmaram que não mudariam as espécies criadas, pois aprenderam que estas são as mais adaptadas às especificidades da região, em consequência de reflexões advindas da proposta de convivência com o Semiárido.

Quando questionados se trocariam a área por outra com mais fontes e disponibilidade de água, alguns deles afirmaram que sim, mas a maioria que não. Pudemos observar que aqueles que disseram que fariam a troca chegaram depois ao assentamento; os que disseram que não trocariam são os agricultores do tempo de barraco, os quais criaram vínculos subjetivos de ligação com a terra, principalmente após toda a luta e resistência para acessá-la. Tal questão demonstra a importância simbólica da terra, não sendo esta somente um artigo necessário à produção agropecuária; ela, acima disso, como já afirmamos anteriormente, é um local de histórias, sentidos, que possui um significado especial, inexplicável através da economia, mas compreensível se pensada a partir dos próprios sistemas de valores dos agricultores familiares (BRANDÃO, 1999; SABOURIN, 2009a; WOORTMANN, E., 2009; WOORTMANN, K., 1990).

Aqueles que fariam a troca não a realizam por conta, principalmente, da falta de recursos. Não possuem a quantia financeira necessária para a compra de uma área, e muitos não

querem abrir mão da vaga no assentamento para viver como arrendatário; salvo os casos já discutidos de membros da família que arrendam um espaço com maiores recursos hídricos temporariamente para a aquisição de uma renda complementar, geralmente usada para a compra e/ou produção de ração animal e alimentos usados pela família no assentamento, e ou venda nas feiras. Tanto no primeiro caso como no segundo, os agricultores agem de acordo com uma série de estratégias e planejamentos.

A água, portanto, ou a sua restrita disponibilidade, se constitui, em nosso campo de estudo, como uma das principais formas de bloqueio à potencialização da produção dos agricultores e ao seu desenvolvimento, bem como num dos principais elementos geradores de dificuldades. Isso se mostrou unânime entre os moradores, que afirmam que a situação seria outra caso a oferta não se constituísse neste limitador. Aprofundaremos, a seguir, a discussão de como o papel da água como limitador influencia diretamente nas culturas e na criação de animais.

6.3 PRINCIPAIS CULTURAS/CRIAÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

Por conta das problemáticas expostas até aqui, os agricultores familiares concentram parte significativa de suas ações na criação de animais de pequeno porte (caprinos, ovinos e aves), os quais consomem menos água; eles são, portanto, predominantemente criadores de animais. Se a criação de animais, no Semiárido, possui um simbolismo estratégico de garantia das necessidades quando a situação dos agricultores se torna mais difícil, os quais consomem ou negociam seus rebanhos (ANDRADE, 2011), no assentamento ela tem protagonismo, pois passou a ser o foco desde o primeiro projeto produtivo elaborado em conjunto com a empresa de ATER, em 2011, em virtude justamente das dificuldades estruturais do espaço. A adoção da pecuária como atividade central é uma consequência dos fatores de limitação, mas também é uma estratégia de enfrentamento às dificuldades.

Mesmo que a atividade central, para a qual estão direcionados os esforços da empresa de ATER, a criação de animais enfrenta algumas dificuldades. A quantidade do rebanho, por exemplo, é determinada pela possibilidade de oferta de água; o pasto, que é consequência da capacidade de plantarem ou não, ou ainda de um bom ano de inverno, também depende da água. Tal fator obriga os agricultores a buscarem outras fontes de alimentação, sendo a principal delas a compra de ração, que é cara, e por isso mais um fator limitante. A grande maioria dos lotes

possui caprinos, ou *criação*, como eles denominam, ovinos, aves (galinha e pato), alguns porcos e pouquíssimos têm bovinos (somente para a retirada do leite). A pouca disponibilidade de água, e conseqüentemente de pasto, permite aos agricultores abater os animais somente uma vez ao ano, sendo que poderia ser a cada seis meses.

Se nós tivéssemos aqui a água que nós precisássemos, (...) nós tínhamos, em seis e seis meses, um rebanho de animal pronto para o abate. Enquanto nós só temos aqui uma vez no ano. Porque ele não engorda, ele só sobrevive. Mantém vivo. Então se nós tivéssemos água, pasto verde, de seis em seis meses nós teríamos um rebanho de animal para vender. E nós teríamos uma vida ainda mais tranquila, porque o carneiro com seis meses, oito, ele está dando 12 quilos, assim pronto para o abate. Hoje ele passa um ano e meio para dar 12 quilos. Então não é um atraso? Enquanto eu poderia tirar duas vezes, eu vou tirar uma, porque ele não cresce. Por mais que você cuide, a alimentação não é suficiente para ele. Isso é devido à falta de pasto, porque ele não tem... Só tem uma chuvinha, de vez em quando. Como esse ano nem chuva veio, o bichinho vive na misericórdia de Deus, aí não engorda e nem cresce (Dona Nilda).

Parte dos animais (ovinos e caprinos) são criados soltos nos lotes produtivos durante o dia, mas passam a noite em um chiqueiro cercado. Os agricultores familiares vão, no mínimo, duas vezes ao dia nos lotes para o cuidado com os animais: pela manhã, levando água, comida e para soltá-los; e ao final da tarde, também levando água e comida, para colocá-los de volta no chiqueiro e para conferência, verificando ferimentos, tratando os animais doentes, cuidando daqueles prestes a reproduzir etc. Os poucos que possuem gado também os mantêm nos lotes produtivos. Os animais de menor porte (aves e suínos) são criados nos quintais produtivos, sendo o seu cuidado também pela manhã e à tarde. Quase todos os quintais possuem um espaço para o cuidado específico de animais doentes.

Há anos os agricultores não plantam como gostariam em virtude justamente da escassez de água; nos lotes produtivos, inclusive, a grande maioria ainda não plantou, e os que se arriscaram perderam tudo. Há o objetivo, entretanto, do plantio do feijão, do milho, da macaxeira e de frutas para o consumo e a venda, assim como existe um grande interesse em plantar espécies que sirvam de pasto para os animais, tais como capim, a palma, leucena etc., possibilitando o aumento do rebanho. As condições de restrição da oferta e uso da água, entretanto, impossibilitam os agricultores de executarem tal projeto, os quais esperam ansiosamente pela chuva, e/ou buscam acesso a programas que lhes permitam constituir uma estrutura hídrica. A pouca agricultura que desenvolvem é a dos quintais produtivos, conforme já descrevemos. Uma curiosidade é que um canal de irrigação que abastece o distrito de Uruás,

que possui áreas irrigadas de colonos, passa a aproximadamente cinco quilômetros de distância do assentamento, mas sem uso ou sequer possibilidades de acesso pelos agricultores do Lyndolpho Silva.

Figura 18 – Chiqueiro de dois assentados associados ao final da tarde



Fonte: o autor.

Parte dos recursos utilizados para a produção são oriundos dos programas de incentivo à produção, tais como o Pronaf A e o Fomento, do INCRA. Muitos, entretanto, se utilizam de recursos próprios para a compra de ração, água de carros-pipa, medicamentos etc., recursos estes oriundos dos ganhos com a negociação dos animais, ou da aposentadoria rural. Há, entre as famílias, um cálculo realizado para a divisão dos recursos que garantirão as necessidades da casa e a continuidade da criação de animais. A maior parte dos recursos, inclusive, é direcionada às necessidades dos animais, assumindo, segundo os agricultores, uma proporção de 70-30, ou seja, 70% dos recursos da unidade são utilizados com os animais, e 30% com as necessidades da casa.

A gente divide nossa feira com os animais. Em vez de comprar a nossa feira completa, a gente compra a feira e a ração. 30% de feira e 70% de ração e remédio, pra não deixar os caprinos morrerem. Então a gente está trabalhando no vermelho para não ver os nossos bichinhos morrerem. A gente está gastando mais do que o caprino está nos deixando. Mas como o agricultor tem

a mania de criar, e a gente tem que criar. Pois o nosso único meio de sobrevivência aqui é criar, e se a gente parar de criar nós vamos ficar fazendo o que aqui? Olhando um para o outro. Então a gente vai ter que fazer esse manejo. Porque os lotes chegaram agora, nós não temos pastagens para fazer uma silagem. A chuva não está ajudando, nós não temos um poço artesiano na roça para plantar um capim para a gente fazer uma silagem. Então nossa maior dificuldade hoje [também] é ração (Dona Nilda).

O sistema atual, portanto, não é satisfatório, tendo parte significativa de seu potencial desperdiçado em virtude das dificuldades estruturais, e fazendo com que os agricultores, em sua maioria, trabalhem com o mínimo de ganhos. A centralização da produção na criação de animais é aceita e apontada pelos agricultores como a atividade mais viável e vantajosa, mas ainda assim eles têm de enfrentar uma série de demandas. Por outro lado, muitos apontam as dificuldades para o plantio, outrora abundante, como um problema que deve ser enfrentado, pois precisa voltar a ser uma de suas principais atividades, uma vez que também é o que sabem fazer.

A vontade dos agricultores, entretanto, não é de mudar o sistema produtivo, mas de potencializá-lo. Todos afirmaram que querem continuar criando animais, mas objetivam uma melhor estrutura. A grande maioria também busca melhorias na estrutura para a prática agrícola, inclusive aquela orientada para a otimização da criação animal. Os animais que possuem atualmente são, segundo eles, os mais apropriados para a criação, e ainda que melhorem o sistema, não objetivam mudar as espécies. Já as culturas plantadas sim, visam uma modificação para o investimento em grãos e frutas, como afirmamos acima. A possibilidade de melhoramento é completamente viável, segundo todos eles; bastaria a estruturação através da atenção dos órgãos competentes, os quais poderiam direcionar projetos apropriados.

Com relação ao próprio preparo relacionado à criação dos animais e aos plantios, os agricultores participam frequentemente de cursos ofertados pela empresa de ATER e outras instituições, tais como o INCRA e o IPA. Os cursos, geralmente, são de manejo animal e agrícola, e comercialização. Destaca-se, também, nesse processo, o preparo dos agricultores e a disposição para o trabalho, os quais têm como objetivo o aumento da produção. Entretanto, o bloqueio que lhes é imposto para tal, representado pela falta de estrutura, pasto, água e/ou condições financeiras de arcar com os custos da compra destes fatores, gera uma barreira para a execução de seus projetos.

Ainda assim, enfrentam estas problemáticas se planejando, realizando cálculos objetivos e subjetivos, dividindo-se entre o trabalho interno e externo, buscando instituições e parcerias,

adaptando formas produtivas etc. Estas questões, que se referem a estratégias e práticas de enfrentamento, lhes apresenta como consequência um resultado produtivo, que não é o adequado, mas que tem possibilitado a resistência, sobrevivência e reprodução, tudo através da constituição de um patrimônio mínimo, resultado maior de suas iniciativas. Uma destas iniciativas é a comercialização da produção, referente à importante participação dos agricultores familiares do assentamento no sistema local de mercado.

6.4 OS AGRICULTORES E A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Conforme já discutimos até aqui, inclusive na fundamentação sobre o campesinato e a agricultura familiar, a grande maioria dos agricultores familiares dividem sua produção entre o autoconsumo e a venda. Ou seja, uma quantia da produção assegura parte das necessidades alimentares da família, e outra parte vendida, trocada ou negociada garante o restante das necessidades. Vale ressaltar que também existem situações em que os agricultores familiares garantem toda a alimentação, ou parte considerável dela, a partir da própria produção, tendo a agricultura uma importante função de subsistência; assim como existem situações em que a alimentação é toda, ou quase toda, comprada, sendo a produção destinada à venda. Não é a característica de consumo da própria produção ou não que garante o caráter de familiar à agricultura (LAMARCHE, 1991; 1998; SHANIN, 2005; WANDERLEY, 2009a).

A participação no mercado, entretanto, é característica imprescindível da agricultura familiar (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009); o que diferencia são as diversas formas e os vários níveis de participação (LAMARCHE, 1991; 1998). No assentamento Lyndolpho Silva, todos os que produzem participam, em alguma medida, do mercado, vendendo seus produtos e comprando outros artigos. São três as principais formas de venda: (1) ao atravessador, que são aqueles sujeitos que compram produtos dos agricultores por um valor baixo, e revendem por um valor mais alto; (2) diretamente nas feiras ou no próprio assentamento; e (3) diretamente aos programas de incentivo à produção, tais como PAA e PNAE.

A venda ao atravessador é a menos rendosa. Estes últimos, geralmente, vão ao próprio assentamento negociar os valores e pegar os produtos, neste caso, os animais (caprinos e ovinos). Os preços são baixos, e pouco cobrem os valores gastos na produção. Em épocas de seca, quando os agricultores vendem os animais mais magros, em geral, para não perdê-los, pois não têm como manter os custos da criação sem pasto natural, o preço é ainda menor. A venda é realizada por famílias que menos acesso têm a um transporte ou aos programas de

compra governamentais; ou seja, àquelas menos estruturadas para a participação direta no mercado de vendas. A exploração, nesse modelo, é maior, uma vez que os atravessadores ganham em cima da produção da agricultura familiar, e vendem às grandes redes de mercado que lucram sobre os atravessadores; o preço final, portanto, é bem maior do que o preço pago aos agricultores, sendo a exploração do sobretrabalho dos agricultores familiares a base da reprodução deste capital (WANDERLEY, 2009a; WOLF, 1976).

Já as vendas dos produtos diretamente ao consumidor geram maiores ganhos, mas ainda assim também são onerosas. Os produtos vendidos neste modelo são as frutas (limão, laranja, acerola, goiaba), verduras (coentro, tomate, cebolinha) e animais de menor porte (galinha, porco) dos quintais produtivos; e também os animais criados nos lotes produtivos (caprinos e ovinos). No primeiro caso, alguns membros da família levam os produtos (frutas, verduras e animais, estes últimos já tratados e limpos) para a venda nas feiras dos bairros de Petrolina, ou para seus ambientes de trabalho. Em outras situações, moradores próximos ao assentamento vão até os agricultores comprar estes produtos, principalmente a galinha e o porco. Há também algum tipo de negociação interna, realizada através da troca de produtos ou de compra/venda entre vizinhos. Todos os moradores que produzem, em alguma medida, vendem um destes produtos diretamente em um dos locais citados.

Figura 19 – Fruta de um dos quintais produtivos pronta para a colheita e venda



Fonte: o autor.

A venda dos caprinos e ovinos, neste modelo direto, é um pouco mais complexa que a dos outros produtos listados acima. Primeiro porque enfrenta algumas dificuldades, principalmente com relação à certificação, questão ainda não conseguida pelos agricultores, o que proíbe a comercialização em alguns espaços, inviabilizando-a; e porque exige uma logística para a passagem obrigatória dos animais pelo matadouro. Este último fator leva à segunda questão, que é o custo para a venda do produto. Os agricultores pagam o frete do produto até o matadouro mais próximo, que fica no distrito de Rajada, a 45km de distância, pagam a taxa para o serviço e o documento de autorização para o transporte dos animais, e pagam também o frete para o transporte do produto entre o matadouro e a feira. Tais fatores, ocasionados por uma falta de estrutura do assentamento, que não possui um caminhão, tornam a venda um tanto onerosa, mas ainda menos que no caso do atravessador.

A terceira forma de venda, o fornecimento ao PAA e ao PNAE, é realizada somente por alguns agricultores; os que não o fazem, justificam sua não participação pelo baixo valor pago, pela descrença no governo ou por desconhecimento dos trâmites burocráticos. Tais argumentos geram um desconforto entre estes agricultores e as lideranças da associação, que afirmam incentivar, em todas as reuniões, o acesso aos programas, explicando todo o processo. Há, portanto, uma discordância entre os moradores sobre a importância, ou não, o entendimento e os ganhos a partir do acesso aos programas de comercialização.

Se vem um PAA da vida, é para todo mundo. Mas quando você convida, que vem a reunião, que vem o edital, que você lê, uma diz: “Eu agarro com dois pés e as duas mãos. Outros dizem: “Quem não quer isso aí sou eu. É muito pouco. Eu vou passar o ano todinho correndo atrás de 3 mil reais? Nunca que eu fui louco”. Então é assim: se você ganha três daqui, aí aparece mais um e você ganha mais mil. E aí mais dois, e aí mais mil, e aí mais 500, mais 300, quando findar o ano, você está com a sua renda na palma da tua mão. Vai precisar de você saber administrar ela. Mas muita gente aqui não quer, porque é pouco. Nem tem, e ainda não quer porque é pouco. Olhe, fica complicado, viu? (Dona Conceição).

Neste modelo de venda, os agricultores também arcam com os custos do abate, do frete, da documentação e da entrega, entretanto o valor pago por quilo do produto pelo programa é maior que o valor vendido nas feiras. Atualmente, 10 famílias entregam regularmente ao PAA, e há em andamento uma negociação para o fornecimento dos produtos ao IF-Sertão a partir do PNAE. O fornecimento e as questões burocráticas são todas realizadas via associação, e os

agricultores se organizam internamente para atingir a meta mensal de quilos fornecidos; assim, caso algumas das 10 famílias não tenham a quantia certa, as outras suprem e depois negociam entre si (através de repasse do valor ou equilibrando a quantia através de entregas futuras). Os valores alcançados, por família, através deste fornecimento, giram em torno, aproximadamente, de R\$3.000,00 por ano.

Algumas famílias, para a complementação da renda, produzem alguns alimentos para a venda, como é o caso da produção de bolos de uma delas; na verdade, a produção é de uma família de oito membros, divididos em quatro lotes. Dois dias da semana, quarta e quinta, as mulheres produzem bolos de sabores variados (cenoura, trigo, chocolate, macaxeira e leite) durante toda a tarde. Os produtos utilizados na confecção são todos comprados, com exceção, em poucos casos, da macaxeira e do leite, quando conseguem tirar algumas do quintal e dos animais (esta família possui duas cabeças de gado). Os bolos são vendidos no próprio assentamento, ou pelos homens, que saem de carro ou de moto, à noite, nos assentamentos vizinhos, e custam em média R\$10,00. A produção é feita em um fogão a lenha, nos fundos de uma das casas, em cozinha improvisada (ver Figura 20).

Duas famílias mantêm um comércio dentro do assentamento, revendendo alimentos (feijão, arroz, açúcar etc.) ou bebidas. Já houve, durante os anos, várias tentativas de produção de polpas de fruta, que não deram certo por conta das dificuldades em adquirir o selo para certificação e comercialização; cocada, que funcionou durante um certo tempo, mas depois ficou mais dispendioso, obrigando as famílias a encerrarem a produção; e galinhas, esta nunca iniciada por conta da não liberação dos recursos, para estruturação de um espaço, prometidos pelo INCRA. Além da criação de animais e da produção de alguns alimentos, os assentados buscam a comercialização de outros produtos, confeccionados por eles mesmos ou comprados para a revenda, que gera um sistema de mercado interno, próprio (MENDRAS, 1976; SABOURIN, 2009a).

Todos os produtos vendidos são, também, em alguma medida, consumidos pelos assentados, principalmente as carnes e as frutas; há animais criados somente para o consumo, como o pato e o porco, em alguns casos, e também algumas famílias que somente consomem as frutas e demais produtos dos quintais, não os vendendo. Há maior ou menor peso deste consumo entre as famílias: algumas chegam a dividir numa proporção 50/50 o autoconsumo/venda, poucas consomem os próprios produtos em proporção maior do que a venda, e a maioria vende mais do que consome. Com relação à proporção entre a parte da produção que fica para o consumo e a parte que complementa a quantia necessária à família,

ou seja, o autoconsumo e a “feira”, a grande maioria compra externamente a maior parte dos produtos que consome; o peso dos alimentos externos é maior do que o do autoconsumo na garantia da alimentação da família.

Figura 20 – Cozinha improvisada para a produção de bolos



Fonte: o autor.

As divisões entre a produção agropecuária para o consumo ou a compra externa estão diretamente ligadas às variações de estoque, que por sua vez estão relacionadas com questões naturais (chuva e seca), variações da composição familiar etc. (CHAYANOV, 1985; WANDERLEY, 2009a). A escolha, inclusive, pela soma de ações agrícolas, nos quintais produtivos, e pecuárias, com a criação de animais exclusivamente para o consumo, é pensada de modo a garantir as necessidades familiares, considerando ainda os gastos da unidade doméstica. Estes fatores exigem dos agricultores planejamentos individuais e coletivos, postos em prática para a sua resistência. Assim,

A trilogia agricultura-criação-gasto da casa informa, portanto, as estratégias coletivas e individuais para se enfrentarem as variações das necessidades de consumo doméstico ao longo do tempo, tanto as flutuações sazonais (época chuvosa e faina pesada na lavoura; época seca e raridade de estoques e de tarefas agrícolas), quanto na sucessão dos anos (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p. 229).

Os produtos selecionados para o autoconsumo, frutas, verduras e carnes, são estocados na própria casa, guardados na geladeira. Atualmente, os agricultores do assentamento não participam de nenhuma cooperativa ou demais tipos de instituição para a produção de alimentos; a única associação que participam é a do próprio assentamento, que garante, àqueles que manifestam interesse, inserção nos programas de compra do governo; ou volta e meia tentam, em conjunto, a produção de algo que possibilite outra fonte de alimentação e de renda.

É unânime o objetivo dos agricultores em querer mudar as formas de comercialização atuais. A grande maioria gostaria de eliminar o atravessador, pois, para eles, simboliza um tipo cruel de exploração: “A gente vive pelo atravessador, sabe? (...) É cruel: chega, compra e leva” (Dona Conceição). O atravessador é o principal símbolo de exploração do excedente produzido pelos agricultores familiares, os quais não têm autonomia sobre o seu uso, mas subordinam-se pela falta de estrutura. O sistema de venda direta ou de fornecimento aos programas do governo são vistos com bons olhos, mas ainda podem ser otimizados através da melhor estruturação do assentamento; o objetivo relatado nas reuniões da associação é o de construção de um matadouro de aves no próprio local, possibilitando a comercialização de galinhas; a aquisição de um caminhão para o transporte, eliminando o custo do frete; compra de freezers para estocagem das carnes; e aquisição de selo para a venda em locais atualmente não permitidos. Toda esta estrutura é buscada junto às instituições e através do acesso aos programas de financiamento e comercialização.

A participação, portanto, dos agricultores familiares no mercado é essencial, entretanto os baixos valores pagos ou a dificuldade de colocar o produto nos locais de venda ou fornecimento dificultam o processo. Mesmo que enfrentem as demandas, garantindo a venda e os recursos para a continuidade da produção e formação de um patrimônio familiar através de seus projetos, estratégias e práticas, não eliminam as dificuldades estruturais ou a subordinação ao mercado, sendo “trabalhadores para o capital” (WANDERLEY, 2009a). Ou seja, a subordinação à exploração mercadológica para a garantia das necessidades e constituição de um patrimônio que possibilite a reprodução da família não torna o agricultor familiar um empresário capitalista, mas não elimina o fato de que o capital se reproduz através da exploração de sua produção. Reproduzir-se, nas condições atuais, significa, também, a reprodução do capital e das demais condições de exploração (WOLF, 1976).

6.5 A ESTRATÉGIA DE BUSCA PELO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma das estratégias centrais para a estruturação dos lotes, produção de mercadorias e comercialização, como talvez já tenha ficado subentendido ao longo da discussão, é o acesso às políticas públicas. Apesar de algumas dificuldades para seguimento de todo o processo, o que ocasiona muita demora, elas têm sido cruciais, principalmente nos últimos 20 anos, para a resistência da agricultura familiar no Semiárido (COSTA, 2014). E estão presentes nas mais diversas áreas: saúde, educação, eletricidade, aposentadoria, acesso à terra e à água, assistência técnica, crédito para a produção, comercialização etc.

A entrada no assentamento foi consequência do *II Plano Nacional de Reforma Agrária*, como já discutimos no item anterior. A energia elétrica, implantada no assentamento em 2009, se deu em virtude do *Programa Luz para Todos*, que tem como objetivo acabar com a exclusão elétrica no país, principalmente a partir da sua disponibilização nas áreas rurais (BRASIL, 2018). Os lotes produtivos, entretanto, ainda não possuem energia. A construção das cisternas calçadão, em 2011, ainda que construídas pela ONG Chapada, ligada à ASA, foi financiada, em parte, pelo Governo Federal; as cisternas para consumo foram construídas junto com as casas, em 2009, com os recursos do INCRA. Os lotes produtivos também não possuem cisternas ou estrutura hídrica; somente o barreiro, já citado, como parte do Pronaf A.

Com relação às políticas públicas de saúde, os assentados recebem a visita de uma agente de saúde e de um médico, que vão ao assentamento periodicamente fazer consultas de rotina (a primeira deveria ser mensalmente, mas no momento não está indo por conta de desentendimento com os assentados, que reclamam de seus serviços e solicitam a sua substituição; o segundo, a cada dois meses), as quais são realizadas no prédio da associação. Todos, quando precisam, recorrem ao *Sistema Único de Saúde – SUS*, através das Unidades de Saúde da Família de Uruás ou de Pau Ferro, ou do Hospital Universitário de Traumas, no centro de Petrolina. Muitos deles, entretanto, ainda fazem consultas particulares e compram medicamentos caros por conta de urgência na consulta e no tratamento, ou pela não disponibilização de alguns serviços através do SUS.

Já no que se refere às políticas públicas de educação, todos os jovens e adultos que estudam o fazem em escolas públicas municipais ou estaduais. Para tanto, se deslocam até Uruás através do *Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE*, do Ministério da Educação (FNDE, 2018). As escolas possuem Ensino Fundamental e Médio, e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Todas as crianças e adolescentes do assentamento em idade escolar

estudam e vão frequentemente às Unidades de Saúde da Família para vacinação e acompanhamento nutricional, garantindo o acesso ao *Bolsa Família*, que tem como contrapartida justamente o cumprimento destas obrigações. Parte considerável dos assentados recebem o benefício, que varia entre R\$40,00 e R\$200,00, sendo as classificações “Básico” e “Variável” as mais acessadas (BRASIL, 2017).

Os assentados com idade mais avançada recebem a *Aposentadoria Rural*, benefício que exige a idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres. Esta política, que repassa um valor de aproximadamente R\$900,00 para aqueles que comprovadamente têm como atividade central o trabalho agrícola individual, ou com auxílio da família, é apontado pelos agricultores como de suma importância para a garantia de suas necessidades, ou auxílio em momentos de dificuldade (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2017). Para o acesso, geralmente eles contam com o auxílio do sindicato, que ajuda no processo de organização da documentação necessária para o pedido junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Os relatos apontaram que as famílias que têm maiores possibilidades de resistência às dificuldades climáticas e estruturais são aquelas que possuem ao menos um membro que acessa este benefício. Inclusive, os moradores que continuam no assentamento sozinhos, sem suas famílias, pouco produzem, como afirmado anteriormente, tendo dificuldades na realização do trabalho, mas conseguem se manter em virtude da aposentadoria que recebem. Alguns conseguem, também, segurar a venda da criação um pouco mais, deixando-a engordar para conseguir um valor maior; aqueles que não têm essa possibilidade, pois precisam vender os animais para pagar os gastos, vendem eles magros por um preço baixo.

Agora, assim: ultimamente, esses meses, esses anos anteriores, eles só sobrevivem pela aposentadoria [se referindo a uma das famílias] (Dona Conceição).

Se não tiver uma aposentadoria, ou um salário de fora, não come bem não. Pelo menos atualmente não está comendo não (Dona Marinalva).

[Após a aposentadoria] Melhorou, não é? Não, melhorou mais um pouquinho. No início eu tirava Bolsa Família, mas era só um pouco. 60 reais (Dona Marinalva).

Sou [aposentada]. Só que agora mesmo, eu não estou vendendo mais não, porque eu quero que meus bichinhos aumentem (Dona Maria da Paz).

Tais políticas têm significativa importância no enfrentamento à vulnerabilidade social e precariedade estrutural em que vivem os assentados. As políticas mais buscadas atualmente, entretanto, são as relacionadas aos fatores produtivos: crédito para estruturação dos lotes,

financiamento para a produção, programas de comercialização etc. A primeira política acessada neste sentido, em 2011, foi a ATER. Foi somente depois da ATER que os assentados passaram a receber recursos e assistência para formulação de um projeto produtivo que resultasse em acesso a créditos. Foi do debate com a primeira empresa a prestar assessoria, inclusive, que nasceu o projeto de criação de animais, atualmente a atividade central do assentamento.

A oferta dos serviços de ATER resulta da Lei Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural, em vigor desde 2012, e funciona a partir de chamada pública, através da qual concorrem empresas. Para os assentamentos da área de sequeiro de Petrolina, como é o caso do Assentamento Lyndolpho Silva, por exemplo, o INCRA divulga a chamada pública, e as empresas concorrem; ao assentamento foco deste estudo, a Diamantina Projetos, vencedora da chamada, presta o serviço. A empresa atua através de um sistema de ações: diagnóstico das demandas, acompanhamento, planejamento inicial, oficina do núcleo operacional, avaliação e atividades complementares. O conjunto destes serviços tem como objetivo assessorar os agricultores no manejo e potencialização de sua produção, estruturação da área, acesso às políticas públicas, comercialização e organização em geral.

No diagnóstico das demandas são realizados estudos e reflexões iniciais sobre as possibilidades de exploração da área, considerando os desejos dos agricultores neste processo, seus conhecimentos e experiências. Em seguida, é elaborado e discutido um planejamento, junto aos assentados para a implementação de ações, que é apresentado ao INCRA. Tal planejamento está sujeito a análise de viabilidade a partir da disponibilidade de recursos, e ocorre uma vez ao ano, a partir de pauta construída em reunião da associação pelos próprios assentados, que numa oficina com os técnicos expõem suas demandas e desejos. É através do quadro de planejamento que os técnicos constroem a agenda da empresa e de suas atividades.

Em 2018, por exemplo, a oficina de planejamento resultou no estabelecimento das seguintes metas, em ordem de prioridade: (1) busca pelo Pronaf Semiárido; (2) construção de um mata-burro³⁵; (3) obras de infraestrutura; (4) visita de um técnico do INCRA, que, segundo os assentados, não ocorre há dois anos; (5) liberação de DAP para os filhos dos assentados, proporcionando o seu acesso ao Programa Garantia Safra; (6) atualização da RB; (7) desbloqueio do CPF de alguns assentados; (8) oferta de capacitação e cursos; (9) mais visitas

³⁵ Instrumento utilizado para impedir a entrada de animais em determinados espaços. Consiste em colocar uma placa constituída de barras de ferro no chão da porteira, prendendo as patas dos animais que tentarem passar. A solicitação deste equipamento se deu em virtude de problemas causados por invasão de animais, que se alimentam dos pastos alheios.

técnicas. O quadro vai sendo montado a partir da demanda dos moradores, e já no ato são tomadas decisões com relação a como serão realizadas as ações, quem se responsabilizará, quais os possíveis parceiros, quando serão buscadas etc. Reproduzimos, no Quadro 4, os resultados da oficina de planejamento para o ano 2018.

Já as oficinas do núcleo operacional são realizadas pela empresa, em seu próprio prédio, com a participação de dois representantes do assentamento, para a definição das estratégias de implementação das ações e para fiscalização das atividades. Em seguida, são feitas as avaliações das ações. Nas atividades complementares, podem ser colocadas atividades extras, que surjam como necessidades no andamento do processo. Os técnicos devem fazer, por ano, 4 visitas técnicas nas unidades para acompanhamento e duas oficinas de avaliação, além da oficina de planejamento. O entendimento dos próprios técnicos da empresa é de que esta quantidade de visitas não é suficiente para atender apropriadamente os assentamentos.

Então, tem que realizar, durante o ano contratual, quatro visitas técnicas no assentamento, o que é muito pouco. Porque os assentamentos que são mais estruturados, pelo menos de Petrolina, são os da área irrigada... São mais estruturados do que o da área sequeira... Eles precisam de um acompanhamento maior, e não apenas quatro vezes ao ano com as visitas técnicas. E na região sequeira, ao meu ver, precisa mais ainda, porque são pessoas que estão em situações complicadas, muitas vezes por conta dessa seca. A instrução dessas pessoas geralmente é menor do que da área irrigada, então elas têm uma necessidade maior de acompanhamento da articulação com outros órgãos. Uma dificuldade muito grande. É nessa hora que a ATER poderia estar acompanhando mais de perto, e amarrada em quatro visitas fica muito pouco (Funcionária da empresa de ATER).

A empresa de ATER, através de seus funcionários, tem servido como uma espécie de mediadora entre os assentados e as instituições públicas, tais como CODEVASF e INCRA. Qualquer demanda, cobrança ou até incompreensão é intermediada pelos técnicos, que auxiliam na discussão, entendimento e resolução de conflitos. A avaliação dos agricultores sobre as ações de ATER é, inclusive, bastante positiva, afirmando que as dificuldades que a empresa enfrenta é em consequência dos problemas do INCRA. O estabelecimento de uma relação de confiança entre os agricultores e a empresa ocorre, também, por conta da ligação que os seus funcionários possuem com a área rural, muitos deles, inclusive, residindo em assentamentos ou projetos de irrigação e colonização, sendo produtores. “A assistência técnica é assim: ela tenta nos orientar, nos dizer onde é que vai, onde é que busca. Mas a dificuldade hoje (...) não é da assistência técnica, é dos órgãos” (Dona Conceição).

Quadro 4 – Quadro de planejamento para o ano 2018

O que fazer?	Como fazer?	Quem vai fazer?	Quando fazer?	Onde fazer?	Parceiros
Liberação do [Pronaf] Semiárido: - Elaboração do projeto; - Captação da água do poço.	Projeto Semiárido;	Diamantina;	Fevereiro;	Diamantina;	Diamantina;
	Estudo da qualidade da água.	Assentados.	Janeiro.	IPA.	Diamantina.
Construção de um mata-burro.	Articulação com o Incra.	Associação.	Fevereiro.	Incra.	Diamantina.
Obras de infraestrutura do assentamento; Construção das casas dos filhos dos assentados.	1. Articulação com o Incra para a reforma das casas; 2. Recuperação e abertura da estrada dos lotes; 3. Limpeza de barreiros e barragens; 4. Iluminação do campo, da vila e dos lotes; 5. Articulação com a prefeitura para a construção de uma academia rural.	Assentados, Incra e Diamantina;	Fevereiro.	Banco do Brasil e Prefeitura;	Prefeitura e Incra;
		Incra e Diamantina;	Março-abril.	Projeto de Assentamento;	Assentados;
		Prefeitura e Codevasf;	Março-abril.	Projeto de Assentamento;	Diamantina;
		Celpe e Prefeitura;	Abril-maio.	Projeto de Assentamento;	Diamantina;
		Associação e Diamantina.	Abril.	Prefeitura.	
Visita do Técnico do Incra.	Articulação com o Incra.	Assentados.	Março.	Projeto de Assentamento.	Diamantina.
Liberação de DAP para os filhos dos assentados.	Articulação com o STR.	Assentados e Diamantina.	Março.	STR.	Diamantina.
Atualização da RB.	Reunião com o Incra.	Associação e Diamantina.	Fevereiro.	Projeto de Assentamento.	Diamantina.
Desbloqueio dos bloqueados.	Solicitação junto ao Incra.	Incra e assentados.	Março.	Incra.	Diamantina.
Capacitação e cursos.	Solicitação junto à Embrapa e à Univasf.	Associação.	Março.	Univasf e Embrapa.	Diamantina.
Cursos de capacitação na área de pecuária.	Cursos com profissionais da área.	Diamantina.	Março.	Projeto de Assentamento.	Diamantina.
Visitas técnicas nas Unidades de Produção Familiares – UPF's.	Visitas técnicas aos assentados.	Diamantina.	Fevereiro.	Projeto de Assentamento.	Associação.

Fonte: Diamantina Projetos.

As conversas e reuniões com os técnicos, neste sentido, são abertas, cada um dos lados expondo suas ideias. Elas ocorrem, geralmente, no próprio assentamento, e se referem à

produção, aos projetos futuros, aos programas acessíveis, às portarias institucionais etc. Os agricultores falam sobre seus planos, solicitam cursos e visitas; os técnicos, de acordo com possibilidade orçamentária, organizam os cursos e elaboram os projetos. Caso não haja viabilidade, é realizada uma reunião com a associação para demonstração dos motivos e definição de outros planos. O objetivo dos técnicos, atualmente, é solicitar um aumento dos recursos para que possam realizar mais visitas e novos projetos.

Tanto os agricultores afirmam a importância da consideração de suas pretensões pelos funcionários de ATER, como estes últimos reconhecem que não podem – e mesmo que pudessem, não conseguiriam – impor projetos sem a anuência dos agricultores. “Se não for uma conversa que seja proveitosa pra ele, ele vai dizer que não está servindo. Já tem outras pessoas que dizem assim: ‘não!’” (Técnico da empresa de ATER). Todas as oficinas realizadas para diagnóstico, planejamento e avaliação deveriam ser acompanhadas por representantes do INCRA e do Sindicato, mas não é o que acontece. Somente a escolha do projeto para a criação de animais ocorreu, após muita discussão e oficinas, com participação ativa dos assentados e seus representantes, e com avaliação presencial da viabilidade financeira pelo INCRA. Em seguida, a relação se manteve mais próxima entre os assentados e os técnicos. Definido o projeto, a empresa de ATER buscou junto ao INCRA a demarcação dos lotes da vila para dar prosseguimento às ações e acessar a DAP. Em seguida, elaborou projetos individuais para as famílias acessarem políticas de crédito. A primeira delas foi o *Apoio Inicial*, crédito do INCRA disponibilizado para a instalação da família no assentamento, no valor de até R\$5.200,00, pagável com 90% de desconto se feito em parcela única, dentro do prazo de vencimento, que é de três anos (INCRA, 2017c). Todas as famílias já fizeram o pagamento.

A segunda política foi o *Garantia Safra*, ação do Pronaf que objetiva cobrir as perdas dos agricultores familiares em virtude de seca ou excesso de chuvas. A área de cobertura do programa é a mesma de atuação da SUDENE, ou seja, o Semiárido, mas, mais recentemente, passou a atender outros municípios que comprovadamente declarem perda de ao menos 50% da produção. Os assentados vêm acessando o Garantia Safra desde 2011, e estão sujeitos a inscrição e seleção anual, recebendo um benefício, a cada ano, de R\$850,00, repassado em cinco parcelas de R\$170,00 cada. O aporte financeiro deste programa é dado pelas prefeituras (MDA, 2014). A indicação dos nomes ocorre através de uma reunião da associação, na qual é observado se o solicitante atende aos critérios; em seguida, um representante do assentamento leva a listagem à reunião do CMDRS de Petrolina, que faz nova conferência, e encaminha a listagem final para a secretaria de agricultura do município.

O terceiro programa acessado foi uma linha especial do Pronaf, chamado de *Crédito Estiagem*, lançado em 2012 para atender produtores familiares em situação de calamidade por conta da seca. O programa se restringiu aos produtores de municípios situados na área de atuação da SUDENE, adimplentes, oferecendo um limite de crédito de R\$12.000,00, com 3 anos de carência e pagamento parcelado em até 10 anos; com 40% de desconto se pagas em dia, e juros de 1% ao ano. Para o acesso, os agricultores tiveram de solicitar dos técnicos de ATER a construção de projetos fundamentados na convivência com o Semiárido, os quais pudessem possibilitar melhores formas de adaptação ao clima semiárido (BRASIL, 2014). Todas as famílias acessaram o crédito estiagem, e pagam até os dias atuais. Os recursos foram utilizados para a abertura e limpeza de barreiros e barragens, melhoramento da estrutura e do rebanho, compra de ração etc.

A quarta política de crédito acessada foi o *Fomento Mulher*, programa do INCRA que objetiva financiar projetos produtivos ou pluriativos exclusivamente para as mulheres, no valor de até R\$3.000,00. Grande parte das mulheres do assentamento acessaram, e já fizeram o pagamento total, com 80% de desconto em caso de pagamento único antes do vencimento, que é de um ano após o acesso; ou iniciaram o processo de pagamento a partir de parcelamento, com um desconto menor e sujeito a negociação (INCRA, 2017d). Foi com esses recursos que as famílias constituíram seus quintais produtivos. Outra política seria também um crédito *Fomento* do INCRA, para o qual foram elaborados e aceitos os projetos produtivos, entretanto os recursos, de até R\$6.400,00 em duas parcelas de R\$3.200,00, não foram liberados, colocando os funcionários da empresa de ATER em situação delicada.

O fomento (...), que é para os assentamentos, até agora ninguém recebeu um real. Então, querendo ou não a gente instigou em campo uma situação dizendo que ia sair esse recurso para todo mundo, crendo que ia sair porque tinha um decreto, não é? O INCRA dizia que tinha orçamento suficiente para isso, só que, na realidade, na execução em si não conseguiu (Funcionária da empresa de ATER).

A quinta política de crédito acessada, após divisão dos lotes produtivos, foi o *Pronaf A*, já explicado no item anterior. Este é o primeiro passo para o acesso a outras linhas do Pronaf, como o Pronaf B e o Pronaf Semiárido, este último muito desejado pelos agricultores do assentamento por focar na elaboração de projetos de infraestrutura hídrica.

A avaliação geral dos assentados é que estas políticas de crédito são importantes e necessárias para o seu próprio desenvolvimento, pois sem elas não conseguem a estrutura que

tanto desejam para a sua área e, conseqüentemente, para a sua produção. Entretanto, alguns apontam dificuldades, tais como os baixos valores disponibilizados pelos programas, sendo insuficientes para a execução de seus projetos; a imposição de uma série de critérios para o uso dos recursos, como o Pronaf A, por exemplo, ou para a liberação dos mesmos, reduzindo as possibilidades de produção dos agricultores; a desatenção e desinteresse dos órgãos em compreender as especificidades do modelo de produção do assentamento etc. Esta última dificuldade, inclusive, é reconhecida por uma funcionária da empresa de ATER, que afirma a diferença de tratamento das instituições entre as áreas de sequeiro e irrigadas.

O Incra também é formado por pessoas, não é? E essas pessoas, cada uma entende de uma forma. Eu entendo que a área sequeira precisa de um acompanhamento tanto quanto a área irrigada. Talvez alguns servidores do Incra não tenham o mesmo pensamento que eu, vejam que área irrigada, já que estão produzindo, realmente precise mais de um técnico do que na área sequeira que não está produzindo nada, vamos dizer assim. Só exploram ali a criação de caprinos e ovinos, mas não estão produzindo. Comparando a uma área irrigada, não estão vendo a necessidade de um técnico ali mensalmente (Funcionária da empresa de ATER).

Outras dificuldades são aquelas relacionadas às questões burocráticas para o acesso a programas, ou para a resolução de negociação de dívidas; a impossibilidade de acesso a mais de um programa; e a desconfiança dos bancos, que não acreditam na possibilidade de seu desenvolvimento e até de pagamento. Com relação a esta última questão, foi observado que são mínimos os casos de inadimplência. No caso do Fomento Mulher, as poucas que não conseguiram pagar em até um ano, por motivos de dificuldade financeira, negociaram e estão cumprindo o acordo. O Apoio Inicial já foi pago, o Crédito Estiagem está em fase de pagamento e o Pronaf A ainda está no tempo de carência. Ainda assim, alguns agricultores já se planejam para o pagamento deste último. A associação possui um importante papel neste processo, sempre lembrando as datas e responsabilidades de todos os associados nas reuniões e individualmente, em algumas ocasiões.

(...) eu vou pagar a primeira prestação dos 12 mil. Não, é ele que vai pagar [se refere ao parceiro de produção], não sou eu não. “Compadre, vamos olhar para não passar, porque se você pagar na data certa, paga R\$1070,00. E se atrasar 3, 4 dias, já paga mil setecentos e pouco. É por isso que eu quero ir lá no dia 1º para saber o dia, para quando chegar aqui nós irmos pagar a parcela. Para não pagar atrasado, não é? (Seu Dáda).

A organização para não se tornarem inadimplentes está diretamente ligada à capacidade de planejamento dos agricultores, que acessam os programas, mas realizam cálculos e traçam planos para o pagamento do crédito. Mesmo os que não conseguem, se propõem a negociar com as instituições uma forma mais apropriada que lhes possibilite a quitação das dívidas. A preocupação em cumprir com suas responsabilidades é consequência de duas questões: não deixarem de acessar programas futuros, uma vez que, se não cumprirem com parte do compromisso de pagamento do recurso, ficam impossibilitados de acessarem novos créditos; e também para não verem suja a sua honra. Esta última questão é discutida por Neves (2006), que toma como referência a discussão de Woortmann, K. (1990), como um sistema de valores sociais compartilhados pelos agricultores familiares em que eles buscam se sentir valorizados dentro do processo, cumprindo com suas responsabilidades.

Percebendo o crédito como um contrato em que a honra do credor está em jogo, também temem a desonra social causada pela inadimplência. Esta percepção pode parecer estranha aos funcionários; no entanto, ela explica um conjunto outro de condições em que se dá a oferta de crédito. O contrato de crédito é um ato individual, embora tenha por base relações sociais e integração a uma ordem moral, como exprimem a exigência do avalista e a avaliação das condições de retorno financeiro. O agricultor precisa se sentir valorizado para projetar o futuro e se construir como parte de um sistema de possibilidades e de alternativas. (...) Boa parte dos beneficiários potenciais, entretanto, conhecendo tais desdobramentos, teme a inadimplência. Eles preferem se manter na condição de excluídos, porém socialmente dignos. (NEVES, 2006, p. 41-42).

Além destas políticas acima discutidas, os agricultores também acessam programas de comercialização, tais como o PAA e o PNAE, conforme discussão realizada em outro subtópico. A avaliação geral, de quem acessa, é que os programas são importantes, pois, por serem periódicos e seguros, permitem a eles se organizarem e contarem com os valores das vendas para planejamentos futuros, ainda que estes não sejam altos. Aqueles que não acessam, avaliam que não podem confiar nos programas de governo – este sentimento de descrença e desconfiança com o Estado é recorrente – ou afirmam desconhecer os trâmites e valores.

Em geral, o que pôde ser percebido é que são dois os tipos de políticas acessadas pelos agricultores familiares do assentamento: *políticas sociais*, voltadas mais para as questões básicas de saúde, educação, energia, água, habitação, renda etc.; e *políticas agrícolas*, voltadas para a estruturação de suas áreas, potencialização da produção, inserção no mercado, entre outros fatores. As primeiras são as mais acessadas, entretanto, apesar de sua importância para

a garantia de necessidades básicas, não rompem com a estrutura de exploração de que são parte subordinada; ajudam no enfretamento aos bloqueios, mas não os eliminam. Assim, os programas sociais possuem a sua relevância, mas somente mantêm a possibilidade de existência e reprodução precária da agricultura familiar, não tendo como consequência o seu pleno desenvolvimento.

As segundas, as políticas produtivas, que seriam justamente aquelas que os tornariam competitivos, ou os levariam à concretização de seus projetos, permitindo em alguma medida produzir e ampliar a autonomia sobre o seu sobretrabalho, são as menos acessadas, mais burocráticas e ainda em fase inicial. Da forma em que estão organizadas, acabam por resultar num conjunto de imposições aos agricultores que, ao se adaptarem, modificam algumas formas de relação. Assim, tal como a imposição do sistema associativista, a forma como as políticas agrícolas estão atualmente organizadas impõem mudanças nas formas de relação dos agricultores familiares, antes orientados através da ajuda mútua e da reciprocidade, e agora tendo de lidar com empréstimos e relações financeiras (NEVES, 2006; SABOURIN, 2009a). Não que eles não sejam capazes, pois são. Tais reflexões não têm como objetivo apontar a inoperância dos programas de crédito para a agricultura familiar; eles têm, como vimos, a sua importância. Entretanto, é preciso refletir sobre as maneiras a partir das quais estão organizados, causando choques entre as formas de sociabilidade dos agricultores familiares, pautadas na reciprocidade, e as formas de relação de troca exigidas das instituições financeiras, que acabam por reverberar sobre a base de relações internas deste grupo. O diálogo reproduzido abaixo demonstra tais questões.

Dona Nilda: É porque quando a gente chegou aqui, a gente não tinha criação, não tinha nada para criar.

Dona Marlene: Tinha tempo disponível para visitar. Não tinha o que fazer, aí ficava só conversando. Fazia sua comida, aí sentava todo mundo nas portas do barraco, aí cada qual contava sua história, não era?

Rafael: E o que foi que mudou hoje?

Dona Marinalva: Cada um tem suas casas, tem sua energia, aí tem sua criação que a gente tem que cuidar todos os dias, as contas para dar conta.

Socorro: Criação, galinha, e aí vai...

Nilda: Foi isso que afastou a gente, todas essas mudanças.

A busca pelo acesso às políticas, sociais ou produtivas, portanto, tem sido uma das principais estratégias para a resistência dos agricultores familiares. Entretanto, é preciso reconhecer a sua importância, mas sem perder de vista o fato de não possibilitarem, ao menos

como estão organizadas atualmente, o rompimento com as formas de bloqueio que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar no Semiárido, principalmente por conta das imposições, inaptações e insuficiência. Neves (2006), por exemplo, ao refletir sobre o Pronaf, reconhece a importância do programa no que se refere à consideração da existência da agricultura familiar enquanto grupo social e categoria operacional, mas tece críticas à respeito das exigências para o seu acesso, que acaba por privilegiar os subgrupos mais capitalizados, justamente por conta de serem vistos como os mais aptos a cumprirem com as contrapartidas bancárias – nos possibilitando, talvez, a compreensão das diferentes atenções dadas pelo INCRA às áreas de sequeiro e às áreas irrigadas.

Os subgrupos enquadrados como beneficiários da reforma agrária, justamente a classificação dada aos agricultores familiares do assentamento Lyndolpho Silva, são os que mais dificuldades enfrentam para o acesso ao programa em virtude das dúvidas sobre o pagamento, o que caracteriza uma forma de bloqueio ainda mais evidente.

Os assentados, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e enquadrados no crédito Pronaf tipo A, permanecem longo tempo para alcançar esta posição e, assim, sob a condição de tutelado. Por esta razão, apresentam-se como um dos segmentos de agricultores que mais dificuldades enfrenta para atender às exigências de enquadramento. Embora o crédito seja fundamental para a implantação da unidade produtiva e acesso à posição social e econômica de assentado, este só se credencia como agricultor familiar quando conseguir ultrapassar o longo período de dúvidas e desencantos inerentes a este modelo de conquista do título (de assentado). Os produtores que permanecem, contando com soluções próprias, muitas vezes se descaracterizam da condição de beneficiários do Pnra e se desqualificam para o acesso ao crédito (NEVES, 2006, p. 43).

Mesmo com o reconhecimento destas críticas, que têm o objetivo de suscitar reflexões que possam resultar em melhores compreensões sobre as políticas públicas voltadas para os produtores familiares, ou até em seu aperfeiçoamento, as famílias mais bem adaptadas às condições do assentamento são aquelas que acessam os programas, sociais e produtivos, e também possuem algum membro trabalhando externamente. Ou seja, são aquelas que conseguem somar os ganhos da produção, os recursos acessados através das políticas públicas e a renda da pluriatividade.

6.6 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A RENDA DOS AGRICULTORES

Para uma análise da renda média dos agricultores, consideraremos *renda* todos os ganhos somados pelos membros do núcleo familiar residente na unidade do assentamento, sejam estes ganhos advindos de suas produções, da pluriatividade e/ou dos programas sociais. Antes, é preciso ressaltar a grande dificuldade em adquirir esta informação dos agricultores. Poucos falam abertamente sobre o assunto, e os que falam não informam números exatos. Nossa tentativa, nesse sentido, será a de realizar um cálculo aproximado a partir dos valores da produção informados, somado aos programas acessados pela família, que nos possibilitou a pesquisa sobre os valores nos documentos existentes sobre os mesmos, mais os salários ganhos a partir das atividades externas.

A renda mensal a partir das produções varia bastante: desde famílias que não possuem, pois, no momento, não estão produzindo; até famílias que conseguem aproximadamente R\$250,00. Os lotes que não estão produzindo são aqueles ocupados por uma única pessoa, que se sustenta através dos programas sociais, ou aqueles que não conseguiram acessar as políticas de crédito, não constituindo uma estrutura que lhes possibilitasse a produção; alguns destes últimos, inclusive, não estão residindo no assentamento, indo à comunidade somente aos finais de semana, e negociam com as instituições o acesso. A maioria das famílias alcança uma renda mensal entre R\$50,00 e R\$250,00. Na verdade, esse valor é consequência de uma divisão entre o total informado pelos agricultores, que é ao ano, e os 12 meses que o compõem; até porque há um período de venda determinado pela reprodução e engorda dos animais. Muitas famílias, portanto, conseguem uma renda aproximada entre R\$600,00 e R\$3.000,00 aproximadamente, somando a criação de animais e a venda de alguns produtos oriundos dos quintais produtivos, seja através de atravessadores, diretamente aos consumidores ou aos programas de comercialização.

Já a renda adquirida através do trabalho externo dos membros da família, ou da pluriatividade, como estamos chamando, varia de acordo com o tipo de trabalho. Aqueles que trabalham fixos em alguma empresa da região, que são minoria, ganham em torno de um salário mínimo: R\$937,00³⁶. Os que trabalham um período, ou somente em épocas de colheita, em regime de diarista nas fazendas do entorno, ganham por produção ou meio salário, variando

³⁶ Valor referente ao período em que a pesquisa foi realizada, 2017. Atualmente, 2018, o valor do salário mínimo foi corrigido para R\$965,00.

entre R\$200,00 e R\$500,00, aproximadamente; o valor atual da diária é de R\$40,00. Algumas famílias possuem até dois membros trabalhando fora. Assim, possuem uma acréscimo de renda de até R\$1.500,00, aproximadamente. Doze famílias possuem pelo menos um membro pluriativo. Interessante ressaltar, mais uma vez, que estamos considerando, neste cálculo, somente os membros familiares que residem no assentamento.

Com relação aos programas sociais, também há grande diferença dos valores acessados pelas diferentes famílias. As que acessam o Bolsa Família, onze no total, recebem entre R\$39,00 e R\$200,00, a depender das linhas do programa. As mais acessadas são as linhas *Básico* (valor de R\$85,00 para famílias em situação de pobreza extrema), *Variável* (para famílias que possuam gestantes, lactantes, crianças e adolescentes com até 15 anos, no valor de R\$39,00 por pessoa, sendo o máximo de 5 pessoas) e *Variável Jovem* (para famílias que possuem jovens com 16 ou 17 anos, valor de R\$46,00 por jovem, sendo dois o número máximo). A linha Variável pode ser acumulada com a Básica. Há casos como o de Dona Nilda, que recebe R\$46,00 por ter uma filha de 17 anos; e como o de Dina, que recebe R\$117,00 por ter três filhos abaixo de 15 anos, mais R\$85,00 do benefício Básico, totalizando R\$202,00.

As famílias que recebem aposentadoria, que somam 18, recebem em torno de R\$937,00, valor do salário mínimo. Há quatro casas que possuem dois aposentados, acumulando R\$1874,00. Uma casa recebe aposentadoria e pensão por morte, que é o caso de Dona Maria, viúva, que reside sozinha e não produz, acumulando algo em torno de R\$2.000,00. Quando somados, os números totais da renda variam bastante: famílias que conseguem somar pouco mais de R\$140,00 mensais, pois não possuem membros que trabalham fora, não conseguem muito com a venda da produção e acessam poucos programas; e famílias que possuem membros trabalhando externamente, ganham um pouco mais com a venda da produção e possuem membros que acessam programas sociais com recursos maiores.

Os quatro exemplos colocados no quadro abaixo representam os casos mais comuns encontrados no assentamento (ver QUADRO 5). O exemplo *Família A* simboliza aquelas famílias formadas pelo pai, a mãe e um ou mais filhos pequenos ou adolescentes. Em geral, o pai e a mãe são responsáveis pelas atividades no lote produtivo e nos quintais, com dois filhos pequenos ou um filho já ajudando nos afazeres domésticos e outro que emigrou. Não retiram nada da produção há pelo dois anos em virtude da seca e da falta de estrutura, mantendo somente seus animais e quintais vivos. Eles não trabalham externamente, não recebem aposentadoria e acessam o Bolsa Família. Estas são as famílias que possuem menor renda entre os moradores do assentamento, e geralmente complementam sua renda com a ajuda de algum familiar (filho

ou irmão) que emigrou temporária ou definitivamente. Lembramos Woortmann, K. (2009) e seu debate sobre a importância da migração enquanto estratégia/prática familiar para a continuidade na agricultura. “Para que uns continuem *sitiantes*, outros devem deixar de sê-lo (WOORTMANN, 2009, p. 233).

O exemplo *Família B* representa aquelas famílias constituídas pelo pai, pela mãe, filhos e/ou um parente. Geralmente, a mãe é a responsável pelos afazeres domésticos, pelo quintal produtivo e também pelas atividades do lote produtivo, com ou sem a ajuda do(s) filho(s); e o pai, ou um filho mais velho, se for o caso, possui um trabalho externo. Este caso é mais comum entre famílias que possuem dois ou mais filhos, um outro parente (irmão do pai ou da mãe, ou genro/nora) ou netos (filhos dos filhos que emigraram). Classificamos a renda destes tipos de famílias como intermediária, as quais acessam o Bolsa Família quando o número de membros é alto (4 ou mais).

Quadro 5 – Valor total da renda mais comum entre as famílias*

		Família A	Família B	Família C	Família D
Renda da produção		-	R\$50,00	R\$150,00	R\$250,00
Renda dos trabalhos externos		-	R\$800,00	R\$1000,00	-
Renda do programas sociais	Bolsa Família	R\$131,00	R\$78,00	-	-
	Aposentadoria Rural	-	-	R\$937,00	R\$937,00
	Pensão	-	-	-	-
Total		R\$131,00	R\$928,00	R\$2.087,00	R\$1.187,00

Fonte: o autor.

* Em valores mensais aproximados.

O terceiro exemplo, representado no quadro pela *Família C*, é comum entre famílias formadas por pai e mãe, filhos já casados e netos. O casal de pais, em geral, concentra seus esforços na transmissão das atividades de produção do quintal e criação animal aos filhos e genros/noras, pois não conseguem mais realizar os serviços, e recebem ao menos uma aposentadoria. Em geral, estas famílias são constituídas por casais de pais idosos, um casal jovem e crianças/adolescentes. Eles não acessam o Bolsa Família, possuem um membro trabalhando fora e retiram algum valor da produção animal. A renda destas famílias está entre as maiores do assentamento, sendo classificada por nós, em comparação às demais rendas, como alta.

O exemplo representado pela *Família D* se refere às famílias que são constituídas por um casal de idade mais avançada, que já acessa a aposentadoria, com ao menos um filho/filha, e netos de filhos que emigraram. Há uma concentração das atividades na produção do quintal e do lote produtivo, possibilitada pelos ganhos da aposentadoria, que asseguram parte das necessidades da casa, e o acesso aos programas de comercialização. Estas famílias, em geral não possuem membros que trabalham externamente e não acessam o Bolsa Família. Muitas vezes, também recebem ajuda dos filhos emigrantes, financeira ou com o trabalho. A renda total destas famílias é, na maioria dos casos, também intermediária, como no caso dos exemplos da Família B.

Em média, as famílias recebem rendas semelhantes, uma vez que há um equilíbrio entre o valor total da renda e os membros familiares. Ou seja, aquelas famílias que possuem uma renda mais alta, são compostas por mais membros; as que possuem menor renda, também possuem menos membros. As questões envolvendo a renda estão, portanto, diretamente relacionadas à quantidade de membros familiares aptos ao trabalho, interno e externo (CHAYANOV, 1985; NEVES, 2006; WANDERLEY, 2009a). Outro fator de grande importância, como citado anteriormente, é o acesso aos programas sociais.

Para além destes exemplos, existem casos de famílias que possuem membros que trabalham externamente e acessam aposentadoria, conforme supracitado, compostas por muitos membros de diferentes gerações; casas com somente um morador que produz e recebe aposentadoria, a segunda possibilitando a primeira; entre outros. O que foi possível perceber é que as famílias que produzem e recebem aposentadoria não veem, em geral, necessidade de trabalho externo, ou não possuem membros para isso; aquelas que possuem membros trabalhando externamente, têm menores ganhos com relação à própria produção; e aquelas que acumulam renda da pluriatividade e da aposentadoria, pouco produzem, geralmente por conta de dificuldades estruturais e pouco acesso a programas produtivos.

Para todas as famílias, a Aposentadoria Rural é o benefício mais importante, que possibilita o acesso a um montante de recursos que lhes dá a possibilidade de garantir as necessidades da família, lidar com as problemáticas da seca e ainda investir, em alguma medida, na criação de animais. Possibilita a sua própria reprodução, ainda que desperdiçando suas capacidades de trabalho e crescimento. Tais fatores já foram identificados por Costa (2014) em sua tese de doutorado sobre as famílias agricultoras do Semiárido.

Refletimos, então, que os agricultores buscam um equilíbrio financeiro que lhes possibilite garantir as necessidades familiares e o desenvolvimento contínuo de sua produção,

e não um acúmulo desnecessário (dentro de suas próprias considerações) de ganhos; e a busca por este equilíbrio não é consequência de uma impossibilidade, mas justamente um resultado de seus planejamentos enquanto família, para formação de patrimônio, enfretamento aos bloqueios e reprodução, sempre tendo a atividade agrícola como foco central das ações. Ou seja, buscar programas sociais e/ou trabalho externo é um planejamento que responde à garantia de uma renda que permita a plena realização das necessidades familiares, de subsistência e produtivas, sendo necessárias ou não de acordo com suas particularidades; a família, e a garantia de sua reprodução, possuem centralidade (WANDERLEY, 2009a).

A capacidade de auto-reprodução de tais produtores funda-se então na aglutinação de sistemas de exploração por múltiplos investimentos, que, no limite, se suportam mediante aceitação da individualização da força de trabalho e a organização da família pela negociação quanto à redistribuição dos rendimentos e dos modos de consumo. Como o predomínio da competência empresarial torna-se necessário para administrar as várias atividades em sistema, o trabalho entre familiares fundamenta-se na negociação orientada para constituir a família como unidade de rendimentos. Em se tratando de pequenos empreendimentos, a estratégia empresarial, uma vez fundada na diversificação, só pode mesmo estar ancorada no apoio familiar, na elaboração de projetos comuns de criação de emprego para todos os membros da família (NEVES, 2006, p. 29).

A avaliação dos agricultores sobre suas rendas é que elas não são suficientes para a execução de seus projetos de melhoramento da estrutura e viabilização de uma produção e renda que possibilite a “vida da terra”, a constituição de um patrimônio para a reprodução de sua família. Tal fator é completamente compreensível quando refletimos que os agricultores do Assentamento Lyndolpho Silva não possuem um renda nem próxima a um salário mínimo *per capita*. Para eles, é preciso mais apoio produtivo por parte do Estado, bem como mais políticas estruturantes. Os objetivos centrais, neste sentido, estão voltados ao desenvolvimento de estratégias e práticas que possibilitem maiores investimentos em seus lotes. O projeto atual, da grande maioria, é cobrar a instalação de energia elétrica nos lotes produtivos, acessar programas que proporcionem recursos para a constituição de uma infraestrutura hídrica (cisterna, poço artesiano, dessalinizador), construir uma casa para que não precisem ir e vir todos os dias, ou mais de uma vez por dia, e plantar.

6.7 PRÁTICAS SOCIAIS

Apesar de já termos discutido um conjunto considerável de práticas sociais desenvolvidas e adotadas pelos agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva, nesta última categoria faremos um resumo sobre suas principais formas de organização. Assim, para dar conta da produção e da criação que possuem, dividem o trabalho entre os membros da família; são multifuncionais; acessam programas sociais, usados para as necessidades básicas e também para investimentos; programas produtivos; formulam sistemas próprios de ajuda mútua através de uma rede de cooperação entre familiares e vizinhos; se associam para o investimento conjunto; e desenvolvem práticas de trabalho externo, estabelecendo uma ponte direta entre os mundos rural e urbano.

Para a produção agrícola, desenvolvem atividades em seus quintais produtivos, estruturados a partir de um crédito do INCRA, e utilizados para o plantio de gêneros alimentícios consumidos e vendidos. Também nos quintais são criados animais, porém somente os de menor porte. Nos lotes produtivos, desenvolvem ações voltadas à criação de caprinos e ovinos, e tentam algum plantio quando há sinal de chuva, mas ainda sem sucesso. Aqueles que criam os animais somente em sua área, realizam um tipo de manejo e plantio de palma na tentativa de garantir algum pasto. Os que criam em conjunto com familiares de outros lotes, ou com vizinhos, fazem uma rotação a cada ano para o uso do pasto de um lote, enquanto o outro cresce.

O pasto natural de seus lotes, entretanto, não tem sido suficiente, principalmente em virtude da falta de estrutura atual para a convivência com o Semiárido; é interessante ressaltar que a estrutura, para a convivência com o clima, dos lotes da vila tem lhes possibilitado uma forma de vida mais adaptada, mas ainda é preciso mais. Quase todos eles compram ração e vitaminas para os animais, e levam água duas vezes ao dia em grandes recipientes, transportados em carroças (ver Figura 21). Os medicamentos também são comprados. Para eles, esta não é a forma mais eficaz de produção, entretanto é a que, atualmente, lhes é possível em virtude da pouca estrutura que ainda possuem. Os principais problemas são os custos para a produção e comercialização, citados acima. Seus projetos, neste sentido, envolvem a estruturação da área para a sua plena utilização; todos consideram que poderiam explorar bem mais seus lotes, principalmente por terem um solo rico.

Desde o início suas formas de produção e criação são organizadas desta forma. Fora aquelas advindas dos programas acessados mais recentemente, são poucas as novidades

introduzidas em seus lotes. Por dois motivos: o processo ainda inicial de estruturação; e a tutela desinteressada do INCRA, que proíbe qualquer novidade sem sua anuência, e não acompanha de forma eficaz o desenvolvimento do assentamento. Assim, as novidades ainda têm sido a divisão dos lotes, realizada há aproximadamente dois anos e meio; seu cercamento, a compra de novas matrizes animais, o plantio da palma e a abertura de um barreiro, ações realizadas entre 2016 e 2017, todas com recursos do Pronaf A e parte dos projetos elaborados junto à empresa de ATER. Os resultados, até o momento, não têm sido tão favoráveis, principalmente por conta das dificuldades impostas pelos sete anos seguidos de seca.

Figura 21 – Morador se preparando para levar água para os animais



Fonte: o autor.

A busca por melhorias das condições de produção não têm como estratégia a participação em associações ou cooperativas produtivas; eles são vinculados somente à associação de produtores do próprio assentamento, fora, evidentemente, sua filiação ao STR e participação representativa no CMDRS de Petrolina. Poucos são os vendedores que se dirigem até o assentamento para negociar produtos direcionados à suas culturas e criações. Em verdade, o assentamento recebe muitos compradores, grupo formado tanto por consumidores diretos como por atravessadores, que exploram seu sobretrabalho adquirindo seus produtos por um preço baixo e os revendendo, às vezes, por até o dobro do preço. Uma das táticas centrais dos

atravessadores é a pressão aos agricultores, afirmando que caso não concretizem a venda pelo baixo preço, seus animais perderão ainda mais valor ou morrerão.

Os agricultores são unânimes em afirmar que, caso pudessem, introduziriam novidades: estrutura hídrica, eletricidade, uma casa etc. Tais modificações lhes possibilitaria mais estrutura, permitindo não somente o aumento e otimização da criação de animais, diminuindo as perdas, mas também o plantio do feijão, do milho, da mandioca e outras culturas. Estas modificações ainda não foram realizadas por conta da demora na estruturação dos lotes e no acesso às políticas produtivas, ou da ineficácia destas. Estes são os fatores centrais que constituem os bloqueios que sofrem, gerando como consequência barreiras aos seus projetos. Todavia, se planejam, elaborando um conjunto de estratégias discutidas ao longo destes dois últimos itens, para enfrentar os primeiros e para buscarem outras formas de executarem os segundos. A consequência do estabelecimento de estratégias é a constituição de práticas socioculturais particulares de adaptação, resistência, reciprocidade, dentre outras, elementos centrais de sua condição de agricultores familiares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos cinco itens anteriores, discutimos e aprofundamos as questões que selecionamos como fundamentais para pensar os processos de resistência da agricultura familiar de sequeiro no semiárido pernambucano. Nossas reflexões trouxeram como basilar a compreensão de sujeitos socialmente localizados, orientados por um conjunto de tradições axiológicas e objetivos futuros próprios, tendo que lidar estrategicamente com as necessidades de adaptação de suas práticas ao contexto de dificuldades que resistem em enfrentar. O agricultor familiar, portanto, é um indivíduo dotado de subjetividade que carrega consigo uma série de elementos socialmente compartilhados, estruturados e manifestados através de suas práticas, agindo intencionalmente dentro de um conjunto restrito de possibilidades. É, portanto, um agente social (GIDDENS, 2009).

O conjunto de discussões realizadas até aqui nos permite tecer algumas outras considerações. *A primeira delas está diretamente relacionada ao percurso histórico dos agricultores familiares para chegarem ao ponto em que se encontram.* A necessidade de um espaço de terra minimamente estruturado para a prática agropecuária leva-os a saírem de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida. Antes de chegarem ao Assentamento Lyndolpho Silva, por exemplo, muitos deixaram seus locais de nascimento, se dirigiram à Petrolina, aproximaram-se dos movimento de luta pela terra, viveram alguns anos sob a lona preta em acampamentos da reforma agrária e ocuparam e foram expulsos de fazendas até conseguirem finalmente ser selecionados pelo INCRA e assentados em uma área desapropriada e indenizada. Esta é a história de muitos outros agricultores familiares assentados da reforma agrária Brasil afora.

Obviamente que o resumo desta história não contempla todas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, mas demonstra, em alguma medida, o longo, demorado e desafiante caminho que eles tiveram – e outros tantos ainda têm – de percorrer. A entrada no assentamento, inclusive, não eliminou parte considerável das dificuldades enfrentadas. Embora a conquista da terra seja um passo imprescindível, considerando a realidade agrária brasileira, ela marcou um novo período de lutas. A falta de estrutura, a demora na liberação de recursos, a tutela desinteressada do órgão estatal gestor (INCRA), o fato de serem de uma área de sequeiro, a dificuldade em acessar programas produtivos, o fato de terem de viver com bem menos de um salário mínimo *per capita* etc., somados às dificuldades que precederam a entrada

no assentamento, se constituem nos principais elementos de bloqueio impostos à condição de produtores familiares.

Os agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva, portanto, foram e ainda são bloqueados em suas possibilidades de produção e de melhoria de vida. Este bloqueio, inclusive, se constituiu em uma barreira notável que impediu o desenvolvimento do campesinato, antecessor histórico da agricultura familiar. Este fator nos permite concordar com Wanderley (2009a) no que se refere a uma indiferenciação analítica entre as categorias campesinato e agricultura familiar no Brasil, uma vez que eles apresentam muito mais elementos de continuidade do que de ruptura justamente por terem sido impedidos, econômica e politicamente, de se desenvolverem, de se diferenciarem. Os agricultores, também como consequência deste bloqueio, têm toda uma potência produtiva e de trabalho desperdiçada.

No assentamento Lyndolpho Silva, portanto, os agricultores familiares manifestam uma forma de vida e de produção predominantemente camponesa, organizando-se através da família, orientados principalmente para a sua reprodução, exercendo sobre suas práticas uma relativa autonomia e sendo explorados pelo capital; eles são mais baseados na estrutura familiar e menos dependentes de fatores mercadológicos, uma vez que possuem pouca possibilidade de produção (LAMARCHE, 1991; 1998). Tais fatores, por outro lado, fortalecem aquilo que Ploeg (2009) compreende como condição camponesa, ou uma condição da agricultura familiar de resistência, enfrentamento e luta por autonomia e possibilidades de produção e reprodução no meio rural, este último considerado sobretudo um espaço de vida e produção de sentidos. Os agricultores são explorados, mas lutam por autonomia; são subordinados a uma estrutura de exploração econômica, mas organizam-se internamente de forma relativamente autônoma; estão entre a autonomia e a subordinação (WANDERLEY, 2009a; 2011).

O percurso histórico dos agricultores familiares do Lyndolpho Silva ainda enfrenta o uma série de fatores específicos em virtude das particularidades do local em que estão inseridos. *A nossa segunda consideração, então, diz sobre o contexto regional no qual os agricultores familiares vivem e se reproduzem.* Além do conjunto de bloqueios operacionais, produtivos e institucionais que têm de enfrentar, os agricultores ainda são submetidos à problemática de estar num local pouco estruturado para lidar com as características climáticas do Semiárido. A estiagem anual e os períodos intermitentes de seca desgastam ainda mais as formas de vida da agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária de áreas de sequeiro, visto que a convivência com a seca requer estruturas adaptadas, muitas delas não disponibilizadas fácil e rapidamente através do INCRA ou das políticas produtivas. Muitas são acessadas através de

ONG's, outras tantas a partir de programas produtivos, entretanto a demora destes últimos, principalmente, também dificulta o processo. Um exemplo disso é o fato de os agricultores terem levado dois anos, após assentados, para acessar os primeiros programas, voltados para a construção de suas casas (e a partir daí terem conseguido suas primeiras cisternas de consumo); ou seja, mesmo assentados, passaram dois anos acampados dentro da área.

Seria possível a compreensão das dificuldades institucionais se não fosse clara a discrepância entre suas ações nas áreas de sequeiro e nas áreas irrigadas de Petrolina, como vimos anteriormente. Para estas últimas são disponibilizados mais recursos e estrutura em geral; são realizados, inclusive, arranjos financeiros legais quando necessário, tais como emendas para captação e disponibilização de mais projetos e recursos, mais visitas técnicas, celeridade na titulação das áreas etc. O tratamento desigual com as áreas de sequeiro, inclusive fazendo com que a gestão seja terceirizada através das empresas de ATER contratadas, levam à interpretação de que, de fato, há um desinteresse em desenvolver estes locais. Dentro de um contexto de bloqueio e de dificuldades estruturais, os agricultores ainda têm de disputar espaço com aqueles que acessam a “pouca” estrutura institucional disponível, geralmente sendo derrotados no processo.

Como consequência destes fatores, os agricultores familiares do Lyndolpho Silva, que poderiam centralmente estar pleiteando melhores formas de potencialização da produção, ainda dividem e concentram parte considerável de seus esforços de luta em busca de condições para constituição de um vida digna e de uma estrutura mínima para, pelo menos, continuarem se reproduzindo. As ações de instituições como o DNOCS, na grande maioria das vezes descontextualizadas com as especificidades do Semiárido; a SUDENE, que teve descaracterizadas as suas políticas após 1964; a CODEVASF, que prioriza a estrutura e o abastecimento hídrico às grandes empresas exportadoras de frutas; o INCRA, que mantém um vínculo frágil de tutela desinteressada; a EMBRAPA, que possui contribuições importantíssimas, porém tímidas, uma vez que é uma instituição de pesquisa; e a empresa de ATER, que depende diretamente do aval e dos recursos liberados pelo INCRA para suas ações, não têm sido suficientes para a resolução das demandas dos produtores familiares de sequeiro.

A falta de estrutura e o pouco apoio institucional local, bem como a escolha do Estado pelo desenvolvimento das áreas irrigadas justamente em detrimento das localidades de sequeiro, têm levado os agricultores familiares destes espaços a se adaptarem às suas condições, planejando-se para a resistência e enfrentamento destas dificuldades em um contexto de incertezas. A nossa compreensão, amplamente discutida ao longo dos itens anteriores, é de que

os agricultores se organizam para isso a partir de três fatores: projetos, estratégias e práticas. *A nossa terceira consideração está relacionada aos projetos dos agricultores familiares do assentamento.* Como vimos, compreendemos os projetos como a junção entre os modelos original, base tradicional que fundamenta as suas ações, e ideal, representado pela orientação e objetivos futuros que possuem (LAMARCHE, 1991; 1998).

Os projetos dos agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva estão, sobretudo, relacionados à busca por estrutura para que possam fazer aquilo que sabem e mais desejam: plantar e criar animais; eles querem ser, de fato, agricultores familiares. O projeto é justamente constituir uma estrutura que lhes possibilite viver da terra, reproduzir-se através de uma produção própria, pôr em prática suas formas tradicionais de vida orientadas pelo trabalho familiar, voltadas para a formação de um patrimônio que permita a reprodução da unidade doméstica como um todo, que possibilite a continuidade e o fortalecimento de sua categoria, de seus modos de vida e de sua cultura. Assim, a orientação dos agricultores se baseia em sua tradição passada, mas está direcionada para o futuro. Passado e futuro, juntos, estruturam o presente das estratégias e práticas dos produtores familiares do assentamento.

Apesar de idealizado, a constituição dos projetos considera o contexto e o conjunto de possibilidades apresentados à realidade dos agricultores. Não se trata, portanto, de buscar uma estrutura hídrica megalomaniaca para o plantio de frutas para a exportação, ou de ampliar suas terras de forma incontrolável para a criação de gado – apesar de reconhecerem o direito que teriam em buscar condições produtivas equânimes. O que os agricultores anseiam é por colocar em prática um outro modelo de agricultura, produtivo, que não se alinha àquele do agronegócio; que não rompa com os valores implicados em suas formas de vida. Seus objetivos estão alinhados com aquilo que aprenderam, desde crianças, com seus pais, com seus avós: praticar um modelo de agricultura que lhes permita viver o mundo rural a partir do conjunto de valores que orienta os seus comportamentos, que lhes permite estar no mundo com dignidade, de forma relativamente autônoma. E isso não significa fechar-se ao mundo, mas estar nele a partir de regras próprias, pois, como vimos, é característica do campesinato interagir com o mundo, com o mercado, com um contexto externo, sem deixar de lado a moralidade que dá margem à constituição dos projetos que formulam e que anseiam em concretizar (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009; WANDERLEY, 2009a; WOORTMANN, E., 2009; WOORTMANN, K., 1990).

Para a concretização de seus projetos, os agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva traçam estratégias em família e em grupo; ou seja, eles se planejam. Como

este planejamento, assim como os projetos, não rompe com a estrutura da qual são parte, os agricultores pensam as estratégias de acordo com a realidade que lhes é apresentada. Assim, se essa realidade é de bloqueio, as estratégias têm, também, como fundamento, o enfrentamento, adaptação e resistência ao mesmo. *A quarta consideração que fazemos, portanto, é sobre as estratégias de produção e relação com o mercado dos agricultores familiares frente aos bloqueios impostos.* É preciso ressaltarmos que as estratégias ainda estão configuradas num nível de organização e preparação.

Assim, a estratégia inicial dos agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva para a materialização de seus projetos foi a saída de suas áreas em busca de um espaço de terra. Esse foi o motivo de suas chegadas à Petrolina em virtude dos planos de colonização, disponibilização de trabalho nas grandes fazendas irrigadas e nas indústrias. Em seguida, a estratégia foi a aproximação com os movimentos de luta pela terra na tentativa de serem contemplados pela política de reforma agrária, ainda que isso envolvesse a suportabilidade à falta de estrutura para a vida num acampamento às margens de uma rodovia. A entrada no assentamento, que não cessou as dificuldades estruturais, obrigou os agricultores a continuarem desenvolvendo estratégias.

No assentamento, entretanto, elas estão mais voltadas às tentativas de produção e venda. Para a produção, organizam-se para terem água, um dos principais elementos limitadores de seu desenvolvimento, buscando tecnologias sociais, forças políticas locais e realizando cálculos e submetendo-se ao pagamento de altas tarifas para o uso da água encanada, que conseguiram após muita luta; buscam a produção de culturas e animais adaptados à pouca disponibilidade de água e de pasto, tais como os animais de pequeno porte (caprinos, ovinos e aves); planejam-se a partir do número de integrantes da família disponíveis ao trabalho; pensam e desenvolvem opções de produção conjunta, como a feitura de bolos, doces, polpas etc., auxiliando-se reciprocamente; buscam um acréscimo de renda através de trabalhos externos; e pleiteiam o acesso às políticas públicas, sociais e produtivas.

Já para a venda de seus produtos e aquisição de mais uma renda, organizam-se de modo a fazerem parte do mercado. Para tanto, também buscam opções coletivas, como a criação conjunta e associada de animais para a entrega aos programas de comercialização (PAA, PNAE), ou pagamento coletivo do frete e demais tarifas; diminuem o preço da produção para a venda aos atravessadores; saem à noite para a venda em assentamentos vizinhos; participam de espaços de discussão, como o CMDRS, para a ocupação de bancas nas feiras da agricultura familiar da cidade, organizadas em conjunto com órgãos municipais e estaduais (prefeitura,

IPA); separam uma parte para que os membros da família que trabalham externamente possam vender nestes espaços.

Quando o conjunto de planejamentos estratégicos que elaboram é concretizado, tornando-se ações fundamentais e características basilares de suas vidas cotidianas, formam-se as práticas. *A quinta consideração que faremos está relacionada diretamente a estas práticas adotadas e desenvolvidas pelos agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva.* São elas que orientam parte considerável de suas ações, tornando-se a estrutura social com a qual lidam e interagem. O desenvolvimento e constante reavaliação de uma determinada prática pode levar à sua resignificação, e a possibilidade de tal feito se dá justamente em virtude do papel de agência que os agricultores familiares possuem. Para a concretização de seus projetos, portanto, eles se planejam e desenvolvem ações. Estas ações tornam-se o fundamento de suas práticas, e a possibilidade de resignificá-las a partir da execução diária e cotidiana fortalece seus papéis de agentes (GIDDENS, 2009).

São práticas sociais características dos agricultores familiares do Assentamento Lyndolpho Silva, então, a *migração*, fator de grande importância para a organização do trabalho através da família e na busca por locais e espaços mais estruturados para a vida de agricultor no mundo rural; a *centralidade da família* para sua organização interna e da *associação* para a organização comunitária; a *ajuda mútua* e a *reciprocidade*, que cria um sistema de obrigações mútuas coletivas de uns com os outros, e possibilita uma leitura diferenciada de suas manifestações particulares; a *pluriatividade*, uma vez que se dividem para a aquisição de renda através do trabalho externo; a *poliprodução* que organiza a criação de animais e o plantio de culturas, seja nos lotes produtivos ou nos quintais; a *participação no mercado* de trocas, vendendo e adquirindo produtos necessários às suas vidas; a busca e *acesso às políticas produtivas e sociais*.

Tais fatores levam a uma prática da resistência, fundamento da existência e continuidade do desenvolvimento da agricultura familiar no Semiárido. E se considerarmos, como estamos fazendo, os projetos e as estratégias como parte central que organiza o desenvolvimento de suas ações, formulando objetivos e se planejando para alcançá-los, respectivamente, são eles também práticas sociais. Como estes três fatores, projetos, estratégias e práticas, estão diretamente implicados, e não seguem um caminho unilateral, a resignificação de um pode implicar na reestruturação dos outros. A concretização deste conjunto de possibilidades, ainda que restrito, também é possível em virtude da relativa autonomia que fundamenta a vida dos agricultores familiares do assentamento.

Destas práticas, aquela que ganha destaque em virtude da importância que adquire para a vida dos agricultores familiares do Lyndolpho Silva é o acesso às políticas públicas sociais e produtivas. Elas auxiliam na aquisição de uma renda, dando possibilidade à convivência com a seca e enfrentamento à falta de estrutura. *Nossa sexta consideração, portanto, é sobre as políticas sociais e produtivas desenvolvidas para os agricultores familiares, e como eles se apropriam delas.* Com relação às políticas sociais, a principal delas é a Aposentadoria Rural. Ela é acessada pelas famílias que possuem melhores condições dentro do assentamento, pois representa uma parte da renda que possibilita a subsistência mínima e o investimento da produção, ou seja, a compra da ração diante da falta de pasto, o pagamento de taxas para uso da água encanada, a aquisição de novas matrizes de animais etc. O Bolsa Família também tem sua importância, pois possibilita um quantitativo mínimo para as famílias garantirem as necessidades básicas de seus membros.

Das políticas produtivas, as de estruturação são as mais buscadas, tais como o Apoio Inicial, Fomento Mulher, Pronaf Semiárido e Pronaf A. Apesar da demora, por conta da tutela desinteressada, e das dificuldades enfrentadas pela sua não contextualização ao modo de organização das famílias camponesas, elas, quando acessadas, têm possibilitado uma estruturação inicial almejada por eles. As políticas de comercialização também ganham destaque, pois possibilitam a venda de seus produtos a um preço melhor e garantem a aquisição de recursos de forma regular, possibilitando um melhor planejamento para os agricultores. Os programas emergenciais, tais como o Garantia Safra, também têm a sua importância, pois geram um recurso diante das perdas, garantindo um mínimo de enfrentamento ao contexto ou a vida de incertezas que vivem os agricultores. Nestes sete anos de seca, por exemplo, o Garantia Safra tem sido de grande importância para aqueles que se arriscaram em plantar esperando um bom inverno que não veio, resultando numa perda total do recurso e trabalho investidos.

Todas estas características e considerações, somadas, formam os projetos, as estratégias e as práticas de resistência desenvolvidas e adotadas pelos agricultores familiares de sequeiro do Assentamento Lyndolpho Silva, nos permitindo pensar como vivem os agricultores familiares no Semiárido, sob as mesmas condições e com um percurso semelhante. Mais do que somente as suas próprias vidas, o conjunto de práticas desenvolvido pelos agricultores significam não somente a possibilidade de continuarem em busca da vida da terra; seus projetos, estratégias e práticas de resistência garantem a sobrevivência da própria agricultura familiar como modelo produtivo e significação de todo um mundo rural que está diretamente conectado com a sociedade vista em sua amplitude e complexidade.

E os agricultores têm consciência disso, uma vez que é também a base de seus objetivos. Como disse uma das agriculturas familiares, perguntada sobre o porquê de sua resistência: “Nós temos que estar sempre lutando. Aí o sonho deles [demais agricultores do Assentamento] é também ver crescer, *porque o trabalho da gente é esse, né? Resistir. Para não deixar morrer a agricultura [familiar]*” (Dona Conceição). Tais motivações estão ligadas à ideia de que a produção familiar e vida rural dá margem à concepção de mundo dos agricultores, não se separam dos valores que orientam suas ações, e o seu desaparecimento poderia levar à supressão dos modos de vida que dão significado, para eles próprios, ao mundo do qual são parte; dá margem também à alimentação da sociedade como um todo, conforme apontam os números já apresentados ao longo destas páginas (SABOURIN, 2009b). Neste sentido, problema sério provavelmente a sociedade global terá quando não mais eles resistirem, ou quando não mais se preocuparem em não deixar a agricultura familiar morrer.

Acreditamos que as reflexões e as considerações acima dão conta e respondem às inquietações da pesquisa. Entretanto, faz-se necessário, como um último esforço de exercício sociológico, ressaltar que, apesar de refletirmos sobre o conjunto de questões e conceitos que formou este estudo, isso não leva ao esgotamento do tema. A agricultura familiar e a sua existência diversa nos diferentes contextos levam à necessidade de mais estudos sobre o tema. Mais reflexões e discussões. Como ela resiste e se reproduz em contextos diferenciados? Quais os caminhos possíveis para a sua potencialização? Estas questões, e outra tantas mais, revelam um importante valor heurístico do tema, o qual tem contribuído e pode contribuir ainda mais com o fortalecimento das próprias Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. *Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar*. 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/o/1635683>. Acesso em: 15 de out. de 2016.

ALVES, M. C. *História e Memória da Indústria Coelho S/A: trabalho e cotidiano dos operários de Picos (1970-1999)*. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos, 2012. 88 f.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARQUIVO LYNDOLPHO SILVA. *Apresentação*. 2007. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/>. Acesso em: 22 de dez. de 2017.

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro. Declaração do Semi-Árido: propostas da Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a Convivência com o Semi-Árido e Combate à Desertificação. Recife, 26 de nov. de 1999. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/declaracao_semiarido.doc. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

_____. *PIMC: ações*. 2017. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE. *Documento do Incra*, 2006.

BENDINI, M. I.; CAVALCANTI, J. S. B; LARA FLORES, S. Una mirada sobre el campo de la Sociología Rural en América Latina. In: *Tratado Latino-americano de Sociología*. Anthropos Editorial, México: Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, 2006. p. 247-263.

BILLAUD, J. P. Les Agriculteurs et leurs Systemes de Representation. In: LAMARCHE, H. (coorder.). *L'agriculture familiale I. Une réalite polymorphe*. Paris: l'harmattan, 1991. pp. 123-155.

BONANNO, A. *La Globalizacion Neoliberal*. 2015.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato, *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1972.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1989.

BRANDÃO, C. R. *O Afeto da Terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

_____. “Tempos e Espaços nos Mundos Rurais do Brasil”, *Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais IFCH-Unicamp*, vol. 1, n 1, Campinas, 2007. pp. 37-64.

BRASIL. *Lei nº 175*, de 7 de janeiro de 1936. Rio de Janeiro, RJ, jan. de 1936. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/1930-1949/L175.htm. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

_____. *Decreto-Lei nº 8.486*, de 28 de dez. de 1945. Rio de Janeiro, RJ, dez. de 1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8486-28-dezembro-1945-416385-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

_____. *Decreto-Lei nº 9.857*, de 13 de set. de 1946. Rio de Janeiro, RJ, set. de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9857-13-setembro-1946-417563-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

_____. *Lei nº 1.348*, de 10 de fev. de 1951. Rio de Janeiro, RJ, fev. de 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L1348.htm. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

_____. *Lei nº 4.504*, de 30 de novembro de 1964. Brasília, DF, nov. de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504compilada.htm. Acesso em: 15 de out. de 2017.

_____. *Decreto nº 63.778*, de 11 de dez. de 1968. Brasília, DF, dez. de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63778-11-dezembro-1968-405144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

_____. *Decreto-Lei nº 1.110*, de 9 de jul. de 1970. Brasília, DF, jul. de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm. Acesso em: 25 de ago. de 2017.

_____. *Lei nº 7.827*, de 27 de setembro de 1989. Brasília, DF, set. de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7827.htm. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

_____. *Lei nº 11.326*, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF, jul. de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em 08 de setembro de 2015.

_____. *Governo Cria Linha de Crédito Especial para Agricultores Afetados pela Seca*. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/governo-cria-linha-de-credito-especial-para-agricultores-afetados-pela-seca>. Acesso em: 26 de jan. de 2018.

_____. *Lei nº 13.481*, de 18 de set. de 2017. Brasília, DF, set. de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13481.htm. Acesso em: mar. de 2018.

_____. *Lei nº 13.507*, de 17 de nov. de 2017. Brasília, DF, nov. de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13507.htm. Acesso em: mar. de 2018.

_____. *Qual o Valor do Bolsa Família?* 2017. Disponível em: <https://meubolsafamilia.com/valor-bolsa-familia/>. Acesso em: 26 de jan. de 2018.

_____. *Luz para Todos*. 2018. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-urbana/luz-para-todos>. Acesso em: 26 de jan. de 2018.

BRUMER, A.; DUQUÉ, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. N. B. A Exploração Familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (coordenador). *L'agriculture familiale I. Une réalité polymorphe*. Paris: l'harmattan, 1991.

BRYMAN, A. The Nature of Qualitative Research. In: _____. *Social Research Methods*. 3ed. New York: Oxford University Press, 2008. p. 366-399.

BUTTEL, Frederick H. Algunas reflexiones sobre la economía política agrária de fines del siglo XX. In: CAVALCANTI, Josefa Saete Barbosa; NEIMAN, Guillermo (Comp.). *Acerca de La globalización em la agricultura: territorios, empresas y desarrollo local en América Latina*. Buenos Aires: CICCUS, 2005. p. 15-36.

CABRAL, R. Das Ideias à Ação: a SUDENE de Celso Furtado – oportunidade histórica e resistência conservadora. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 6 (8), maio de 2011.

CALLADO, A. *Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Recife: Civilização Brasileira, 1960. 171 pgs.

CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

_____. As Formas de Solidariedade (1964). In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 193-202.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade na Agricultura Familiar. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, vol. 12, nº 19. Rio de Janeiro, 2002. pp. 176-85.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o Mercado Global. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n.29, 1997. pp. 79-93.

_____. Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale do São Francisco. In: _____. *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças Socioeconômicas em Regiões Frutícolas para Exportação*. 1ª ed. Recife: Pernambuco, 1999.

CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; RAYNAUT, C.; COSTA, K. V.; CUNHA, A. R. B. A.; SANTOS, H. C. O.; MELO, A. M. C. A.; ALVES, P. M.; ALMEIDA, R. S. Dinâmicas Sociais no Território Sertão do São Francisco-PE. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (orgs.). *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2014.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

CHILCOTE, R. H. *Transição Capitalista e a Classe Dominante no Nordeste*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. *Polígono das Secas*. 2010. Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/poligono-das-secas/>. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

_____. *História*. 2018. Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/DefaultPage>. Acesso em 21 de ago. de 2017.

COHEN, M.; DUQUÉ, G. *Les Deux Visages du Sertão – Stratégies paysannes face aux sécheresses. Nordeste du Brésil*. Paris, IRD, 2001. Coleção À Travers Champs.

COSTA, K. V. *Permanência e transformação na Agricultura Familiar: um estudo de caso sobre a resistência dos agricultores familiares no Submédio São Francisco*. 219 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

CUNHA, A. R. B. A; DUQUE, G. “No Nosso Conselho tem Desenvolvimento”: participação e ação coletiva no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Petrolina/PE. Curitiba, PR: CRV, 2014. 130 p.

DALL’AGNOL, C. M.; TRENCH, M. H. Grupos Focais como Estratégia Metodológica em Pesquisas na Enfermagem. *R. Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v.20, n.1, p.5-25, jan. 1999.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: A Disciplina e a Prática da Pesquisa Qualitativa. In: _____. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006. p. 15-41.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *História*. 2013. Disponível em: <http://www2.dnocs.gov.br/historia>. Acesso em: 15 de jun. de 2017.

DUQUE, G. *Conceitos e Práticas de Convivência com a Seca*. CGEE/2006-2007 – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Nota Técnica – Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA). Campina Grande: 2007.

_____. “Conviver com a seca”: uma contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba-PR, nº. 17, p. 133-144. Jan-jun. 2008.

_____. A Articulação do Semiárido Brasileiro. Camponeses Unidos em Rede Para Defender a Convivência no Semiárido In. FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S. e PAULILO, M. I. (coord.) *História Social do Campesinato, Tomo 5: Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ESTATUTO. *Estatuto da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Assentamento Lyndolpho Silva*. 2016.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.

FLICK, U. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. *Sobre o PNATE*. 2018. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pnate>. Acesso em: 26 de jan. de 2018.

FURTADO, Celso. O processo revolucionário no Nordeste. In: _____. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Análise do “modelo” brasileiro*. 7ª ed. -. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado*. TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. R. (entrevistadores). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GANNA, A. L'exploitation Familiale en Tunisie. In: LAMARCHE, H. (coorder.). *L'agriculture familiale I. Une réalite polymorphe*. Paris: l'harmattan, 1991. pp. 263-304.

GARCIA JÚNIOR, A. R. *O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1990. Coleção Pensamento Antropológico.

GARCIA JÚNIOR, A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, Família e Diversidade de Explorações Agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social*. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2009. 9 volumes. p. 213-244.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (eds.). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constatina/RS*. 2005.

GIDDENS, A. *A Constituição da Sociedade*. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GOMES, R. A. *A Qualidade de Vida das Famílias do Perímetro Irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade*. 2005. 234 f. Tese (Doutorado em Sociologia). UFPE/CFCH/PPGS. Recife.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

HEREDIA, B. M. A. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e possibilidades de políticas de segurança alimentar para a Agricultura Familiar. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, 25 (3): 469-483, set./dez./2013.

HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO. *Apresentação geral*. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2009. 9 volumes.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo de 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Titulação*. 2011. Disponível em: www.incra.gov.br/titulacao. Acesso em: 14 de dez. de 2017.

_____. *Incra nos Estados*: informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2017a. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 25 de ago. de 2017.

_____. *O Incra*. 2017b. Disponível em: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura. Acesso em: 25 de ago. de 2017.

_____. *Governo Simplifica Concessão de Créditos ao Público da Reforma Agrária*. 2017c. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/governo-simplifica-concessao-de-creditos-ao-publico-da-reforma-agraria>. Acesso em: 26 de jan. de 2018.

_____. *Fomento Mulher*: fomento mulher e quintais produtivos – uma estratégia de construção de autonomia das mulheres rurais. 2017d. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/FOMENTO_MULHER_0.pdf. Acesso em: 26 de jan. de 2018.

JOLIVET, M. A vocação atual da Sociologia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, 1998. pp. 5-25.

LAMARCHE, H. (coorder.). *L'agriculture familiale I. Une réalite polymorphe*. Paris: l'harmattan, 1991.

_____. (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. *A Agricultura Familiar: 2. Comparação Internacional: do mito à realidade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LUCENA, E. K.; LUIZ, J. M. *Uma Avaliação da Importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Agricultura Familiar do Município de Ceará Mirim (RN)*. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração de Sociologia Rural. Porto Alegre/RS, 26-30 de jun. de 2009.

MALVEZZI, R. Uma Conceituação Processual e Holística da Convivência com o Semiárido. In: SANTOS, A. P. S.; CUNHA, A. R. B. A.; DENIS, A. A. C.; PEREZ-MARIN, A. M. (orgs.).

Vivências e Práticas para a Coabitação no Semiárido Brasileiro: ensaios e reflexões – saber-fazer em diálogo. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido, 2016. pp. 13-28.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2007.

MARTINS, José de S. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. O Futuro da Sociologia Rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 15, outubro de 2000.

_____. (coord.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 294p.

MAUREL, M. C. Les Agriculteurs, la Famille et la Terre. In: LAMARCHE, H. (coorder.). *L'agriculture familiale I. Une réalite polymorphe*. Paris: l'harmattan, 1991. pp. 92-108.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, S. S.; CAVALCANTE, A. M. B.; MARIN, A. M. P; TINÔCO, L. B. M.; SALCEDO, I. H.; PINTO, T. F. *Sinopse do Senso Demográfico para o Semiárido Brasileiro*. Campina Grande: INSA, 2012.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MENEZES, M. A. O Cotidiano Camponês e a sua importância enquanto resistência à Dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 32-44, jan./jun. 2002.

_____. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2009. 9 volumes. p. 269-287.

MINAYO, M. C. S. *et al. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006*. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

_____. *Garantia Safra: sobre o programa*. 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>. Acesso em: 26 de jan. de 2018.

MIN – Ministérios da Integração Nacional. *Relatório Final: grupo de trabalho interministerial para redelimitação do semi-árido nordestino e do polígono das secas*. Brasília, janeiro de 2005a.

Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=090e3f78-bde3-4a1b-a46c-da4b1a0d78fa&groupId=10157. Acesso em: 21 de ago. de 2017

_____. *Nova Delimitação do Semi-árido Brasileiro*. Brasília/DF, 2005b. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763%20&groupId=24915. Acesso em: 21 de ago. de 2017.

MOTTA, M.; ZARTH, P. Introdução. In: _____. *Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 02 – concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. 260 págs.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar e Mercado de Trabalho. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, abril 1997: 7-24.

_____. *Agricultura familiar: quantos ancoradouros!* 2006. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006_bibliografia/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: out. de 2017.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A Pesquisa Sobre Agricultura Familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 9-24, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

PIRAUX, M.; SILVEIRA, L.; DINIZ, P.; DUQUE, G. Transição Agroecológica e Inovação Socioterritorial. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Abril de 2012, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, p. 5-29.

PIRES, M. L. L.; CAVALCANTI, J. S. B. Imagens da Fruticultura do Vale do São Francisco: cooperativa, reinvenção de estratégias e criação de oportunidades em tempos de enfrentamentos da crise global. In: CRAVIOTTI, C. (coord.). *Tramas productivas y agentes sociales en la fruticultura globalizada*. Buenos Aires: Ed. Miño y Dávila, 2009. pp. 223-246.

PLANVASF – Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco. *Plano Diretor: síntese*. Brasília: PLANVASF, 1989.

PLOEG, J. D. van der. Sete Teses sobre a Agricultura Camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32.

POUPART, J. A Entrevista do Tipo Qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. (orgs.). *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215-253.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Aposentadoria Rural. 2017. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/documentos->

comprovacao-tempo-contribuicao/documentos-trabalhador-rural/. Acesso em: 26 de jan. de 2017.

QUEIROZ, M. I. P. Do Rural e Do Urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). *Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. Uma Categoria Rural Esquecida (1963). In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 57-72.

REIS, C. R. N. *Estado, Normas e Padrões na Governamentalidade Neoliberal do Sistema Agroalimentar: a atuação do Estado e dos sistemas privados de certificação na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Ano I, Número I, Julho de 2009.

SABOURIN, E. Práticas de Reciprocidade e Economia da Dádiva em Comunidades Rurais do Nordeste Brasileiro. *Raízes*, Ano XVIII, nº 20, novembro/1999, pp. 41-49.

_____. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009a.

_____. *Será que Existem Camponeses no Brasil?* Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 2009b. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/493.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2015.

_____. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; SILVA, C. C. A Pluriatividade e as Condições de Vida dos Agricultores Familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.). *A Diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp. 137-165.

SCOTT, J. C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SEYFERTH, G. Imigrantes Colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, D. P. (org.). *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil*, v. 02: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2009. 9 volumes. p. 39-64.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*. Ano 8, nº 7, Jul.-dez. de 2005.

SOARES, L. E. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUZA, E. C. L.; LUCAS, C. C.; TORRES, C. V. Práticas Sociais, Cultura e Inovação: três conceitos associados. *R. Adm. FACES Journal*, Belo Horizonte – v. 10 – n. 2 – p. 210-230 – abr./jun. 2011.

STANEK, O. L'exploitation Familiale au Canada. In: LAMARCHE, H. (coorder.). *L'agriculture familiale I. Une réalite polymorphe*. Paris: l'harmattan, 1991. pp. 31-84.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1961-1963*. Recife: Div. Documentação SUDENE, 1966a.

_____. *II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1963-1965*. Recife: Div. Documentação SUDENE, 1966b.

_____. *III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1966-1968*. Recife: Div. Documentação SUDENE, 1966c.

_____. *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

_____. *IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1969-1973*. Recife: Div. Documentação SUDENE, 1968.

THURMOND, V. A. The Point of Triangulation. *Journal of Nursing Scholarship*, 33:3, 2001. p. 253-258. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/70771104/The-Point-of-Triangulation#scribd>. Acesso em: 10 de jan. de 2015.

WANDERLEY, M. N. B. *O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a.

_____. O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009b. p. 33-46.

_____. *Um Saber Necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011. 152 pgs.

_____. Gênese da Abordagem Territorial no Brasil. CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs.). *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2014a. p. 79-102.

_____. O Camponês Brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 25-44, 2014b – Impressa em Fevereiro de 2015.

_____. *A Ruralidade no Brasil Contemporâneo: reflexões sobre sua diversidade*. Recife, PE, 2015.

_____. *Reflexões Sobre Agricultura Familiar e Camponês no Brasil e na França*. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel Wanderley; FAVARETTO, Arilson. A Singularidade do Rural Brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: *Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: Editora do IICA, 2013. p. 413-472. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 21.

WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. (Gabriel Cohn Comenta). São Paulo: Ed. Ática. 2006.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E. F. “Eles Não São Idiotas”. *Anuário Antropológico*, 1981.

_____. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo-Brasília: Hucitec - Editora Universidade de Brasília, 1995. 336 pgs.

_____. O Saber Camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). *Diversidade do Camponês: expressões e categorias*, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2009. 9 volumes. p. 119-130.

WOORTMANN, K. “Com parentes não se negueia”: o camponês como ordem moral. *Anuário Antropológico*, 87. Brasília, UnB, 1990.

_____. Migração, Família e Camponês (1990). In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). *Camponês Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 217-240.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: Alguns problemas. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-125.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Tema	Dados objetivos	Avaliações	Projetos	Bloqueios
Geral				
Vida comunitária	<p>Nome da comunidade.</p> <p>Número de famílias e de pessoas.</p> <p>O que tem aqui para todos?</p> <p>Desde quando pertence à comunidade?</p> <p>Há associações, sindicatos, cooperativas, etc., dentro da comunidade?</p> <p>Há instalações de instituições de fora, tipo posto de saúde, posto de gasolina, feira, escola etc.?</p> <p>O que vocês fazem juntos para melhorar a produção, a venda, o trabalho e a vida local?</p> <p>Vida religiosa e social. Sai muita gente para trabalhar fora?</p> <p>Sai muita gente para viver fora?</p> <p>Recebe visitas?</p>	<p>Como avalia a vida na comunidade?</p> <p>Quem faz parte da comunidade: grande proprietário, o dono do posto de gasolina, o dono da barraca da feira, o dono do caminhão e/ou do transporte coletivo, as pessoas que trabalham na cidade, os que trabalham nos sítios sem ser da família.</p> <p>Conflitos?</p> <p>Grupos fechados?</p> <p>Comunidade aberta?</p>	<p>Pretende permanecer na comunidade?</p> <p>Pretende que seus filhos/as permaneçam no sítio?</p> <p>O que é preciso fazer juntos para melhorar a produção, a venda, o trabalho e a vida local?</p>	
Percurso anterior	Origem, etapas.	Ser agricultor.	Por que a luta pela terra?	
Específico				
Participação em instituições e associações	Participação.	Mediadores? Críticas e aprovações.	Continuidades. Liderança. Projetos das instituições	
Trabalho	<p>Composição da família, sexo, idade, moradia.</p> <p>Quem trabalha, fazendo o quê, no sítio e na casa.</p> <p>Desde que idade os filhos/as participam?</p> <p>Pessoas idosas (pais e sogros) vivem no sítio?</p> <p>Eles participam do trabalho no sítio e na casa?</p> <p>Contrata trabalhador de fora? (Para o quê, em que momento, por</p>	<p>O trabalho é muito pesado? (Detalhar que trabalho e por que).</p> <p>Os filhos/as deveriam ficar livres para estudar? Deveriam estudar até que idade?</p> <p>A mulher/marido é agricultor(a) igual a você?</p> <p>A limitação do trabalho disponível limita a expansão do sítio?</p>	<p>Como pensa em melhorar as condições de trabalho, suas e de seus familiares?</p> <p>Gostaria que seus filhos continuassem como agricultores?</p> <p>O que seria melhor para eles?</p> <p>Pensa em aumentar o sítio ou comprar outras terras em nome dos filhos? É possível?</p> <p>Pensa em comprar novos equipamentos</p>	

	quanto tempo, quem é esse trabalhador?).		para facilitar o trabalho?	
Terra	Dimensão; Titularidade; Qualidade do solo; Formas de aquisição; Momentos de ampliação/redução; Recursos utilizados para aquisição; Sistema de herança e sucessão.	Área suficiente; Não titularidade gera dependência? Preço da terra? O sistema de herança e sucessão foi correto e justo?	Pretende comprar/vender, melhorar a qualidade? É possível? Pretende migrar para ter uma terra melhor? O que pensa fazer para ter uma área mais adequada? Como serão feitas a herança e a sucessão para a próxima geração?	
Água	Fontes disponíveis. Proximidade. Para o sítio e para a casa? Qualidade da água. Irrigação. Responsável pelo abastecimento.	Suficiência/insuficiência. Custo do acesso (custo político?). Como a disponibilidade de água define o sistema de produção?	Como superar a limitação de água? Com água teria outras culturas/criações? Trocaria essa terra por outra com água? Se sim, por que não troca?	
Culturas/criações	O que tem? Sempre foi assim? O que mudou? (Por que?) Quando? Que recursos utilizou?	Por que essas atividades? O sistema atual é satisfatório? (Problemas e vantagens).	Tem vontade de mudar esse sistema? (Como?) Culturas e criações. Especializa-se? O que seria necessário para isso? É possível?	
Comercialização	Situação atual: o que vende, para quem, que formas, quem participa do ato de venda? Autoconsumo: que produtos, como guarda? Participa de cooperativas ou outras associações para venda dos produtos?	Peso do autoconsumo/venda. Ganhos/prejuízos na forma de venda. Melhor forma de comercializar.	Pretende mudar essa forma de comercializar?	
Renda	Renda das produções. Renda dos trabalhos externos. Renda dos programas sociais. Renda de aposentadorias.	Avaliação.	Investimentos?	
Tecnologias e práticas culturais	Como faz para produzir e criar o que tem?	Essa é a melhor forma de produzir? Por que? Problemas e vantagens.	Tem vontade de introduzir alguma novidade? (O que?)	

	<p>Etapas, consorciação/rotação, uso de equipamentos e insumos? Sempre foi assim? Introduziu alguma novidade no seu sítio? (Quando? Por que? Com que recursos?) Participa de cooperativas ou outras associações para melhoria das condições de produção? Quem visita seu sítio para vender algum produto para as culturas/criações? Como é a conversa com eles?</p>	<p>Aproveita tudo o que seu sítio tem? (Por que sim/não?) Que resultados das mudanças introduzidas? Sente-se pressionado pelos vendedores?</p>	<p>Que diferença essa novidade traria? Por que não introduz?</p>	
Acesso a Políticas públicas	<p>Acesso à saúde, educação, transportes, eletricidade, saneamento, aposentadoria, etc. Já recebeu crédito bancário para a produção? Que tipo de crédito? (Detalhar). Recebe assistência técnica? Como o projeto foi formulado? Formas de pagamento, acompanhamento e fiscalização. Casos de inadimplência. Acesso a políticas de comercialização.</p>	<p>Como avalia as políticas públicas mais gerais: saúde, educação, transportes, eletricidade, saneamento, aposentadoria, etc. Como avalia o crédito recebido? (Suficiente, impositivo, prejudicial). Avaliar acesso a políticas de comercialização. O que os técnicos da ATER pretendem? Como é a conversa com os técnicos? Eles vêm ao sítio? Que problemas vocês discutem? Em que o crédito muda na viabilidade do sítio? Por que os agricultores ficam inadimplentes?</p>	<p>Pretende solicitar mais crédito? (Para quê?) É possível fazer, com o crédito, o que gostaria de fazer no sítio?</p>	